

Diário do Legislativo de 14/11/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 103ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - 48ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Realização da Audiência Pública de Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2008/2011

1.3 - 50ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Realização da Audiência Pública " Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008/2011 - Para o Exercício de 2010"

1.4 - 84ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.5 - 16ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.6 - 17ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.7 - 18ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.8 - 19ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.9 - 20ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.10 - Reunião de Comissões

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Plenário

2.2 - Comissão

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - MANIFESTAÇÕES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 103ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 12/11/2009

Presidência dos Deputados Doutor Viana e Getúlio Neiva

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Proposta de Emenda à Constituição nº 54/2009 - Projetos de Lei nºs 3.997 a 4.003/2009 - Projeto de Resolução nº 4.004/2009 - Requerimentos nºs 4.979 a 4.999/2009 - Requerimentos das Comissões de Administração Pública, de Direitos Humanos e de Transporte (3) e dos Deputados Eros Biondini e outros, Arlen Santiago e Dalmo Ribeiro Silva - Comunicações: Comunicações das Comissões de Administração Pública, de Educação, de Fiscalização Financeira, do Trabalho, de Defesa do Consumidor, de Turismo e de Segurança Pública e dos Deputados Irani Barbosa, Luiz Humberto Carneiro e Padre João - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Getúlio Neiva, Domingos Sávio, Carlos Mosconi, Paulo Guedes e Padre João - Registro de presença - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Decisão da Presidência - Designação de Comissões: Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 53/2009 - Comissão Especial sobre a Arbitragem - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimentos

dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Eros Biondini e outros; deferimento - Questão de ordem - Votação de Requerimentos: Requerimentos das Comissões de Administração Pública, de Direitos Humanos e de Transporte (3); aprovação - Requerimento do Deputado Sávio Souza Cruz; deferimento; discurso do Deputado Getúlio Neiva - Requerimento do Deputado Padre João; deferimento; discurso do Deputado Almir Paraca - Requerimento do Deputado Domingos Sávio; deferimento; discurso do Deputado Domingos Sávio - Registro de presença - Questões de ordem - Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Sargento Rodrigues - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Almir Paraca - Ana Maria Resende - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Doutor Ronaldo - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Maria Tereza Lara - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Rômulo Veneroso - Sávio Souza Cruz - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 14h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Sargento Rodrigues, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - Não havendo correspondência a ser lida, a Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 54/2009

Altera a Constituição do Estado para adequação ao disposto na Constituição da República.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - O § 5º do art. 14 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14 - (...)

§ 5º - Ao Estado somente é permitido instituir ou manter fundação com natureza de pessoa jurídica de direito público, cabendo a lei complementar definir as áreas de sua atuação."

Art. 2º - Fica acrescentado ao art. 19 da Constituição do Estado o seguinte parágrafo único:

"Art. 19 - (...)

Parágrafo único - As administrações tributárias do Estado e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou de convênio."

Art. 3º - O inciso II do "caput" do art. 20 da Constituição do Estado passa a vigorar com a redação que segue, e fica o artigo acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 20 - (...)

II - nas autarquias e fundações públicas, por servidor público ocupante de cargo público em caráter efetivo ou em comissão, por empregado público detentor de emprego público ou designado para função de confiança ou por detentor de função pública, na forma do regime jurídico previsto em lei;

(...)

Parágrafo único – A lei disporá sobre os requisitos e as restrições a serem observados pelo ocupante de cargo ou detentor de emprego ou função que lhe possibilite o acesso a informações privilegiadas."

Art. 4º – O "caput" do art. 21 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 21 – Os cargos, funções e empregos públicos são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei."

Art. 5º – O "caput" e os §§ 4º a 8º do art. 24 da Constituição do Estado passam a vigorar com a redação que se segue, e fica o artigo acrescido dos seguintes §§ 9º a 11:

"Art. 24 – A remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 7º deste artigo somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

(...)

§ 4º – Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para o fim de concessão de acréscimo ulterior.

§ 5º – O subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos §§ 1º, 4º e 7º deste artigo e nos arts. 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I, da Constituição da República.

§ 6º – A lei estabelecerá a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, obedecido, em qualquer caso, o disposto no § 1º deste artigo.

§ 7º – O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo e os Secretários de Estado serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, e observado, em qualquer caso, o disposto no § 1º deste artigo.

§ 8º – A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do § 7º deste artigo.

§ 9º – Não serão computadas, para efeito dos limites remuneratórios de que trata o § 1º deste artigo, as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei.

§ 10 – O disposto no § 1º deste artigo aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, bem como às suas subsidiárias, que receberem recursos do Estado para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.

§ 11 – Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos, funções e empregos públicos."

Art. 6º – O "caput" e o parágrafo único do art. 25 da Constituição do Estado passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 25 – É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, permitida, se houver compatibilidade de horários e observado o disposto no § 1º do art. 24:

(...)

Parágrafo único – A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações e empresas públicas, sociedades de economia mista, bem como suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público."

Art. 7º – O "caput" do art. 26 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26 – Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:"

Art. 8º – O § 5º do art. 30 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 30 – (...)

§ 5º – O Estado instituirá planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas."

Art. 9º – O art. 36 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 36 – Aos servidores titulares de cargos de provimento efetivo do Estado, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime próprio de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do Estado, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

§ 1º – Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17:

I – por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se a invalidez for decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei;

II – compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

III – voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

§ 2º – Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

§ 3º – Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião de sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que trata este artigo e os arts. 40 e 201 da Constituição da República, na forma da lei.

§ 4º – É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em lei complementar, os casos de servidores:

I – portadores de deficiência;

II – que exerçam atividades de risco;

III – cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

§ 5º – Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 1º, III, "a", deste artigo, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 6º – É vedada:

I – a percepção de mais de uma aposentadoria pelos regimes de previdência a que se referem este artigo e o art. 40 da Constituição da República, ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma prevista nesta Constituição;

II – a percepção simultânea de proventos de aposentadoria pelos regimes de previdência a que se referem este artigo e o art. 39 desta Constituição, bem como os arts. 40, 42 e 142 da Constituição da República, com a remuneração de cargo, função ou emprego públicos, ressalvados os cargos acumuláveis na forma prevista nesta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

§ 7º – Lei disporá sobre a concessão do benefício da pensão por morte, que será igual:

I – ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição da República, acrescido de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, caso o servidor estivesse aposentado na data do óbito;

II – ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição da República, acrescido de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, caso o servidor estivesse em atividade na data do óbito.

§ 8º – É assegurado o reajustamento dos benefícios de pensão e aposentadoria para preservar, em caráter permanente, seu valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.

§ 9º – O tempo de contribuição federal, estadual, distrital ou municipal será contado para efeito de aposentadoria, e o tempo de serviço correspondente, para efeito de disponibilidade.

§ 10 – A lei não poderá estabelecer nenhuma forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

§ 11 – Aplica-se o limite fixado no art. 24, § 1º, à soma total dos proventos de aposentadoria, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos, funções ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos de aposentadoria com remuneração de cargo acumulável na forma desta Constituição, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração ou de cargo eletivo.

§ 12 – Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.

§ 13 – Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público aplica-se o regime geral de previdência social.

§ 14 – Lei de iniciativa do Governador do Estado poderá instituir regime de previdência complementar para os servidores de que trata este artigo, por intermédio de entidade fechada de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerá aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida, observado, no que couber, o disposto no art. 202 da Constituição da República.

§ 15 – Após a instituição do regime de previdência complementar a que se refere o § 14, poderá ser fixado para o valor das aposentadorias e pensões de que trata este artigo o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição da República.

§ 16 – O disposto nos §§ 14 e 15 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do regime de previdência complementar, mediante sua prévia e expressa opção

§ 17 – Todos os valores de remuneração considerados para o cálculo dos proventos da aposentadoria previsto no § 3º deste artigo serão devidamente atualizados, na forma da lei.

§ 18 – Incidirá contribuição, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargo de provimento efetivo, sobre a parcela dos proventos de aposentadoria e das pensões concedidos pelo regime de que trata este artigo que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição da República.

§ 19 – Quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante, a contribuição prevista no § 18 deste artigo incidirá apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição da República.

§ 20 – O servidor de que trata este artigo que tenha cumprido as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no § 1º, III, "a", e no § 5º e que opte por permanecer em atividade fará jus a abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária.

§ 21 – Fica vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência para os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo do Estado e de mais de um órgão ou entidade gestora do respectivo regime, ressalvado o disposto no § 10 do art. 39.

§ 22 – O órgão ou entidade gestora do regime próprio de previdência social dos servidores do Estado contará com colegiado, com participação paritária de representantes e de servidores dos Poderes do Estado, ao qual caberá acompanhar e fiscalizar a administração do regime, na forma do regulamento.

§ 23 – Com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento de proventos de aposentadorias e pensões concedidas aos servidores e seus dependentes, em adição aos recursos do tesouro, o Estado poderá constituir fundos integrados pelos recursos provenientes de contribuições e por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante lei que disporá sobre a natureza e a administração desses fundos.

§ 24 – É assegurado ao servidor afastar-se da atividade a partir da data do requerimento de aposentadoria, e a não concessão desta importará o retorno do requerente para o cumprimento do tempo necessário à aquisição do direito, na forma da lei.

§ 25 – Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei."

Art. 10 – O § 11 do art. 39 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação, ficando acrescido o artigo do seguinte § 13:

"Art. 39 – (...)

§ 11 – Aplica-se ao militar o disposto nos §§ 1º, 3º, 4º e 5º do art. 24, nos §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º do art. 31 e nos §§ 9º, 24 e 25 do art. 36 desta Constituição e nos incisos VIII, XII, XVII, XVIII e XIX do art. 7º da Constituição da República.

(...)

§ 13 – Aos pensionistas dos militares aplica-se o que for fixado em lei complementar específica."

Art. 11 – O inciso I do § 5º do art. 53 e o § 3º do art. 56 da Constituição do Estado passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 53 (...)

§ 5º – (...)

I – pelo Governador do Estado, em caso de urgência ou de interesse público relevante, com a aprovação da maioria dos membros da Assembleia Legislativa;

(...)

Art. 56 – (...)

§ 3º – Na hipótese prevista no § 2º deste artigo, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Assembleia Legislativa, para que esta, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão."

Art. 12 – Fica acrescentado ao art. 58 da Constituição do Estado o seguinte § 4º:

"Art. 58 – (...)

§ 4º – A renúncia de parlamentar submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato, nos termos deste artigo, terá seus efeitos suspensos até as deliberações finais de que tratam os §§ 2º e 3º."

Art. 13 – O inciso XI do art. 61 da Constituição do Estado passa a vigorar com a redação que segue, ficando o artigo acrescido dos seguintes incisos XX e XXI:

"Art. 61 – (...)

XI – criação, estruturação, definição de atribuições e extinção de Secretarias de Estado e demais órgãos da administração pública;

(...)

XX – fixação do subsídio do Deputado Estadual, observado o disposto nos arts. 24, § 7º, e 53, § 6º, desta Constituição, e nos arts. 27, § 2º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I, da Constituição da República;

XXI – fixação dos subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado, observado o disposto no art. 24, §§ 1º e 7º, desta Constituição, e nos arts. 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I, da Constituição da República."

Art. 14 – Os incisos IV, VI, XXI e XXXVI do "caput" do art. 62 da Constituição do Estado passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 62 – (...)

IV – dispor sobre a criação, a transformação ou a extinção de cargo, emprego e função de seus serviços e de sua administração indireta;

(...)

VI – resolver sobre prisão e sustar o andamento de ação penal contra Deputado, observado o disposto no art. 56;

(...)

XXI – escolher quatro dos sete Conselheiros do Tribunal de Contas;

(...)

XXXVI – dispor sobre o sistema de previdência e assistência social dos seus membros e o sistema de assistência social dos servidores de sua Secretaria;".

Art. 15 – O inciso III do § 2º do art. 65 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 65 – (...)

§ 2º – (...)

III – o Estatuto dos Servidores Públicos Civis, o Estatuto dos Militares e as leis que instituírem os respectivos regimes de previdência;".

Art. 16 – As alíneas "b", "c" e "d" do inciso I, a alínea "c" do inciso III, as alíneas "a" e "b" do inciso IV e os §§ 1º e 2º do art. 66 da Constituição do Estado passam a vigorar com a seguinte redação, ficando o inciso I do mesmo artigo acrescido da seguinte alínea "h":

"Art. 66 – (...)

I – (...)

b) o subsídio do Deputado Estadual, observado o disposto nos arts. 27, § 2º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I, da Constituição da República;

c) os subsídios do Governador, do Vice-Governador e do Secretário de Estado, observado o disposto nos arts. 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I, da Constituição da República;

d) a organização da Secretaria da Assembleia Legislativa, seu funcionamento, sua polícia, a criação, a transformação ou a extinção de cargo, emprego e função e o regime jurídico de seus servidores;

(...)

h) a remuneração dos servidores da Secretaria da Assembleia Legislativa, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias e o disposto nos arts. 24 e 32 desta Constituição;

(...)

III – (...)

c) o regime de previdência dos militares, o regime de previdência e o regime jurídico único dos servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional, incluídos o provimento de cargo e a estabilidade;

(...)

IV – (...)

a) a criação e a organização de tribunal e juízo inferiores e de vara judiciária, a fixação de vencimentos de seus membros, dos juízes, inclusive de tribunal inferior, dos serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias e o disposto nos arts. 24 e 32 desta Constituição;

b) a criação, a transformação ou a extinção de cargo e função públicos de sua Secretaria e da Secretaria do Tribunal de Justiça Militar e a fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias e o disposto nos arts. 24 e 32 desta Constituição;

(...)

§ 1º – A iniciativa de que tratam as alíneas "a", "d", "e", "f" e "g" do inciso I será formalizada por meio de projeto de resolução.

§ 2º – Ao Procurador-Geral de Justiça é facultada, além do disposto no art. 125, a iniciativa de projetos sobre a criação, a transformação e a extinção de cargo e função públicos do Ministério Público e dos serviços auxiliares e a fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias e o disposto nos arts. 24 e 32 desta Constituição."

Art. 17 – O art. 75 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 75 – As disponibilidades de caixa do Estado e dos órgãos ou entidades da administração direta e indireta serão depositadas nas instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei federal."

Art. 18 – O § 4º do art. 78 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 78 – (...)

§ 4º – O Conselheiro do Tribunal de Contas tem as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos e subsídio do Desembargador, aplicando-se-lhe, quanto à aposentadoria e à pensão, as normas constantes no art. 36 desta Constituição."

Art. 19 – O "caput" do art. 84 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação, e fica o artigo acrescido do seguinte § 2º, passando seu parágrafo único a vigorar como § 1º:

"Art. 84 – A eleição do Governador e do Vice-Governador do Estado se realizará, simultaneamente, no primeiro turno, no primeiro domingo de outubro e, no segundo turno, se houver, no último domingo de outubro do ano anterior ao do término do mandato vigente, e a posse ocorrerá no dia primeiro de janeiro do ano subsequente, observado, quanto ao mais, o disposto no art. 77 da Constituição da República.

(...)

§ 2º – O Governador do Estado e quem o houver sucedido ou substituído no curso do mandato poderá ser reeleito para um único período subsequente."

Art. 20 – O inciso III do art. 96 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 96 – (...)

III – o Tribunal e os Juízes Militares;"

Art. 21 – O parágrafo único do art. 97 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 97 – (...)

Parágrafo único – As custas e os emolumentos serão destinados exclusivamente ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça."

Art. 22 – Os incisos I, IV a VI e VIII a XI e as alíneas "a", "d" e "f" do inciso II do art. 98 da Constituição do Estado passam a vigorar com a redação que segue, e fica o "caput" acrescido dos seguintes incisos XII a XVI:

"Art. 98 – (...)

I – o ingresso na carreira se dará no cargo inicial de Juiz Substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado de Minas Gerais, em todas as fases, sendo exigidos o título de bacharel em Direito e, no mínimo, três anos de atividade jurídica, e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação;

II – (...)

a) na apuração de antiguidade, o Tribunal de Justiça poderá recusar o Juiz mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, assegurada a ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação;

(...)

d) a aferição do merecimento será feita conforme o desempenho, observados os critérios objetivos de produtividade e presteza no exercício da jurisdição, a frequência e o aproveitamento em cursos de aperfeiçoamento, oficiais ou reconhecidos, bem como o funcionamento regular dos serviços judiciais na comarca;

(...)

f) não será promovido ou removido o Juiz que retiver, injustificadamente, autos em seu poder além do prazo legal ou que mantiver processo paralisado, pendente de despacho, decisão ou sentença de sua competência, enquanto perdurar a paralisação;

(...)

IV – serão previstos cursos oficiais de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados, constituindo etapa obrigatória do processo de vitaliciamento a participação em curso oficial ou reconhecido por escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados;

V – a aposentadoria dos magistrados e a pensão de seus dependentes observarão o disposto no art. 36 desta Constituição;

VI – o Juiz titular residirá na respectiva comarca, salvo autorização do Tribunal;

(...)

VIII – o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do Tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada a ampla defesa;

IX – todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e todas as decisões, fundamentadas, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados ou somente a estes, nos casos em que a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público no que se refere à informação;

X – as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e tomadas em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria dos membros do tribunal ou do órgão especial, se houver;

XI – nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, para o exercício de atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno, provendo-se metade das vagas por antiguidade, e a outra metade, por eleição pelo tribunal pleno;

XII – a remoção a pedido ou a permuta de magistrados de comarca de igual entrância atenderá, no que couber, ao disposto nas alíneas "b", "d", "e" e "f" do inciso II do "caput" deste artigo;

XIII – a atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedadas férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, e seu funcionamento será garantido, nos dias em que não houver expediente forense normal, por Juízes em plantão permanente;

XIV – o número de Juízes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população;

XV – os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório;

XVI – a distribuição de processos será imediata, em todos os graus de jurisdição."

Art. 23 – Os incisos II e III do "caput" e o "caput" do § 2º do art. 100 da Constituição do Estado passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 100 – (...)

I – vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após o período de dois anos de exercício;

II – inamovibilidade, salvo a remoção por motivo de interesse público, observado o disposto no inciso VIII do art. 98 desta Constituição;

III – irredutibilidade do subsídio, na forma da Constituição da República.

(...)

§ 2º – Os tribunais estaduais poderão, pelo voto da maioria de seus membros e assegurada ampla defesa, decidir pela exoneração do magistrado de carreira, por ato ou por omissão ocorridos durante o biênio do estágio."

Art. 24 – O "caput" do art. 101 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação, ficando revogados os §§ 1º a 5º :

"Art. 101 – O subsídio do magistrado será fixado em lei, com diferença de uma categoria da carreira para a subsequente não superior a dez por cento nem inferior a cinco por cento, e não poderá exceder, a qualquer título, o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal."

Art. 25 – O art. 102 da Constituição do Estado fica acrescido dos seguintes incisos IV e V:

"Art. 102 – (...)

IV – receber, a qualquer título ou pretexto, auxílio ou contribuição de pessoa física ou de entidade pública ou privada, ressalvadas as exceções previstas em lei;

V – exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração."

Art. 26 – O inciso II do art. 104 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 104 – (...)

II – a criação e a extinção de cargo e a fixação de subsídio de seus membros, dos Juízes, inclusive dos tribunais inferiores, dos serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados;"

Art. 27 – Ficam acrescentados ao art. 105 da Constituição do Estado os seguintes §§ 1º a 4º:

"Art. 105 – (...)

§ 1º – O Tribunal de Justiça poderá funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à Justiça em todas as fases do processo.

§ 2º – O Tribunal de Justiça instalará a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções da atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.

§ 3º – O Tribunal de Justiça proporá a criação de varas especializadas, com competência exclusiva para questões agrárias, para dirimir conflitos fundiários.

§ 4º – Sempre que necessário à eficiente prestação jurisdicional, o Juiz se fará presente no local do litígio."

Art. 28 – O "caput" do art. 106 da Constituição do Estado fica acrescido do seguinte inciso IV:

"Art. 106 – (...)

IV – julgar reclamação para a preservação de sua competência e a garantia da autoridade de suas decisões, conforme estabelecido em lei."

Art. 29 – O "caput" do art. 109 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 109 – A Justiça Militar é constituída, em primeiro grau, pelos Juizes de Direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, pelo Tribunal de Justiça Militar."

Art. 30 – O "caput" do art. 111 da Constituição do Estado passa a vigorar com a redação que segue, ficando o artigo acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 111 – Compete à Justiça Militar processar e julgar os militares do Estado, nos crimes militares definidos em lei, e as ações contra atos administrativos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao Tribunal de Justiça Militar decidir sobre a perda do posto e da patente de oficial e da graduação de praça.

Parágrafo único – Compete aos Juizes de Direito do Juízo Militar processar e julgar, singularmente, os crimes militares cometidos contra civis e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, cabendo ao Conselho de Justiça, sob a presidência de Juiz de Direito, processar e julgar os demais crimes militares."

Art. 31 – O inciso VI do "caput" do art. 118 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 118 – (...)

VI – partido político com representação na Assembleia Legislativa do Estado;"

Art. 32 – Ficam acrescentados ao art. 122 da Constituição do Estado os seguintes inciso VI e §§ 2º, 3º, 4º e 5º, passando seu parágrafo único a vigorar como § 1º:

"Art. 122 – (...)

VI – elaborar sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

(...)

§ 2º – Se o Ministério Público não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites mencionados no inciso VI;

§ 3º – Se a proposta orçamentária do Ministério Público for encaminhada em desacordo com os limites a que se refere o inciso VI do "caput" deste artigo, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual;

§ 4º – Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.

§ 5º – A aposentadoria dos membros do Ministério Público e a pensão de seus dependentes observarão o disposto no art. 36 desta Constituição."

Art. 33 – As alíneas "a" e "e" do inciso I do art. 125 da Constituição do Estado passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 125 – (...)

I – (...)

a) ingresso na carreira do Ministério Público mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados

do Brasil, Seção do Estado de Minas Gerais, em sua realização, sendo exigidos o título de bacharel em Direito e, no mínimo, três anos de atividade jurídica, e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação;

(...)

e) os direitos previstos nos incisos VIII, XII, XVII, XVIII e XIX do art. 7º da Constituição da República e no § 4º e no inciso I do § 6º do art. 31 desta Constituição."

Art. 34 – Os incisos II e III do art. 126 da Constituição do Estado passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 126 – (...)

II – inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada a ampla defesa;

III – irredutibilidade de subsídio, observado, quanto à remuneração, o disposto na Constituição da República."

Art. 35 – Os incisos III e V do art. 127 da Constituição do Estado, bem como seu parágrafo único, renumerado como § 1º, passam a vigorar com a seguinte redação, ficando o artigo acrescido do inciso VI e dos §§ 2º e 3º, que seguem:

"Art. 127 – (...):

III – participar de sociedade comercial, na forma da lei;

(...)

V – exercer atividade político-partidária;

VI – receber, a qualquer título ou pretexto, auxílio ou contribuição de pessoa física ou de entidade pública ou privada, ressalvadas as exceções previstas em lei.

§ 1º – As funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição.

§ 2º – A distribuição de processos no Ministério Público será imediata.

§ 3º – Aplica-se aos membros do Ministério Público o disposto no inciso V do art. 102 desta Constituição."

Art. 36 – O art. 131 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 131 – Às carreiras disciplinadas nas Seções I, II e III e nas Subseções I, II e III da Seção IV deste capítulo aplica-se o disposto nos arts. 24 e 32 desta Constituição."

Art. 37 – Fica acrescentado ao "caput" do art. 144 da Constituição do Estado o seguinte inciso IV:

"Art. 144 – (...)

IV – contribuição de seus servidores e militares, ativos e inativos, bem como de seus pensionistas, com alíquota não inferior à da contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União, para custeio de regime próprio de previdência."

Art. 38 – A alínea "a" do inciso IX do art. 146 da Constituição do Estado passa a vigorar com a redação que segue, ficando o inciso acrescido da seguinte alínea "f":

"Art. 146 – (...)

IX – (...)

a) sobre operações que destinem mercadorias para o exterior nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores;

(...)

f) sobre as prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita;"

Art. 39 – Fica acrescentado ao inciso IV do art. 161 da Constituição do Estado a seguinte alínea "g", ficando o artigo acrescido dos seguintes incisos XII e XIII:

"Art. 161 – (...)

IV – (...)

g) a realização de atividades da administração tributária;

(...)

XII – o aporte de recursos pelo Estado, por suas autarquias e fundações, por empresas públicas e sociedades de economia mista, a entidade de previdência complementar privada, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado;

XIII – a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelo Estado e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo e inativo e com pensionistas dos Municípios."

Art. 40 – Os §§ 1º e 2º do art. 163 da Constituição do Estado passam a vigorar com a redação que segue, ficando o artigo acrescido dos seguintes §§ 1º-A e 3º a 6º:

"Art. 163 – (...)

§ 1º – É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento, em valores atualizados monetariamente, até o final do exercício seguinte.

§ 1º-A – Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado.

§ 2º – As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento, segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor, e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o sequestro da quantia necessária à satisfação do débito.

§ 3º – O disposto no "caput" deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica ao pagamento de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Estadual ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

§ 4º – São vedados a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como o fracionamento, a repartição ou a quebra do valor da execução, a fim de que seu pagamento não se faça, em parte, na forma estabelecida no § 3º deste artigo e, em parte, mediante expedição de precatório.

§ 5º – A lei poderá fixar valores distintos para o fim previsto no § 3º deste artigo, segundo as diferentes capacidades das entidades de direito público.

§ 6º – O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatório incorrerá em crime de responsabilidade."

Art. 41 – O "caput" do art. 174 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação, e o artigo fica acrescido do seguinte § 3º:

"Art. 174 – O Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores serão eleitos em pleito direto e simultâneo, realizado em todo o Estado no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao do término do mandato daqueles a que devam suceder, para mandato de quatro anos, aplicadas as regras do art. 77 da Constituição da República no caso de Municípios com mais de duzentos mil eleitores.

(...)

§ 3º – O Prefeito e quem o houver sucedido ou substituído no curso do mandato poderão ser reeleitos para um único período subsequente."

Art. 42 – Fica acrescentado ao art. 232 da Constituição do Estado o seguinte § 3º:

"Art. 232 – (...)

§ 3º – A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública e da sociedade de economia mista e suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre:

I – a sua função social e as formas de fiscalização pelo Estado e pela sociedade;

II – a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, mesmo quanto aos direitos e às obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários;

III – a licitação e a contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração pública;

IV – a constituição e o funcionamento dos conselhos de administração e fiscal, com a participação de acionistas minoritários;

V – os mandatos, a avaliação de desempenho e a responsabilidade dos administradores."

Art. 43 – Ficam acrescentados ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado os seguintes arts. 130 a 138:

"Art. 130 – É assegurada a concessão, a qualquer tempo, de aposentadoria, bem como de pensão a seus dependentes, aos servidores públicos que, até a data de publicação da Emenda à Constituição da República nº 41, de 19 de dezembro de 2003, tiverem cumprido todos os requisitos para a obtenção desses benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.

§ 1º – O servidor de que trata o "caput" deste artigo que opte por permanecer em atividade tendo completado as exigências para a aposentadoria voluntária e que conte, no mínimo, vinte e cinco anos de contribuição, se mulher, ou trinta anos de contribuição, se homem, fará

jus a abono de permanência equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária.

§ 2º – Os proventos da aposentadoria integral ou proporcional a ser concedida aos servidores públicos referidos no "caput" deste artigo, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidas as prescrições nela estabelecidas para a concessão desses benefícios ou de acordo com a legislação vigente, por opção do servidor.

§ 3º – São mantidos todos os direitos e garantias assegurados nas disposições constitucionais vigentes em 16 de dezembro de 1998, data de publicação da Emenda à Constituição da República nº 20, aos servidores e aos militares, inativos e pensionistas, aos anistiados e aos ex-combatentes, assim como aos que já tenham cumprido, até aquela data, os requisitos para usufruírem tais direitos, observado o disposto no § 1º do art. 24 da Constituição do Estado.

Art. 131 – Observado o disposto no art. 135 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, é assegurado o direito de opção pela aposentadoria voluntária com proventos calculados de acordo com o art. 36, §§ 3º e 17, da Constituição do Estado, àquele que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo das administrações públicas direta, autárquica e fundacional até 16 de dezembro de 1998, data de publicação da Emenda à Constituição da República nº 20, quando o servidor preencher cumulativamente as seguintes condições:

I – tiver cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;

II – tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria;

III – contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a 20% (vinte por cento) do tempo que, na data de publicação da Emenda à Constituição da República nº 20, de 1998, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea "a" deste inciso.

§ 1º – O servidor que cumprir as exigências para aposentadoria na forma do "caput" deste artigo terá os seus proventos de inatividade reduzidos para cada ano antecipado em relação aos limites de idade estabelecidos pelo art. 36, § 1º, III, "a", e § 5º da Constituição do Estado, na seguinte proporção:

I – 3,5% (três vírgula cinco por cento), para aquele que tiver completado as exigências para aposentadoria na forma do "caput" deste artigo até 31 de dezembro de 2005;

II – 5% (cinco por cento), para aquele que tiver completado as exigências para aposentadoria na forma do "caput" deste artigo depois de 31 de dezembro de 2005.

§ 2º – Aplica-se ao magistrado e ao membro do Ministério Público e do Tribunal de Contas o disposto neste artigo.

§ 3º – Na aplicação do disposto no § 2º deste artigo, o magistrado ou o membro do Ministério Público ou do Tribunal de Contas, se homem, terão o tempo de serviço exercido até 16 de dezembro de 1998, data de publicação da Emenda à Constituição da República nº 20, contado com acréscimo de 17% (dezessete por cento), observado o disposto no § 1º deste artigo.

§ 4º – O professor servidor do Estado, incluídas suas autarquias e fundações, que, até 16 de dezembro de 1998, data de publicação da Emenda à Constituição da República nº 20, tenha ingressado regularmente em cargo efetivo de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no "caput" deste artigo terá o tempo de serviço exercido até a publicação dessa emenda contado com acréscimo de 17% (dezessete por cento), se homem, e de 20% (vinte por cento), se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício nas funções de magistério, observado o disposto no § 1º.

§ 5º – O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no "caput" deste artigo e que opte por permanecer em atividade fará jus a abono de permanência equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária.

§ 6º – Às aposentadorias concedidas de acordo com este artigo aplica-se o disposto no art. 36, § 8º, da Constituição do Estado.

Art. 132 – Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas no art. 36 da Constituição do Estado ou pelas regras estabelecidas no art. 131 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o servidor do Estado, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003, data de publicação da Emenda à Constituição da República nº 41, poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no § 5º do art. 36 da Constituição do Estado, preencher, cumulativamente, as seguintes condições:

I – sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher;

II – trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

III – vinte anos de efetivo exercício no serviço público;

IV – dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

Parágrafo único – Aplica-se aos proventos de aposentadorias concedidas em conformidade com este artigo o disposto no art. 134 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 133 – Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas no art. 36 da Constituição do Estado ou pelas regras estabelecidas nos arts. 131 e 132 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o servidor do Estado, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998 poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

I – trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II – vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria;

III – idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 36, § 1º, III, "a", e § 5º da Constituição do Estado, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I.

Parágrafo único – Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base neste artigo o disposto no art. 134 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, observando-se igual critério de revisão para as pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos que se tenham aposentado em conformidade com este artigo.

Art. 134 – Observado o disposto no art. 24, § 1º, da Constituição do Estado, os proventos de aposentadoria dos servidores titulares de cargos de provimento efetivo e as pensões já concedidas até 31 de dezembro de 2003, data de publicação da Emenda à Constituição da República nº 41, bem como os proventos e pensões de que tratam os arts. 130 e 132 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, mesmo quando decorrentes da transformação ou da reclassificação do cargo ou da função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.

Art. 135 – Observado o disposto no art. 36, § 10, da Constituição do Estado, o tempo de serviço considerado pela legislação vigente para efeito de aposentadoria cumprido até a edição de lei que discipline a matéria será contado como tempo de contribuição.

Art. 136 – A vedação prevista no inciso II do § 6º do art. 36 da Constituição do Estado não se aplica aos membros de Poder e aos inativos, servidores e militares, que, até 16 de dezembro de 1998, data de publicação da Emenda à Constituição da República nº 20, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos e pelas demais formas previstas na Constituição do Estado, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelos regimes de previdência a que se referem o art. 36 da Constituição do Estado e o art. 40 da Constituição da República, aplicando-se-lhes, em qualquer hipótese, o limite de que trata o § 11 do art. 36 da Constituição do Estado.

Art. 137 – Os vencimentos, a remuneração, os subsídios, as vantagens e os adicionais, bem como os proventos de aposentadoria, as pensões ou outras espécies remuneratórias percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais e de qualquer natureza, que estejam sendo recebidos pelos ocupantes de cargos, empregos ou função pública da administrações públicas direta, autárquica e fundacional e dos membros de quaisquer dos Poderes, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, bem como pelos detentores de mandato eletivo e pelos demais agentes políticos, em desacordo com a Constituição, serão imediatamente reduzidos aos limites dela decorrentes, não se admitindo, neste caso, invocação de direito adquirido ou percepção de excesso a qualquer título.

Art. 138 – Enquanto não for editada a lei a que se refere o [§ 9º do art. 24 da Constituição do Estado](#), não será computada, para efeito dos limites remuneratórios de que trata o § 1º do mesmo artigo, nenhuma parcela de caráter indenizatório, assim definida pela legislação em vigor na data de publicação da Emenda à Constituição da República nº 41, de 2003."

Art. 44 – Ficam revogados o art. 37, os incisos VII e VIII do art. 62, a alínea "d" do inciso I do art. 125 e os arts. 114, 282 e 287 da Constituição do Estado.

Art. 45 – Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 2009.

Lafayette de Andrada - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Ana Maria Resende - Carlos Gomes - Delvito Alves - Sebastião Costa - Adalclever Lopes - Alberto Pinto Coelho - Almir Paraca - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Dinis Pinheiro - Doutor Rinaldo - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Juarez Távora - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

Justificação: Para marcar a comemoração dos 20 anos da Constituição do Estado de Minas Gerais, foi constituída, na Assembleia Legislativa, uma Comissão Extraordinária, composta dos Deputados Lafayette de Andrada, Coordenador, Ana Maria Resende, Carlos Gomes, Delvito Alves e Sebastião Costa. Os trabalhos da Comissão foram divididos em duas frentes. Uma comemorativa, que inclui a publicação de uma edição especial da Constituição mineira e a exibição de painel de fotos dos constituintes; e outra, técnica, consistente na elaboração de uma Proposta de Emenda à Constituição Estadual para adequá-la às modificações introduzidas na Constituição da República de 1988.

Trata-se de um trabalho desafiador, em especial a tarefa de atualização do Texto Constitucional. Basta lembrar que a Constituição Federal já recebeu, até o momento, 58 emendas, abrangendo modificações importantes em áreas sensíveis, como previdência e Poder Judiciário. Muitas têm repercussão direta na aplicação de direitos fundamentais dos cidadãos e nas instituições públicas estaduais, o que realça a importância deste trabalho de atualização por meio do poder constituinte de reforma.

O objetivo da Comissão não foi realizar a tarefa de adequação como uma simples transposição acrítica de dispositivos da Lei Maior para a Carta mineira. Ao contrário. A Comissão tomou como ponto de partida a ideia de que a manifestação do poder constituinte é sempre uma valiosa oportunidade para o povo refletir sobre as mudanças e renovar o compromisso com o tipo de projeto que pretende construir. Neste sentido, foram realizadas várias audiências públicas, que buscaram reunir os olhares e contribuições de representantes da sociedade civil organizada. Para tratar da reforma do Poder Judiciário, por exemplo, foram ouvidos representantes da Defensoria Pública, OAB, Ministério Público, Poder Judiciário de 1ª e 2ª instâncias, representantes de entidades de classe, entre outros.

Em razão da amplitude do trabalho, foi priorizada, neste primeiro momento, a atualização dos temas considerados mais estruturais. São eles: reforma administrativa, da previdência, reforma do Poder Judiciário e reforma tributária e financeira. Pode-se dizer que a proposta que se segue foi construída a partir desses quatro eixos. Todavia, em torno dessas questões, outras mudanças foram introduzidas.

A seguir, apresentaremos, de forma sucinta, o conteúdo das alterações.

No que se refere à reforma do Poder Judiciário, foram incorporadas as modificações realizadas, no texto da Constituição da República, pela

Emenda à Constituição nº 45, de 2004. Todas elas têm por objetivo favorecer o acesso à Justiça. Entre as mais importantes, podem ser destacadas as novas regras de ingresso na magistratura; a vedação de férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau; a determinação de que o número de Juizes na unidade jurisdicional seja proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população; o estabelecimento de requisitos essenciais ao processo de vitaliciamento dos magistrados; os novos critérios para a remoção e a permuta de Juizes; a exigência de publicidade para as decisões administrativas dos tribunais; a criação de critérios objetivos para a promoção por merecimento; a distribuição imediata dos processos em todos os graus de jurisdição; o funcionamento descentralizado do Poder Judiciário, com a instituição das Câmaras Regionais e a previsão da instalação da Justiça itinerante.

Quanto à administração pública e ao regime jurídico dos servidores públicos, as normas constantes na redação original da Constituição da República foram muito alteradas, em especial pelas Emendas à Constituição nºs 19 e 20, de 1998, e 41, de 2003, conhecida a primeira como reforma administrativa, e as duas últimas como reforma da previdência. Embora a maioria das disposições modificadas aplique-se diretamente aos Poderes do Estado, a Carta mineira incorporou apenas algumas delas, gerando uma indesejável situação de descompasso entre os textos normativos.

Em matéria de administração pública, pode-se mencionar, das mudanças a serem feitas no Texto Constitucional estadual, a extensão do direito de acesso a cargos, funções e empregos públicos aos estrangeiros; a previsão do subsídio em parcela única como forma remuneratória de membro de Poder, detentor de mandato eletivo, Secretário de Estado, além de outros servidores organizados em carreira; a aplicação do teto remuneratório não apenas aos servidores de pessoas jurídicas de direito público, mas também aos empregados de empresas estatais que recebam recursos do Estado para pagamento de despesas de pessoal ou custeio.

Na mesma linha, o delineamento do regime próprio de previdência dos servidores públicos também mereceu especial atenção da Comissão. Nesse ponto, devem ser incorporadas à Carta mineira, a par de outras alterações, a previsão do tempo de contribuição como requisito ou critério fundamental para aquisição de direito a benefícios previdenciários, em substituição ao tempo de serviço; a possibilidade de criação de regime de previdência complementar para os servidores do Estado; e a incidência de contribuição previdenciária exclusivamente sobre a parcela dos proventos de aposentadoria ou benefícios de pensão que excedam o teto do regime geral de previdência social, conforme decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 3.105-8 e 3.128-7.

Já em relação à reforma tributária e financeira, foram inseridas no Texto Constitucional alterações atinentes às disponibilidades de caixa do Estado, à expedição de precatórios e ao ICMS, decorrentes das Emendas à Constituição da República nºs 30, de 2000, 37, de 2002, e 42, de 2003.

O trabalho realizado pela Comissão Extraordinária, para além desses quatro grandes grupos temáticos, abrangeu também matérias esparsas, que também demandavam adequação da Carta mineira ao texto da Constituição da República. Desse rol, podemos citar a possibilidade de reeleição dos Chefes do Poder Executivo e a suspensão de efeitos do pedido de renúncia do parlamentar submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato.

As alterações propostas são o primeiro passo deste processo de revisão da Constituição mineira. Certamente, no curso da tramitação da proposta nesta Casa, este trabalho receberá enriquecedoras contribuições dos Deputados, imbuídos do compromisso de dar continuidade ao incessante e inesgotável processo de mudança constitucional. Para alcançar esse desiderato, contamos com o apoio dos nobres pares desta Casa.

- Publicada, vai a proposta à Comissão Especial, para parecer, nos termos do art. 201 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.997/2009

Dispõe sobre a inclusão na grade curricular do ensino médio da disciplina de Noções Básicas de Políticas Antidrogas e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Ficam as escolas públicas e privadas integrantes do Sistema Estadual de Educação obrigadas a inserir na grade curricular do ensino médio a disciplina de Noções Básicas de Políticas Antidrogas.

Art. 2º - A série em que a matéria será incluída e o conteúdo a ser ministrado será definida pelo órgão competente da Secretaria de Estado de Educação em parceria com a Subsecretaria de Estado Antidrogas.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei serão cobertas por recursos orçamentários próprios, suplementados, se necessário.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 2009.

Duarte Bechir

Justificação: Analisando o crescimento do uso de entorpecentes em nosso Estado e sabendo que este uso indevido de drogas constitui, na atualidade, séria e persistente ameaça à humanidade e à estabilidade das estruturas e dos valores políticos, econômicos, sociais e culturais de todos os Estados e sociedades, buscamos através de legislação específica, orientar nossos jovens quanto aos malefícios desse uso.

Segundo o representante do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC - no Brasil, Bo Mathiasen, o combate às drogas exige um enfrentamento global dos governos, uma vez que o mercado ilícito estimula a violência e a corrupção. Mathiasen também reafirmou a posição da ONU contrária à legalização das drogas. "Alcool e tabaco causam mais mortes, porque são legais", afirmou.

Segundo Relatório sobre Drogas 2009, da ONU, a produção e o uso de drogas sintéticas cresceram nos últimos anos nos países em desenvolvimento. Apontou ainda que o mercado global de cocaína, ópio, morfina, heroína e maconha está estável ou em declínio. A maconha permanece como a droga mais cultivada e consumida em todo o mundo, com o total de consumidores anuais estimado entre 143 milhões e 190 milhões de pessoas.

No Brasil, as apreensões de ecstasy dispararam em 2007, com mais de 211 mil unidades interceptadas, contra 11.648 unidades em 2006. O Brasil já está entre os países com maiores apreensões de substâncias do grupo ecstasy no mundo.

Outra droga cujas apreensões evidenciam um aumento de consumo no País é o crack. Em 2006, foram apreendidos 145 mil quilos das pedras no Brasil e, em 2007, esse total chegou a 578.060 quilos.

Com este projeto busca-se a prevenção para os diferentes aspectos do processo do uso indevido de drogas lícitas ou ilícitas, buscando desencorajar o uso inicial, promover a interrupção do consumo dos usuários ocasionais e reduzir as perniciosas consequências sociais e de saúde.

Considerando a relevância desta matéria, submeto aos meus nobres pares este projeto de lei, pedindo sua aprovação.

- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Célio Moreira. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 599/2007 nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.998/2009

Declara de utilidade pública a Associação Obra Social Maria do Carmo Fonseca Silva, com sede no Município de Contagem.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Obra Social Maria do Carmo Fonseca Silva, com sede no Município de Contagem.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 2009.

Gilberto Abramo

Justificação: A Associação Obra Social Maria do Carmo Fonseca Silva, com sede no Município de Contagem, fundada em 20/11/2005, é entidade filantrópica, beneficente e sem fins lucrativos. Seu objetivo é a promoção e o amparo às pessoas da terceira idade, às crianças e aos carentes.

Os membros de sua diretoria são reconhecidamente pessoas idôneas e não são remunerados pelo exercício de suas funções. Desde a sua fundação, a Associação vem cumprindo fielmente suas finalidades estatutárias, prestando relevantes serviços à comunidade.

A entidade espera, com a obtenção do título de utilidade pública, firmar parcerias com órgãos do Estado, o que lhe propiciará melhores condições para desenvolver suas atividades.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.999/2009

Declara de utilidade pública a Liga Ourobranquense de Desportos, com sede no Município de Ouro Branco.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Liga Ourobranquense de Desportos, com sede no Município de Ouro Branco.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 2009.

Inácio Franco

Justificação: Este projeto de lei tem por objetivo declarar de utilidade pública a Liga Ourobranquense de Desportos, com sede no Município de Ouro Branco, que tem por principal finalidade a difusão, o aperfeiçoamento e a disciplina da prática do desporto amador.

A Liga também organiza campeonatos e torneios oficiais, servindo ao Município, ao Estado e a União, promovendo o bem-estar do cidadão e principalmente dos jovens e dos adolescentes.

É incontestável a grandeza dessa importante atividade, de modo que contamos com o apoio de nossos pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.000/2009

Institui o Sistema de Comunicação e Cadastro e Atendimento Psicológico e Social aos pais de crianças e adolescentes desaparecidos e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica instituído o Sistema de Comunicação e Cadastro de Crianças e Adolescentes Desaparecidos do Estado de Minas Gerais, destinado a dar agilidade e eficácia à busca de crianças e adolescentes que tenham desaparecido no Estado.

§ 1º - Somente será inscrita no Sistema a criança ou adolescente cujo desaparecimento tenha sido registrado perante a autoridade policial competente.

§ 2º - Após o registro do desaparecimento da criança ou do adolescente, os pais passam a ter assistência psicológica e social por um período mínimo de 15 (quinze) dias ou até 48 (quarenta e oito) horas depois que a criança tenha sido localizada.

Art. 2º - O Sistema de que trata o art. 1º será formado e mantido pelas Secretarias de Defesa Social e Secretaria de Desenvolvimento Social, conforme suas respectivas áreas de competências, às quais caberá inserir e retirar dados e estabelecer meios de divulgação das informações constantes no cadastro.

Parágrafo único - O Sistema terá atualização periodicamente, com o objetivo de retirar do cadastro os registros das crianças ou adolescentes desaparecidos que tenham sido encontrados ou que tenham sua morte comprovada, bem como inserir dados relativos a novas ocorrências.

Art. 3º - Os órgãos públicos do Estado, estações rodoviárias e ferroviárias, aeroportos, escolas e hospitais ficam obrigados a reservar espaços nas suas repartições, em locais de maior circulação de pessoas, para a afixação de cartazes ou similares, contendo identificação, fotografia e demais dados das crianças ou adolescentes desaparecidos, bem como colocar, em local apropriado, caixa coletora, papel e caneta para as anotações de denúncias, pistas e quaisquer informações, que serão recolhidas e entregues à autoridade policial a cada 12 horas.

Art. 4º - O Poder Executivo elaborará e distribuirá nas escolas da rede pública e da rede privada de ensino, cartilha contendo informações sobre os cuidados a serem tomados pelas crianças e adolescentes.

Art. 5º - A mídia do Estado veiculará dados das crianças ou adolescentes desaparecidos, destinando espaços, nos veículos de comunicação impressa, televisiva, radiofônica e eletrônica, para sua divulgação.

Art. 6º - A divulgação de dados de crianças e adolescentes desaparecidos somente será feita se precedida de autorização expressa dos seus pais ou responsáveis, em conformidade com a legislação federal.

Art. 7º - A autoridade policial do Estado que detiver ou encaminhar para tratamento ou assistência crianças e adolescentes abandonados ou autores de ato infracional deverá comunicar o fato, em regime de urgência, com dados identificadores da pessoa, à Secretaria de Estado de Defesa Social e ao Ministério Público.

Art. 8º - Caso seja localizado o corpo de uma criança ou adolescente, a família terá direito de acompanhar a necrópsia com assistência de médico escolhido por ela ou pelo Ministério Público.

Art. 9º - As entidades assistenciais, públicas ou privadas, que recebam e abriguem crianças e adolescentes abandonados ou autores de ato infracional deverão enviar periodicamente à Secretaria de Estado de Defesa Social e ao Ministério Público relatório dos dados identificadores das crianças ou adolescentes que tenham dado entrada nestes estabelecimentos.

Art. 10 - Esta lei entra em vigor a partir da sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 2009.

Leonardo Moreira

Justificação: O número de pessoas desaparecidas no País, especialmente crianças, passa de 4 mil. No Estado de Minas Gerais, o problema já atinge proporções consideráveis, e quase nada vem sendo feito para dar às famílias que vivem o drama do desaparecimento de um de seus membros condições que favoreçam suas tentativas de tentar reencontrá-lo e, enquanto durar o desaparecimento, a devida atenção psicológica.

O Estado tem condições de fazer bem mais do que vem fazendo, e com custo praticamente nulo.

Adotando as medidas propostas, o Estado de Minas Gerais estará dando um passo fundamental para que o problema possa ser amenizado, permitindo àqueles que têm membro da família desaparecido uma chance ou perspectiva de descobrir o paradeiro desse ser humano, e que não têm recebido do nosso Estado um mínimo de atenção nem o indispensável atendimento psicológico, capaz de atenuar a dor da incerteza e preparar para o desfecho da perda definitiva ou do reencontro - episódio sempre traumático e de profundos efeitos na estrutura familiar, com reflexo em toda a comunidade.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Segurança Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

Projeto de Lei Nº 4.001/2009

Declara de utilidade pública o Lar São Vicente de Paulo de Juruiaia, com sede no Município de Juruiaia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Lar São Vicente de Paulo de Juruiaia, com sede no Município de Juruiaia.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 2009.

Luiz Humberto Carneiro

Justificação: A Sociedade São Vicente de Paulo é um movimento católico de leigos que se dedicam a atividades voltadas a aliviar o sofrimento do próximo, em particular dos menos favorecidos, por meio das ações coordenadas de seus membros. O trabalho da SSVV está fundamentado

em suas Obras Unidas: creches, educandários, asilos, entre outras instituições, que mantém e administra.

O Lar São Vicente de Paulo de Juruia é parte dessa organização, tendo como propósito desenvolver trabalho de cunho comunitário na área de assistência social, especialmente de amparo e socialização dos necessitados, idosos ou não, sem família ou cujos membros não tenham condições de ampará-los.

Com esse propósito, promove a assistência aos abrigados em suas necessidades básicas, a fim de recuperá-los como cidadãos conscientes de seus direitos e deveres.

Por seus esforços de ajuda aos necessitados, contamos com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei, que pretende declarar de utilidade pública o Lar São Vicente de Paulo de Juruia.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei Nº 4.002/2009

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores de Juruia - ACMJ -, com sede no Município de Juruia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores de Juruia - ACMJ -, com sede no Município de Juruia

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 2009.

Luiz Humberto Carneiro

Justificação: Congregando pessoas físicas e jurídicas, a Associação Comunitária dos Moradores de Juruia tem como finalidade o desenvolvimento econômico e social daquela comunidade e a consequente melhoria da qualidade de vida de seus habitantes. Com esse propósito, realiza atividades educacionais, sociais, culturais e desportivas, objetivando a integração de seus associados e o aperfeiçoamento da cordialidade entre eles; zela pela melhoria das condições de vida e do embelezamento dos bairros; promove a assistência a pessoas carentes, especialmente o atendimento a idosos e crianças; desenvolve projetos por melhores condições de moradia, higiene, saúde e segurança dos residentes na comunidade; mantém uma emissora de radiodifusão comunitária.

Por seu trabalho de significativa importância em nosso Estado, contamos com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei, que pretende declarar a Associação Comunitária dos Moradores de Juruia de utilidade pública.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.003/2009

Acrescenta o § 3º ao art. 10 da Lei nº 14.937, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA -, estabelecendo alíquota de 1% (um por cento) para veículos movidos, simultânea ou alternativamente, por eletricidade e outra modalidade de energia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O art. 10 da Lei nº 14.937, de 23 de dezembro de 2003, fica acrescido do seguinte § 3º:

"Art. 10 - (...)

§ 3º - Os veículos movidos, simultânea ou alternativamente, por eletricidade e outra modalidade de energia terão alíquota de 1%, independentemente da categoria."

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 2009.

Chico Uejo

Justificação: Este projeto de lei visa a alterar a alíquota do IPVA incidente sobre veículos híbridos que possuam capacidade de ser movidos, simultânea ou alternativamente, por eletricidade e outras modalidades de energia, tais como o combustível fóssil e o álcool.

A atenção aos impactos ambientais decorrentes da utilização de veículos de todas as espécies e categorias vem se acentuando e condicionando a elaboração de normas legais. Assim, a redução do ônus fiscal aos proprietários de veículos que se utilizam de combustíveis causadores de menor degradação ambiental mostra-se como importante incentivo à produção e à aquisição desses veículos. Nesse aspecto, é possível destacar os veículos híbridos que utilizam motor elétrico, que não emite poluentes nem provoca ruídos.

Importante é mencionar que a referida medida - desonerar do IPVA os veículos não poluentes - já foi adotada em vários Estados brasileiros, tais como Ceará (art. 4º, IX, da Lei nº 12.023, de 1992), Sergipe (art. 4º, XI, da Lei nº 3.287, de 1992) e Rio de Janeiro (art. 10, VII, da Lei nº 2.877, de 1997).

Apesar de não haver produção nacional em escala de veículos dessa natureza no presente momento, a diminuição da alíquota do IPVA mostra-se pertinente em razão do crescente avanço tecnológico que as empresas montadoras de automóveis vêm apresentando na busca de veículos à base de fontes alternativas de energia. Ademais, não se pode ignorar a possibilidade de importação de veículos automotores que fazem uso desses motores.

Em realidade, a ausência de produção de automóveis ou outros veículos híbridos dotados de motor elétrico é fator positivo, já que a previsão de redução de alíquota não importará renúncia de receita, o que poderia configurar óbice, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

São esses os motivos que nos levaram a formular este projeto de lei, a cuja aprovação esperamos contar com o indispensável apoio dos nobres pares.

- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Zezé Perrella. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 956/2007 nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE RESOLUÇÃO nº 4.004/2009

Aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica aprovada, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação de terra devoluta em nome de Glauce Botelho Pinto, situada na Fazenda Caraíva/Brejos/Córrego Azul, no Município de Felisburgo, com área de 123,7350ha (cento e vinte e três vírgula sete mil trezentos e cinquenta hectares).

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 2009.

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 195, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 4.979/2009, do Deputado Neider Moreira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Prefeitura Municipal de São Lourenço pelo Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia - Edição 2009, do Ministério das Minas e Energia, com o Projeto de Educação Ambiental, implantado e desenvolvido pelo Departamento de Meio Ambiente da Secretaria de Serviços Urbanos. (- À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 4.980/2009, do Deputado Weliton Prado, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social pedido de providências para a implantação de ações no Município de Uberlândia com o objetivo de diminuir os índices de criminalidade e de garantir mais segurança ao Município. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 4.981/2009, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao Diretor-Geral do DER-MG pedido de informações sobre a viabilidade de se instalarem conexões inteligentes para servir ao transporte de passageiros na região do Circuito Montanhas Mágicas da Mantiqueira.

Nº 4.982/2009, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Transportes pedido de informações sobre a viabilidade de se instalarem conexões inteligentes para servir ao transporte de passageiros na região do Circuito Montanhas Mágicas da Mantiqueira. (- Distribuídos à Mesa da Assembleia.)

Nº 4.983/2009, da Comissão de Administração Pública, em que solicita seja encaminhado ao Presidente do Conselho de Justiça Federal pedido de providências para a instalação de uma vara da Justiça Federal na Comarca de Betim, tendo em vista a lei que dispõe sobre a criação de 230 varas federais.

Nº 4.984/2009, da Comissão de Saúde, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Sra. Juliane Mineiro de Souza, residente I da Fundação Hilton Rocha, por ter obtido a 3ª colocação no Prêmio Jovem Talento do Hospital São Geraldo da UFMG.

Nº 4.985/2009, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhada ao Secretário Nacional de Direitos Humanos cópia das notas taquigráficas da 34ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/10/2009, para tomada de providências com vistas à inclusão de uma vinheta na campanha nacional sobre desaparecidos políticos com os nomes de Gesulino França de Souza e Fábio Rodrigues de Souza, desaparecidos desde o massacre de Ipatinga, em 7/10/63.

Nº 4.986/2009, da Comissão de Educação, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Universidade Federal de Itajubá por ter sido vencedora da 6ª Maratona Universitária de Eficiência Energética, disputada em São Paulo.

Nº 4.987/2009, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado à Secretária de Educação pedido de providências para que se implante na grade da rede estadual de ensino programa de educação para o trânsito.

Nº 4.988/2009, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao Superintendente Regional do DNIT em Minas Gerais pedido de providências para que seja construída uma trincheira ou um viaduto na BR - 381, em frente ao Carrefour, em Contagem.

Nº 4.989/2009, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao Superintendente Regional do DNIT em Minas Gerais pedido de providências para a aprovação do projeto de restauração e a abertura de processo licitatório das obras da BR-040, entre o entroncamento da BR-356 e o Município de Ressaquinha.

Nº 4.990/2009, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao Diretor-Geral do DER-MG pedido de providências para que seja pintada uma faixa de divisão de pista na rodovia que liga os Municípios de São Domingos do Prata e Dionísio.

Nº 4.991/2009, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao Diretor-Geral do DER-MG pedido de providências para a estadualização da Estrada Municipal E-010 da sede do Município de Pirapetinga até o limite com o Município de Recreio.

Nº 4.992/2009, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao DNIT novo pedido de providências para limitar o trânsito de veículos pesados com carga perigosa no Anel Rodoviário, entre 7 e 20 horas, bem como para estabelecer limites de velocidade diferenciados para os carros e caminhões, tendo em vista que não houve resposta da referida autarquia ao Requerimento nº 3.079/2008.

Nº 4.993/2009, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao Superintendente do DNIT em Minas Gerais pedido de providências para que sejam instalados redutores eletrônicos de velocidade na BR-135, na Comunidade de Lagoinha, no Município de Montes Claros.

Nº 4.994/2009, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao DER-MG e ao Detran-MG pedido de providências para o credenciamento de centros de inspeção veicular no Estado.

Nº 4.995/2009, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado à BHTRANS pedido de providências para o credenciamento de centros de inspeção veicular no Estado.

Nº 4.996/2009, da Comissão de Transporte, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à Rádio Juventude FM do Município de Além Paraíba pelos 20 anos de sua fundação.

Nº 4.997/2009, das Comissões de Assuntos Municipais e de Participação Popular, em que solicitam seja encaminhado à Promotoria de Justiça de Contagem, à Curadoria de Defesa do Meio Ambiente, do Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo e à Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações, pedido de providências com vistas à reabertura do Inquérito Civil nº 0079.08.000.372-0, que trata do fornecimento dos serviços de água, esgoto e energia elétrica, e da Ação Civil Pública nº 0079.03.083292-1, que versa sobre a responsabilidade civil do empreendedor.

Nº 4.998/2009, das Comissões de Assuntos Municipais e de Participação Popular, em que solicitam seja encaminhado ao Presidente da Câmara Municipal de Contagem pedido de providências com vistas à inclusão do Bairro Liberdade II (setores I, II e III) no Plano Diretor desse Município como área de interesse público social.

Nº 4.999/2009, das Comissões de Assuntos Municipais e de Participação Popular, em que solicitam seja encaminhado ao Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves pedido de providências com vistas ao atendimento, em caráter emergencial, da população do Bairro Liberdade II pelo posto de saúde do Bairro Liberdade.

Do Deputado Arlen Santiago em que solicita seja constituída Frente Parlamentar por uma Nova Tabela do SUS.

- São também encaminhados à Mesa requerimentos das Comissões de Administração Pública, de Direitos Humanos e de Transporte (3) e dos Deputados Eros Biondini e outros e Dalmo Ribeiro Silva.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Administração Pública, de Educação, de Fiscalização Financeira, do Trabalho, de Defesa do Consumidor, de Turismo e de Segurança Pública e dos Deputados Irani Barbosa, Luiz Humberto Carneiro e Padre João.

Oradores Inscritos

- Os Deputados Getúlio Neiva, Domingos Sávio, Carlos Mosconi, Paulo Guedes e Padre João proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência cumprimenta todos que estão nas galerias. Além dos Agentes Penitenciários, encontram-se conosco os alunos do 6º período do Curso de Serviço Social da Unipac de Betim. A todos desejamos uma boa estada nesta Assembleia, que é a Casa de vocês.

A Presidência registra, também, a presença, em Plenário, do Prefeito Municipal de Montes Claros, Luiz Tadeu Leite, ex-colega de Parlamento, e, nas galerias, de alunos da Escola Municipal Abílio Linhares, da cidade de Astolfo Dutra, que também nos visitam aqui. A Assembleia e os Deputados os recebem carinhosamente. Muito obrigado.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A Presidência, no uso de suas atribuições, torna sem efeito o recebimento do Requerimento nº 4.906/2009, da Comissão de Direitos Humanos, por tratar de matéria de competência da própria Comissão, nos termos do inciso VIII do art. 100 do Regimento Interno.

Mesa da Assembleia, 12 de novembro de 2009.

Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Designação de Comissões

O Sr. Presidente - A Presidência vai designar os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 53/2009, do Deputado Gilberto Abramo e outros, que dá nova redação ao § 1º do art. 128 da Constituição do Estado. Pelo BSD: efetivos - Deputados Domingos Sávio e Lafayette de Andrada; suplentes - Deputados Fahim Sawan e João Leite; pelo Bloco PT-PMDB-PCdoB: efetivo - Deputado Sávio Souza Cruz; suplente - Deputado Adalclever Lopes; pelo BPS: efetivo - Deputado Wander Borges; suplente - Deputada Gláucia Brandão; pelo PDT: efetivo - Deputado Tenente Lúcio; suplente - Deputado Doutor Ronaldo. Designo. Às Comissões.

A Presidência vai designar os membros da Comissão Especial para, no Prazo de 60 Dias, Proceder a Estudos sobre a Arbitragem com Vistas ao Pleno Entendimento Desta Nova, Moderna e Eficaz Ferramenta de Desenvolvimento Econômico, Político e Social, assim como à Obtenção dos Dados Necessários para a Edificação de Legislação Estadual sobre a Matéria, doravante denominada Comissão Especial sobre a Arbitragem. Pelo BSD: efetivos - Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Lafayette de Andrada; suplentes - Deputados Ademir Lucas e Zé Maia; pelo Bloco PT-PMDB-PCdoB: efetivo - Deputado Ivair Nogueira; suplente - Deputado André Quintão; pelo BPS: efetivo - Deputado Neider Moreira; suplente - Deputado Tiago Ulisses; pelo PDT: efetivo - Deputado Alencar da Silveira Jr.; suplente - Deputado Doutor Ronaldo. Designo. Às Comissões.

Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 4.983/2009, da Comissão de Administração Pública, 4.984/2009, da Comissão de Saúde, 4.985/2009, da Comissão de Direitos Humanos, 4.986/2009, da Comissão de Educação, 4.987 a 4.996/2009, da Comissão de Transporte, e 4.997 a 4.999/2009, das Comissões de Assuntos Municipais e de Participação Popular. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Administração Pública - aprovação, na 19ª Reunião Extraordinária, em 5/11/2009, dos Requerimentos nºs 4.816/2009, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, 4.873/2009, do Deputado Duarte Bechir, 4.890/2009, do Deputado Carlin Moura e outros, e 4.907/2009, da Comissão de Direitos Humanos; de Educação - aprovação, na 29ª Reunião Ordinária, em 11/11/2009, dos Projetos de Lei nºs 2.125/2008, do Governador do Estado, 3.673/2009, do Deputado Ruy Muniz, e 3.772/2009, do Deputado Weliton Prado, e dos Requerimentos nºs 4.937/2009, da Comissão de Cultura, e 4.951/2009, do Deputado Gil Pereira; de Fiscalização Financeira - aprovação, na 31ª Reunião Ordinária, em 11/11/2009, dos Requerimentos nºs 4.930 e 4.931/2009, da Comissão de Saúde; do Trabalho - aprovação, na 23ª Reunião Ordinária, em 11/11/2009, dos Projetos de Lei nºs 3.378/2009 com a Emenda nº 1, do Deputado Dimas Fabiano, 3.773/2009, do Deputado Weliton Prado, 3.798/2009 com a Emenda nº 1, do Deputado Célio Moreira, 3.807/2009, do Deputado Ademir Lucas, 3.812/2009, do Deputado Padre João, 3.817/2009 com a Emenda nº 1, do Deputado Almir Paraca, 3.819/2009, do Deputado Lafayette de Andrada, 3.821/2009, do Deputado Antônio Carlos Arantes, e 3.823/2009, do Deputado Rêmoló Aloise, e do Requerimento nº 4.935/2009, do Deputado Weliton Prado; de Defesa do Consumidor - aprovação, na 5ª Reunião Extraordinária, em 11/11/2009, do Requerimento nº 4.950/2009, do Deputado Fábio Avelar; de Turismo - aprovação, na 23ª Reunião Ordinária, em 12/11/2009, dos Requerimentos nºs 4.824/2009, do Deputado Ademir Lucas, e 4.949/2009, da Deputada Ana Maria Resende; e de Segurança Pública - aprovação, na 23ª Reunião Extraordinária, em 12/11/2009, dos Requerimentos nºs 4.805 a 4.807/2009, do Deputado Ademir Lucas, 4.900/2009, da Comissão Extraordinária de Políticas Públicas de Enfrentamento à Aids, às DSTs, ao Alcoolismo, às Drogas e Entorpecentes, 4.902 a 4.904, 4.909, 4.910 e 4.928/2009, da Comissão de Direitos Humanos, e 4.929/2009 com a Emenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos; e pelos Deputados Irani Barbosa - informando sua desfiliação do PSDB e sua filiação ao PMDB; Luiz Humberto Carneiro - informando o desligamento dos Deputados Irani Barbosa, Ronaldo Magalhães e Zézé Perrella do BSD, em virtude de suas desfiliações do PSDB (Ciente. Publique-se.); e Padre João - indicando o Deputado Getúlio Neiva para membro efetivo da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 7/2007, na vaga do ex-Deputado Luiz Tadeu Leite (Ciente. Designo. Às Comissões.).

Despacho de Requerimentos

- A seguir, são deferidos pelo Sr. Presidente, cada um por sua vez, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 3.934/2009 (Arquive-se o projeto.) e, nos termos do inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno, requerimento do Deputado Eros Biondini e outros solicitando a convocação de reunião especial para homenagear a TV Canção Nova pelos 20 anos de sua fundação.

Questão de Ordem

O Deputado João Leite - Obrigado, Sr. Presidente. Quero apenas fazer um comunicado. Estamos sempre acompanhando atentamente a liberação dos recursos por parte do governo federal. Todos sabem que o governo federal detém a maioria dos recursos auferidos dos impostos e das contribuições. Praticamente 70% de tudo que é arrecadado no Brasil está nas mãos do governo federal. Estamos sempre acompanhando essas liberações. Vivi um momento de grande expectativa, quando li uma liberação para o metrô de quase R\$1.000.000.000,00. Imaginava que esse recurso seria destinado a algum metrô de nossas Capitais, como o de Belo Horizonte. Mas, quando li a notícia por inteiro, tratava-se de mais uma liberação para o metrô de Caracas. O BNDES liberou aproximadamente R\$1.000.000.000,00 para esse metrô. Juntando esse valor, Deputado Getúlio Neiva, ao valor astronômico de quase R\$5.000.000.000,00 já investidos pelo Brasil no metrô de Caracas, tem-se algo impressionante. Enquanto isso, temos pendência no metrô de São Paulo, que alcança talvez 60km. Para os 28km do de Belo Horizonte, sequer um metro de linha foi acrescentado nestes oito anos do atual governo. A situação do transporte coletivo de Belo Horizonte é caótica, terrível. Tive contato com a Prefeitura de Belo Horizonte e sei que essa adotará o modelo de Curitiba, feito em 1982 por Jaime Lerner. Belo Horizonte já poderia ter adotado esse modelo há muitos anos; todavia, nada foi feito desde aquele ano em relação ao transporte coletivo. Deveremos ter, na Antônio Carlos, o modelo do BLT, que é um grande ônibus articulado a outras linhas, que alimentarão esse ônibus naquele corredor; todavia, vejamos a falta de esperança. Estamos falando em Copa do Mundo e em Olimpíadas no Brasil. Tive oportunidade de estar em Unai, onde também estava presente o Deputado Almir Paraca, numa audiência da Comissão de Segurança Pública. Voltei por Brasília. O aeroporto daquela cidade estava totalmente parado, lotado, numa situação de caos. O Brasil abrigará uma Copa do mundo. Precisamos ainda de muitos investimentos. Aquele apagão de terça-feira parou nosso país. Precisamos de mais investimentos. Pensávamos que o que aconteceu no governo do PSDB, a falta de energia que levou toda a população ao racionamento, já estava resolvido, mas ainda faltam investimentos. Espero que o governo federal olhe para o País e para Belo Horizonte; espero que ele invista no metrô de Belo Horizonte e em energia no País. Prezamos a amizade com a Venezuela, mas isso não pode levar o Brasil a beneficiar tanto aquele país, deixando de lado Belo Horizonte e outras cidades tão necessitadas de recursos. Na verdade, esses recursos saem dessas cidades e vão para as mãos do governo federal. Elas precisam desses recursos de volta para investirem no trabalhador, na trabalhadora. É lamentável. Eu esperava que esse valor de quase um bilhão fosse destinado ao metrô de Belo Horizonte, mas o governo federal do Presidente Lula e da Ministra Dilma está investindo é em Caracas, na Venezuela, no companheiro Chaves, que tem uma aliança com Mahmoud Ahmadinejad, Presidente do Irã, homem que enforca "gays" e persegue mulheres. E ele será recebido em nosso país! É algo impressionante, já que o nosso país é totalmente identificado com a democracia e com a defesa das minorias, mas receberá esse homem que gosta de enforçar "gays" e perseguir mulheres. Essa aliança do governo Lula com Chaves e com Ahmadinejad não interessa ao povo brasileiro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento da Comissão de Administração Pública solicitando ao Presidente da empresa Furnas Centrais Elétrica o encaminhamento a esta Casa de relatório contendo o cronograma de implementação das contrapartidas ao Município de Além Paraíba e aos outros Municípios afetados com a implantação da Usina de Simplício, bem como o cronograma detalhado do andamento da obra. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Direitos Humanos solicitando seja encaminhada ao Presidente da Usiminas cópia das notas taquigráficas da reunião realizada em 28/10/2009, às 18h30min, para tomada de providências com vistas à liberação dos arquivos da empresa à Comissão e ao professor e jornalista Marcelo de Freitas Assis Rocha, para pesquisa histórica dos fatos ocorridos em 7/10/63. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Transporte, solicitando à empresa de ônibus Santa Cruz informações sobre a interrupção do atendimento ao Município de Carvalhos e sobre a viabilidade de aumentar o número de linhas que atendem os Municípios do Circuito Montanhas Mágicas da Mantiqueira. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Transporte, solicitando à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT - informações sobre o andamento do processo de licitação de concessão de transporte interestadual de passageiros na região do Circuito Montanhas Mágicas da Mantiqueira. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Transporte, solicitando ao Presidente do Sindixtra informações sobre a Rodovia do Minério relativas a sua extensão, às obras de arte necessárias e à possível existência de dificuldade para a obtenção de licenciamento ambiental. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Vem à Mesa requerimento do Deputado Sávio Souza Cruz, solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos do seu § 1º, transferi-la ao Deputado Getúlio Neiva. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 15 minutos. Com a palavra, o Deputado Getúlio Neiva.

- O Deputado Getúlio Neiva profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Padre João, solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos do seu § 1º, transferi-la ao Deputado Almir Paraca. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 15 minutos. Com a palavra, o Deputado Almir Paraca.

- O Deputado Almir Paraca profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente (Deputado Getúlio Neiva) - Vem à Mesa requerimento do Deputado Domingos Sávio, solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 20 minutos. Com a palavra, o Deputado Domingos Sávio.

- O Deputado Domingos Sávio profere discurso, que será publicado em outra edição.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra e agradece a presença, em Plenário, de Vereadores de Mantena, que aqui estão presentes juntamente com o nosso Deputado José Henrique, majoritário nessa cidade, e do Prefeito Municipal de Palmópolis, Arivaldo de Almeida Costa, Lili. Os cumprimentos desta Assembleia.

Questões de Ordem

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, fica evidente como o PSDB e o DEM, o Democratas, que já foram PDS, PFL, que mudam de nome para ver se conseguem limpar a mancha negra que representam para a democracia brasileira, torcem todos os dias contra, não o Lula, mas o Brasil. Estão felizes da vida, soltando foguetes porque houve um apagão, porque choveu bastante, porque houve uma tempestade, porque houve um excesso de raios em uma localidade do Brasil que acarretou esse problema do apagão. Eles vêm aqui falar disso com muita tranquilidade. Deputado Domingos Sávio, penso que seu partido entende de apagão, porque no governo Fernando Henrique não foi apenas um, foram dezenas deles. E não foram apenas apagões de energia. Gostaria de lembrar que, nos oito anos em que estiveram no governo, houve apagão de empregos. Em oito anos, a geração de empregos foi zero. Em seis anos e poucos meses de governo Lula, já alcançamos 12 milhões de empregos com carteira assinada no Brasil. Vocês também tiveram o apagão da miséria, pois não houve uma política voltada para combater a pobreza no Brasil. E hoje temos grandes programas sociais como o Bolsa-Família, que está tirando milhões de pessoas da linha de pobreza. Vocês também tiveram o apagão do consumo, da falta de oportunidades. Foram tantos apagões nos oito anos de Fernando Henrique que é por isso, Deputado Domingos Sávio, que vocês fogem da comparação. É por isso que o Aécio vai aos jornais dizer: "Não queremos comparar o governo Fernando Henrique com o governo Lula. Queremos o pós-Lula". E o José Serra fala a mesma coisa. Ninguém quer comparar os oito anos do PSDB com os oito anos do PT, porque vocês perdem feio. Perdem na educação, na geração de empregos, em tudo. Olhem só o que era o Brasil há oito anos e o que é hoje. Só víamos as manchetes do "Jornal Nacional" dizerem: "O governo pega mais dinheiro emprestado ao FMI", "Dívida externa bate recorde". E hoje vencemos tudo isso. Temos reservas cambiais e um país respeitado pelo mundo afora. O que mais me incomoda no PSDB e no sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que por oito anos governou este país, é que ele governava o Brasil meio que olhando para a Europa, para os Estados Unidos e virava as costas para os problemas que existiam aqui no Brasil. Ele não admite isso porque se considera acima dos outros, se considera intelectual, inteligente e vê que um torneiro mecânico, um homem simples, do povo, como o Presidente Lula, está ganhando dele "de lavada". Então, isso incomoda mesmo, e é por isso que vi, não apenas no seu pronunciamento aqui, Deputado Getúlio Neiva, mas no de vários líderes da Oposição no Congresso, uma vibração com o apagão. Graças a Deus, o apagão que existiu na semana passada foi apenas de energia, porque o Brasil não tem mais apagão de emprego, de investimento. Estamos vencendo a pobreza e a miséria. Temos números importantes para comemorar na educação, com o ProUni, com a construção de 400 novas escolas técnicas, com os avanços na área social, com o Pronasci. V. Exa. falou de energia e de apagão. É bom lembrar do programa Luz para Todos, com quase 12 milhões de brasileiros recebendo energia em suas propriedades, o que nunca existiu nos oito anos do governo Fernando Henrique. Portanto, continuaremos fazendo a comparação para que a população não caia mais nessa conversa fiada de pós-Lula. Pós-Lula é a continuação de um projeto que deu certo, que já tem nome e é de Minas Gerais; é de uma mulher: a companheira Dilma. Não temos problema quanto a isso. Acho salutar até a forma como fazem os comentários, mas fica nítido e transparente que os senhores não têm propostas, não têm como criticar o PT nem o governo Lula. Assim, fixam-se em coisas pequenas. Concluindo, Sr. Presidente, quero dizer que, graças a Deus, só tivemos esse apagão de energia. Graças a Deus, não tivemos tantos apagões como os que ocorreram nos tristes oito anos de Fernando Henrique. Houve até mesmo um apagão contra Minas Gerais, quando Fernando Henrique boicotava nosso Estado, deixando Minas a pão e água. Ele sequestrou recursos numa nítida guerra contra os mineiros. Desse PSDB paulista, com certeza, Minas Gerais não tem saudade e não vai querer ver na Presidência da República esse Partido. Se isso for pós-Lula, vamos correr disso. Vamos querer a continuidade do governo Lula, com nosso projeto que deu

certo e que o Brasil aprova. Muito obrigado.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, percebo que meu alerta está vindo em boa hora. A seguir esse tipo de pronunciamento que acabamos de ouvir, o apagão democrático já chegou. Trata-se de um apagão absoluto. É fácil tentar trazer um pouquinho de luz, clarear um pouquinho a memória do nobre Deputado, que acaba de fazer esse pronunciamento, seguramente só conduzido pela emoção. V. Exa. associa o PSDB ao Democratas e tenta, a partir daí, fazer associação a um passado de manchas. V. Exa. acabou de fazer isso. É fácil lembrar-lhe alguns fatos que estão na ordem do dia, que estão todo dia por aí. Lembro-me de que o Sarney esteve no Democratas. O partido tinha outro nome, mas é farinha do mesmo saco. O Sarney era o grande aliado do Lula. Hoje o Collor é um grande parceiro do Lula e do governo do PT. Esse tipo de raciocínio não contribui para o ambiente democrático, mais parece apagão democrático. Na sequência, na sua reflexão, veio dizer que parece estarmos festejando o fato de ter havido um temporal e, em razão disso, um problema no fornecimento de 40% da energia, exatamente o contrário do que mostrei ao me manifestar. Eu disse que temos a clareza de que não é correto usar esse episódio, que até merece uma reflexão sobre como poderia ser evitado que tomasse uma maior dimensão e tivesse um efeito cascata. Um efeito dominó alcançou o País inteiro. Além disso, caberia reflexão sobre ações capazes de evitar que o mesmo ocorresse novamente. O meu pronunciamento foi todo centrado no fato de não se permitir que esse episódio seja usado como foi no passado pelo partido de V. Exa., ou seja, com o propósito de fazer proselitismo eleitoral. Percebo algo mais grave nesse apagão democrático, apenas do ponto de vista ideológico, embora sua fisionomia possa também lembrar a figura de Hugo Chávez. V. Exa. tem a capacidade de estabelecer que tudo de bom e de bonito que há no Brasil é fruto do seu partido e do santo Presidente e que tudo de ruim que existe é de responsabilidade dos outros. Algo extremamente curioso é que aqui todos aqueles que estão assistindo, até aqueles que possam ser os mais apaixonados com o PT, devem parar para pensar um pouquinho quando o PT ou o Presidente se ufana em dizer: "O Brasil vive um momento de recorde de safra". Parece que são só petistas trabalhando na agricultura. "O Brasil vive um momento de exportações recordes". Parece que é só o PT coordenando, plantando, produzindo, industrializando e exportando. O Brasil vive um momento de eletrificação rural. E V. Exa. cita um programa em Minas cujo custeio é feito em 70% pelo governo Aécio Neves. O Brasil vive um momento de sucesso econômico. E o governo do Estado de São Paulo e o governo de Minas Gerais, as duas maiores economias deste país, governadas e dirigidas pelo PSDB, nada contribuíram para isso. Ficamos todos dormindo. Aliás, acho que nós estávamos no exterior. Ou melhor, Deputado Getúlio, nós não existíamos. Esse é o apagão democrático para o qual eu quero alertar. Tudo de bom que está acontecendo tem um dono: PT e Lula. Por isso, temos de fazer comparação. Qualquer coisa ruim que acontecer são os endemoninhados que estão do outro lado. Essa linha de raciocínio é tão frágil e fraca que o mais apaixonado por um partido político tem de ficar com vergonha de fazer esse tipo de defesa. Isso é apagão democrático. Na verdade, quando se diz que não se tem de comparar um período com o outro, é porque o mundo muda. Não mudam apenas os governantes. A realidade econômica no mundo muda e até mesmo a realidade ambiental, o meio ambiente e as pessoas. Tudo muda. Uma coisa é certa: V. Exa. fala que nós fizemos um apagão em tudo, mas especialmente os fatores que propiciaram o desenvolvimento do Brasil, as mudanças essenciais na educação, na saúde, inclusive no SUS, as mudanças fundamentais na economia e o equilíbrio financeiro que veio com a Lei de Responsabilidade Fiscal foram implementados pelo governo do PSDB. V. Exa. sabe disso. Mas vai insistir dez mil vezes para que acreditem na mentira de que o PSDB não contribuiu em nada para o Brasil. O governo do PT disse que o Brasil estava totalmente falido. Devia muito ao FMI. E não existia nada de bom. Disseram que o Lula fez uma mágica; ele sozinho com a turma do PT contra a vontade do Aécio, do Serra, dos agricultores, dos empresários, dos trabalhadores e contra a grande parte do Brasil que não é do PT como V. Exa. Então, o apagão democrático a que me refiro é parar com essa doença de achar que tudo é com autoritarismo e "é só o meu grupo é que sabe. Só nós é que fazemos. Só nós é que fazemos certo". No período do Fernando Henrique teve apagão. E veio a Dilma dizendo: "Conosco é zero por cento de risco de ocorrer apagão". Disseram: "Até a natureza é a nosso favor. Nunca haverá problema conosco". Ora, isso é enganar o povo. Chega de demagogia. Portanto, Sr. Presidente, encerro aqui as minhas palavras deixando claro que estou pronto para debater aqui até amanhã se for necessário, mas entendo que é suficiente a manifestação que fizemos.

O Sr. Presidente - A democracia ganha com o debate. No entanto, Deputado Paulo Guedes, o art. 166 do nosso Regimento Interno, no seu § 3º, diz que cada Deputado só poderá fazer questão de ordem por uma vez. Não houve nenhuma ofensa no pronunciamento do Deputado Domingos Sávio.

O Deputado Weliton Prado - Primeiramente, é importante tocar nessa questão do apagão. Muitos falam no apagão da energia elétrica. Só que em Minas Gerais a população já está acostumada porque é toda semana. Mal se iniciou o período de chuvas e a população fica sem energia. O apagão aqui em Minas Gerais é constante. Não é só em Belo Horizonte, em Contagem, em Betim ou aqui na Região Metropolitana, mas ele acontece no Triângulo Mineiro, no Sul, no Estado inteiro. Péssima, péssima, péssima é a qualidade da energia elétrica oferecida pela Cemig. Prova disso é que os servidores da Cemig estão em greve, e a compra dos veículos até hoje não saiu - mais de 1.000 veículos. A sua frota está totalmente sucateada. A Cemig queria alugar por mais de R\$100.000,00 um veículo que, se fosse comprado, custaria R\$30.000,00. O que é novidade para o Brasil, aqui, em Minas Gerais, é frequente; a população já está acostumada com o apagão constante da Cemig. Nesta semana estive em Brasília com representantes da Aneel e com os membros da CPI da Conta de Luz, e o povo mineiro quer o dinheiro de volta, o dinheiro que a população pagou a mais de 2002 até os dias atuais. Se foi erro, eu acho que não. Foi má intenção da Aneel e das companhias de energia elétrica do Brasil inteiro: 64 companhias que deverão devolver o dinheiro ao povo, algo em torno de mais de R\$10.000.000.000,00. Se o cidadão atrasa o pagamento de uma conta de luz ou de água, a Cemig não perdoa. Aliás, os Agentes Penitenciários que aqui estão sabem muito bem disso, porque o salário deles é tão pequeno que fica difícil pagar essas contas. Atraso em contas de água e de luz, o governo não tem dó nem piedade: é tesoura, conta de luz cortada. E o pior é que eles ainda querem colocar o nome do cidadão no SPC e no Serasa, mas nós conseguimos impedir. Aí, sim, o governo é rápido e ligeiro, mas, na hora de devolver o dinheiro ao povo, é uma burocracia danada e, muitas vezes, é preciso ir à Justiça. Se não colocamos a boca no trombone, infelizmente, os poucos direitos que temos vão por água abaixo. Queria elevar o tom do debate para lembrar que somos Deputados Estaduais. Se eu fosse representante desse governo, iria ficar com vergonha de olhar para a cara desses homens e dessas mulheres que estão aqui e que foram covardemente afastados e demitidos pelo governo do Estado. O governo cometeu uma covardia, uma arbitrariedade, uma maldade e uma injustiça com os Agentes Penitenciários, que são obrigados a fazer greve de fome. Nem direito de defesa eles tiveram. Eu teria vergonha de ser representante de um governo como esse, que paga aos seus servidores públicos, aos agentes administrativos menos de um salário mínimo. Eu teria vergonha de ver a situação da educação e dos Agentes Penitenciários, que sabem muito bem as promessas que foram feitas e que não foram cumpridas. Aliás, eles não cumpriram nada. Onde está o vale-alimentação dos Agentes, que foi garantido e depois cortado? E o curso de tiro? Existem muitos problemas no Estado. Além disso, o governo irá gastar cerca de R\$3.000.000.000,00 com o novo Centro Administrativo e não investe o que manda a legislação em pesquisa e extensão. Onde estão os cursos técnicos profissionalizantes e gratuitos em todas as regiões do Estado? Aliás, essa foi uma promessa de campanha, que não foi cumprida. E a Uemg, com cursos gratuitos em todas as regiões do Estado? Isso não existe. É uma falácia, uma mentira. Onde está a aplicação na saúde, conforme manda a legislação? O que existe na saúde é um déficit que vai chegar a quase R\$5.000.000.000,00. Onde estão os investimentos na segurança pública, se os índices de criminalidade aumentam a cada dia que passa? Os policiais, os Agentes Penitenciários e o Corpo de Bombeiros não têm direito ao auxílio-periculosidade. Aliás, os policiais civis estão em paralisação, com ameaça de greve. Onde está a valorização dos servidores e a aplicação dos recursos nas áreas sociais? É preciso falar a verdade. Podemos, sim, fazer um debate nacional, mas nós somos Deputados Estaduais e temos que falar dos problemas de Minas Gerais e buscar soluções para eles. Vamos votar o Orçamento, que passou, de 2003 até agora, para mais de R\$41.000.000.000,00. Hoje a questão prioritária é resolver o problema dos Agentes Penitenciários. É isso que gostaria de deixar registrado aqui, sobretudo para as Lideranças do governo. Independentemente de partido político, é muito importante a participação de todos, porque foi cometida uma grande injustiça que precisa ser corrigida, mas, se não for, vamos continuar em obstrução.

O Sr. Presidente - Obrigado, Deputado Weliton Prado. Antes de passar a palavra, pela ordem, ao Deputado Dinis Pinheiro, vou ler a Decisão Normativa da Presidência nº 2, que fala sobre a inteligência do art. 164 do Regimento Interno: "A Presidência, no exercício de suas atribuições e tendo em vista a necessidade de se conferir melhor aplicabilidade ao art. 164 do Regimento Interno, com interpretação que melhor corresponda ao espírito do Diploma Procedimental, decide que a palavra a Deputado citado em pronunciamento somente será concedida, a critério da Presidência, para contestar acusação pessoal à própria conduta ou para contradizer o que lhe foi indevidamente atribuído como opinião pessoal".

O Deputado Dinis Pinheiro - Sr. Presidente, devoto respeito muito grande aos Deputados Paulo Guedes e Weliton Prado. São Deputados combativos, guerreiros, extraordinários, mas todos devem compreender que hoje ocorreram excessos por parte deles quando fizeram

afirmações improdutivas, inúteis, que efetivamente não traduzem a realidade dos fatos que ora vivenciamos. Tenho apreço extraordinário por V. Exa., Deputado Weliton Prado, mas falo com tranquilidade que tenho orgulho de ser mineiro, tenho orgulho de pertencer ao PSDB. É altamente prazeroso partilhar a construção deste novo tempo sob a liderança deste notável homem público chamado Aécio Neves. Tenho compromisso com a verdade: nosso Estado, nossa história jamais viu transformação tão vigorosa, desenvolvida e dirigida, como a que estamos vivenciando sob a liderança do Governador Aécio Neves. Reconheço, Deputado Weliton Prado, que o Presidente Lula é grande homem público. Ele faz grande governo e tem preocupação social, que devemos aplaudir e admirar. Mas não podemos fechar os olhos ao trabalho iniciado pelo Presidente Itamar Franco, grande mineiro; não podemos virar as costas para Fernando Henrique Cardoso, que, com a colaboração do PSDB e das devidas agremiações, soube dar continuidade a esse programa iniciado por Itamar Franco com responsabilidade, altruísmo e competência. O Presidente Lula, com muita sabedoria, também está dando continuidade a esse trabalho. Reconhecemos também, da mesma forma, que, em Minas, temos falhas, defeitos, fragilidades. Utopia não; temos compromisso com a verdade. Ouvi aqui críticas infundadas a respeito da Cemig. Hoje essa empresa é patrimônio extraordinário dos mineiros, é referência de Minas, aplaudida no Brasil inteiro e muito bem-administrada pelo Presidente Djalma Morais, executivo extraordinário, de grande capacidade de criação, administrador zeloso na vida pública. Ele, sob orientação do Governador Aécio Neves, tem feito administração admirável e está conduzindo o programa Luz para Todos, que é praticamente custeado pelo governo do Estado e pela Cemig, com participação modesta e pequena do governo federal. Se existem algumas falhas, corrigiremos, mas o saldo é extremamente positivo. Iniciaram agora o programa Energia do Bem, levando o bem, levando ajuda, apoio, solidariedade às associações, às Apaes, aos asilos. É programa inédito implementado pela Cemig, que demonstra sua preocupação social, seu espírito altruísta com as pessoas mais carentes, mais necessitadas. A Cemig é reverenciada por todos; entretanto, se ocorrer alguma falha, é incompetência da Aneel, porque esta, sim, é a agência reguladora do governo federal. Compete tão somente a ela fazer a vigilância, a observância das normas, da legalidade, dos parâmetros legais. Ouvi o Deputado Paulo Guedes, esse extraordinário parlamentar, falar aqui que, no Norte de Minas, só existe desfalque, saco de maldades. Não deve ser o Norte de Minas, mas outro Norte. Nessa região, o maior benfeitor da história se chama Aécio Neves, que investiu na saúde, levou asfalto para todos os lados, levou melhoria, vida, fé. Entretanto, se existem algumas falhas - e até acho que algumas singelas falhas ocorreram -, o governo se movimentou, V. Exas. ajudaram, todos ajudamos. Foram feitos remanejamentos, nova estruturação, e para quê? Para melhorar, aperfeiçoar, lapidar, porque ninguém é perfeito. Afirmando e reafirmando que o Governador Aécio Neves é o grande benfeitor do Norte de Minas. Quantas escolas foram reformadas e construídas? O funcionalismo público avançou e melhorou. Temos de reconhecer que vivemos um momento de avanço; devemos combater excessos, mentiras e inverdades. O que os mineiros gostam e aplaudem é o trabalho, a correção, a transparência e a honestidade. Se Lula está fazendo um bom governo, reconhecemos isso, mas entendemos que podemos fazer muito mais. Temos um nome maravilhoso, uma alternativa que se chama Aécio Neves, que deu e está dando um "show" de obras, de administração e de talento, por isso é conhecido e reconhecido como o melhor Governador do País e se encontra altamente credenciado para conduzir com maestria e sabedoria os destinos do povo brasileiro. Aos Agentes Penitenciários, deixo o meu abraço e formulo votos de que possamos encontrar um consenso, um caminho e uma alternativa para acolher essas afirmações; porém sustento também que nunca se construíram, no Estado de Minas Gerais, tantas unidades prisionais como na gestão do Governador Aécio Neves. Obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência encerra, nos termos do art. 274 do Regimento Interno, a discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.882/2009, uma vez que permaneceu em ordem do dia por quatro reuniões. A Presidência informa que, no decorrer da discussão, foi apresentada ao projeto uma emenda do Deputado Padre João, que recebeu o nº 2, e, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha a emenda com o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, para parecer.

- O teor da emenda apresentada é o seguinte:

EMENDA Nº 2 AO PROJETO DE LEI Nº 3.882/2009

Acrescente-se onde convier o seguinte artigo:

"Art. ... - O Poder Executivo disponibilizará em sua página na internet a íntegra do contrato a que se refere o art. 1º, até trinta dias após a sua celebração."

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 2009.

Padre João

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 48ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 4/11/2009

Presidência dos Deputados Alberto Pinto Coelho e Zé Maia

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Deputado Zé Maia - Palavras do Deputado André Quintão - Palavras da Secretária Renata Maria Paes de Vilhena - Palavras do Sr. Thiago Coelho Toscano - Palavras do Sr. André Abreu Reis - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Hely Tarquínio - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Doutor Ronaldo - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Paulo Guedes - Pínduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Fábio Avelar, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à realização da audiência pública de Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2008/2011, para discutir a proposta de revisão do PPAG para o exercício de 2010, sugerir alterações e apresentar novas propostas para o aprimoramento dos projetos estruturadores.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Renata Maria Paes de Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão, representando o Governador do Estado, Aécio Neves; e os Exmos. Srs. Geraldo Flávio Vasques, Procurador-Geral Adjunto Jurídico, representando o Procurador-Geral de Justiça do Estado, Alceu José Torres Marques; Gilman Viana Rodrigues, Secretário de Estado de Agricultura; Thiago Coelho Toscano, Subsecretário de Planejamento e Orçamento da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag -; André Abreu Reis, Superintendente Central de Planejamento e Programação Orçamentária da Seplag; e os Deputados Zé Maia, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira desta Casa e Relator do PPAG, e André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular desta Casa.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença da Exma. Sra. Janete Gomes Barreto Paiva e do Exmo. Sr. Cel. BM Hermes Antônio Pereira.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a cantar o Hino Nacional, acompanhando gravação da TV Assembleia.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Sr. Presidente

Exma. Sra. Renata Maria Paes de Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão, representando neste ato o Exmo. Sr. Aécio Neves, Governador do Estado de Minas Gerais; Exmos. Srs. Geraldo Flávio Vasques, Procurador-Geral de Justiça Adjunto Jurídico, representando o Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, Dr. Alceu José Torres Marques; Gilman Vianna Rodrigues, Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Seapa -; Thiago Coelho Toscano, Subsecretário de Planejamento e Orçamento da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag -; Deputado Zé Maia, companheiro, parlamentar ilustre, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembleia Legislativa e relator do PPAG; Deputado André Quintão, ilustre Presidente da Comissão de Participação Popular; Deputadas; Deputados; dignos representantes de entidades; senhoras e senhores, ao longo de sua história, o Brasil vivenciou períodos de completo descontrole dos gastos públicos. Esses períodos levaram-nos a uma complicada situação financeira e, durante muito tempo, vivemos sob o fantasma da dívida externa, cujos juros consumiam boa parte de nossos recursos. Embora ainda enfrentemos dificuldades no tocante ao volume de recursos disponíveis e à quantidade de gastos e investimentos necessários, o contexto atual é bem diferente daquele.

Hoje, a sociedade compreende melhor o verdadeiro significado de uma democracia – que vai muito além do voto livre e direto – e sente a necessidade de participar dos processos de elaboração e discussão de políticas públicas, orçamento e tudo que lhe interesse como coletividade. A consciência de que sua participação é essencial para que seus interesses sejam efetivamente defendidos e observados leva a população a um processo de integração com a administração pública, que passa inclusive pela exigência da correta aplicação dos recursos públicos e a constante fiscalização do cumprimento do que foi planejado.

A Assembleia Legislativa louva e incentiva essa participação popular. Por isso, como temos realizado desde 2003, após recebermos o orçamento estadual para o próximo ano, convidamos a sociedade a participar do processo de revisão do PPAG 2008-2011. O PPAG constitui um dos instrumentos que compõe o planejamento financeiro e orçamentário do Estado. Nele, estão contidos metas, diretrizes e objetivos de médio prazo para a administração pública. Sua elaboração constitui uma responsabilidade do Poder Executivo e, tradicionalmente, os técnicos mineiros têm sabiamente realizado um bom planejamento para nosso estado. O Executivo, portanto, se incumbe dos aspectos objetivos.

A Assembleia Legislativa, entretanto, cada vez mais deseja de se consolidar perante a sociedade mineira como o Poder do cidadão, procura, mediante realização de audiências públicas, desenvolver o caráter humano e social que deve integrar o planejamento. Desse modo, o PPAG, bem como os outros instrumentos públicos de planejamento financeiro e orçamentário, apresenta-se como verdadeiro reflexo dos aspectos objetivos, descritos pelos técnicos do Executivo, e subjetivos, sugeridos por qualquer cidadão que participe desse processo democrático proposto pelo Legislativo. Ninguém conhece melhor as necessidades de determinado Município ou região que sua população. Ninguém sofre mais com a falta ou ineficiência de determinado serviço público que o usuário que dele necessita. Ninguém se beneficia mais dos programas e projetos implantados pela administração pública que o cidadão que tem acesso a eles. Por tudo isso, imprescindível, como o próprio planejamento, é a participação da sociedade na discussão sobre a aplicação dos recursos públicos.

Agradecemos a todas as pessoas e instituições que colaboraram para a realização deste evento; aos gerentes executivos dos projetos estruturadores; à Secretaria de Planejamento e Gestão e a todos os presentes.

Ao iniciarmos essa última audiência pública, temos a certeza de que, mais uma vez, ao se abrir ao debate com a sociedade sobre tema de tamanha relevância, o Legislativo mineiro dá sua contribuição para o desenvolvimento de nosso Estado. Queremos que todos que participaram das audiências públicas realizadas no interior e aqueles que participaram desta etapa em Belo Horizonte tenham a mesma certeza: a representação participativa a que a Assembleia Legislativa se propõe só se torna efetiva quando o nosso convite para as discussões com a sociedade é amplamente aceito, como se deu novamente nesse processo de revisão do PPAG 2008-2011. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Zé Maia

Muito bom-dia a todos e a todas. Prezado Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; Exma. Secretária de Planejamento e Gestão, Dra. Renata Maria Paes de Vilhena, representando aqui o Governador do Estado, Aécio Neves; Exmo. Procurador-Geral de Justiça Adjunto Jurídico, Dr. Geraldo Flávio Vasques, que representa o Procurador-Geral, Dr. Alceu José Torres Marques; Exmo. Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Dr. Gilman Viana Rodrigues; Exmo. Subsecretário de Planejamento e Orçamento da Secretaria de Planejamento e Gestão, Dr. Thiago Coelho Toscano; Exmo. Deputado André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa.

Em rápidas palavras, é importante passarmos aos senhores informes sobre como ocorre a tramitação dessa proposta na Assembleia Legislativa. Tradicionalmente, o governo elabora as propostas do Orçamento, a revisão do PPAG, e as encaminha à Assembleia Legislativa. Os Deputados avaliam as propostas, apresentam emendas e alterações a elas, que são encaminhadas ao Parlamento, que vota o projeto, o qual, posteriormente, é encaminhado para sanção do Governador.

A Assembleia de Minas, pioneiramente, em parceria com o governo do Estado, em vez de apenas fazer as alterações e realizar a votação do projeto, resolveu ampliar a discussão para a sociedade, a destinatária das ações previstas no Orçamento e no PPAG. Ela faz isso da maneira mais ampla possível, levando as Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira, pelas quais tramitam as propostas do PPAG e do Orçamento, a várias regiões de Minas Gerais. A Assembleia e o governo têm realizado esse trabalho com ampla parceria dos vários órgãos do governo. Discutimos as matérias mais importantes para cada região do Estado. Realizamos um debate no local, apresentamos as principais ações do governo e colhemos sugestões e propostas da sociedade, ampliando o leque de discussão sobre essa questão, que é a mais importante do Estado, pois, no PPAG e no Orçamento, estão previstas todas as ações do governo. Não há uma única ação que o governo possa executar sem que haja uma previsão anterior no PPAG, em um primeiro momento, e, depois, no Orçamento.

É esse trabalho que a Assembleia tem realizado. Também criou a Comissão de Participação Popular, dando oportunidade à sociedade de apresentar emendas diretamente a essas propostas. A Assembleia de Minas, Presidente Alberto Pinto Coelho, sai na frente nesta discussão, com um modelo sofisticado de peças orçamentárias. O PMDI faz parte de uma discussão de 15 anos. O PPAG, no planejamento das ações do governo, é uma discussão de 4 anos, e o Orçamento prevê aplicação imediata no ano posterior à sua aprovação na Assembleia.

Neste ano, temos a árdua missão de relatar e apresentar o relatório do PPAG para a votação na Comissão de Fiscalização Financeira e, depois, no Plenário da Assembleia. Essa é uma missão árdua e difícil, pois as demandas são infinitas. Como o recurso da arrecadação de que dispõe o governo é limitado, há um paradoxo entre a ampla demanda e tal limitação de recursos. Essas discussões servem para priorizar as ações mais importantes e realizar as alterações prioritárias. Como não é possível atender a todas as demandas, é fundamental que atendamos às mais importantes. Esse é o princípio que deve nortear os trabalhos dessas audiências públicas.

Com segurança, digo que a participação da sociedade é o maior ganho em todas essas discussões que temos realizado na Assembleia, porque temos a sua parceria. As sugestões que vocês nos apresentam são fundamentais para nortear nossos trabalhos. Isso cria uma cumplicidade entre o parlamentar, o governo e a sociedade. Não se trata apenas de um trabalho do governo e da Assembleia puramente. Tenham certeza de que a participação e a sugestão de vocês é ponto alto que Minas inaugura ao realizar essa discussão antes de aprovar os projetos aqui.

Por essa razão, agradecemos a participação e a presença de cada um de vocês, aqui. Muito obrigado.

Palavras do Deputado André Quintão

Bom-dia a todos os presentes - entidades, movimentos, Conselheiros, Conselheiras, cidadãos, cidadãs, lideranças regionais. Dou boas-vindas a todos os que atenderam ao convite da Assembleia. Cumprimento o Presidente da Assembleia, Deputado Alberto Pinto Coelho, e, na oportunidade, de público, faço o reconhecimento a todo o apoio institucional que não só o Presidente, mas toda a Mesa Diretora, têm dado aos eventos institucionais em geral e, particularmente, a este processo de discussão orçamentária. Gostaria de estender esse reconhecimento também ao corpo de servidores da Assembleia de Minas Gerais. Esse trabalho não seria possível sem o apoio do Presidente e da instituição, bem como de seus dedicados e competentes servidores.

Cumprimento a Secretária Renata Vilhena, que representa o Governador Aécio Neves. Desde 2003 registro a parceria com o Estado e sua efetiva presença na realização dessas audiências. Registro particularmente o empenho e a dedicação dos gerentes dos projetos estruturadores, que não medem esforços para estar conosco nas audiências públicas não só da Capital, mas também nas audiências regionalizadas de todas as áreas do governo, bem como o empenho efetivo do corpo técnico da Seplag no processo posterior de negociação, acompanhamento e monitoramento. Cumprimento os Srs. Geraldo Flávio Vasquez, Procurador-Geral Adjunto Jurídico, que representa nosso dileto amigo Dr. Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral; Gilman Viana Rodrigues, Secretário de Agricultura; Thiago Coelho Toscano, Subsecretário de Planejamento e Orçamento, que também participou de várias audiências no interior do Estado. Cumprimento o Deputado Zé Maia, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira. Esta é uma iniciativa conjunta da Assembleia e das duas Comissões. Se não houvesse sensibilidade, atenção, abertura para a discussão das propostas e acolhimento posterior pela Comissão de Fiscalização Financeira, este trabalho ficaria no meio do caminho. Então, o Deputado Zé Maia e todos os integrantes da Comissão têm desempenhado importante papel.

Vejo aqui vários Deputados e Deputadas: Carlos Gomes, Dalmo Ribeiro Silva, Doutor Viana, Vice-Presidente da Casa, João Leite, meu companheiro de comissão, Paulo Guedes e Cecília Ferramenta. Vários Deputados já estiveram aqui, e outros ainda comparecerão durante os trabalhos. Esta iniciativa foi assumida pela Casa.

Esta é uma revisão especial porque prepara a Lei Orçamentária do último ano do atual governo. Sua dimensão é estratégica, porque significa a consolidação de um processo. Esta é a sétima edição de audiência participativa. Começamos em 2003, quando discutimos o PPAG do primeiro mandato do governo Aécio, de 2004 a 2007. Por emenda popular, introduziu-se o mecanismo da revisão anual. Fizemos as revisões anuais de 2004, 2005 e 2006. Em 2007, discutimos o PPAG para o período entre 2008 e 2011. Ano passado fizemos a primeira revisão do segundo PPAG e hoje estamos em mais uma revisão, sendo que neste ano, também por emenda popular, foi introduzido o mecanismo de monitoramento semestral. Então, no meio do ano estivemos todos aqui para avaliar a execução orçamentária e também a execução das metas físicas do planejamento do Estado. A cada ano que passa, essa iniciativa vem-se materializando, vem-se afirmando, com capacitações por parte da Escola do Legislativo, com a presença de importantes atores da sociedade civil nesse procedimento.

E o principal, Deputado Alberto Pinto Coelho, é que há resultados. Os processos são importantes em si, mas seriam falhos se não apresentassem resultados objetivos. De 2003 para cá, nessas sete edições, foram aprovadas nada mais nada menos do que 526 emendas populares tanto aos Orçamentos quanto ao Plano Plurianual. Não estamos falando em sugestões. Em geral, há 400 ou 500 sugestões anuais, mas hoje podemos apresentar um balanço de 526 emendas incorporadas. Mais do que um número, o importante é a efetivação do número. Muita gente não sabe, mas em Minas Gerais, por exemplo, quando o governo federal e o Conselho Nacional lançaram o Sistema Único de Assistência Social - Suas -, paralelamente, aqui, na Assembleia, junto com o Estado, aprovamos emenda popular que criou as condições orçamentárias e técnicas para que Minas fosse o primeiro Estado a aderir ao referido Suas. E não é por outro motivo que o nosso Estado tem uma avaliação muito positiva na implantação do Suas, com recursos e com números. São mais de 500 Centros de Referência da Assistência Social - Cras - implantados em Minas Gerais, com recursos complementares desse processo da Assembleia.

A campanha do governo do Estado, que sempre elogio, Proteja nossas Crianças foi lançada, no passado, como forma de combate à violência e

à exploração sexual, com parcela de recursos oriundos desse processo na Assembleia Legislativa. O Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçado de Morte, em Minas, é resultado de legislação aprovada nesta Casa e de emenda aprovada nesse processo participativo. Temos - e aqui aproveitamos para fazer o convite - um resultado muito próximo de nós. Amanhã e sexta-feira teremos a Feira Estadual de Economia Popular Solidária. O pessoal já está chegando, os empreendimentos encontram-se presentes. Essa feira é realizada com parcela de recursos desse processo de revisão participativa. Temos o fortalecimento dos Fóruns Regionais Lixo e Cidadania; o projeto de combate ao trabalho infantil nos lixões, resultado de emendas populares. Temos o combate à exploração sexual por meio do Projeto Promover, no semiárido mineiro, com recursos das emendas populares. Temos, no âmbito do programa Poupança Jovem, o acompanhamento social, através de ação nova incluída no Plano Plurianual, em suas revisões. Só um projeto estruturador novo, de 2003, deu-nos a oportunidade de atingir R\$40.000.000,00, com a implantação do Suas.

Acho que poderia ficar aqui por toda a manhã, porque são 526 emendas populares aprovadas. A Assembleia tem tudo isso devidamente catalogado. Mas o importante é que o processo traz duas grandes novidades: primeiro, no âmbito da cidadania, permite ao cidadão acompanhar, propor, inteirar-se, apropriar-se do mecanismo de planejamento. Isso é muito importante; e, segundo, ele aperfeiçoa, amplia recursos, propõe ação nova, melhora os resultados do governo. E tudo isso está associado a acompanhamento de execução orçamentária, de meta física, de resultado. Acho que, aliás, quando fazemos isso em Minas Gerais, possibilitamos integração maior com os outros níveis da Federação, com o nível local, com o nível federal, e integra as ferramentas de planejamento. Paralelamente, nós nos reuníamos com o governo federal, com o Ministério do Desenvolvimento, com a Sedese, com o Prof. Anastasia, à época Secretário de Planejamento e Gestão, buscando exatamente incluir no PPAG essa possibilidade para que, quando o Suas fosse oficializado, Minas já tivesse isso aprovado na sua Lei Orçamentária. Por fim, além dos resultados, este ano conseguimos, mais uma vez, com o apoio da Assembleia, as audiências regionais. Fomos a Iturama - nosso querido Deputado Zé Maia é da região -, Itaobim, Montes Claros, Poços de Caldas, Juiz de Fora, e percebemos uma convergência de propostas. Comentava com a Secretária Renata Vilhena que em quase todas as audiências havia preocupação com o atendimento ao jovem usuário de drogas. Uma preocupação permanente em quase todas as audiências. Uma cobrança democrática de regionalização das políticas públicas: do Poupança Jovem, do programa Criança e Adolescente Ameaçado de Morte. A questão dos Links Faltantes, o Processo quase em fase de conclusão. Agora, a população quer a ligação asfáltica, já cumprida a meta do acesso ao Município, aquela ligação que serve a uma estratégia de desenvolvimento econômico sustentável. Há a linha para universalizar a implantação dos Cras e de apoioamento aos conselhos tutelares, questões de desenvolvimento econômico, ou seja, há uma centena de propostas colhidas nas audiências regionais anteriores. Tenho certeza de que, durante esses três dias, novas propostas serão apresentadas. Como nem tudo são flores, há desafios. Há diferenciação na implantação de novas ações oriundas das emendas populares. Alguns órgãos tiveram mais porosidade, facilidade de incorporar essas ações, inclusive com execução e integração com o interlocutor que apresentou emenda popular. Também temos feito isso, reuniões com órgãos e entidades proponentes, para que, na execução, possa haver compartilhamento com as entidades do conjunto das propostas apresentadas do rumo da política pública. Em outras áreas, sentimos uma dificuldade maior. Às vezes é difícil para o órgão público absorver uma ação nova, que originalmente não estava no seu planejamento. O balanço é muito positivo, mas podemos e devemos avançar.

Presidente Alberto Pinto Coelho, neste ano, em que cada Município discute o seu Plano Plurianual de 2010 a 2013, a Assembleia apresenta um modelo, não para ser copiado, mas refletido, como fez Belo Horizonte. Vejo aqui o nosso Secretário Herzog, nosso amigo. Pela primeira vez, a Câmara Municipal de Belo Horizonte realizou um processo de discussão participativa do seu planejamento. Os Municípios podem e devem se espelhar nesse modelo para aperfeiçoarem o seu planejamento. Sem dúvida alguma, vivemos um momento de expansão de política pública, em que mais importante que a paternidade é a continuação, mais importante que a capitalização política são os resultados. Minas Gerais está muito amadurecida para que, independentemente de quem esteja no próximo governo e a que partido pertença, a partir dessa experiência, possa ousar mais e, na elaboração do PPAG, ter um processo que envolva as regiões. Tenho certeza de que o exemplo desta Assembleia, inédito em nosso país, pode servir também de alicerce para uma discussão que, cada vez mais, envolva a população. Estamos felizes por estar mais uma vez aqui com todos vocês. Este trabalho não seria possível sem esse envolvimento. Para vocês terem uma ideia, já existem grupos de trabalho com mais de 135 inscritos para a tarde de hoje. Estamos vivenciando até um problema de espaço físico, dada a participação dos conselhos, conselheiros e movimentos sociais. Esse é um bom problema, o da participação crescente. Mais uma vez, agradeço a todos os atores que nos ajudam a construir esse processo. Esperamos que as sugestões sejam as melhores possíveis. Muito trabalho e mãos à obra, nesses três dias.

Palavras da Secretária Renata Maria Paes de Vilhena

Exmo. Sr. Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa; Exmo. Sr. Geraldo Flávio Vasques, Procurador-Geral de Justiça Adjunto Jurídico; meu colega de trabalho Gilman Viana Rodrigues, Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Exmo. Sr. Deputado Zé Maia, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembleia; Exmo. Sr. Deputado André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular da Assembleia; caro colega de trabalho Thiago Toscano, Subsecretário de Planejamento e Orçamento; demais Deputados e Deputadas; representantes da sociedade civil e do governo; gerentes dos projetos estruturadores; bom-dia a todos. É com grande satisfação que retorno a esta Casa para mais uma sessão de debates acerca do PPAG 2008-2011. Trata-se de uma iniciativa da Assembleia Legislativa de suma importância, não só para o setor público, mas sobretudo para a sociedade civil, que, em busca de maior transparência e controle de políticas públicas, participa cada vez mais dos debates e audiências para aprimoramento dos planos e orçamentos. A iniciativa de revisão participativa, que comemora sete anos de grande louvor, transforma-se em espaço de revisão e monitoramento da execução dos programas. Este é o nosso segundo encontro na Assembleia em 2009. O projeto de monitoramento e revisão anual do PPAG permite um melhor levantamento de demandas da sociedade mineira, assim como uma melhor adequação dos recursos públicos aos objetivos estabelecidos democraticamente pela sociedade em parceria com esta Casa. Foi justamente essa parceria entre os Poderes Legislativo e Executivo que proporcionou, como disse o Deputado André Quintão, mais de 500 emendas populares aos Orçamentos desde 2004, além da incorporação do projeto de inclusão social de famílias vulnerabilizadas, na carteira de projetos estruturadores, na elaboração do primeiro PMDI, projeto que permanece até hoje na carteira, transformando-se no Suas, que conta hoje com cerca de R\$40.000.000,00 alocados no orçamento do Estado.

Desde 2003, Minas Gerais destaca-se na política do Choque de Gestão, um projeto que busca conjugar ajuste fiscal e oferta de políticas públicas de melhor qualidade para todos, já que enfatiza a importância da eficiência, voltada para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. Nesse PPAG de 2008/2011, vimos aprofundando, de maneira vigorosa, no alinhamento dos instrumentos de planejamento, orçamento e gestão, de forma a garantir as entregas que temos pactuado. Assim, temos hoje alinhados PMDI, PPAG, LDO, LOA e Acordos de Resultados, firmados com órgãos e entidades, o que nos proporciona trabalhar, de forma coerente e planejada, sem espaço para o casuísmo gerencial. A partir dessa organização, pudemos enfrentar a crise mundial, que impactou gravemente a economia mineira em 2009. Trabalhamos sistematicamente na manutenção das metas pactuadas para os programas estruturadores, na manutenção dos investimentos estaduais e das políticas públicas finalísticas. Apesar da queda brusca da receita no primeiro semestre, não houve qualquer ajuste linear de programação. Temos informações detalhadas e atualizadas dos programas estaduais, de maneira a tornar possível reprogramações bem planejadas com mitigação de riscos para os beneficiários das políticas públicas. Passamos por graves problemas de arrecadação em 2009, tivemos grandes perdas no primeiro semestre, mas esses problemas deram seus primeiros sinais de melhora logo em agosto. Esperamos terminar o ano arrecadando valores mais próximos daqueles que planejamos e estamos prevendo um 2010 vigoroso, com receitas que retomam sua trajetória de crescimento, mas com programas em ritmo acelerado de execução dos programas estaduais. Nesse sentido, foi definido o Orçamento de 2010, estimado em um total de R\$41.000.000.000,00. Calcula-se R\$9.800.000.000,00 para investimentos, que devem ser realizados por todo o Estado, sendo R\$3.400.000.000,00 de investimentos do orçamento fiscal; R\$1.200.000.000,00 de inversões financeiras e R\$5.200.000.000,00 de investimentos das empresas controladas pelo Estado. Saliencia-se, ainda, que o total de recursos previstos para os projetos estruturadores, dentro de custeio e investimento, perfaz um montante de R\$5.031.000.000,00, um aumento de R\$301.000.000,00 em relação a 2009.

Portanto, fazemos hoje uma avaliação positiva de nossa saída da crise, mas sem qualquer euforia. Manteremos o rigor na condução do planejamento de nossas ações e de nossas finanças, a fim de tornar perene a realização de conquistas. Acho que este é o termo: fazemos

planejamento, buscando a perenidade das ações de governo e a sustentabilidade do Estado. E aqui estamos Poder Executivo, Poder Legislativo e diversos segmentos da sociedade para fazermos parte de um evento que seria impossível em um ano de crise, não fosse nossa perseverança, nossa crença nesse processo e, sobretudo, a importância do PPAG para a vida de todos os mineiros. Parabênzão a Assembleia Legislativa pela realização de mais uma audiência pública de monitoramento e revisão do PPAG, que se consolida como espaço fundamental de exercício democrático e transparência e que aproxima a administração pública à sociedade civil. Nos próximos três dias, nossos colegas gestores estarão à disposição dos senhores, para sugestões e críticas ao nosso trabalho, para, assim, aprimorarmos nossa atuação e conseguirmos de fato um Estado melhor para se viver. Muito obrigada.

O Sr. Presidente (Deputado Zé Maia) - Com a palavra, o Sr. Thiago Coelho Toscano.

Palavras do Sr. Thiago Coelho Toscano

Bom dia a todos. Exmo. Deputado Zé Maia, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; Deputado André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular; André Reis, colega de trabalho que conduz esse processo; demais colegas do Executivo, gerentes de programas e demais participantes. Vou apresentar alguns números que dizem respeito à avaliação do PPAG de 2009, juntamente com o que pretendemos para o Orçamento de 2010, que ora tramita na Assembleia. Farei essa breve apresentação por área de resultado. Se analisarmos comparativamente a execução do Orçamento de 2008-2009, sobretudo os principais pontos, perceberemos que é uma execução orçamentária superior ao Orçamento de 2008. Analisando o Orçamento como um todo, nota-se que ele vem crescendo mesmo com a crise: 3% em relação ao Orçamento de 2008. Em se tratando de investimentos, a execução é 9% superior à do ano passado. Relativamente a projetos estruturadores, o crescimento da execução é de 18%. A seguir, tratarei especificamente dessa execução dos investimentos, não da parte de custeio. Estamos implementando um processo novo, quando regionalizamos esses investimentos. Percebemos que, quando observamos o investimento "per capita", as regiões mais beneficiadas são as do Jequitinhonha, do Mucuri, do Norte e do Noroeste de Minas, com investimentos de mais de R\$500.000.000,00, incluindo-se o Rio Doce, regiões com IDHs mais baixos. O Estado prioriza a alocação de recursos para essas regiões quando se trata de investimentos. O Orçamento para 2010 está equilibrado e prevê receita e despesa da ordem de R\$41.000.000.000,00, dos quais 94% representam a receita corrente. Dessa receita corrente, 66% é receita tributária, e, desta, R\$24.000.000.000,00, ou 82%, é o nosso ICMS, comparativamente ao ano passado. Encaminhamos a esta Casa um projeto em que essa receita era de R\$23.600.000.000,00, mas fecharemos muito abaixo disso, em razão da crise. No lado da despesa, que apresentaremos com o mesmo valor, ou seja, de R\$41.100.000.000,00, há a limitação da Lei de Responsabilidade Fiscal, que não permite ultrapassar um limite com gastos com pessoal. Então, enviamos um Orçamento que respeita essa lei. A projeção de despesa com pessoal, sob essa ótica, é de 46,54%, e o limite é de 46,55%. Temos de respeitar esse teto, e não há como melhorar isso, caso a receita não melhore também, pois a lei não permite. A despesa corrente perfaz 85%. A despesa de capital é de 4%, e o restante, 99%, é a reserva de contingência. A previsão de repasse de recursos na transferência dos Municípios é da ordem de R\$7.400.000.000,00. Como disse a Secretária Renata, os investimentos e inversões financeiras são de R\$4.500.000.000,00, que, somados aos R\$5.200.000.000,00 de investimentos das empresas, totalizarão os R\$9.800.000.000,00 citados. E os projetos estruturadores receberão R\$5.300.000.000,00 de recursos, distribuídos entre custeio e investimento, de acordo com a característica de cada um desses projetos.

Este é o nosso mapa de resultados, que representa a estratégia do governo, dividido por área de resultados. Passarei pelas 11 áreas de resultados para mostrar um pouco do que já foi feito e do que está previsto, que é muito mais do que isso, mas, como o tempo é limitado, mostrarei somente os principais resultados. Na área de educação e qualidade, mais de 1.900 escolas foram atendidas pelo projeto Escola de Tempo Integral, totalizando-se mais de 100 mil alunos beneficiados mensalmente com merenda e atividades nos horários complementares, com o plano curricular diferenciado. Mais de 3.500 escolas estaduais foram atendidas com a melhora de infraestrutura física; 3.920, praticamente, foram atendidas com melhora de mobiliário e equipamentos escolares desde 2003; 42 prédios de escolas rurais foram atendidos com construção, ampliação e reforma. Para 2010, apresentamos no PPAG a manutenção das escolas de ensino em tempo integral, atendendo mais de 100 mil alunos. Pretendemos atingir 100% das escolas adequadas, com a conectividade, mobiliário e equipamento, e reformar mais 462 escolas rurais do Estado, dando continuidade ao projeto. Na área da vida saudável, 100% das internações e transferências já são reguladas pelo Sistema Estadual de Regulação e Saúde. Foram adquiridos mais de 158 microônibus para a implantação da Rede de Transporte em Saúde, do projeto de urgência e emergência. Na Macrorregião Norte, 830 Municípios foram beneficiados com o Programa Saúde em Casa. Isso representa quase 100% dos 853 Municípios.

Em 2009, mais 136 mil novas economias residenciais foram atendidas com o sistema de esgotamento sanitário na área de concessão da Copasa. Para 2010, além das implantações de Centros Viva Vida, foi prevista a concessão do incentivo mensal para o Programa de Saúde da Família a mais de 3.800 equipes, além da implantação do Sistema Estadual de Transporte em Saúde em mais cinco microrregiões.

Na área de "protagonismo" juvenil, o programa Poupança Jovem atende hoje mais de 32 mil alunos, e o Minas Olímpica Nova Geração, mais de 21 mil alunos; 100% das escolas estaduais de ensino médio já têm o novo plano curricular implantado; e, em 2007, foi lançado o Programa de Ensino Médio Profissionalizante - PEP -, que conta com mais de 100 mil alunos matriculados. Há um resultado muito interessante: a Gol, a TAM, a Trip e a Azul procuraram a Secretaria de Educação e pediram que formulasse um curso profissionalizante na área de manutenção, administração e técnica em aeronáutica. A Secretária, com o PEP, montou essa turma e ofertou mais de 540 vagas. Quando esses alunos se formarem, serão empregados por essas quatro empresas de aviação. Temos vários exemplos disso.

Na área de mineração existe um consórcio formado pelas empresas Gerdau e Vale agindo da mesma forma, em parceria com o governo do Estado, ou seja, ofertando cursos e contratando alunos.

Em 2010, a meta é que, dentro do PEP, haja aumento do número de alunos, de 102 mil para 115 mil. Além disso, pretendemos concluir a implantação do Centro da Juventude de Minas Gerais, a fim de superarmos o número de 40 mil alunos atendidos pelo Poupança Jovem, que recebem bolsas ao final de cada ano. Nesse caso, o aluno deverá cumprir sua contrapartida.

Área de investimento e valor agregado: 114km de gasoduto, construídos no Sul de Minas e no Vale do Aço pela Gasmig; 741km de rede de média e baixa tensão construídos pela Cemig, totalizando 3.200km. São investimentos em torno de 200 bilhões, atraídos desde 2003 para cadeias produtivas. Alguns exemplos são os investimentos da Usiminas, Gerdau, Toshiba, CSN e Vale. Além disso, estão implantadas 11 unidades do Minas Fácil em todo o Estado, com redução do tempo de abertura de empresas para apenas 8 dias, porque no restante do País a média é de 52 dias. As unidades do Minas Fácil conseguem fazer isso em 8 dias.

Para 2010, temos ainda a reestruturação de unidades de atendimento integrado dos UAIs no interior de Minas. Neste ano será concluído o UAI Praça Sete, além da implantação da infraestrutura rodoviária, ou seja, 18km para o Contorno Norte ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves e do início de dois voos semanais internacionais de carga e de passageiros.

Na área de inovação, tecnologia e qualidade, temos 84 Centros Vocacionais Tecnológicos - CVTs - e 487 telecentros implantados, mais de 400 empresas apoiadas nos APLs de biocombustível, "software", eletroeletrônicos e biotecnologia, 33 empresas graduadas pelas incubadoras de base tecnológica e mais de 380 propriedades de café certificadas.

Para 2010, entre outras metas, está prevista a conclusão das obras e início das atividades dos parques tecnológicos de Belo Horizonte e Itajubá. Mais 25 empresas são atendidas pelo Centro Minas Design.

Na área de logística, integração e desenvolvimento, são mais de 3.000km de rodovias recuperados pelo ProMG Pleno. O ProMG Funcional ultrapassa 10.000km. Existem 43 praças de pesagem em funcionamento, 4.335km de rodovia em contratos de manutenção permanente dentro do ProMG. A meta para 2010 é que a recuperação atinja 3.620km de rodovias, totalizando quase 8.000km recuperados pelo ProMG Pleno. Além disso, está prevista a implantação do porto hidroviário na região do Triângulo Mineiro.

Na área de redução da pobreza e inclusão produtiva, foram construídas em 2009 mais de 3 mil unidades habitacionais, totalizando 19 mil unidades entregues desde 2005 pelo programa Lares Geraes; 100% dos Municípios mineiros habilitados no Suas; mais de 40 mil famílias rurais atendidas com energia elétrica por meio do Luz para Todos, em parceria com a eletrificação rural da Cemig em 654 Municípios; intervenções urbanas em 26 Municípios beneficiados pelo Travessia e mais 120 mil "kits" de implantação de lavouras comunitárias distribuídos em todo o Estado, no âmbito do programa Minas sem Fome.

Em 2010, entre outras metas, mais 14 mil famílias serão beneficiadas com mudas e fertilizantes no Programa Minas sem Fome. O Programa Travessia deve alcançar 70 Municípios. O Governador já assinou convênio e anunciou quais são esses Municípios. Haverá entrega de mais 3 mil unidades habitacionais do Programa Lares Geraes Habitação Popular.

Na área de desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha e Mucuri tivemos o início da usina de biodiesel da Petrobras, em Montes Claros, com 218 reservatórios com pequenos barramentos em 10 Municípios, beneficiando mais de 1.600 famílias. O Governador anunciou, dias atrás, R\$10.000.000,00 a mais para esse programa. São mais de R\$10.000.000.000,00 de investimentos atraídos para a região do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce. E 40 mil alunos formaram-se no Acelerar para Vencer, que é um programa de diminuição da distorção. Em 2010, temos perspectiva de construção de mais 100 reservatórios desses pequenos barramentos. Além da atração de investimentos para aquela região - o programa é específico para lá -, será feita a implantação do sistema de monitoramento hídrico e do sistema de alerta de secas no semiárido mineiro.

Na área de redes, cidades e serviços, tivemos a conclusão da Linha Verde, do Boulevard Arrudas e a duplicação da MG-10. Nesse ano, mais R\$100.000.000,00 foram aportados para a duplicação da Avenida Antônio Carlos. No âmbito do Processo, já temos 119 Municípios beneficiados e mais de 3.000km de acesso. Tivemos, ainda, a implantação da agência metropolitana; a melhoria dos aeroportos mineiros - quatro deles com as obras concluídas e outras nove obras iniciadas - e início da obra do Museu da Cachaça, em Salinas. Para 2010, prevemos a conclusão do programa Processo, a duplicação da Avenida Antônio Carlos, a urbanização de favelas e a revitalização do Ribeirão Arrudas.

Na área de qualidade ambiental, já tivemos mais de 37.000ha de áreas protegidas e regularizadas, 24 lançamentos eliminados em prol da revitalização do Rio das Velhas; 2.300ha de áreas protegidas criadas; 15.000ha de mata nativa plantada e recuperada e 1.058 nascentes protegidas. Em 2010, a meta é continuar as ações recuperando 14.000ha por mediação, regeneração, enriquecimento, plantio e proteção, além da regularização de 10.000ha de áreas protegidas, implantação da coleta seletiva em mais 15 Municípios, implantação do sistema de monitoramento da qualidade da água do Rio das Velhas. Esses são os projetos da área de qualidade ambiental.

Na área de defesa social, temos inúmeros resultados perpassando por diversos órgãos, como a própria Defesa Civil, o Corpo de Bombeiros, a Polícia Militar e a Polícia Civil. Temos a implantação do Disque-Denúncia unificado e expandido para os Municípios de Uberlândia, Uberaba, Montes Claros, Governador Valadares e Juiz de Fora; a implantação do Olho Vivo na região Noroeste de Belo Horizonte e Pedreira Prado Lopes, além de Montes Claros, Uberlândia e Itabira; mais de 25 mil jovens atendidos pelo Programa Fica Vivo e a construção de 12 unidades prisionais, para não falar de convênios com Apacs. Em 2010, continuando o programa de modernização logística das Polícias, teremos a terceira fase do Cinturão de Segurança da Polícia Civil e a quarta fase da Polícia Militar, a implantação do Programa Olho Vivo em mais 10 Municípios, a abertura de 5.500 postos de trabalho para presos nas unidades prisionais, a manutenção do programa Fica Vivo, a manutenção das unidades do sistema socioeducativo e uma série de outras atividades.

Essa é a avaliação positiva que fazemos do PPAG 2008-2011. Foram apresentados os resultados desde 2003. Isso é um pouco do que está previsto na revisão do PPAG para 2010 e na Lei Orçamentária, também de 2010, que tramitam juntos nesta Casa. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à apresentação de "slides".

Palavras do Sr. André Abreu Reis

Bom-dia a todos, aos Deputados Zé Maia e André Quintão, ao Subsecretário Thiago Toscano. Serei breve porque o Toscano já trouxe bastantes informações a respeito do que está previsto para 2010 sobre as entregas até o exercício de 2009.

Quero falar um pouco sobre a perspectiva de 2009, o que temos para o final do ano, como foi a execução orçamentária neste ano, como está nossa vida em relação às questões fiscais neste exercício, como andam as possibilidades de financiamento de políticas públicas nestes anos de 2009 e 2010. No monitoramento deste ano, graças a Deus, já temos sinais de melhora do quadro fiscal do Estado. Até aquele momento tínhamos apenas a sinalização do mercado a respeito de melhoras no quadro fiscal, mas não sentíamos isso na receita. Muitas pessoas nos perguntavam sobre a movimentação, e eu dizia que ainda não havia reflexo na arrecadação do Estado e que nossa perspectiva era bastante grave e rigorosa para o exercício de 2009. Somente a partir de agosto deste ano conseguimos ter uma retomada do crescimento da receita, mas ainda estamos trabalhando com patamares inferiores aos de 2008. Além de o valor ser inferior, ainda tirando a inflação em torno de 4%, a arrecadação fica bem abaixo daquela com que trabalhamos no ano passado, o que é muito sério para a nossa perspectiva para o ano.

A Dra. Renata Vilhena trouxe hoje a boa notícia de que a arrecadação do ICMS, no mês de outubro, pela primeira vez superou a arrecadação de 2008. No mês de abril, a arrecadação foi 1% superior à de 2008, mas, agora em outubro, superamos um pouquinho a do mesmo período do ano passado. No ano passado, ela foi de R\$2.023.000.000,00 em outubro e este ano foi de R\$2.045.000.000,00. Estamos recuperando a arrecadação neste exercício de 2009, mas não recuperamos o que já perdemos. No final do ano, voltaremos ao patamar que esperávamos, mas o que foi perdido não há como recuperar. Não há como arrecadar uma quantia que supere a perda, dadas as contingências e a situação fiscal e dada a economia do Estado, que foi acometido pela crise de forma mais grave do que o resto do País.

Para 2010 trabalhamos com uma previsão de receita quase como se não existisse o ano de 2009. Seria como continuar o crescimento a partir de 2008. Estamos trabalhando com uma perspectiva bastante rigorosa de receita. As despesas não param de crescer porque temos um crescimento vegetativo da folha, que é natural por causa dos benefícios de carreira como quinquênio, além de uma série de impactos da folha que já são correntes. Sem procedermos a qualquer tipo de aumento, já temos uma perspectiva de crescimento vegetativo em torno de 1,83% ao ano.

Fundamentalmente, à medida que vimos fazendo todas essas realizações, a cada ano cresce a nossa malha de atuação no Estado e a necessidade de financiamento e manutenção dessas estruturas que já existem. Então, cada investimento que realizamos, cada construção de penitenciária, tudo isso traz impacto no nosso custeio. Cada órgão que abre uma regional no interior no ano seguinte traz a necessidade de mais uma manutenção de alguma estrutura do Estado no interior. Se não temos crescimento de receita, temos possibilidade cada vez menor de realizar novos investimentos, já que a estrutura do Estado sempre cresce à medida que criamos mais estruturas para o atendimento ao cidadão em diversas políticas públicas. Para 2010, a perspectiva de arrecadação é bastante rigorosa, sóbria. Não imaginamos que subirá além do previsto. A receita de ICMS é de R\$24.000.000.000,00, com o orçamento fechando em R\$41.000.000.000,00. Não há muita margem para

surpresa no próximo ano, seja para queda inesperada, o que nos comprometeria bastante, como ocorreu em 2009, seja para uma grande reação. Trabalhamos com os indicadores econômicos que o País inteiro utiliza. Caminhamos junto à União, com as perspectivas lançadas pelo próprio mercado no relatório Focus, que é consolidado pelo Banco Central e encaminha as perspectivas de mercado. Em 2010, a perspectiva, realista e rigorosa, é de crescimento. Teremos em 2010 um pouco mais tranquilo, mas não será folgado como 2008. O Deputado abordará outras questões. Teremos as discussões nos grupos. Eu e Toscano estamos à disposição para responder às questões. Nos grupos ocorrerão discussões mais qualificadas. Não dominamos todos os assuntos do Estado, mas estamos aqui para tratar deles. Vamos ver o que poderemos fazer. Agradeço aos Deputados Zé Maia e André Quintão.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste instante, daremos início à fase de debates, esclarecendo que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou feitas oralmente, mediante inscrição prévia. Para que possamos agilizar o debate, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de até 3 minutos para fazer sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas.

Debates

O Sr. Presidente - O Sr. Tadeu, do Fórum Estadual Lixo e Cidadania, deseja fazer uso da palavra.

O Sr. Fernando Tadeu David - Bom dia. Na pessoa do Deputado André Quintão, cumprimento os demais integrantes da Mesa. Meu nome é Tadeu e represento o Fórum Estadual Lixo e Cidadania, que congrega várias entidades na luta pela inclusão produtiva dos catadores de materiais recicláveis. Não tenho perguntas; meu intuito é reiterar a presença do Fórum, durante esses anos em que fazemos audiências públicas para reforçar a importância da participação de fóruns, redes e ONGs, na elaboração da proposta de uso das verbas públicas. É importante ressaltar que o Fórum conquistou um caminho de inclusão dos catadores, o que se deve em grande parte a essa participação. Hoje, os catadores são uma categoria reconhecida pelo seu trabalho e pela sua importância para o meio ambiente, apesar de ser ainda discriminada. O Fórum congrega várias entidades, entre elas o Ministério Público do Estado, a UFMG, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, a Uemg, o Crea e outras que apoiam nossa luta. Estamos aqui, participando desta audiência pública, Deputado, para reiterar a importância de o governo receber as nossas propostas e viabilizá-las, para que consigamos incluir mais cidadãos e comunidades. Não podemos deixar a população à margem, mas, sim, devemos fazer sua inclusão. Vemos com bons olhos a participação de todos nesta audiência pública, para que o governo receba, como vem recebendo, nossas propostas e para que consigamos a inclusão de uma população que historicamente ficou discriminada. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Agradecemos a participação do Sr. Tadeu. Não há dúvida de que esta é uma ação da maior importância, que já está recebendo atenção por parte do governo. Com a palavra, a Sra. Gláucia Barros, do movimento Nossa BH.

A Sra. Gláucia Barros - Bom-dia. Concordando com as falas dos Deputados e com o que está expresso na cartilha a respeito de apreciação muito positiva deste processo de participação na discussão dos Planos Plurianuais - já que foram dois até agora -, quero acrescentar mais um valor, um resultado não expresso aqui.

O processo, na verdade, em relação à democracia, faz-nos avançar. Na medida em que permite que entendamos melhor a arquitetura que existe por trás de um projeto político para este Estado, ele amplia a visibilidade. Não ousaria falar em transparência, pois acho que ainda temos muito que avançar em relação à transparência da esfera pública. O processo amplia a visibilidade da esfera pública, o que é extremamente importante para a consolidação da democracia. E exatamente por valorizar esse processo, quero perguntar aos Deputados e aos gestores da Seplag o porquê da exclusão de duas ações na Proposta para 2010. Refiro-me às Ações nºs 1010 e 4246, relacionadas com a pesquisa e o desenvolvimento, ou seja, às ações cujo objetivo se relaciona com a promoção de audiências públicas, incluídas as de participação popular e os ciclos de debate. Na sugestão de exclusão das ações, não está apresentada a justificativa. Essas são as únicas duas ações com proposta de exclusão sem justificativa. Em outras, existe pelo menos a justificativa de que não há previsão de execução da ação para 2010, o que também não explica muito.

Concordando um pouco com a lógica da Secretária Renata Vilhena, que nos aponta para a preocupação com a sustentabilidade e com a perenidade das ações do governo, manifestamos também nossa preocupação com a perenidade e com a sustentabilidade do processo de participação popular em relação às leis orçamentárias. Falo não só como representante do Movimento Nossa BH, mas também como representante dos movimentos de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

A segunda pergunta, para a Seplag, é relativa à previsão de uma avaliação de impacto da execução desse plano. As avaliações apresentados ano a ano e quadrimestralmente trazem um pouco a questão da execução físico-financeira, que é muito importante. O plano é orientado por poucos indicadores. Gostaria de saber qual a previsão de avaliação de impacto dessas políticas contidas nos dois planos, desde 2003, na vida das pessoas.

Quanto à evolução desses indicadores, como será realizado o processo de apuração dela? Quem será o coordenador, na estrutura de governo, dessa avaliação? Por favor, obrigada.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para responder, o Sr. Thiago Toscano.

O Sr. Thiago Coelho Toscano - Gláucia, quando você cita os números das ações, não há como guardar o código. Pode falar, por favor.

A Sra. Gláucia Barros - O órgão é a Assembleia Legislativa. Curiosamente, não há o número da ação. O objetivo de uma delas é planejar e coordenar o desenvolvimento de estudos, pesquisas e projetos de suporte conceitual, doutrinário e político destinados à elaboração legislativa, incluindo a participação popular por meio de seminários, fóruns, ciclos de debate, audiências e teleconferências, bem como fornecer consultoria aos legislativos municipais. Como disse, a justificativa da exclusão está em branco. Posso localizar o número da página. O código da ação é 4254. O nome da ação é Estudos, Pesquisas e Desenvolvimento de Projetos.

O Sr. Thiago Coelho Toscano - Como a unidade orçamentária é a Assembleia, deixarei a palavra com os Deputados Zé Maia e André Quintão. De qualquer forma, isso pode ser feito como uma sugestão de emenda, voltando com essas ações.

Sobre a avaliação de impacto do plano, pensamos em apresentá-la aqui. Já temos a coordenação desse monitoramento para as próximas reuniões. Acatarei sua sugestão e trarei os impactos que o plano vem causando desde 2003. O governo do Estado tem um órgão responsável por essa avaliação de impactos, o Programa Estado para Resultados, vinculado à Vice-Governadoria, sob a coordenação do Dr. Tadeu Barreto. Eles são responsáveis por todas as áreas. Você consegue essas informações com ele. Para as próximas audiências, pedirei para trazê-las.

É óbvio que não me lembrarei de todos os números, mas posso lembrar-me de alguns resultados. Por exemplo, na área da educação, o nível recomendado de leitura aos 8 anos de idade saltou de 42% ou 46%, em 2006, para 72,5% em 2008. Isso é meta do PMDI. Na área de defesa social, houve redução dos crimes violentos e da taxa de homicídios em mais de 20%, voltando aos patamares da década anterior. Não me lembrarei dos números, porque são vários. Se não me engano, os crimes violentos são de 341 para cada 100 mil habitantes, um patamar inferior a 2003, quando o atual governo assumiu. Na área da saúde, há a cobertura do Programa Saúde da Família. Se não me engano, a redução da taxa de mortalidade infantil está em 14,54%. Antes, esse indicativo era de mais de 17%. Há uma defasagem, pois só temos a publicação de 2007, o ano de 2008 ainda não está fechado, mas houve redução da taxa de mortalidade infantil. Também houve redução da pobreza, em Minas Gerais, tanto na população rural, quanto na população urbana. Não me lembrarei de todos esses números, mas eles ficam disponíveis no Estado para Resultados. Você pode consultar.

O Deputado André Quintão - Gláucia, sobre essas duas ações, como a Assembleia tem orçamento próprio, e não é um projeto estruturador, sugiro que, nestes três dias, identifiquemos, reunindo-nos aqui com o pessoal da Assembleia, porque não há nenhuma discussão política para redução das atividades, até porque algumas estão sendo programadas para o ano que vem. Independentemente da questão eleitoral, no ano que vem teremos balanços e monitoramentos semestrais. Ao final do ano, haverá a revisão para o PPAG 2011. Pode ser uma questão técnica de aglutinação de ações. Se for o caso, podemos apresentar emendas, mesmo que não seja objeto de discussão de projetos estruturadores.

No início do ano, em face da questão de restrição orçamentária, houve a perspectiva de reduzir, mas, na prática, não houve nenhuma redução, houve até um grande número de ciclos de debates, de seminários, de audiências públicas. Como não houve nenhuma restrição, não acredito que ocorrerá, mas, se houve exclusão da ação, temos de identificar o motivo.

Este ano, a Assembleia incorporou em seus quadros centenas de novos servidores, muitos dos quais apoiam os processos de participação, porque havia uma sobrecarga, no corpo técnico da Assembleia, de Consultores e assessores, tanto nas comissões como na Consultoria. Temos de esclarecer isso, para não haver dúvida.

Em relação ao processo, acho que a Gláucia levanta uma questão importante, sobre a qual falei rapidamente na abertura. Acho que esse processo vem crescendo. A conquista do monitoramento semestral foi importante, assim como as capacitações, mas podemos aperfeiçoar algumas coisas. Neste ano, nas audiências regionais, há uma demanda de oficinas de capacitação regionalizadas. Esse é o passo além que temos de dar na Assembleia, ou seja, antes de descentralizar a audiência é preciso promover oficinas regionalizadas, para conhecimento prévio da população, também sobre questões que não são cotidianamente discutidas.

O segundo ponto diz respeito à execução das emendas populares. De acordo com minha intuição, quando há conselhos, quando há integração prévia da população, a execução ocorre. Muitas vezes, a ação nova ou a complementação de recursos contam com a anuência - e até com o apoio - do órgão gestor. Quando é uma ação nova, uma ação necessária, porém não prevista no planejamento anterior, o órgão tem dificuldade de executar, às vezes até por não saber exatamente aonde a ação vai chegar.

Temos de desenvolver um mecanismo de aproximação entre o proponente e o gestor. A situação se complica um pouco mais quando o gestor depende de uma integração intersetorial governamental. Um claro exemplo é a reforma e a construção de centros socioeducativos, que é uma situação crítica, ou seja, a Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas conhece, sabe e entende, mas no nível de priorização do órgão de obras, na Setop, não há a mesma prioridade existente no órgão gestor da política. Então, a concepção da emenda ainda depende de um outro órgão, que não discutiu profundamente a própria ação. Temos de aperfeiçoar, mas o caminho é longo e as questões que você e o Tadeu levantam são bastante pertinentes.

O Sr. Presidente - O Silvério do Prado, da Fesempre UGT, pergunta se há possibilidade de se disponibilizarem os dados apresentados pelo Subsecretário Thiago Toscano sobre a avaliação do PPAG e perspectivas de sua revisão para o exercício de 2010 para os grupos de trabalho. Primeiramente, preciso informar que essa apresentação do Thiago estará disponível no "site" da Assembleia Legislativa, no "hotsite" Sistema de Planejamento e Orçamento do Estado.

Aproveitando a oportunidade, informamos que a Assembleia Legislativa, através da sua Consultoria e da Diretoria de Comunicação, em parceria com a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, disponibilizou para consulta, em seu "site", na parte Sistema de Planejamento e Orçamento do Estado, o PMDI, o PPAG, a LDO, a Lei Orçamentária Anual e todas as questões atinentes às peças orçamentárias do Estado. Tudo se encontra numa linguagem bastante acessível a todos, sendo, possivelmente, a Assembleia Legislativa a que melhor disponibiliza hoje, numa forma fácil de acesso, numa linguagem absolutamente acessível para o acompanhamento, o que aqui estamos discutindo. Todas essas peças orçamentárias encontram-se totalmente disponibilizadas para a consulta da sociedade.

A Cleonice Pankararu, do Conselho dos Povos Indígenas, também deseja fazer uma pergunta. Dirija-se ao microfone, por favor.

A Sra. Cleonice Pankararu - Bom-dia. Não farei uma pergunta. Apenas gostaria de dizer que o Conselho dos Povos Indígenas está aqui presente. Que todos saibam que, em Minas Gerais, somos nove povos indígenas diferentes, cada um com sua cultura, alguns falando sua própria língua, como é o caso do povo maxacali. Estou aqui representando um dos coordenadores do Conselho dos Povos Indígenas, o Ivan Pankararu. Os povos indígenas têm seus representantes no Estado de Minas Gerais. Cada povo indígena, do Sul até o Norte de Minas, tem seu representante no Conselho. Temos os povos maxacali, pancararu, pataxó, xacriabá - o maior em número no Estado de Minas -, xucuru-cariri, arañã, caxixó. Gostaríamos que todos os povos indígenas de Minas Gerais fossem beneficiados nessas ações do governo que debateremos até sexta-feira. Obrigada.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. André.

O Sr. André Abreu Reis - Cleonice, tenho informação um pouco mais precisa e recente apenas na área de educação. Neste ano, estão em construção 40 escolas indígenas na região do grande Norte de Minas. Há previsão de construção de mais 22 em 2010. Chegaremos, ao final de 2010, com 62 escolas indígenas construídas. Não tenho informações sobre ações em outras áreas.

O Deputado André Quintão - Cleonice, parabeno também o Conselho. A Assembleia realizou aqui, em abril, um debate público sobre a situação dos povos indígenas. Sabemos que algumas ações são pertinentes ao governo federal, outras podem ser realizadas em parceria com o governo estadual e com os governos locais. A iniciativa do Conselho dos Povos Indígenas de preparar-se e integrar os trabalhos do PPAG mostra o crescimento desse processo. Teremos de olhar com muito carinho a questão indígena, que tem um passivo social. Existem muitas ações, como você mencionou, mas, no conjunto, são poucas as ações direcionadas para uma comunidade muito específica, que tem uma realidade própria.

Recebi, Gláucia, informação da Assembleia de que houve aglutinação dessas ações na Ação nº 4239, de elaboração legislativa e acompanhamento das políticas públicas.

Não há nenhum tipo de redução orçamentária; ocorre o contrário. No escopo da finalidade, há as previsões constantes na outra ação. Houve uma aglutinação técnica para facilitar a execução orçamentária, mas, na finalidade, consta "avaliação de políticas públicas através de incentivo

à participação popular".

O Sr. Presidente - Pergunta do Rafael Pinto Filho, da Prefeitura de Caxambu, para o André Reis: "Quais são as perspectivas de liberação de recursos, por meio de convênios e emendas para as Prefeituras, comparativamente a 2009 e 2010?".

O Sr. André Abreu Reis - Rafael, você me pegou no contrapé. Acho que fiz esse levantamento para Montes Claros. Não sei se discutimos essa questão. Trata-se de ação muito centralizada dos órgãos; depende de cada política pública específica. Consigo separar isso orçamentariamente, conforme consta na Modalidade 40. Temos a previsão de repasse para os Municípios.

Um segundo, Rafael. Se acessar a base de dados, terei como fazer o levantamento. O valor para 2010 é um pouco maior que o de 2009, em torno de R\$800.000.000,00, mas as liberações são feitas de acordo com a política de cada órgão. Há um cadastro unificado de requisitos para a assinatura dos convênios, mas a liberação não é voltada para as prefeituras. Libera-se para determinada política pública, nas áreas de saúde e assistência social. Essa política se articula junto aos Municípios; daí ocorre a descentralização. Não há nenhum comando central por parte do governo, do planejamento, indicando que agora estão liberados os repasses para as prefeituras. No próximo ano, há a questão eleitoral. Para 2010 isso ficará um pouco mais complicado, pois há um prazo para as liberações. Isso fica a cargo de cada órgão. É preciso verificar com quais órgãos as prefeituras se relacionam, para ver como funcionarão essas liberações. Não há um comando central de liberação específica para prefeituras. Liberamos os recursos orçamentários de acordo com a programação que fazemos no início do ano, a cada órgão e entidade que faz a execução. Pode se tratar, por exemplo, de parceria na área da saúde, do Pro-Hosp ou de determinados programas que dependem de articulação junto aos Municípios. Então, isso ocorre de acordo com a execução orçamentária de cada unidade. Não há um comando nosso específico para essa liberação. Se você quiser, poderá procurar a Secretaria de Planejamento para fazer algumas buscas a respeito de como isso ocorreu em 2008. Talvez você possa consultar também a Superintendência ou o "site". Há um prazo máximo para resposta, parece-me que de 24 ou 48 horas. Você não ficará muito tempo sem resposta, se enviar o questionamento por meio do "site" da Secretaria.

O Sr. Presidente - A Isaura Rodrigues Fernandes afirma que possui um precatório desde 2006 e deseja obter informações sobre o processo de pagamento dos precatórios.

O Sr. André Abreu Reis - Não tenho informações detalhadas a esse respeito, pois quem cuida da fila de pagamentos no governo é a Advocacia-Geral do Estado. Seguimos uma fila constitucional. Os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e o Tribunal de Contas estão na mesma fila de pagamento. O Estado tem um fluxo de liberação e paga, por ano, se não me falha a memória, em torno de R\$500.000.000,00 de precatórios. Ou seja, gasta meio milhão de reais somente com pagamento de sentenças judiciais. Temos feito esses pagamentos. Penso que não há mais fila nas entidades da administração indireta do Estado, nas fundações e autarquias, exceto, parece-me, em uma ou duas, onde há uma fila um pouco mais longa. As outras estão com o pagamento em dia. Na administração direta, as folhas são maiores, principalmente as da área de educação e da Polícia Militar. Então, há muitos servidores e muitos precatórios ao longo do ano; por isso, temos uma reserva anual de recursos. Temos pago esses precatórios de forma mais acelerada, de 2004, 2005 para cá. Não sei ao certo, na previsão anual, como isso vai funcionar. Vou ficar devendo essa resposta. Talvez fosse mais interessante encaminhar essa questão à Advocacia-Geral do Estado, pelo Fale Conosco, e pedir maiores informações a respeito dessa fila de pagamento, porque não sei dizer que ano estamos pagando na administração direta. Na administração indireta, estamos pagando os precatórios de 2009, ou seja, está tudo em dia. Na administração direta, onde a fila é bem maior, vimos pagando grande volume de recursos, mas havia um passivo muito grande. Quando começamos, em 2003, o passivo era de R\$6.000.000.000,00 em sentenças judiciais. Estamos pagando esses atrasados. Começamos em 2003, já com esse passivo. Há essa fila. Temos de pagar, em primeiro lugar, os valores relativos aos anos anteriores. Todavia, especificamente em relação a 2006, tenho essa dificuldade.

Isaura, pode me procurar. Vamos tentar encontrar um caminho para que a senhora questione isso. Tenho de obter informações mais específicas sobre o seu caso.

O Sr. Presidente - Tenho uma pergunta da Sra. Elvira Mirian Veloso de Mello Cosendey, da Frente de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente.

A Sra. Elvira Mirian Veloso de Mello Cosendey - Bom dia a todos. Quero fazer apenas uma observação. Sou do Fórum Estadual de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador. Acompanhamos a execução do PPAG desde o início. Queremos pedir uma atenção especial à questão do planejamento, em relação à baixa execução de projetos da área da criança e do adolescente. Por ser um plano de ação por resultados, sabemos que, no ano seguinte, são abatidos os valores não executados. Em primeiro lugar, há o acompanhamento com relação à não execução. Emendando pela não execução, gostaríamos que, no Orçamento Criança e Adolescente - OCA -, estivessem destacadas as ações realizadas, para que pudéssemos ter um acompanhamento, para estarmos ao lado dos gestores e sabermos por que as outras não foram executadas. Temos alguns exemplos numa análise que recebemos em agosto. À tarde e amanhã, faremos questionamentos aos gestores em relação a essa questão. Queremos essa atenção especial de vocês, tendo em vista a redução relativa a recursos não executados no ano anterior. Muito obrigada.

O Sr. Thiago Coelho Toscano - Vamos encaminhar sua solicitação aos órgãos. Tentamos, na negociação, quando estruturamos a forma de funcionamento do PPAG, fazer sugestões, mas, como é o gestor quem está na ponta executando as ações, temos de acatá-las. Para gerenciarmos, será melhor de uma forma; para o gestor executar, será melhor de outra maneira. Então, esse é um embate que não conseguimos resolver. Vamos levar sua solicitação às áreas afins, mas acho que a senhora deve participar dos debates à tarde. Penso que a pessoa ideal para falar seria a Subsecretária Maria Albanita Roberta, que poderá ajudá-los a encaminhar lá dentro essa questão, já que é a responsável por essa área. Acho que o André quer falar também.

O Sr. André Abreu Reis - Sobre o acompanhamento das ações, o que podemos combinar? Você está falando especificamente do conjunto de emendas parlamentares ou do conjunto de ações? A Lei Orçamentária já encaminha o rol de ações. Talvez pudéssemos combinar de fazermos um relatório de encaminhamento, contendo as mesmas ações que encaminhamos na Lei Orçamentária. Quanto a isso, não há problema.

Faço uma única ressalva, e até conversamos muito com o Deputado sobre isso nas discussões e mesmo em relação às emendas da Comissão de Participação Popular. São dois relatórios, e eu, particularmente, fico temeroso quando publicamos na Lei Orçamentária, na parte do Orçamento Criança e na de segurança alimentar. São ações intersetoriais, na sua maioria. Fica parecendo que todo aquele volume de dinheiro é destinado à criança e ao adolescente. Não; ali existem ações específicas para a criança e o adolescente, mas há outras que têm a ver com esse público-alvo.

O mesmo se dá com a segurança alimentar. Fazemos o relatório de segurança alimentar com base na lei estadual, com todos os setores estabelecidos na legislação. Colocamos todas as ações que passam por aquele setor estabelecido na legislação. Vamos tomar como exemplo a vigilância sanitária. Está na legislação estadual sobre segurança alimentar, mas não necessariamente a ação de vigilância sanitária do Fundo Estadual de Saúde trata somente desse tema. Ela vai tratar da vigilância sanitária no Estado sob todos os aspectos e vai cuidar também da alimentação. Então, colocamos no relatório, mas não quer dizer necessariamente que todos aqueles recursos são voltados para a segurança alimentar. Mas publicamos o relatório, porque é uma forma mais específica de se fazer acompanhamento. Podemos combinar com a Comissão de publicarmos esse relatório de execução. Para mim, não há dificuldade alguma.

O Deputado André Quintão - Só queria fazer um comentário. Fazemos o monitoramento do Orçamento Criança e percebemos, André, que nas ações em áreas em que há recursos vinculados, principalmente nas de educação e saúde, as quais são ações continuadas, a execução é até acima da média - alimentação escolar, criança na escola, ensino médio, escola em tempo integral. São aquelas em que há a obrigatoriedade dos recursos vinculados, e a ação é continuada. Percebemos uma dificuldade nas áreas em que não existe essa obrigatoriedade. Aí vem aquela nossa avaliação. Existe problema no atendimento às medidas socioeducativas. Foi a pior execução do ano passado entre todas as ações - e discutimos isso, este ano. No caso do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - Sisvan -, o Consea até tem discutido com a Secretaria de Saúde, porque há uma grande dificuldade de operacionalização. Também é o caso dos centros de atendimento psicossocial para a criança e o adolescente. Então, existem algumas ações que talvez precisem de uma celeridade maior, e o Conselho Estadual tem um papel fundamental. Hoje e amanhã, nos grupos, poderemos fazer um bom debate. É um pouco daquele diagnóstico que fiz, Elvira. Sinto que, quanto se trata de uma ação que entrou por emenda popular, mas não consta no planejamento original, seja por que motivo for, há de fato uma dificuldade maior de execução.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Márcio Rogério, do Ministério Público, que deseja fazer uma pergunta.

O Promotor Márcio Rogério de Oliveira - Bom dia, Deputado Zé Maia, Deputado André Quintão, Thiago e André. Primeiro, queria fazer um comentário a respeito da fala do André, que menciona que o Estado tem muitas seções estanques, que o gestor não combina com o planejamento, que não combina com a assistência social, que não combina com a saúde. Quero registrar um protesto em relação a isso, porque o Estado é único. Essa falta de comunicação nos transmite simplesmente a ideia de incompetência, desorganização e ineficiência do Estado. Respeito o seu comentário, Deputado, mas, como cidadão, não podemos concordar de forma alguma.

Meu questionamento, inicialmente, refere-se às medidas socioeducativas. Tivemos em 2008 praticamente zero de execução, e não foram construídos os centros que estavam previstos. Em 2009, também não foram construídos os centros previstos. Praticamente todas as ações do programa de atendimento às medidas socioeducativas estão com a execução, nos oito primeiros meses do ano, em torno de 10%, algumas com 0%. Eu gostaria de saber qual é a lógica do Estado em relação a isso, como ele enxerga a questão num quadro em que temos hoje em Minas Gerais quase 300 meninos presos em cadeias públicas em condições absolutamente atentatórias a seus direitos humanos básicos como adolescentes.

Em Belo Horizonte, houve quatro mortes de adolescentes no Ceip, diretamente relacionadas com a superlotação da unidade, a má qualificação dos agentes e a insuficiência de Agentes Socioeducativos, embora, no orçamento, estejam previstas ampliação dos quadros, reforma e criação de vagas. Gostaria de entender essa lógica da não execução e da não priorização, até porque isso ofende a Constituição e a lei federal, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 4º, que determina, expressamente e com todas as letras, que as ações destinadas à criança e ao adolescente têm de ser priorizadas em sua execução e que a destinação dos recursos nas peças orçamentárias têm de privilegiar essas ações.

Deputado André Quintão, questiono-o quando diz que, no orçamento para a criança e para o adolescente, algumas ações são vinculadas e obrigatórias e outras nem tanto. Discordo disso, pois todas as ações destinadas à criança e ao adolescente, por ordem constitucional, são prioritárias. Não existem as mais ou as menos importantes, pois todas são prioritárias. O que está previsto no Orçamento tem de ser executado. Não entendemos isso e não sabemos qual é a visão do Estado. Por que falta comunicação? Por que há esse menosprezo em relação às ações para a criança e para o adolescente? Por que há esse menosprezo em relação às ações para o atendimento socioeducativo? Não foi executado praticamente nada, neste ano, em apoio às medidas em meio aberto, de acordo com a previsão do Estado.

Gostaria de fazer esse questionamento com todo o respeito e também com toda a indignação, como cidadão e como Promotor de Justiça que lida com isso diariamente, até porque isso joga por terra os esforços orçamentários do Judiciário, da Polícia Civil e do Ministério Público, pois temos de trabalhar, de fazer as ocorrências e de instaurar os processos, e isso é muito caro, já que o custo de um processo é elevado. No final das contas, grande parte desse dinheiro público que se gasta com esse processo vai por água abaixo, pois a finalidade de tudo isso é a aplicação de uma medida socioeducativa que, no final, não será executada porque não há programa para atender esse adolescente em meio aberto, principalmente no interior, em medidas de semiliberdade e de internação, embora haja recursos no Orçamento para isso. Na verdade, isso não é executado devido a uma decisão política do governo, ou por má-vontade, ou por falta de vontade, ou por menosprezo à Constituição, ou por menosprezo à causa da criança e do adolescente.

Gostaria de fazer esse questionamento e deixar registrada a minha indignação e o meu protesto em relação a isso e aos seus comentários, Deputado André Quintão, com os quais não podemos concordar, e em relação a essa intenção do Estado de sacrificar as ações de acompanhamento do Orçamento, pois isso significa falta de transparência e retrocesso em termos de democracia. Faço um apelo para que isso não ocorra em relação ao Orçamento. Por mais que não sejam executadas as propostas resultantes das emendas populares e parlamentares, é muito importante mantermos essa transparência e essa abertura, que é um ponto positivo para o Estado de Minas Gerais, para que a sociedade possa participar da elaboração dos Orçamentos e possa também dar a sua opinião sobre as suas prioridades, que, muitas vezes, são diferentes das prioridades políticas do Estado. Um exemplo disso é o Centro Administrativo, que brotou do chão, como mágica, de um minuto para o outro, e as ações voltadas para o social apresentam 0% de execução. Faço apelo para que não seja sacrificado o acompanhamento da execução orçamentária e das audiências públicas. Já que isso foi prioridade em 2008 e em 2009, no Orçamento, espero que continue. Podem dizer que, como isso não foi executado, já não é prioridade. Mas as necessidades continuam presentes, a demanda é muito forte, as carências são muito grandes e não se podem sacrificar, em revisão de PPAG, ações importantíssimas de atenção à criança e ao adolescente, que não foram cumpridas em 2008 e em 2009. Não podemos colocar isso debaixo do tapete. Temos de manter isso no PPAG e temos de ampliar e executar com mais seriedade e responsabilidade essas ações, como manda a Constituição e o Estatuto da Criança e do Adolescente, que é uma lei federal.

Gostaria de agradecer e de pedir desculpas pelo tom indignado da minha fala, pois não é minha intenção ofender nem menosprezar ninguém. Recebam isso como a fala de um profissional que atua na área da justiça da infância e da juventude, que lida diariamente com essas questões e recebe certidão de óbito de adolescentes quase diariamente. Atribuo isso à má gestão do Estado na política de atendimento. Obrigado.

O Deputado André Quintão - Dr. Márcio, gostaria de esclarecer que fiz um comentário analítico sobre a execução orçamentária. A minha posição política é por demais conhecida, e o meu compromisso nessa área dispensa qualquer tipo de comentário. Eu expliquei que, na execução do Orçamento Criança, as ações vinculadas a um orçamento de cumprimento obrigatório têm uma execução acima da média. Não estou dizendo que concordo nem que discordo. Na semana passada, estávamos com a Dra. Andrea, representante do Ministério Público, em reunião com o órgão gestor do Estado fazendo exatamente essa cobrança que o senhor fez aqui. Estávamos fazendo essa cobrança ao gestor do sistema de atendimento às medidas socioeducativas. Para este ano, a meta de quatro centros socioeducativos, infelizmente, não se realizou.

No ano passado, o menor índice de execução orçamentária foi verificado no atendimento das medidas socioeducativas. Consequentemente, para 2010, ficam previstos dois centros de internação, devido ao próprio ritmo do Estado. Não existe problema em dizer - creio que não fui bem entendido - que a prioridade do órgão gestor de obras do Estado foi a construção de unidades prisionais, e não de centros socioeducativos. Discordo não apenas por ser uma questão formal relevante, isto é, prioridade constitucional, mas também pela realidade do cumprimento das medidas de internação.

A imprensa divulgou nesta semana uma curva de crescimento de infrações associadas ao tráfico de drogas, que remete a medidas em sistema de internação. Precisamos apoiar as medidas em meio aberto, como liberdade assistida e semiliberdade, prestação de serviços à comunidade, mas a medida de internação é muito importante. Por exemplo, temos um gargalo no Sul de Minas, onde não existe oferta de centro de

internação. Em Itajubá, o processo está muito atrasado. Em Belo Horizonte, ocorre o mesmo. Eu me associo ao protesto de V. Exa. no que diz respeito à morosidade no cumprimento das medidas socioeducativas. O meu comentário foi analítico.

Quanto à intersectorialidade, concordo inteiramente com suas palavras. É também uma análise política que faço como legislador. Nesse e em outros níveis de governo, nota-se a ausência dessa integração, que se revela negativa para uma boa execução orçamentária. Gostaria de deixar isso claro, porque o nosso envolvimento é muito grande, não por questão de ser homônimo, mas por questões de atribuição do Poder Legislativo. Há pouco tempo me cobraram com muita veemência a execução das emendas populares. Expliquei todo o procedimento e terminei dizendo que só poderíamos fazer mais se o Poder Legislativo fosse transformado em Poder Executivo. Cada um deve fazer a sua parte. O Poder Legislativo faz a fiscalização com muita determinação junto à Frente de Defesa dos Direitos da Criança e ao Conselho Estadual, como fizemos na semana passada, contando com a inestimável colaboração do Ministério Público de Minas Gerais.

O Sr. Thiago Coelho Toscano - Dr. Rogério, em 2004, com o primeiro PPAG, existia somente um projeto estruturador na defesa social, o Redução da Criminalidade. Depois, veio o Sistema Prisional. Dentro desses projetos, existiam as ações socioeducativas executadas pela defesa social por meio da Superintendência das Medidas Socioeducativas. Ao fazermos a revisão do PPAG, transformamos, por meio de lei delegada, a Superintendência em Subsecretaria e criamos um novo projeto estruturador de atendimento às medidas socioeducativas. Se analisarmos o crédito orçamentário, poderemos observar que os recursos vêm crescendo todos os anos.

Além disso, a Secretaria de Planejamento, por meio do Geraes, faz o monitoramento intensivo desses projetos e leva essa situação da execução para o Vice-Governador, de dois em dois meses ou de três em três meses, desde 2007, que coordena um comitê junto com todos os órgãos de defesa social, com o Secretário, com o Comandante do Corpo de Bombeiros, com o Comandante da Polícia Militar, com o Chefe da Polícia Civil e com representantes da Defesa Civil. E, lá, são cobrados. A Secretaria de Planejamento cobra a execução dessas ações por meio desses instrumentos.

Disse ao Deputado André Quintão que iria até parodiá-lo porque, mais do que isso, só se a Secretaria de Planejamento virasse a Secretaria de Defesa Social para executar também. Podemos disponibilizar recursos, priorizá-los no Orçamento e na estratégia e monitorá-los, mas não podemos executá-los. Sei que existe uma série de problemas que explicam, mas não justificam a baixa execução. O seu comentário é pertinente para levarmos ao gerente do projeto. Se não me engano, a reunião será amanhã. Podemos conversar com ele no mesmo tom de indignação, porque nos auxiliará no monitoramento das políticas. Sei que há uma série de problemas na construção de centros socioeducativos, como a definição de terrenos e dos convênios com as prefeituras. Quando fazemos o planejamento dessa atividade, não conseguimos executar porque aparecem situações as mais variadas possíveis. A questão da não execução não é falta de política, de prioridade ou de execução, mas sim uma deficiência.

O Promotor Márcio Rogério de Oliveira - Peço licença para renovar meu apelo: que essa situação não sirva para justificar a redução de metas para os próximos exercícios, que sejam mantidas essas prioridades. Isso é para o interior do Estado. Em Betim e em Contagem, há uma violência enorme. Esses centros previstos para o interior do Estado são fundamentais para buscarmos um equilíbrio nesse sistema. Não há como suprimir essas metas porque não foram executadas.

Em relação ao Subsecretário, já perdi totalmente a condição de conversar com ele, pois não consegue explicar por que, em dois anos, não conseguiu executar as mesmas metas. Solicito que, nessas questões envolvendo o sistema prisional e o sistema socioeducativo, nessas ações voltadas para a criança e para o adolescente, além da Polícia Civil, dos bombeiros etc., seria interessante haver a participação de um representante do Poder Judiciário e um representante do Ministério Público, porque temos o domínio da demanda, talvez mais do que os próprios órgãos do Executivo. A participação desses representantes nessas reuniões de planejamento enriquecerá muito esse processo. Peço que, no Orçamento, se cumpra o art. 227 da Constituição. Muito obrigado.

O Deputado André Quintão - Nesse caso, Thiago, a questão está identificada: há um problema de não priorização no Departamento de Obras Públicas. Isso já foi objeto de debates no comitê de acompanhamento dos resultados do Geraes. Não há muitos mistérios em relação a isso. Há um problema porque amplia-se o recurso para o estruturador, para a ação, mas esta não é realizada. Então, temos uma decadência no cumprimento da meta física. Isso está ocorrendo agora: tínhamos uma meta de quatro e está caindo para dois, no próximo ano.

Acompanhei as audiências no interior, e a informação que tenho é que, no caso das unidades prisionais, que também são muito importantes, há um ritmo de execução muito superior ao da construção dos centros socioeducativos. Esse é um gargalo. Esse assunto está tomando um tempo importante do nosso debate, porque ele foi a pior execução orçamentária do Orçamento Criança do ano passado. Então, não se trata de uma questão da Seplag, mas de uma questão política.

Concordo inteiramente com o Dr. Márcio Rogério de que é uma questão para se equacionar. É preciso alguém chegar ao Deop e falar que é preciso cumprir a meta porque existem 300 adolescentes em cadeias públicas descumprindo o mandamento constitucional e com uma possibilidade pequena de reintegração social. Nesse caso, a questão é política, de fundo, não é simplesmente uma questão gerencial de A ou B. Eu disse que não estamos no limite porque já foram feitos requerimentos, audiências públicas e reuniões, entrando numa esfera política que foge à participação dos gerentes da Seplag.

O Sr. Thiago Coelho Toscano - Quero apenas fazer uma defesa do sistema de obras públicas. Sabemos que existe isso que o senhor falou, mas não são 5%. Quando se vai definir um terreno, como aconteceu em Coronel Fabriciano, onde o terreno era completamente acidentado, é preciso fazer uma intervenção que não estava prevista. E o Deop, quando recebe o projeto de engenharia do terreno, diz que, com o recurso que tem disponível, será preciso cortar o terreno porque mandaram um terreno inclinado. E aí falam que foi o Deop que atrasou porque mandaram um projeto inadequado. Quero fazer só uma defesa do Deop porque não é simplesmente dessa forma.

O André quer fazer um comentário com relação a 2010, porque ficou faltando essa parte.

O Sr. André Abreu Reis - Quando começou esta audiência eu perguntei ao Thiago qual foi o comentário infeliz que fizemos na última reunião para tentar consertar. Depois eu me lembrei que foi sobre a baixa execução dos critérios de ajuste. Isso tanto não funciona assim, que estamos discutindo o orçamento e a baixa execução que irá se confirmar no final de dezembro, e o orçamento já está na Assembleia. Nós fazemos essas definições em julho. O que acontece com a perspectiva de andamento dos projetos é que tentamos sempre, dentro do governo, aproveitar as oportunidades que aparecem sob a perspectiva de execução de políticas públicas. No caso de medidas socioeducativas, por exemplo, se, por diversos motivos, o Deop não consegue executar a obra neste ano, não deixamos o recurso orçamentário morrer dentro da ação. Se algum outro projeto necessita de recurso público, fazemos o remanejamento para que haja o aproveitamento desses recursos dentro do orçamento do Estado. Isso, na verdade, não condiciona a perspectiva para o próximo ano.

Em 2009, dada a queda da arrecadação, alguns projetos necessitaram de reprogramação para 2010. Pegamos o planejamento do que não arrecadamos no primeiro semestre e empurramos um pouco a programação. Então, a programação de 2010 vai contar com algumas coisas de 2009. Os projetos que não foram executados neste ano não serão, necessariamente, cortados em 2010. No ano que vem, temos o desafio de fazer os do ano e de tentar cobrir alguns de 2009. Não estou justificando exatamente para esse programa, mas porque acho que ficou esse clima no seminário anterior a respeito de que faríamos ajustes das contas. Na verdade, não olhamos o número executado ou não executado no final do exercício e não condicionamos o recebimento do recurso no próximo ano ao recurso gasto no ano anterior. Isso não existe, embora

exista na cabeça de diversos gestores. Há uma certa correria no final do ano, quando há concentração de execuções que não ocorrem necessariamente por conta disso. Elas ocorrem porque diversos processos licitatórios demandam muito tempo. Muitos agentes do próprio setor privado entram com ações, o que atrasa as licitações, pois os concorrentes protelam os prazos.

Eu estava com uma das pessoas da equipe do Travessia. Não sei se a Cláudia está aqui. Ela me contou sobre os convênios do Travessia e disse que, se todo ano começar em janeiro, são quatro meses para firmar convênio com o Município, mais 60 dias para... Enfim, ela me explicou os prazos e calculou que, se tudo der certo, a execução começa em outubro. Conversei com ela sobre outras formas de modelagem. Temos um dilema entre meta física e condução das contas públicas. A gestão orçamentária no Brasil nos força a um raciocínio anual. Isso é complicado porque é como se todo ano fosse zerado e houvesse um reinício em 1º de janeiro. Não é necessariamente assim, mas a própria Constituição coloca o ano civil como uma perspectiva de raciocínio, não como planejamento de médio e longo prazo, mas quanto ao lançamento de mão de procedimentos para realização de despesas. Em licitações, por exemplo, há uma série de constrangimentos na própria 8.666 para a realização, tendo em vista a previsão orçamentária. Há uma série de dificuldades que demandam arranjos sofisticados e uma série de compromissos dos órgãos gestor e de planejamento. Pensa-se: se é possível fazer quatro centros socioeducativos, é bom começar a licitar seis, oito este ano, uma vez que não serão entregues este ano. Há uma série de constrangimentos dessa natureza que concentram a execução orçamentária no final do ano. Uma série de gestores são ordenadores de despesas e responsáveis pelo recurso público. O Tribunal de Contas cobra a prestação de contas deles. Fundamentalmente, ele é quem assina tudo, logo não se sente confortável em iniciar um processo de realização de despesas sem estar clara a previsão orçamentária naquele exercício, embora haja alguma exceção na 8.666 que permite alguma realização tendo em vista a previsão no Plano Plurianual. A concentração de despesas no final do ano ocorre por isso, o que necessariamente não condiciona nossas escolhas nos próximos exercícios. As nossas escolhas vêm de planos de médio e longo prazos. A execução orçamentária não condiciona nossas escolhas no curto prazo, daí o retorno do atendimento do centro socioeducativo, pois se você, com base em execução orçamentária, tivesse acabado, nem estaria aqui este ano. Vem porque está no Plano Plurianual, e o nosso PMDI tem esse embasamento que faz com que reiteremos isso junto ao órgão.

O senhor falou sobre trabalharmos juntos. Sempre tentamos trabalhar juntos dentro do próprio governo e da Secretaria de Estado, mas são estruturas muito grandes e não temos competência para gerir todos os aspectos da realização de cada processo de entrega. Há muitos atores envolvidos, e tentamos mudar nossa forma de gestão para que as informações cheguem mais rápido a todos. O próprio Vice-Governador fica sabendo e acompanha a execução. Não conheço a experiência anterior, mas as informações detalhadas chegam rápido ao Vice-Governador para que ele lance mão de diversos expedientes a fim de garantir a efetivação dos projetos. Lançamos mão de diversos expedientes por parte da Secretaria para articular os órgãos setoriais também com a parte política do governo para conseguirmos celeridade. Isso não condiciona nossa decisão para o próximo exercício. Fazemos um planejamento e decidimos recursos com base em nossa perspectiva de médio e longo prazos.

O Sr. Presidente - Farei uma intervenção para fazer justiça nessa discussão. O Sr. Márcio fala, o que pode ser um problema pontual, sobre a execução de centros de internação de menores. Os Srs. Thiago e André explicaram as situações em que isso ocorre. Às vezes há o programa, o recurso, mas, na execução orçamentária, podem ocorrer problemas com recursos no processo de licitação ou em relação ao próprio terreno, como já disseram. Uma série de situações pode atrasar a execução orçamentária.

No ano de 2009, tivemos o problema da crise financeira, e isso não é mero discurso. Tivemos, para o Orçamento do Estado para o ano de 2009, uma redução de cerca de R\$2.000.000.000,00 em relação ao que estava previsto para se arrecadar. Evidentemente que essa redução afetou os resultados do governo. O Sr. Márcio mencionou problemas relacionados à construção dos centros de internação de menores, os quais podem ser verdadeiros. Todavia, da forma como foi colocado aqui, pode-se dar a quem esteja chegando no momento, a quem esteja começando a ouvir esta discussão, a alguém mais desavisado - estamos ao vivo pela TV Assembleia - a impressão de que o Estado está um caos. Preciso fazer a defesa do Estado porque tenho acompanhado tudo sistematicamente.

Estive, quando Presidente da Comissão de Segurança Pública, visitando um centro que foi entregue no atual governo, em Capitão Eduardo. Quando dessa visita, fiquei preocupado com o fato de os menores infratores terem conhecimento acerca da obra, cujas condições eram melhores que as lá de fora. Corria-se o risco de o menor querer ir para aquele centro, tamanha a qualidade da obra realizada em Capitão Eduardo. Imagino que o mesmo ocorra com outros centros.

Por exemplo, foi feita aqui a discussão sobre não haver intercomunicação entre os órgãos do governo. A situação não é bem essa. O Sr. André disse aqui, e posso afirmar categoricamente, Sr. Márcio, que, se temos problemas de comunicação entre os órgãos do governo, o que é natural, em razão da estrutura e do tamanho do Estado de Minas Gerais, nunca na história de Minas houve uma forma de acompanhamento do Orçamento como temos hoje.

O atual governo criou os programas estruturadores. Além disso, são feitas reuniões pontuais dos gerentes dos programas, que são cobrados. A cobrança é do governo relativamente à execução orçamentária. Isso pode parecer um paradoxo, mas não é. O governo cria programas, disponibiliza o recurso e ainda precisa cobrar dos órgãos a execução de programas e ações. Isso também é novo em Minas Gerais e, acredito, muito recente também no Brasil. Há um avanço enorme nisso.

Por isso, manifesto aqui minha discordância. Se há o problema, e pode ter havido problema relativamente a essa ação específica, o que ocorre em Minas Gerais são avanços da maior importância. O Deputado André Quintão falou sobre a construção de vagas nas unidades prisionais do Estado. Para que tenham uma ideia acerca dos avanços havidos em Minas Gerais, até 2002, nos mais de 200 anos da história de Minas Gerais, foram criadas 5 mil vagas no sistema prisional de Minas. No governo Aécio Neves foram construídas e entregues mais de 10 mil vagas. Ou seja, em cerca de sete anos, foi criado o dobro de vagas criadas em 200 anos no Estado.

Em todas as áreas do Estado, há avanços importantíssimos. Pode, claro, haver problemas, e há problemas numa máquina como essa. Seria muita arrogância de qualquer um de nós ou do governo dizer que num Estado como o nosso, consideradas as suas dimensões e diversidades regionais, não há problema. Há problemas, que precisamos enfrentar. Não podemos jogá-los para debaixo do tapete. Todavia, não podemos, se há um problema pontual, relativizar, ou seja, dizer que se aqui está ruim, acabou toda a história do Estado. Se assim agíssemos, estaríamos cometendo injustiças.

Por exemplo, foi citada aqui a construção do Centro Administrativo. Esse tipo de citação ocorre permanentemente. Essa obra economizará, em toda a história futura de Minas Gerais, algo em torno de R\$80.000.000,00 a R\$100.000.000,00, por ano, em aluguéis, em locomoção etc. Imaginem o sistema atual, em que um funcionário público precisa deslocar-se de um local para outro. Imaginem a localização dos vários órgãos do Estado na Capital. Imaginem os gastos com locomoção, veículo, motorista, combustível, oficina mecânica, aluguéis etc.

Agora, para ir de um órgão a outro, será necessário apenas atravessar um corredor e fazer essa comunicação. Isso facilitará a intercomunicação entre os órgãos, diminuindo os custos com a máquina do Estado. O governo tem pregado a necessidade de se gastar menos com a máquina e mais com o cidadão. A construção do Centro foi uma obra planejada e organizada para essa finalidade.

Se há um problema ou outro na execução orçamentária de um programa ou outro, mesmo sem ter conhecimento total dos números em relação ao centro de recuperação de menores, o que está sendo executado atualmente e do que foi executado no passado, acredito que temos avançado. É preciso conferir. Há avanços no Estado, passos largos, gigantescos no aprimoramento da máquina e na execução orçamentária.

Sobre a questão da criança e do adolescente, vimos que há 109 mil crianças na escola de tempo integral. Isso significa que essas crianças, com um nível de ensino melhor, ficarão afastadas das ruas, ficarão mais tempo na escola e não se envolverão, nas ruas, com as drogas e com todos os problemas que isso pode gerar. Estarão na escola aprendendo mais, ocupando melhor seu tempo.

No início, disse que há demandas intermináveis e limitação de recursos. Sempre viveremos esse paradoxo. Se fizermos uma comparação - mas o tema de hoje não é esse - entre o que havia há alguns anos em Minas e o que temos hoje, registramos grandes avanços, inimagináveis até. Pode sobrar um ou outro problema, e não podemos relativizar.

Lembro-me de que, no início do pontificado do Papa Bento XVI, ele disse uma frase que me marcou muito e que é tema central em várias discussões em todos os níveis, na política e fora da política. Ele condenou a relativização das discussões, olhar apenas o próprio lado, a própria área de atuação. Apenas o que faço e o que me interessa no mundo. Esse é um grande mal da humanidade. É preciso colocar-se do lado outro, não é ver só o próprio terreiro, a própria cozinha, os próprios problemas. O Papa Bento XVI colocou essa discussão em um nível importante, pois é preciso olhar o todo e não apenas aquilo que diz respeito apenas à própria situação. Se não fizermos isso, não avançaremos.

Disse isso somente para colocar justiça nesta discussão, reconhecendo que, nessa área específica, podemos ter problemas. Por meio desta discussão, poderemos até avançar mais em relação ao tema abordado aqui. Por isso discussões nesse nível são importantes.

Aparecida Martins Pereira, do Conselho de Saúde e Conselho de Segurança Pública deseja fazer uma pergunta. Por favor. Não se encontra presente.

Edmar Gadelha, do Consea de Minas Gerais, deseja fazer uma pergunta. Por favor.

O Sr. Edmar Gadelha - Bom-dia a todos e a todas. Sou Edmar Gadelha, do Consea de Minas Gerais. Parabéns a Mesa pela organização, os Deputados, a Seplag. O assunto que trago já foi abordado pelo Deputado André Quintão e pelo André Reis: a segurança alimentar. O acompanhamento e monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada é fundamental, sobretudo porque discutimos, neste momento, a aprovação de uma proposta de emenda à Constituição, no Congresso Nacional, para incorporar esse direito humano à alimentação à nossa Constituição.

Minas Gerais é o primeiro Estado a ter um Consea - no dia 12 comemoramos 10 anos, com uma reunião solene nesta Casa. Temos dificuldades de acompanhar a realização desse direito humano devido à questão dos indicadores. No caso do PPAG, é fundamental o monitoramento da execução físico-financeira, mas não é revelada a situação da insegurança alimentar da população. Dessa forma, a construção de indicadores de segurança alimentar é um passo importante para avançarmos e avaliarmos a efetividade das ações, das políticas, dos programas estruturadores.

Um indicador fundamental é o Sisvan, sistema de informação, cuja implementação enfrenta enorme dificuldade nos Municípios, assim como o acompanhamento pela Secretaria de Saúde. Ano a ano, o Consea tem insistido nessa questão, inclusive sugerindo emendas para viabilizar, efetivar e consolidar esse sistema. No entanto, pouco tem sido feito. As dificuldades são enormes, e há uma certa má vontade por parte da Secretaria de Saúde para implementar esse sistema. Consideramos extremamente importante sua implantação, assim como a destinação de recursos do Orçamento a fim de consolidá-lo, para o que é fundamental a obtenção de dados sobre a situação nutricional das crianças até 5 anos.

Outro aspecto relevante do programa, relacionado à segurança alimentar, é a alimentação escolar. Pesquisa recente que tive a oportunidade de coordenar pelo Ibase revela que a segunda forma mais importante de a população beneficiada pelo Programa Bolsa Família acessar a alimentação é a alimentação escolar. Uma lei aprovada em junho procura aperfeiçoar a alimentação escolar, integrando ações, como a agricultura familiar. Para isso, precisamos avançar na construção desses indicadores, de forma que tenhamos a efetividade desses programas, sobretudo dos estruturadores, a exemplo do Travessia, que integra ações buscando a intersetorialidade e trabalhando o combate à pobreza. No entanto, fica difícil um acompanhamento mais sistemático da população, sobretudo se não tivermos indicadores de segurança alimentar e nutricional.

Pergunto ao André como poderíamos avançar na construção desses indicadores de monitoramento, uma vez que você já falou que elabora um relatório da segurança alimentar e nutricional, em virtude de o tema da segurança alimentar ter uma concepção intersetorial e de integração das ações. Não sei se você poderia abordar essa questão para nós.

O Sr. André Abreu Reis - Indicador, para nós, é uma questão bastante séria e complicada. Há uns três anos, fizemos uma visita técnica ao governo do Estado de São Paulo, para saber como funcionava o sistema de planejamento, de orçamento, do acompanhamento e da regionalização, que é seríssimo, uma vez que Minas Gerais tem 853 Municípios, enquanto São Paulo está em segundo lugar, com algo em torno de 650 Municípios. Temos grande dificuldade para monitorar a execução de políticas públicas, o que se reflete nos indicadores de forma municipalizada e regionalizada. Quando tocamos no tema "Indicadores", todos começaram a rir, como quem diz: "Lá também". Além da questão temporal e da mensuração, há diversas dificuldades. Como isso tem funcionado?

Falarei um pouco da nossa estrutura na Secretaria de Planejamento e como temos trabalhado a questão junto aos órgãos. Hoje trabalho na Superintendência de Planejamento e Programação Orçamentária, onde cuidamos da condição de todos esses instrumentos: PPAG, LD0, Loas, principalmente da forma e condução de sua organização no Poder Executivo, no processo de elaboração. Temos um grupo setorialista, que trabalha junto aos órgãos e entidades nessa interface. Junto a esse grupo, que trabalha junto aos órgãos na discussão desses projetos, tanto na liberação orçamentária como no acompanhamento físico, ao longo do ano e dos indicadores, existe um outro grupo, separado, que cuidará somente dos programas estruturadores. Há um grupo que cuida de 57 programas e outro que cuidará dos demais programas do Estado, que são em torno de 300.

No diálogo com os órgãos, tentamos construir em parceria, e a questão dos indicadores tem sido um gargalo, desde o início do governo, que tentamos melhorar. Já há uma outra estrutura, que trabalha basicamente com indicadores e com impactos, que é o Estado para Resultados. Há uma equipe relativamente grande trabalhando com o desenvolvimento desses indicadores. Os indicadores são divididos em categorias, porque não conseguem ser necessariamente indicadores de impacto.

A produção do governo, na sua política pública, é como se fosse a própria meta física da ação, mas um pouco mais que isso. São indicadores mais de realização que de impacto. Os indicadores de impacto são mais difíceis, porque essa mensuração demanda pesquisa ostensiva por todo o Estado, e são pesquisas caras. A centralização nesse órgão facilita um pouco o processo, que às vezes demanda pesquisas a serem feitas em diversos Municípios, além de também facilitar um pouco a interlocução na construção desses indicadores.

Acompanho o trabalho realizado pelo Estado para Resultados, sei das dificuldades na construção desses indicadores. Valemo-nos de alguns indicadores mensurados no âmbito federal por institutos como, por exemplo, o IBGE, o Datasus etc. Mas temos dificuldades na construção de indicadores no Estado de Minas Gerais. É por isso que um grupo separado foi destacado, e levarei o assunto relativo à segurança alimentar a ele porque poderia entrar no escopo da discussão sobre a pobreza e desigualdade na área de resultados específicos. Mas essa é uma dificuldade

nossa. Sei que o Estado do Ceará já abandonou a perspectiva de trabalhar com indicador por programa. Fazemos isso porque há uma portaria federal que nos obriga a tanto. No Estado do Ceará, há mais tempo, já estão trabalhando com a perspectiva um pouco parecida com a que trabalhamos na área de resultados. Eu mensuro o impacto de um conjunto de programas porque isso faz um pouco mais sentido que esperar que haja um programa específico que traga impacto direto numa ação, nessa relação de um para um. Isso é difícil para um órgão, pois, se ele tem 20 programas, terá de construir 20 bons indicadores, o que é praticamente impossível.

Trabalhamos desde 2007, 2008 com o Estado para Resultados. Passamos muito tempo no processo de construção desses indicadores até termos bons indicadores mensuráveis em tempo hábil.

A Gláucia falou da nossa avaliação de um plano. Essa é uma nossa angústia interna. Temos sempre esse problema: o que entregar na avaliação do PPAG. É basicamente uma entrega física que fazemos, e temos essa consciência. Precisamos de quadro técnico, porque no Estado para Resultados conseguiu-se fazer uma seleção entre os que tinham conhecimento nesse aspecto de construção de avaliação de resultados no Estado e não conseguimos ter essa mesma estrutura espalhada nos 70 órgãos do Estado, mesmo porque as pessoas encontram-se envolvidas em diversos outros projetos e não só nessa mensuração. O Estado resolveu destacar um grupo específico para trabalhar com isso para ver se conseguimos alavancar o desenvolvimento desses indicadores.

O Sr. Thiago Coelho Toscano - Edmar, a questão dos indicadores é um pouco complexa. Se você ou alguém tiver a oportunidade de verificar o PMDI, que apresenta vários indicadores, observará que o Estado, na maioria das vezes, vai se isentar de criar o indicador. Os indicadores já existem, o Estado apenas os incorpora e tenta sistematizar a sua execução, estabelecer metas, justamente para não ser o manipulador de um número. Não sendo assim, pode dizer que a meta foi cumprida, mas quem mediu foi ele mesmo. A ideia é ficar isento para conseguir analisar, como foi dito, o impacto da política pública.

O André disse, de forma muito clara e óbvia, que há um problema de relação causal. Não é o programa que gera impacto no indicador. Não posso afirmar, por exemplo, que houve redução da mortalidade infantil por causa do projeto estruturador Viva Vida, de atendimento à gestante. O Estado faz a avaliação do impacto para saber se houve redução da mortalidade infantil. Mas qual a participação do Viva Vida nessa redução? Houve algum impacto? Posso executar muito bem o programa, criar muitos centros e, quando fizer a avaliação do impacto, concluir que não houve impacto na política. Não há essa relação linear, de um para um. A contribuição de vocês é válida nesse sentido. Não conheço todos os indicadores da área. Sei que há indicador sobre desnutrição. Não sei se é o melhor ou se há outros que podem ser trabalhados para verificar o impacto da política pública. O principal nessa questão é: os indicadores estão disponíveis. Estamos apanhando até hoje na tentativa de criar indicadores. Como exemplo, cito o PIB do turismo. Há três anos, estamos tentando estabelecê-lo junto à Fundação João Pinheiro, mas não conseguimos por uma série de dificuldades. Ao se criar um indicador, é preciso acompanhá-lo, colocar pesquisadores para estudar a região. Isso tem custo. Por isso também a opção de trabalhar com indicadores existentes: não é preciso criar estrutura para estabelecer o indicador.

O Deputado André Quintão - Gostaria de comentar, Edmar, que o Sisvan é uma das práticas nacionais do sistema de controle de peso e altura, a partir do trabalho das unidades de saúde. O Edmar tem toda razão. Percebo uma resistência do órgão gestor da saúde em apoiar os Municípios na operacionalização do Sisvan. Trata-se de apoio, pois quem operacionaliza é, obviamente, o Município. Há duas emendas parlamentares, e o processo é muito moroso. Edmar, esse é um exemplo do que acontece quando há resistência do órgão, quando a ação não é prioritária no seu planejamento. A questão do idoso, que ainda não foi mencionada, padece da mesma situação, por exemplo, na área do esporte. Há uma certa dificuldade de compreensão da proposta que chegou para execução.

Outra dificuldade é que os Municípios não sabem o que fazer com os dados do Sisvan. Faz-se o diagnóstico, mas não se atua sobre ele. Há dois problemas no Sisvan, uma questão central de governo. É preciso discutir por que há essa resistência em implantar o Sisvan.

Outra questão é a alimentação escolar, uma das mais antigas políticas públicas - mais de 50 anos - e que traz mais resultados em termos de segurança alimentar de crianças e jovens. Hoje há uma grande oportunidade, que está sendo estendida ao ensino médio, a partir de legislação federal, associada a uma proposta de emenda à Constituição, transformando direito humano e alimentação na Constituição, e de lei que obriga a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar. Elogio o PPAG 2004-2007, quando o Estado aproveitou para elencar prioridades. Falo isso, por exemplo, em relação ao programa de universalização Luz para Todos, uma parceria dos governos estadual e federal. Não sinto isso em relação à alimentação escolar.

Minas Gerais, com 36 superintendências e 4 mil escolas, tem somente uma nutricionista. Valéria, há somente uma nutricionista! Como vamos desenvolver no Estado um programa de suporte à alimentação escolar com apenas uma técnica? Discutimos isso com a Emater. Temos uma emenda popular de organização do agricultor familiar, ou seja, para que ele venda seus produtos para a alimentação escolar. Essa emenda ainda não foi executada. Na minha opinião, seria mais estratégico e transformador, no planejamento da Emater - claro que a distribuição de mudas e sementes é importante -, a organização de agricultores familiares, com vocação regionalizada de produção, para venda no sistema da alimentação escolar, gerando renda para o agricultor, aumentando os recursos nos Municípios e melhorando a qualidade nutricional da alimentação. Esse é um arranjo complexo e, depende, sim, de mais integração dos órgãos de governo. Há aqui vários consultores do Consea, os quais podem pensar diferente, mas, sinceramente, não sinto que essas duas questões sejam hoje assumidas como prioridades. Entretanto, deveriam ser assim consideradas, pois são maiores fontes de transformação estrutural, se comparadas à mera distribuição de mudas e sementes, por mais importante que isso seja.

O Sr. Thiago Coelho Toscano - Só gostaria de complementar a questão dos indicadores. Particularmente, fico muito feliz por ter sido abordado esse assunto, porque, até há dois, três anos, não falávamos em indicadores aqui. Falávamos em metas e em construção de escolas, mas ninguém apontava melhorias na educação. Em 2007, quando criamos o programa Estado para Resultados, dissemos que queríamos mudar essa ótica, sair da dicotomia do Estado mínimo ou Estado desenvolvimentista e partir para aquele que gera resultados para a sociedade.

Eu, o André e o João Vítor somos convidados a fazer palestras fora, em eventos, universidades e cursos de gestão de projetos. Nessas palestras, sempre nos perguntam: "E aí, quando chegar 2010 e o governo acabar, como é que fica"? As pessoas ficam muito encantadas de trabalhar com indicadores. Acha muito legal, a partir de indicadores, estabelecer o projeto. Quando perguntam - "E se acabar?" -, dizemos que esse risco existe, mas podemos retroceder. Quando ouvimos vocês, uma das opções que expusemos é que, se a sociedade começar a participar desse processo, teremos bons resultados. Imagino ser a primeira vez que vemos alguém apresentando questões sobre indicadores. Quando vemos que as coisas começam a ganhar esse contorno, ficamos satisfeitos. Não adianta nada dizer que deve haver indicadores, se eles não são acompanhados. Ninguém dá valor a isso. Deve haver mais vontade. Quando ouvimos vocês falarem sobre indicadores, ficamos muito felizes, porque, a partir daí, começamos a criar pontos de não retorno. E pensamos que vamos consolidar esse tipo de gestão.

O Sr. Presidente - Ainda temos várias perguntas. Portanto estamos encerrando as inscrições. A Sra. Maria Aparecida Martins Pereira, do Conselho de Saúde e do Conselho de Segurança, deseja fazer uma pergunta.

A Sra. Maria Aparecida Martins Pereira - Bom-dia. Primeiramente, quero expressar minha gratidão. Estou aqui para fazer alguns elogios. O primeiro deles é para o Governador Aécio Neves, porque tive a grata satisfação de ver minha filha, Jéssica, na capa do DVD Valores de Minas 2006. Ademais, quero falar também da área da saúde, já que fiz uma cirurgia de varizes há cinco meses. Estamos vendo os avanços do Estado de Minas. Podemos reivindicar, mas temos de saber também elogiar. Aprendi isso muito jovem. Sou do grupo Fé e Política e nunca desisti de ser uma mulher que defende tudo: saúde, direitos humanos, trabalho e alegria de viver. Afinal, saúde combina com diversão.

Sou diretora da Canto da Alvorada, e estou convidando todos para uma festa maravilhosa que realizaremos no dia 22 deste mês. Saúde combina com lazer. Nessa fase bonita da vida, todos precisamos competir e nos divertir juntos. Será na Estação 2000, a ala mais evoluída e independente da escola de samba, e, com fé em Deus, serei a Presidente no próximo ano. Pertencço à Liga das Escolas de Samba de Minas Gerais, sou guerreira. Sempre gosto de dizer que sou do campo e da cidade, pois nasci em Guanhães, Minas Gerais. Muito obrigada pelo carinho. Podem contar comigo para tudo, porque sei unir saúde com lazer e educação. Temos de reivindicar, sim, mas temos de saber também elogiar. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Agradecemos a participação da Aparecida Martins Pereira. Com a palavra, a Sra. Liliane Gomide, da Defensoria Pública de Minas Gerais, que também deseja fazer uma pergunta.

A Defensora Pública Liliane Gomide - Boa-tarde, Deputado Zé Maia, em cuja pessoa cumprimento os demais componentes da Mesa. Boa-tarde, demais participantes. É uma honra representar aqui a Defensoria Pública de Minas Gerais. O Dr. Márcio Rogério saiu, senão levaria um ligeiro puxão de orelha. Ele ressaltou que o Ministério Público e o Judiciário deveriam estar presentes às reuniões, mas não mencionou que o Estado defensor também deveria fazer parte. Não se concebe, no Estado Democrático de Direito, Judiciário e Ministério Público, sem o Defensor Público. Trabalhei por três anos e meio com o Dr. Márcio, por quem nutro um grande respeito. É apenas uma brincadeira, mas o tripé da Justiça passa necessariamente pelo Defensor Público.

Queria manifestar uma pequena indignação de todos os da minha classe. Quando da nossa inscrição, fomos dados como pertencentes à Secretaria de Defesa Social. A Defensoria Pública de Minas Gerais tem autonomia. Com a recente Lei Complementar nº 132, de 2009, fomos alçados a um lugar de destaque. Não há que se falar mais em subserviência, a não ser a advinda da própria Constituição Federal. Fica aí o meu protesto, pois as inscrições de vários Defensores Públicos que vão participar à tarde e nos outros dias os coloca como subordinados à Secretaria de Defesa Social, órgão que respeitamos muito e com o qual temos feito boas parcerias. Portanto, a Defensoria Pública de Minas Gerais é autônoma, não pertence e não se vincula a nenhum Poder, a não ser à Constituição Federal.

Feitas essas considerações e parabenizando-os pela audiência, que é muito importante, queria uma informação dos senhores. Uma vez que a Defensoria Pública de Minas Gerais é uma verdadeira escola preparatória para outros concursos, estamos perdendo valorosos colegas que estão migrando para carreiras mais atrativas. Ela estava junto com São Paulo, mas agora passou para o último lugar do subsídio pago no Brasil. Minas Gerais é um Estado influente, sempre arrancou na frente em tudo, politicamente falando. Sem demérito para os Estados do Nordeste e os demais, Minas Gerais sempre foi vanguardista e futurista politicamente. E não há que se falar em política, porque o Rio Grande do Sul tem um governo do PSDB, e o subsídio de lá foi equiparado ao do Ministério Público. Aliás, já se foi o tempo de pedir equiparação com quem temos paridade, que é o Ministério Público; hoje é com nós mesmos. O que vai ter de bom para, no mínimo, segurar esses valorosos colegas que estão na carreira? Hoje 90% da população são assistidos pela Defensoria Pública do Estado. Houve a Força Nacional em Execução Penal em Ribeirão das Neves, de que participaram 42 Defensores Públicos de todo o Brasil. Houve mais de 1.900 pedidos deferidos, com quase 200 pedidos de prescrição. Isso onera o Estado, tira a dignidade do cidadão, cria problema para a família e para a própria pessoa, porque ela perdeu a liberdade, mas não a dignidade. Ficam, então, dois Brasis: um que pode pagar advogado, e o outro que não pode. E afirmo a V. Exa.: o que não pode pagar advogado estará tão bem como o que pode pagar. Acontece que a migração é imensa, um verdadeiro rodízio, uma ciranda. Isso não pode acontecer, pois estamos tratando dos direitos fundamentais da pessoa humana, e refiro-me ao cidadão pobre, ou seja, àquele que não tem acesso à Justiça. O princípio mais básico do ser humano é o de peticionar, ou seja, de estar em juízo. Não estamos falando em defender bandidos, mas eles também têm os seus direitos resguardados pela Constituição Federal, apesar de terem infringido a lei. Falamos sobre investigação de paternidade, ou seja, sobre assuntos ligados à área da família, de que participo.

Com o advento da Lei nº 132, de 2009, que alterou a Lei Complementar nº 80, passamos a ter legitimidade para a tutela coletiva, ou seja, podemos representar grupos de pobres. Isso foi um imenso avanço. Está na hora de o Estado de Minas Gerais ficar sensível ao nosso apelo. Temos a nossa frente parlamentar de sustentação neste Parlamento. Conheço vários Deputados e sou vizinha dos senhores presentes. Tendo em vista que estamos, lamentavelmente, em um país com pessoas carentes, tudo tem de passar necessariamente pela Defensoria Pública. Na Vara da Fazenda, há pedidos de remédios de pessoas que estão morrendo, os quais têm de passar por um Defensor Público. Há 468 Defensores Públicos na carreira, mas há cargos para 1.200. A realidade é muito séria, pois há pessoas morrendo nas filas.

O que os Srs. Deputados têm de notícia para acalmarem os nossos ânimos, pois estamos todos realmente muito preocupados com a situação da Defensoria Pública mineira, que ocupa o último lugar na Federação, o que é lamentável? Muito obrigada.

O Sr. Thiago Coelho Toscano - O Estado de Minas Gerais reconhece a importância da Defensoria Pública. Exporei alguns números, desde 2005, que demonstrarão inequivocamente o que disse.

A partir de janeiro de 2005, a remuneração inicial do Defensor Público sofreu um aumento de 41%, passando de R\$2.200,00 para R\$3.100,00. Em janeiro de 2006, ela passou de R\$3.100,00 para R\$4.000,00. Ainda em 2006, foram criados 282 cargos, atingindo os 1.200 mencionados pela senhora. Em 2007, a fixação do valor de subsídio passou dos R\$4.100,00 para R\$6.500 no período do estágio probatório, e hoje é de R\$7.000,00, podendo chegar aos R\$10.000,00. Ou seja, um salário que era de R\$2.200,00 pode chegar a R\$10.000,00 atualmente. Toda essa política gerou um impacto anual na despesa orçamentária do Estado no valor de R\$23.000.000,00. Ainda em relação aos recursos aplicados na Defensoria, em 2003, o orçamento era de R\$21.500.000,00, em 2009, é de R\$118.000.000,00 e, para o ano que vem, será de R\$121.700.000,00. O crescimento foi de 434%, no período, enquanto o orçamento do Estado, como um todo, cresceu 95%. Vemos que, de fato, o Estado priorizou a Defensoria Pública. Não podemos aumentar e equiparar o salário do Defensor Público, de acordo com as solicitações que nos chegam, de R\$7.000,00 para R\$22.000,00 de uma só vez, mas, ao longo dos anos, temos trabalhado para melhorar a situação, que sabemos não ser a melhor. A senhora comentou o relatório, que já nos foi apresentado pelo próprio Defensor Público-Geral e diz que Minas Gerais está em último lugar, mas temos tentado aumentar o salário. Porém, temos de respeitar a restrição orçamentária, mencionada várias vezes pelos Deputados André Quintão e Zé Maia. O Deputado Zé Maia falou sobre isso de maneira esplêndida. As demandas são infinitas, mas os recursos do Estado são limitados. Há as demandas da Defensoria, mas há também as da saúde, as da educação. O salário da educação é baixo, e há greves. Os Agentes Penitenciários também fazem greve porque os salários são baixos. Contudo, temos de respeitar a limitação orçamentária prevista pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que não permite que ultrapassemos aquele número que mencionei, de 46,55%. Enviamos a proposta orçamentária já no limite. Não temos mais o que fazer, pois a lei não permite que coloquemos mais dinheiro, a não ser que a receita aumente e que possamos equacioná-la. Nesse caso, teríamos de resolver também os problemas da saúde, da educação, da defesa social e de todos os outros setores. Não podemos resolver o problema de uma só vez. Tentei mostrar que o salário era de R\$2.200,00 e pode chegar a R\$10.000,00. Temos tentado equacionar ao longo do tempo, pois não conseguimos fazer isso de uma só vez.

O que eu gostaria de dizer era exatamente isso, ou seja, que o Estado de Minas Gerais dá importância à Defensoria Pública, mas não consegue resolver o problema de um ano para o outro, da noite para o dia. É um processo lento, mas é prioridade para o governo de Minas Gerais.

O Sr. Presidente - Também gostaria de falar sobre a importância da Defensoria Pública. Sou advogado. Como advoguei por mais de 12 anos, acompanhei de perto o trabalho da Defensoria Pública, que exerce um papel importantíssimo ao levar a Justiça às pessoas que não têm condições de contratar um advogado. Isso interfere na lotação dos presídios, porque a atuação da Defensoria Pública facilita a execução penal. Por falta de um acompanhamento profissional da Defensoria ou de um advogado dativo, o preso poderá cumprir sua pena e continuar preso por não ter alguém que faça o pleito de sua liberdade. É fundamental o trabalho exercido pela Defensoria Pública.

Houve grandes avanços no que diz respeito à Defensoria Pública. O governo do Estado e a Assembleia Legislativa foram extremamente sensíveis. A Defensoria Pública pode estar com problemas - como você bem disse -, mas, se olharmos o seu histórico, verificaremos que, nos

últimos anos, houve avanços em Minas Gerais. Evidentemente, esse processo continuará. Com a palavra, a Sra. Anita, do Movimento Nacional da População de Rua.

A Sra. Anita Gomes dos Santos - Bom dia a todas e a todos. É com imenso prazer que nós, do Movimento Nacional da População de Rua, estamos presentes neste Plenário. Essa oportunidade nos foi concedida a partir do PPAG passado, no qual conquistamos a pesquisa estadual para a contagem dos cidadãos brasileiros que se encontram jogados pelas ruas. Essas pessoas não são vistas como seres humanos. Aqui na Assembleia, conseguimos comprovar que somos cidadãos e temos direitos. O nosso Estado está de parabéns.

Não somos considerados nem como números pelo IBGE. Será um grande marco para o nosso Estado. Agradecemos essa oportunidade e solicitamos que esse processo seja agilizado, porque estamos num momento de muitas chuvas, e as pessoas estão sofrendo pelas ruas. Devemos olhar por toda a humanidade, pelos idosos, crianças, adultos, enfim, por pessoas, para as quais existem políticas. Isso é chique, maravilhoso, mas essas políticas não saem do papel. Estamos lutando, em âmbito nacional, para que isso aconteça na vida de todos os cidadãos. O papel aceita qualquer coisa, mas queremos a realidade.

Deputado André Quintão, agradecemos muito a sua participação nesse processo. Agradecemos também a todos que contribuíram para esse reconhecimento, porque somos pessoas invisíveis para a sociedade, não somos considerados gente, mas há muita gente boa e produtiva pelas ruas da cidade. Precisamos de oportunidades, a fim de nos mostrarmos não por meio de roupas, mas por meio de muitas coisas que existem dentro de nós.

Gostáramos que nos apoiassem nessa emenda para que sejam feitos, depois dessa pesquisa, seminários regionais e para que seja ampliado e divulgado esse trabalho que será realizado, para que toda a sociedade tenha consciência de que todos somos iguais, todos somos irmãos, todos somos gente, todos queremos contribuir para a transformação deste país.

Na segurança alimentar, vemos que todos têm direito à alimentação. Pensamos que ninguém quer o final, o restinho do bolo. Queremos justiça social. Queremos direitos iguais. Que Deus abençoe a todos e que tenhamos um bom debate.

O Deputado André Quintão - Reitero a solicitação da Anita e do Movimento Nacional. A emenda foi aprovada no ano passado, no Plano Plurianual para este ano. André Reis, já houve a liberação para a Sedese. Na Conferência Estadual de Assistência Social, foi assinado um termo de cooperação com a CNBB, com o Movimento Nacional da População de Rua, com o apoio do Fórum População de Rua, da Cáritas e da Pastoral de Rua. É importante que isso seja operacionalizado de forma ágil. Obviamente, a pesquisa se concentrará em dezenas de cidades mineiras. É a primeira vez em que teremos um diagnóstico da situação da população de rua num Estado fomentador de políticas públicas direcionadas a esse público, por intermédio do Suas e de outras políticas públicas. Reitero a importância disso.

Uma luta nacional foi verbalizada pela Anita na Conferência, Deputado Zé Maia, ao mencionar que o fato de a população de rua não ter endereço faz com que, além de não ser contada na estatística, seja excluída de alguns programas sociais voltados para essa população, como o próprio Bolsa-Família e outros programas. O reconhecimento formal da existência da população de rua, ainda que numa situação transitória, pode ser benéfico, inclusive para o reconhecimento das pessoas como sujeitos e para que tenham acesso a determinadas políticas públicas que exigem esse reconhecimento formal. Reitero o pedido da Anita para que o órgão gestor operacionalize essa pesquisa rapidamente.

O Sr. Presidente - A Sra. Lourdes Brandão, consultora especialista de Brasília, da Cooperativa Trilha-Mundos, parabeniza a Assembleia Legislativa pela iniciativa democrática do planejamento estratégico do Estado de Minas, no PPAG 2008-2011. Ela deixa seu "e-mail": brandaolourdes@yahoo.com.br. Agradecemos sua participação. O Mário, do Consea-MG, deseja fazer uma pergunta.

O Deputado André Quintão - O Mário levou a segurança alimentar ao pé da letra e saiu para se alimentar. É um bom Conselheiro do Consea, pois foi se alimentar.

O Sr. Presidente - Ele está colocando a teoria em prática. O Sr. João Lopes do Nascimento, do Fórum Mineiro de Economia Solidária, deseja fazer uma pergunta.

O Sr. João Lopes do Nascimento - Boa-tarde a todos e a todas. Cumprimento os componentes da Mesa, todos os Deputados presentes e o representante do Seplag. Meu questionamento é direcionado a Thiago Toscano, mas, como ele já se retirou, pode ser respondido pelo representante da Seplag.

O Fórum de Economia Solidária está realizando feiras em todo o Estado. Não deixamos de realizá-las no ano passado e neste ano estamos na etapa final de execução. Amanhã teremos, na Praça da Assembleia, a Feira de Economia Solidária. Teremos mais de 160 empreendimentos econômicos solidários expondo seus produtos e mercadorias. Há uma demora expressiva no repasse dos recursos para execução das feiras. E temos metas e prazos para sua execução, o que dificulta a sua realização. É necessário rever o repasse dos recursos para essas feiras.

Também queremos apresentar nossa indignação pela retirada da ação tratando de feiras do PPAG no Orçamento para o ano que vem e para o outro ano, 2010-2011. O movimento está preparando um manifesto com a presença de todos os empreendedores. Vamos preparar um documento, faixas e cartazes reivindicando ao Governador os recursos para a execução das feiras, porque os empreendimentos econômicos solidários estão gerando trabalho e renda para as famílias. Por isso vamos mostrar a nossa indignação. Todo o movimento estará na feira apresentando o seu manifesto de indignação. Precisamos de mais recursos para a execução das feiras, precisamos de recursos para a realização da 2ª Conferência Estadual de Economia Popular Solidária, que acontecerá no ano de 2010. Esse é o meu questionamento, é o questionamento do movimento. Estaremos todos aqui amanhã e também teremos representação nos grupos de estudo de hoje à tarde. Muito obrigado a todos.

O Sr. André Abreu Reis - João, tenho acompanhado de perto a formação do fundo de economia solidária, mas sobre a emenda, talvez tenhamos que passar essa cobrança para o próprio gerente. Na revisão, não apenas nesse caso específico, mas em todas as emendas dedicadas à unidade orçamentária, como órgão central de coordenação do planejamento, coordenamos a execução dessa política dentro do Estado, mas não temos como obrigar o gestor a ter uma política na sua agenda. O gestor tem autonomia para decidir se vai continuar ou não. E o gestor pode estar sensível às demandas, principalmente nessas audiências que acontecerão até sexta-feira.

Todos os anos, durante o processo de revisão, entramos em contato com os gestores para falar sobre as emendas de participação popular e mostrar a preocupação da Secretaria de Planejamento na sua continuidade. Muitas vezes não temos sucesso e as pessoas acabam retirando essas ações. Pedimos sempre que justifiquem o porquê da retirada das ações, mas uma conversa a respeito dessas motivações e o que condicionou essa tomada de decisão pode ser colocada dentro do próprio grupo para saber exatamente o motivo da retirada disso da agenda do governo para 2010.

No que se refere à liberação de recursos, não sei especificamente a respeito dessa ação. Nas emendas da Casa, houve atrasos na execução de diversos projetos do Estado, boa parte em decorrência da crise fiscal do início do ano. Esperamos um cenário melhor,

como de fato está ocorrendo desde agosto. Nesse caso, não sei falar a respeito da liberação. É preciso entrar em contato com a Secretaria. A informação é de que a liberação orçamentária - R\$200.000,00 - já ocorreu. Temos que saber exatamente por que isso ainda não chegou. Talvez o próprio órgão da Secretaria de Desenvolvimento Social possa explicar ao senhor com maior clareza os motivos.

O senhor falou a respeito de retirada da ação. Isso deve ser discutido com o gestor. Na Secretaria de Planejamento, discutimos todos os anos as emendas de participação popular e também as dos Deputados. O gestor sabe. Publicamos as informações que temos a respeito disso. Se elas são insuficientes, é importante que sejam mostradas para ele. Sobre a liberação de recursos, da nossa parte ela já ocorreu. É preciso saber na Sedese o que está ocorrendo, para que possamos fazer com que de fato o dinheiro chegue.

O Sr. Thiago Coelho Toscano - José, o André se expressou bem. Não conseguimos instruir o órgão sobre como deve proceder. Apenas orientamos. Eles fazem as escolhas. Em 2009, foram alocados, por meio de emenda popular, R\$350.000,00 para a economia solidária, dos quais R\$200.000,00 foram liberados. O que o órgão fez? Para 2010, a ação foi excluída porque foi aglutinada em outra, que é a nº 4.643. Foram alocados R\$617.695,00 na ação. Ela existe, não foi excluída. Se vocês acharem que a aglutinação não é boa para a execução da ação, é possível fazer um requerimento, uma solicitação, preenchendo um formulário e solicitando a quebra da ação para que volte ao que era. A ação de que estou falando é a nº 4.643, Implementação da Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária.

É interessante lembrar que, além de não ser excluída, ela deixou de ser emenda popular e foi incorporada ao orçamento do Tesouro. As emendas populares tinham um processo diferente. Houve problemas e agora estão incorporadas ao orçamento e não dependem mais da liberação da emenda, pois já são recursos do orçamento da Secretaria de Desenvolvimento Social. Por isso essa ação está disponível e não depende de trâmite especial. Basta executar. Há um volume de recursos que é quase o dobro do alocado em 2009.

O Deputado André Quintão - Farei um comentário. Primeiro, concordo com o João Lopes, do Fórum Mineiro. André, no fluxo de liberação deste ano, houve um atraso da liberação para o orçamento da Sedese. Esse órgão começou a organizar as feiras, cujo calendário é anual. Não há como concentrar as feiras em um ou dois meses, até porque o processo é concluído com a feira estadual, que terá abertura amanhã. A Sedese começou a utilizar recurso dela, de outra rubrica, e no dia 15 houve a liberação. Talvez seja necessário organizar o fluxo de liberação porque as feiras têm calendário próprio, conforme a região, e o Fórum também. Não há como o Fórum organizar feiras regionais simultâneas. É um processo.

A feira, para quem não sabe, além da comercialização, é um espaço de capacitação e de estímulo ao empreendedorismo. Há nela um sentido próprio de economia solidária, de organização de uma nova forma de produzir, comercializar e distribuir a renda. Para a liberação do próximo ano, o movimento tem falado sobre um fluxo mais racional com a própria dinâmica de organização das feiras. Parece-me, e na audiência específica dessa ação verificaremos isso, que houve aglutinação das duas ações, da manutenção no Orçamento, mas não ocorreu ampliação desse Orçamento. Havia uma ação de capacitação e uma ação de realização das feiras. Houve aglutinação na política de economia solidária, mas não houve a soma do recurso. Teremos de verificar isso num debate específico. Se eu estiver correto em minha avaliação, seria o caso de recompor o recurso, até em razão de sua importância.

Reitero o convite a quem está aqui hoje e a quem acompanha nossos trabalhos pela TV Assembleia para visitarem essa feira estadual amanhã, quinta-feira, e na sexta-feira. Os produtos são de boa qualidade, geram renda e estimulam uma nova forma econômica de as pessoas se organizarem. Na Conferência Estadual de Economia Solidária, pode-se acrescer a finalidade na ação aglutinada, obviamente com recurso adicional.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Gilberto, do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis.

O Sr. Gilberto Wallace Chagas - Quero fazer uma observação sobre as votações do PPAG. Para nós, é muito importante participar deste debate como participante de um movimento social e como cidadão. Preocupa-me, enquanto companheiro da Economia Solidária, tudo no Estado parecer funcionar em pacotinho. Darei dez para os pobres ali. Dez para eles, dez para os outros, e a coisa será resolvida.

Quanto ao PPAG de resíduos sólidos, havia um valor para coleta seletiva. Se não me engano, eram R\$2.000.000,00. Parece que cortaram alguns zeros, e o recurso foi para R\$200.000,00. Ouvindo o companheiro falar, pensei nos pacotes. Caso possam me esclarecer, queria saber se a coisa está mesmo sendo tratada assim. Se assim for, os movimentos sociais terão de se juntar para ocupar espaços, como já ocupamos esta Casa por várias vezes. Está na hora de os políticos pararem com tanta balela. Eles têm de entender que trabalham para a gente. Nós é que pagamos os salários de vocês. Ninguém nos está fazendo qualquer favor.

Por exemplo, se o pessoal da Economia Solidária pleiteia feiras, por que não? Tudo depende da agenda do gestor, que, se acordar de bom humor, poderá aprovar, ou mesmo se ele "for com a cara" do grupo A ou B. Não pode ser assim. Nós, catadores, assim como o pessoal da Economia Solidária e da população de rua, discutimos nossas reivindicações. Estabelecemos o porquê das coisas, que têm de ser tratadas com mais seriedade. Gostaria de saber se essa verba foi mesmo cortada do PPAG, quanto aos resíduos sólidos. Obrigado.

O Sr. Thiago Coelho Toscano - Qual é a ação? Você possui seu código?

O Sr. Gilberto Wallace Chagas - Trata especificamente de coleta seletiva de resíduos sólidos.

O Sr. Thiago Coelho Toscano - Já identifiquei. Os recursos são da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Na verdade, não se trata de pacotinho. Pelo contrário, os recursos estão dentro de projeto estruturador. Ao contrário de muitas legislações aqui mencionadas, como está dentro de projeto estruturador, há um pouco mais de prioridade. Não eram R\$2.000.000,00; não foram cortados zeros. Eram R\$1.200.000,00, se não me engano, mas passou para R\$200.000,00. Como se dá esse processo de elaboração? No caso da Secretaria de Meio Ambiente, os recursos são próprios. Quando organizamos o projeto, como ela tem o recurso definido, ela mesma faz a alocação. Quando diminuí o recurso nesta ação, certamente aumentou em outras ações.

O valor total do projeto é praticamente o mesmo. Caiu um pouco, de R\$10.000.000,00 para R\$8.800.000,00. Nas audiências públicas que serão realizadas à tarde, essa consideração que o senhor fez deverá ser apresentada para o gerente do projeto, para não incorreremos no mesmo problema do sistema socioeducativo. A Seplag traça os limites orçamentários, mas não pode impor como o gerente alocará os recursos em cada um dos programas, para não tirarmos a autonomia dos órgãos. Estou impossibilitado de alterar a alocação dos recursos. Essa abordagem é importante, mas deve ser feita ao gerente do projeto nas discussões, nos grupos de trabalho, especificamente no projeto estruturador Resíduos Sólidos.

O Deputado André Quintão - Thiago, reitero a intervenção do Gilberto, do Movimento Nacional, porque alcançamos uma conquista, que foi a Lei Estadual de Resíduos Sólidos, sancionada neste ano. Um dos pontos mais importantes dessa lei é incentivar os Municípios a erradicarem os lixões, estimulando a coleta seletiva. Nesse processo, é preciso priorizar a contratação de associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, vinculando a questão ambiental à questão do trabalho e renda. Há uma lógica nisso. No grupo de trabalho, será importante verificarmos por que houve essa redução.

Aproveito para lembrar que essa lei prevê a criação de um fundo estadual de resíduos sólidos, que depende de regulamentação. Há um debate à espera da lei nacional de política de resíduos sólidos. Mas é importante que os recursos para a coleta seletiva não sejam diminuídos. Depois, teríamos de identificar, pois de R\$10.000.000,00 caiu para R\$8.800.000,00, diminuindo R\$1.200.000,00, Não poderei dizer que foi isso, porque temos de ouvir a exposição, à tarde, do gestor.

Concordo com o Gilberto que, hoje, coleta seletiva é uma demanda muito presente na sociedade brasileira e mineira.

O Sr. Thiago Coelho Toscano - Só complementando, Gilberto, pois essa informação é importante para você argumentar com o gerente, porque, no PPAG, você não conseguirá abri-la por grupos de despesa. Em 2009, ela recebeu R\$200.000,00 de custeio e R\$1.000.000,00 de capital. A execução de custeio está em R\$124.000,00, e a de capital está zerada. A pergunta a ser feita é: por que não se está executando o investimento que está nessa ação?

No orçamento de 2010, estão previstos R\$200.000,00 para custeio. O custeio da ação é o mesmo, mas não está havendo investimento. Não saberei justificar por que o gerente do projeto não está colocando o investimento para a ação. Isso deve ser discutido no grupo de trabalho mesmo.

O Sr. Presidente - Há três perguntas escritas. Eu as farei em bloco para a Mesa responder.

Pergunta de Florisbela Alves Mourão, da Associação Feminina Evangélica Comunitária, ao Deputado André Quintão: "As pessoas da melhor idade não estão sendo respeitadas pela sociedade. São "janeladas" nos pontos de ônibus. Já cansei de ver, já reclamei, e continua do mesmo jeito". "Janelada" é um termo usado para quando o ônibus passa e deixa a pessoa no ponto.

A Sra. Silvânia Barrozo, do Conselho Estadual do Idoso de Minas Gerais, presente à Mesa, pede explicação sobre a não execução de programas e ações voltados ao idoso no PPAG do ano passado.

O Vereador Arcanjo Nunes dos Santos, da Câmara Municipal de Araçuaí, pergunta a Thiago Toscano: "O Vale do Jequitinhonha tem um apelido feio, de Vale da Miséria. Isso é muito triste para seus habitantes. Araçuaí é uma cidade-polo do Médio e encontra-se em péssimo estado de conservação, mesmo sendo uma cidade de 138 anos, completados no dia 23/9/2009. Como o governo poderá nos promover?".

O Deputado André Quintão - A Florisbela aborda uma questão que, infelizmente, é cultural, de desrespeito da sociedade em relação ao idoso em vários aspectos, como da acessibilidade, do respeito afetivo, da sexualidade, do lazer. É uma discriminação própria da sociedade capitalista que prioriza a produção. As pessoas valem enquanto produzem.

Então, aquelas pessoas que estão fora do processo produtivo porque já deram sua cota de contribuição ou porque têm uma cota de produção reduzida face a alguma diferença - pessoa com deficiência ou outra dificuldade - são excluídas. Essa é uma questão cultural, mas depende de muita ação do Executivo. Lembro-me de que fui Secretário de Desenvolvimento Social em Belo Horizonte, quando o atual Ministro Patrus foi Prefeito. Nessa condição, presidi o Conselho Municipal do Idoso, em Belo Horizonte. Uma das primeiras iniciativas, por sugestão do Conselho do Idoso, era exatamente uma campanha de conscientização de usuários, motoristas e cobradores, porque o idoso tinha a carteira da acessibilidade, mas enfrentava dois grandes problemas. Em primeiro lugar, o degrau do ônibus era muito alto, então o idoso tinha dificuldade de subir. Num processo gradativo, a BHTRANS rebaixou o degrau, porque o idoso tinha problema para subir, podia cair e se acidentar. O outro problema era o desrespeito. Os usuários não respeitavam a reserva de vagas, e muitas vezes - não podemos generalizar - motoristas e cobradores tratavam o idoso sem a calma necessária para esperá-lo entrar, para esperá-lo descer, não paravam, além de tratá-lo desrespeitosamente.

Vale aqui uma reflexão sobre as questões do transporte. No caso do Estado, é uma ação de transporte intermunicipal. Em cada Município há os órgãos de transporte e trânsito. A Silvânia tem razão. Mencionei, "en passant", que há uma baixa execução de emendas relacionadas à terceira idade, principalmente no caso da instituição de longa permanência - ILP. Lembro-me de que algumas emendas foram apresentadas principalmente focadas no idoso que está nessas ILPs. E não houve compreensão por parte do órgão gestor de utilização daquela emenda. Por exemplo, havia uma emenda na área de esporte para apoiar e facilitar o acompanhamento dos idosos na ILP. Então, o responsável pela área de esporte afirmava que estava executando o programa Ginástica na Praça, por exemplo, que era um outro perfil. Logo, há um problema de entendimento do órgão gestor de assimilação de ação nova.

São duas as lacunas de baixa execução, nesse caso até de desconhecimento. Era o caso das medidas socioeducativas e o das emendas. Foram duas as áreas com mobilização emergente ano passado: a área de esportes e a área da política para a terceira idade, para o idoso. Há uma lacuna. É preciso que os grupos de trabalho tenham uma atuação decisiva, inclusive criando mecanismos de monitoramento através do próprio Conselho do Idoso, mas concordo que essa é uma lacuna.

Por fim, Vereador Arcanjo, de Araçuaí, posso imaginar a resposta do André e do Thiago: "Você viu aquele quadro? O investimento "per capita" no Jequitinhonha foi o maior de todas as regiões. Nunca, na história deste Estado, investiu-se tanto no Vale do Jequitinhonha". Acho que existem iniciativas que devem ser consideradas, sim, como o processo de aceleração da aprendizagem, o Processo, e agora o trabalho da Copanor, mas, independentemente da atuação do Estado - poderia falar o mesmo sobre o governo federal -, há a Universidade Federal em Teófilo Ottoni, haverá o Ifet em Almenara e o Ifet na própria cidade de Araçuaí.

Farei duas reflexões, uma para o governo estadual e outra para o governo federal, por se tratar de região que precisa de aporte de política pública dos dois entes. Alguns projetos que o governo desenvolveu para a região este ano, neste período foram muito assistenciais. Acho que há necessidade de uma lógica de desenvolvimento econômico integrado com a questão social. É uma leitura que faço. O governo pode dizer que o Processo está nessa lógica. Mas não adianta fazer o Processo se não houver indução de desenvolvimento econômico. É lógico que, sem o Processo, fica difícil a indução. Mas não basta ter o Processo.

Acho que se deve fazer uma reflexão de desenvolvimento regional e ver, de fato, as vocações. Temos lá o grave problema de atividade minerária clandestina. Temos ainda lacunas na formação de mão de obra. Temos um nível de migração grande. Há cidades em que de 30 a 35% da população adulta ainda sai para o corte de cana e colheita de café. Isso ocorre na própria cidade de Araçuaí. São questões que Minas não comporta mais.

E temos, do ponto de vista de logística, um gargalo, que é a BR-367. Lutamos para incluir no PAC a ligação de Minas Novas a Chapada, Chapada a Berilo, Berilo a Virgem da Lapa. São 40 a 50km, que hoje são de terra. E lá, na ponta, de Almenara a Salto da Divisa. Então, tem-se 80 a 90km que cumprem a Rota do Descobrimento, que é a ligação de Diamantina ao Sul da Bahia. Isso é o para casa para o governo federal, que, aliás, viabilizará o Processo para Santo Antônio do Jacinto e para a própria cidade de Chapada do Norte. Acho também que é uma grande movimentação - e principalmente a Cemig poderia ser mais parceira -, que é o Link Faltante: José Gonçalves de Minas a Virgem da Lapa. São 40km, passando por Lelivédia, Distrito de Berilo. Temos ali Irapé, uma grande obra, mas esperávamos ações complementares. Se fizermos a vinculação do Link Faltante de José Gonçalves de Minas a Virgem da Lapa, associando-o a outro Link Faltante - Grão-Mogol a Irapé, e Grão-Mogol recebeu ligação asfáltica do Processo -, economizaremos 150km de Araçuaí a Montes Claros. Se você tem uma usina de biocombustível

em Montes Claros e quer levar as oleaginosas a Montes Claros - e a ideia é estimular as oleaginosas no Jequitinhonha -, fazendo-se esses dois Links Faltantes haverá uma economia de logística de 150km.

Poderia dar outro exemplo, mas é só para vocês verem que ali, na região, não basta apenas pensar nas ações de assistência das cooperativas, do que a Secretaria Extraordinária faz, do Leite pela Vida, com dinheiro federal, do Programa de Combate à Pobreza Rural - PCPR -, de apoio às associações, isso tudo é muito importante. Mas eu pensaria de maneira mais estratégica, que é tomar a questão da alimentação escolar na região e o agricultor familiar e ver como se potencializa a Agricultura Familiar naquela região, para concordar com o Vereador Arcanjo, usando seu "slogan": "É só querer que dá pra fazer".

O Sr. Thiago Coelho Toscano - Silvânia, em relação à não execução, a Regina informava-me... Depois passaremos a palavra a você a fim de confirmar a afirmação, mas parece que a emenda a que você se refere não foi aprovada e, por isso, não foi citada. A emenda não desaparece dos relatórios. A Regina vai-se pronunciar.

A Sra. Regina - Na verdade, a emenda foi aprovada no ano passado. E, na primeira revisão, em 16 de abril, foi feita uma modificação. A informação que recebemos é que ela saiu do estruturador, não foi aprovada como emenda, mas considerada subemenda na área de resultado Vida Saudável, programa Incentivo ao Esporte.

Ela foi aglutinada ao programa Idosos na Praça. Mas o programa não existe ali, ou seja, foi aprovado no PPAG do ano passado; depois, nas revisões, foi feita modificação - nem sabemos que tinha sido feita -, aglutinada a outro programa da Secretaria de Saúde. Ele não apareceu no relatório que temos. Tentamos fazer um relatório do que ocorreu. Resultado: todos reclamam em relação às crianças e aos adolescentes; todos têm a sua demanda; mas hoje mais de 14% da população do Estado é de idosos. As instituições de longa permanência não têm amparo significativo nas execuções de suas ações, que são privadas; a maioria delas, caritativas. Nosso intuito é que o Estado efetive alguma ação na área de educação, ou de saúde ou de esporte para somar benefício ao idoso. Não vi ninguém aqui levantar uma ação a favor do idoso. No ano passado, a nossa fala foi bonita, mas até agora não resultou em nada. Muitos perguntam onde está o gestor, o recurso do Idosos na Praça, que não aconteceu. Quer dizer, recebemos um pequeno relatório, em que não consta nada em relação ao idoso. O que existe de modificação consta nos Cras, nos Creas, no que está colocado para a população de forma geral em termos de assistência social. Pergunto: de lá para cá, o que foi feito para o idoso? Nada.

A Sra. Aparecida Maria - Cara companheira Silvânia, gostaria de saber se você pertence ao conselho da PBH, que fica na Rua Espírito Santo. Pois é, infelizmente você está um pouquinho por fora. Existe o grupo Vida Saudável, do qual sou voluntária. Se você quiser participar dele, a Dra. Ângela irá auxiliá-la bastante. Fica na Secretaria dos Direitos de Cidadania, e a Sílvia Helena é a nossa Secretária Adjunta. Defendemos os idosos, sim. Já levei idoso de outra região para o Barreiro para ganhar moção dada em Brasília. Quando mencionei que no interior de Minas os idosos andam nos ônibus, você não aproveitou a oportunidade. Estou aqui pedindo encarecidamente a vocês que olhem os idosos dessa forma. Tenho 51 anos, juventude de 21, mas sei que chegarei aos 100. Sou do signo da Dercy Gonçalves, câncer. Por isso sou muito feliz. Sou mulher do campo e da cidade, viajo muito, faço palestras. No entanto, você se esqueceu de dizer o que lhe pedi. Estou complementando por você, minha cara. Muito obrigada. Tudo de bom. Dercy chegou a 100, eu chegarei a 200; em espírito, tenho mais de 2 mil anos.

O Sr. Presidente - Quero fazer um esclarecimento. Consta aqui que a Gláucia Barros e o Silvério ainda apresentarão questionamento. Como já o fizeram, pergunto se farão outros questionamentos. Apenas um minuto, Silvério. O Dr. Thiago responderá à questão anterior.

O Sr. Thiago Coelho Toscano - Silvânia, a Regina estava me explicando a questão, mas depois poderemos lhe explicar detalhadamente. A ação foi aglutinada e, em sua finalidade, consegue-se verificar que consta a questão do idoso. Se ainda não estiver claro ou não atender da melhor forma, pode-se apresentar uma emenda, do modo que você julgar mais adequado. No relatório que me foi entregue consta a emenda, inclusive a execução orçamentária. No final da reunião, poderemos equacionar a questão.

Em relação ao que disse o Dr. Arcanjo, o Deputado André Quintão já falou sobre a forma como os investimentos foram regionalizados. Quando pegamos a regionalização, vemos que a Região Norte, a do Vale do Jequitinhonha e a do Vale do Rio Doce foram as que receberam a maior parte dos investimentos. É a forma como está colocado lá. Além disso, a partir de 2007, quando fizemos a revisão do PPAG, incluímos um novo projeto estruturador de atração de investimentos para aquela região específica, ou seja, hoje, o Instituto de Desenvolvimento de Minas Gerais - Índi - coordena um projeto estruturador para atração de investimentos nessa região. Aquela usina de biodiesel da Petrobras faz parte do projeto estruturador, e é o gerente do projeto que, com as negociações, tenta atrair ou criar as condições para que a usina seja implantada. Não me lembro de cabeça, mas há uma outra indústria, a Maísa Bovinos, que, a partir desse projeto estruturador, foi levada para a região, indo ao encontro, André, daquilo que você disse, ou seja, criar o desenvolvimento sustentável, não o assistencialismo na região. Além dos investimentos feitos pelo Proacesso, há essa questão da atração de investimentos, que acreditamos vai desenvolver a região. É óbvio que, como ele esclareceu, isso não acontece da noite para o dia. O impacto não acontece do dia para a noite nem em todos os Municípios da região - 178 Municípios na região do Idene.

Em relação aos "links" faltantes, há o projeto estruturador, que também cria projetos, mas sabemos que os recursos são limitados. Apesar disso, têm elaborado projetos de engenharia, para que sejam feitas obras nos "links" faltantes, que representam uma série de demandas no Estado. Não dá para atender a todo mundo, mas temos de ver como isso está no PPAG. Vai haver uma discussão do grupo de trabalho Potencialização da Logística no Triângulo Mineiro e no Alto Paranaíba. Ai há uma ação específica para as outras regiões do Estado.

Em relação à BR-367, estivemos, em Brasília, há duas ou três semanas, apresentando um "portfólio" de projetos dos Deputados Federais, para que pudessem fazer emendas ao orçamento do Estado para execução dessa obra. Eles estão com esse "portfólio" em mãos. Na época, não me lembro qual Deputado me disse que essa obra entraria no PAC, por isso não precisaríamos fazer emendas, mas, de qualquer maneira, ressaltamos para os Deputados Federais essa necessidade também.

O Sr. Presidente - Vamos ouvir a Gláucia Barros e, depois, faremos a pergunta do Silvério do Prado.

A Sra. Gláucia Barros - Não vou fazer exatamente uma pergunta, mas três reiteraões. A primeira é ainda em relação aos indicadores de impacto. O Sr. Tadeu entendeu perfeitamente qual era o nosso objetivo ao solicitar uma avaliação um pouco mais profunda das políticas públicas, desenvolvidas sob o marco do Plano Plurianual, exatamente porque entendemos o nosso dever, o nosso papel, como sociedade civil organizada, de tentar garantir um diálogo fundamentado com o próximo governo acerca da defesa daquilo que deu certo e da correção, do aprimoramento daquilo que ainda é deficiente no Estado. Gostaria, aí, de fazer uma sugestão, se o senhor me permite. Em várias atividades do plano, consta como ação orçamentária a contratação de avaliações. Talvez, no escopo desses editais, o governo pudesse incluir o levantamento de indicadores. Além disso, a parceria com as universidades é muito importante. Hoje há várias universidades - a PUC Minas é uma delas - que têm bases de indicadores já consolidadas para a medição de qualidade de vida urbana, inclusive.

Uma pessoa que estava aqui, funcionária da Seplag, que trabalha na Auditoria-Geral do Estado, também já me deu uma dica de que se encontra à disposição no "site" um relatório avaliativo, que parece conter pesquisa de percepção a respeito dos programas, especialmente os estruturadores. Esse é um desafio. Em nome dos movimentos que represento, coloco-me à disposição para atuar de forma integrada. Isso é muito importante para, de fato, fazermos história.

A segunda reiteração, Drs. Thiago e André, é em relação à solicitação da Elvira, que, na verdade, é antiga. Em outras edições de discussão do PPAG, já solicitávamos, na apresentação das propostas orçamentárias, um anexo contendo o OCA, que é o Orçamento Criança e Adolescente. Seria interessante, então, que pudesse ser objeto não só da discussão no momento da avaliação das propostas de lei, mas também dos relatórios de monitoramento. Já é do conhecimento dos senhores que existem metodologias consolidadas para traçar exatamente aquelas proporcionalidades que os senhores disseram ser complicadas, ou seja, como medir, dentro do orçamento enorme da saúde, o que foi efetivamente destinado para a criança e o adolescente. Já existem metodologias desenvolvidas, especialmente no âmbito dos Municípios.

A terceira reiteração, Deputado Zé Maia, diz respeito à avaliação, ponderações e reivindicações feitas pelo Dr. Márcio. Ao contrário do que o senhor entendeu, não é uma avaliação pontual nem tampouco individual. É uma avaliação que todos os movimentos de defesa dos direitos da criança e do adolescente fazem da política de atendimento ao adolescente autor de ato infracional no Estado. Sinto informar que, infelizmente, temos dados que comprovam: o sistema de atendimento socioeducativo do Estado de Minas Gerais, sob a gestão do governo, é caótico.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Silvério do Prado, da Fesempre-UGT, para a sua pergunta. As duas questões serão respondidas em bloco.

O Sr. Silvério do Prado - Boa-tarde a todos e a todas, principalmente o meu muito obrigado à Assembleia por dar oportunidade a nós, cidadãos, de participar deste momento tão importante do PPAG, um plano a longo prazo. Aliás, até gostaríamos de ter participado também de todos os planos a curto prazo. Agradecemos sobretudo à GPI pela dedicação que normalmente tem de nos convidar para participarmos dessas atividades emanadas da Assembleia. Queremos dizer que o futuro passa pela Assembleia, sim, mas gostaríamos de ter certeza de que no futuro poderemos dizer que temos uma Minas melhor para se viver. Estou aqui exatamente para representar a ala educacional, principalmente porquanto somos assessores educacionais da Federação e da UGT. Temos um compromisso muito sério com a educação e, neste momento, queríamos lembrar aos Deputados que precisamos muito de todos os senhores e também do Executivo, para depois sancionar as 249 emendas das 1.002 do Plano Decenal de Educação, que aprovamos neste Plenário e encaminhamos à Comissão de Justiça. Ela já enviou o material aos demais Deputados, que provavelmente devem estar emitindo seus devidos pareceres. Precisamos, e muito, que haja uma grande sensibilização em relação a essas emendas, que foram o eco dos anseios de toda Minas Gerais, já que - parece-me - em 2006 as propostas apresentadas no Congresso caíram um pouco no vazio. Gostaríamos que essas propostas fossem realmente bem analisadas, aceitas e aprovadas.

Não poderíamos deixar de mencionar, já que estamos tratando de PPAG, algo que realmente nos preocupa muito, que é a garantia de recursos orçamentários para implementar as metas para a educação, ou seja, as ações e metas traçadas em termos de aumento de investimento em educação, no mínimo, com um valor de 1% do PIB de Minas Gerais, a cada ano, nos próximos 10 anos, sem prejuízo percentual em relação ao já previsto em lei; que haja realmente a implantação do piso nacional para os professores, e que esse piso não seja único e parado, pois queremos que ele seja apenas um ponto de partida, para que os trabalhadores da educação tenham um pouco mais de ânimo e desenvolvam, nos jovens, a vontade de novamente entrar para faculdades, escolherem carreiras que, antigamente, eram bastante apreciadas.

Esses profissionais eram bastante admirados, mas, hoje, não posso dizer que as escolas estaduais de Minas Gerais sejam o melhor lugar para nossos filhos estudarem, devido aos grandes problemas que nelas acontecem. Não desejamos uma escola de referência, mas que todas sejam de referência, pois não queremos medidas paliativas. Gostaríamos que houvesse realmente um pouco mais de direcionamento das verbas necessárias para o desenvolvimento da educação. Não somos contra o Centro Administrativo faraônico, de R\$1.200.000.000,00, mas somos contra a falta de recursos para a educação e para a saúde. Muitas vezes, esses profissionais entram em greve e deixam os usuários em situação difícil, pois, com certeza, não há uma gestão responsável, equilibrada e com visão de futuro melhor, para que Minas Gerais possa respirar democracia, como fazemos aqui, agora, respirando democracia representativa e participativa.

Muito obrigado, Deputado e presentes que usaram o microfone para defender os seus ideais e as suas causas. Não sabemos se haverá possibilidade de, nos grupos de trabalho, novamente expormos todo o Plano Decenal, mas, no "site" da Assembleia Legislativa, em que o GPI é muito eficiente, vocês podem tomar conhecimento dele, para que, na sexta-feira, possam reforçar o que pedimos agora. Não sei se, na sexta-feira, estarei presente, pois participarei também de um fórum sindical dos trabalhadores. Os problemas são muitos, mas, com autoestima, poderemos resolvê-los. Encerrarei com uma poesia que fiz: "Alta autoestima. Pensemos. Podemos. Passemos. Agora, estamos, seremos, permaneceremos, queridos, amados, idolatrados. Sabem por que? Sabemos o que queremos. Somos".

O Sr. Presidente - Gláucia Barros, há um dado subjetivo que é importante para a discussão. Não sei se você tem dados objetivos. Seria importante expô-los, porque tenho realizado, na Assembleia Legislativa, um trabalho muito grande para não ficarmos apenas na retórica, pois isso é muito ruim, já que é muito fácil oferecer um dado. Tenho lutado muito contra a relativização da discussão. Isso é muito ruim.

Em relação aos centros socioeducativos, de acordo com um dado objetivo consultado... Disse que não dispunha dos dados, mas que acreditava que a realidade era muito diferente do que era e do que é hoje em Minas Gerais. Da mesma forma, acompanhei muito o sistema prisional. Nos últimos seis anos, o governo abriu o dobro do número de vagas de toda a história de Minas Gerais. Gláucia, se o centro socioeducativo está caótico hoje, imagine como era até 2002. Vou repassar-lhe dados objetivos. Até 2002, o governo de Minas Gerais, em toda a sua história, abriu 375 vagas para os centros socioeducativos. Em 200 anos de história de Minas Gerais foram abertas 375 vagas. De 2003 para cá, foram abertas 711 vagas, ou seja, quase o dobro. Se o sistema está caótico - não tenho os dados, não tenho informações sobre isso -, no mínimo devemos reconhecer que houve um esforço muito grande do governo, porque, em seis ou sete anos, abriu um número maior de vagas.

Fiz uma visita, como Presidente da Comissão de Segurança desta Casa, a um centro socioeducativo em Capitão Eduardo. A minha expectativa foi que um centro desse nível estimulasse os menores a ir para lá, porque era muito confortável, atenderia com dignidade os menores para lá encaminhados pelo Estado, a fim de serem recuperados.

O dado objetivo que tenho é esse: até 2002, foram abertas 375 vagas. De 2003 para cá, foram abertas 711 vagas. Parece-me que há uma previsão orçamentária para que isso seja ampliado em 2010. Não sei se o Thiago ou o André desejam repassar algum dado. Esses são os dados objetivos relacionados com esse sistema. Tenho de dizer que não há um estudo da minha parte sobre isso, mas há, pelo menos, uma lógica do governo, que está investindo nisso. Tínhamos 5 mil vagas abertas no sistema prisional, mas hoje existem 15 mil. Há, pelo menos, uma orientação, uma priorização nessas áreas, em que o governo avançou muito.

Por certo, buscaremos recursos e ações para ampliarmos esses atendimentos, porque é uma situação muito delicada. É importante esclarecermos isso, porque as pessoas poderão imaginar que existe um abandono completo, que a situação está fora de controle. Não é isso, porque a situação está sendo muito bem enfrentada, especialmente nos últimos anos. Com a palavra, o Dr. Thiago.

O Sr. Thiago Coelho Toscano - Deputado Zé Maia, concordo com suas palavras, porque sabemos que existem problemas de execução. Os dados mencionados por V. Exa. são da CPI Prisional, que preparamos para a comunicação do governo. Os Deputados visitaram todos os Estados. Minas Gerais foi considerado o Estado mais bem preparado para enfrentar a questão prisional, mas o fato de Minas Gerais estar mais bem preparado não significa que a situação esteja boa. Estamos enfrentando esses problemas. Os recursos destinados à defesa social estão crescendo ao longo dos anos. Ainda temos muito o que fazer, mas o importante é que o Estado não está parado.

Eu disse que era importante conversarmos com o Dr. Ronaldo Pedron, Subsecretário de Atenção às Medidas Socioeducativas, porque os recursos estão disponíveis. Foi dito que as execuções estão baixas, mas o Estado se importa com isso, existem recursos. O Estado está utilizando todas

as ferramentas disponíveis para combater esse problema.

O Deputado André Quintão - Farei duas observações. As palavras da Silvânia foram muito relevantes. Se fizermos um balanço das 526 emendas, verificaremos que a área avançou muito, tanto que está incorporada ao Orçamento, tem ações e recursos, é discutida em conferências.

Por exemplo, no Suas, antes não havia cofinanciamento, mas agora houve essa conquista e está com uma ação. Discutiremos agora custeio de Cras e investimento. Universalizar até o ano que vem, Tião, não é possível. Discutiremos, então, a ampliação de recursos. Há filosofia de política pública de proteção básica e especial. Em relação à segurança alimentar, temos dificuldades, em função da concepção e da prioridade. Então isso varia de área para área. Poderia aqui dar ótimos e péssimos exemplos, o que fiz durante minha participação. Creio que temos duas lacunas, uma da Assembleia e uma da sociedade civil. No caso da primeira, avançamos quando adotamos o monitoramento semestral, que, na realidade, é do primeiro quadrimestre; realizamos em junho, mas é do primeiro quadrimestre. Temos ali desenho do que teve início e do que não teve. É mecanismo coletivo da Assembleia, do qual temos de nos apropriar bem. Podemos até repensar se não é melhor fazer logo monitoramento semestral. É preciso compatibilizar. A verdade é que, de maneira coletiva, é o mecanismo que temos.

Até conversei com a Regina, coordenadora da área de acompanhamento de políticas públicas, mostrando que facilitaria muito, por exemplo, se cada Comissão permanente da Casa tivesse metodologia de acompanhamento. Não me refiro ao aspecto técnico, deste a Assembleia cuida. Temos os relatórios. A própria Sisplag nos oferece isso. O problema não é a estatística da execução orçamentária. Falarei do Sisvan. Fizemos várias reuniões para discutir o Sisvan com a área da saúde. Se pensarmos no volume de emendas, não será comissão ou Deputado que o fará. Deveria haver aqui metodologia institucional de acompanhamento dessas emendas por parte da Assembleia. Não é fácil fazê-lo, pois há o aspecto de gestão e de prioridade. Diria até que estamos avançando. A Gláucia e as pessoas da área da criança cobram muito isso. Melhoramos muito. Por exemplo, no monitoramento semestral, mandamos requerimentos. O interfórum da área da criança solicitou reuniões, e as fizemos com os gestores. É assim mesmo. Vamos a um gestor, e ele diz que não é com ele, é com a Setop; vamos à Setop, e indicam outro lugar. Então há peregrinação para a execução de uma emenda. Talvez, se houver monitoramento político das comissões em relação ao que for aprovado, poderá haver eficácia melhor no cumprimento dessas execuções.

Discuto muito, na área da criança, que o movimento organizado pode também executar seu papel. Nessa área, oferecemos acompanhamento de execução orçamentária. Ora, temos Conselho Estadual da Criança, Conselho Estadual da Assistência, Conselho de Segurança Alimentar. Creio que devem fazer o esforço de colocar, em suas respectivas agendas, a operacionalização de suas emendas de políticas públicas. Assim como ao Poder Legislativo compete fiscalizar, ao Conselho compete participar da proposição e da formulação. Assim deve haver compartilhamento das responsabilidades. Estou dizendo-o de maneira muito sincera, senão começa a haver sobrecarga. Fiz brincadeira aqui, hoje, referindo-me ao homônimo. O exemplo da Conferência Estadual da Criança para mim foi nítido. Garantimos, por meio de emenda popular, recurso para a realização da conferência. A opção, motivada por vários argumentos, foi a de realizar a conferência em determinado espaço, que não foi adequado. No início do debate, a lógica era a culpa ser da emenda. É preciso refletir sobre isso, caso contrário ficaremos no equívoco. A culpa era da emenda, e não da decisão do local escolhido. Desculpem-me, mas a Assembleia não pode carregar essa carga, sob pena de desgastar o processo, que é muito positivo. Assim entendo que temos de melhorar o monitoramento político. Isso não é papel só das Comissões de Fiscalização ou de Participação Popular. Deve haver envolvimento maior das comissões temáticas, pois é processo gradativo na Casa. Os conselhos, os fóruns e as frentes têm também de fazer melhor monitoramento. Essa é minha opinião sincera.

Por fim, a última observação é sobre as medidas socioeducativas. Vou dar o meu depoimento: faço esse acompanhamento desde o final da década de 80, em Belo Horizonte. Há uma lacuna de políticas públicas no cumprimento das medidas socioeducativas que é histórica. Não estou falando do governo A, B ou C. Muita gente, em face dessa lacuna, acha que o Estatuto passa a mão na cabeça do adolescente que comete ato infracional porque não sabe que existem as medidas socioeducativas em meio aberto e privado. Por exemplo, prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida são quase inexistentes nos Municípios mineiros. Um adolescente que picha um muro não pode ser colocado num centro de internação; o menino que roubou a galinha do vizinho não pode ser colocado ao lado de um traficante. Há um desconhecimento, e não há um programa estruturado de apoio aos Municípios. Discuti isso com o Ronaldo Pedron na semana passada e me dispus a ajudar tecnicamente. Acho que temos que fazer, como fizemos no SUS, um processo de convencimento dos Municípios a adotarem programas em meio aberto. As assistentes sociais das comarcas dizem que não têm o programa de atendimento para aplicar as medidas. Não têm o programa Liberdade Assistida, não tem a prestação de serviço à comunidade, que é muito melhor porque o adolescente fica na família, não tem contato com pessoas que estão numa escala mais elevada de marginalidade. Mas isso é um processo. O ideal é discutirmos mais a prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida e semiliberdade do que a internação. A lacuna começa aí. A internação é importante porque o perfil do ato infracional cometido vem se agravando. O que era roubo de galinha, infelizmente, virou tráfico de drogas. E não é justo que o traficante jovem não tenha condição de se reintegrar, colocando em risco a sua vida e a de outros. O jovem marginal de hoje é uma criança, com 12 anos de idade em média, que morre aos 20 anos. A forma de proteger a sua própria vida é evitar que ele cometa outros homicídios porque uma coisa leva a outra. Temos que "chegar junto" na saúde. Temos que ampliar o atendimento ao usuário de droga, não apenas pensar no centro de internação para o usuário que pula de usuário para traficante. Temos mais de 300 jovens em cadeias e temos regiões, como o Sul de Minas, que não têm vaga para internação.

O Deputado Zé Maia tem razão no dado estatístico. Até há pouco tempo só havia o Centro de Internação Monsenhor Messias, em Sete Lagoas. O número ampliou, temos que reconhecer, mas a ampliação prevista no PPAG, não a desejada, não foi cumprida por uma série de motivos. As quatro unidades previstas para o final deste ano não saíram do papel. Duas ficarão para o ano que vem. Uma, que fica no Horto, já teve a ordem de serviço assinada. A outra está em fase de finalização de entendimentos com a Prefeitura e me parece que fica no Sul de Minas. O meio prisional tem uma sistemática de prazo, seis meses, quatro meses, para colocar em pé uma atividade prisional que não se tem para os centros socioeducativos. Então, para resolver esse caso, precisamos de uma solução política. Precisamos chegar ao Governador, ao Vice-Governador, à luz dos dados colocados, para que haja uma orientação política de aceleração dessa lacuna. Mas sempre gosto de vincular as lacunas existentes nos centros de internação com as necessidades medidas de atenção básica em meio aberto, ao atendimento dos jovens usuários de drogas, ao acompanhamento social de famílias, a uma rede de proteção social. Há dois segmentos que podem reclamar de baixa execução. A área da criança, em algumas ações, tem problema de baixa execução. E a área do idoso é desconhecida, passa por ausência de políticas públicas. São duas áreas críticas, o que devemos reconhecer até por obrigação.

Deputado Zé Maia, agradeço a Presidência de V. Exa. nesta audiência, cujo conteúdo foi muito vigoroso. Cumprimento o Thiago e o André pela disponibilidade. Do ponto de vista do conteúdo, o melhor debate ocorreu neste encontro, pois aprofundamos até em questões de políticas públicas e de monitoramento e indicadores. Os grupos que participaram com discussões prévias promoveram discussões de qualidade. Estou certo de que assim será nos grupos, dado o número recorde de inscrições. Obrigado e até daqui a pouco no Grupo 2 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Thiago, para suas considerações finais.

O Sr. Thiago Coelho Toscano - Tem razão o Dr. Silvério quanto ao que disse sobre educação. A educação de Minas Gerais, principalmente a pública, não é a que desejamos, porém, ao analisar o histórico, vemos avanços. Em 2003, os recursos destinados à educação eram de R\$2.700.000.000,00. Hoje, estão em torno de R\$4.300.000.000,00. No ano que vem estarão em R\$4.500.000.000,00. Temos crescido, destinando mais recursos para a área da educação e colhendo resultados. Um dos mencionados é o nível de leitura. Em 2006, quando começou a ser medido aos 8 anos, o nível de leitura recomendado era de 45,2% e, em 2008, chegou a 72,5%, ou seja, estamos no caminho. Minas Gerais retornou à liderança do "ranking" nacional de desempenho escolar. É bicampeã brasileira das olimpíadas de Matemática e tem o melhor desempenho em alfabetização do País, sendo ainda o primeiro Estado brasileiro a implantar ensino fundamental de nove anos e distribuir livros didáticos gratuitos a 100% dos alunos de ensino médio. O senhor tem razão ao dizer que ter esses resultados não significa que o ensino seja

bom. E justamente por isso, ao pegarmos o PMDI e observarmos os objetivos estratégicos da área da educação, a ideia é dar um salto na qualidade, mas orientado por padrões internacionais. Sabemos que ser o melhor do País não significa que o ensino seja bom. Assim, nos orientamos por padrões internacionais para chegar ao que é bom e ao que o senhor colocou. Agradeço aos Deputados Zé Maia e André Quintão por esta audiência e pelas demais realizadas no interior. É nosso terceiro ano viajando. Espero que os debates à tarde sejam proveitosos como nos anos anteriores e no interior.

O Sr. Presidente - Na parte da tarde, teremos grupos de trabalho, cujo objetivo é propiciar um espaço para a revisão dos projetos estruturadores do PPAG 2008-2011 e colher sugestões de alterações para esses projetos. Os trabalhos de grupo serão na Escola do Legislativo. Nos grupos, haverá a apresentação dos projetos estruturadores feita pelo respectivo gerente seguida de debate para esclarecimento, elaboração coletiva e apresentação de propostas. Para elaborar propostas, os grupos contarão com o apoio de consultores da Assembleia Legislativa. As propostas devem ser apresentadas por escrito, em formulário próprio, com identificação do proponente e da entidade que representa. Após a realização das audiências públicas de revisão do PPAG, as propostas serão encaminhadas às Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembleia Legislativa. Se aprovadas, serão incorporadas sob forma de emendas ao PPAG 2008-2011, exercício 2010. Os grupos de trabalho estão previamente divulgados. A programação está divulgada. No dia 6 de novembro, de 14 horas às 18 horas, haverá a plenária final, com apresentação dos pontos mais significativos que foram discutidos nos grupos de trabalho. É importante a presença de todos para tomarem conhecimento das demandas relacionadas à revisão dos projetos estruturadores e se informarem sobre o processo de acompanhamento dessas demandas junto às Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembleia Legislativa. Lembramos que, após essas audiências públicas, as propostas acatadas nas Comissões serão transformadas em emendas ao projeto de lei de revisão do PPAG 2008-2011, exercício 2009, e, quando for o caso, ao projeto de lei do Orçamento de 2010.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 50ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 6/11/2009

Presidência do Deputado André Quintão

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Apresentação e entrega das propostas dos grupos de trabalho - Palavras do Deputado Adelmo Carneiro Leão - Palavras do Sr. João Victor Rezende - Palavras do Sr. André Reis - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - André Quintão - Gustavo Valadares.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado André Quintão) - Às 14h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Gustavo Valadares, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização da audiência pública "Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008-2011 - para o exercício de 2010".

Quem já participou das revisões anteriores sabe que este é o momento da apresentação dos relatórios dos grupos de trabalho. Uma apresentação obviamente sintética e a entrega formal das propostas à Comissão de Participação Popular.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. André Reis, Superintendente de Planejamento e Orçamento da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag -; João Victor Rezende, Superintendente de Gestão Estratégica de Recursos e Ações do Estado da Seplag; Deputado Adelmo Carneiro Leão, membro da Comissão de Educação desta Casa; a Exma. Sra. Joaquina Júlia Martins, Assessora Técnica da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea - e relatora do Grupo 1; o Exmo. Sr. Cacique Mezaque Hâpe Pataxo Silva de Jesus, relator do Grupo 2; as Exmas. Sras. Cristina de Noronha Magalhães, Consultora desta Casa e relatora do Grupo 3; Juliana Franca, Consultora desta Casa e relatora dos Grupos 4, 8 e 11; Vanessa Barçante Jota, Coordenadora Administrativa da Associação Mineira das Escolas Família Agrícola - Amefa - e relatora do Grupo 5; o Exmo. Sr. Jaime de Paula, Tenente-Coronel Bombeiro Militar e relator dos Grupos 6 e 9; a Exma. Sra. Silvânia Coelho Barrozo, do Conselho Estadual do Idoso e relatora dos Grupos 7 e 10; o Exmo. Sr. Caio Duílio, Consultor desta Casa e relator do Grupo 12; a Exma. Sra. Santuza Abras, professora da Uemg e relatora do Grupo 13; e o Exmo. Sr. Julio Bedê, Consultor desta Casa e relator do Grupo 14.

A Presidência convida, neste momento, o Sr. João Lopes, representante do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária, para entregar abaixo-assinado dos empreendimentos em apoio ao relatório, em que consta também a reintrodução da ação e dos recursos para a realização e a comercialização da economia solidária.

O Sr. João Lopes - Boa-tarde. Para nós, é satisfação representarmos aqui o movimento da Economia Popular Solidária, trazendo coleta de 189 assinaturas dos empreendimentos econômicos solidários, em moção de apoio. O cabeçalho da nossa moção está assim: "Nós, abaixo assinados, participantes da V Feira Estadual e da II Feira Metropolitana da Economia Popular Solidária, apoiamos o retorno da ação e a realização da Feira de Economia Solidária, emenda do PPAG, a ampliação do recurso e a revisão 2010, proposta pelo Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária.

Assim queremos a realização das feiras de economia popular solidária com recursos do PPAG, para a realização de 10 feiras regionais, como sempre o Fórum Mineiro vem realizando com a Sedese". Muito obrigado a todos.

- Procede-se à entrega do abaixo-assinado.

Apresentação e Entrega das Propostas dos Grupos de Trabalho

O Sr. Presidente - Agradeço a todos a presença nesta etapa final de entrega das propostas, que é bastante importante. Gostaria de relatar que foi muito proveitoso o trabalho desde as audiências regionais. Além disso, apresentarei breve balanço dessas audiências. Tivemos participação, na Capital, de 537 pessoas, lideranças, dirigentes de entidades, cidadãos, Conselheiros, representantes governamentais, e 391 nas etapas regionalizadas, perfazendo total de 928 lideranças presentes nas audiências. Peço salva de palmas para todas essas pessoas que, atendendo ao convite da Assembleia Legislativa, participaram mais uma vez. No conjunto de propostas, obtivemos total de 107 propostas apresentadas nas audiências interiorizadas e 148 nas audiências de Belo Horizonte, perfazendo o total de 255 propostas apresentadas à revisão do PPAG 2008-2011. Portanto houve não só quantidade de participantes e de propostas apresentadas, mas também, numa breve avaliação realizada com os Consultores da Assembleia e por meio da nossa presença em quase todos os grupos de trabalho, qualidade das propostas apresentadas, o que é o mais importante para nós, da Assembleia Legislativa.

A dinâmica agora é de breve síntese, apresentação por grupos de trabalho. Ao final, a palavra será franqueada ao Superintendente e ao Diretor da Seplag, e haverá as considerações do procedimento a ser encaminhado com o recebimento dessas propostas. Com a palavra, a Sra. Joaquina Júlia Martins, nossa companheira Jô, Assessora Técnica da Secretaria Executiva do Consea e relatora do Grupo 1 - Desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce.

A Sra. Joaquina Júlia Martins - Boa-tarde! Gostaria de salientar que estou representando aqui o Sr. Edmar Gadelha, que é o Secretário Executivo do Consea e se encontra hoje na abertura de seminário promovido por esse Conselho.

Relatório dos trabalhos do Grupo 1 - Desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce. Coordenador: Deputado Gil Pereira. Discutimos projetos estruturadores. 1 - Convivência com a Seca e Inclusão Produtiva, sob a coordenação de Rúbio de Andrade, Gerente Executivo do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas - Idene -; 2 - Promoção de Investimentos e Inserção Regional, inclusive agronegócio, sob a coordenação de Athos Avelino Pereira, Diretor de Estudos e Ações Regionais do Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais - Indi -; 3 - Aceleração da Aprendizagem na Região do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce, sob a coordenação de Maria das Graças Pedrosa Bittencourt, Diretora da Superintendência de Educação Infantil e Fundamental da Secretaria de Estado da Educação.

Foram apresentadas três propostas, todas de autoria do Sind-UTE. Duas incidem sobre o Programa 001 - Aceleração da Aprendizagem na Região do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce -, e visam a alterar, respectivamente, o objetivo do programa e o objetivo da Ação 1.224 - Implantação do Plano de Aceleração da Aprendizagem. Foi proposta a definição de prazo para a redução da taxa de distorção idade-série no ensino fundamental e a priorização das regiões do Estado com baixo Índice de Desenvolvimento Humano -IDH. Já a capacitação de agricultores familiares foi o tema da terceira proposta.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Jô. Com a palavra, o Cacique Mezaque Hâpe Pataxo Silva de Jesus, relator do Grupo 2 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva.

O Cacique Mezaque Hâpe Pataxo de Jesus - Boa-tarde. Inicialmente, gostaria de dizer que para nós, povos indígenas, tudo isso é muito novo. Na verdade, é tudo que realmente desejávamos. Não tínhamos conhecimento dessa política nem desse programa em que as próprias pessoas têm a oportunidade de estar criando suas emendas, dando sugestões e, até mesmo, questionando algumas emendas já aprovadas. É lógico que não temos aqui grandes propostas em relação aos povos indígenas, os quais represento, aliás, hoje estou na coordenação da Apoime Nordeste e Leste.

Relatório dos Trabalhos do Grupo 2 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva: O Grupo 2, da área de resultado Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva, coordenado pelo Deputado André Quintão, teve a participação aproximadamente de 70 pessoas, dos 182 inscritos. O grupo elegeu como relator o Cacique Mezaque, da tribo Pataxó, e discutiu os cinco projetos estruturadores da área, que foram apresentados pelos seus respectivos gestores: Lares Geraes, Sebastião Navarro, Presidente da Companhia de Habitação de Minas Gerais - Cohab -; Travessia, Cláudia Bolognani, gerente do projeto; Implantação do Sistema Único de Assistência Social - Suas -, Maria Juanita Godinho Pimenta, Superintendente de Política de Assistência Social da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese -; Minas sem Fome, Flávio Antônio, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater -; e Universalização do Acesso à Energia Elétrica, Elmo Bechir - Cemig.

Destacaram-se nos trabalhos do grupo os programas: Implantação do Suas, Travessia, Lares Geraes e Minas sem Fome. Em relação ao Suas, as questões foram relativas à responsabilidade institucional pelas medidas socioeducativas em meio aberto, que no Estado estão vinculadas à Secretaria de Defesa Social e ao cofinanciamento para a ampliação dos Centros de Referência da Assistência Social - Cras - e a implantação dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social - Creas.

Sobre os programas Lares Geraes, Minas sem Fome e Travessia, foi questionado o fato de não haver ação direcionada para as comunidades indígenas e quilombolas, que ainda vivem em condições precárias, principalmente no que se refere à habitação. Ainda sobre o Travessia, foi questionado como integrar as ações de saúde ao programa. Os participantes discutiram ainda o projeto associado Segurança Alimentar, sugerindo a implementação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional - Sisvan -, com prioridade para os Municípios mais pobres, em especial os atendidos pelo programa Travessia.

Dessa forma foram recebidas 42 propostas, que abrangeram projetos estruturadores e projetos associados. Fora do rol dos projetos estruturadores que compõem a área de resultado Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva, também receberam propostas os programas de Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda, Desenvolvimento da Política de Direitos Humanos, Desenvolvimento da Reforma Agrária, Segurança Alimentar e Gestão da Política para Criança e Adolescente.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Cacique Mezaque. Com a palavra, a Sra. Cristina de Noronha Magalhães, relatora do Grupo 3.

A Sra. Cristina de Noronha Magalhães - Boa-tarde. O Grupo 3, coordenado pelo Deputado Ivair Nogueira, contou com 26 participantes e discutiu os seguintes programas estruturadores: Destinos Turísticos Estratégicos, Processo, Circuitos Culturais de Minas Gerais, Região Metropolitana de Belo Horizonte e Minas Avança. Durante a apresentação dos projetos estruturadores pelos respectivos gerentes, foram discutidos assuntos relacionados com o turismo na região do Lago de Furnas, o número de rodovias que não foram incluídas no Processo por serem de responsabilidade do governo federal e a realização da Copa do Mundo de 2014. No âmbito do Projeto Estruturador RMBH, foi apresentado o andamento das ações existentes, com destaque para o Plano de Governança Ambiental e Urbanística da RMBH e para as intervenções no Ribeirão Arrudas. Também foram enfatizadas duas ações incorporadas ao projeto em 2009: a duplicação da Avenida Antônio Carlos e a estruturação da Agência RMBH. Ao final da reunião, foram recebidas seis propostas, três relacionadas com o turismo e três

relacionadas com a cultura.

A demanda por investimentos para a restauração do Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora, e para a preservação do seu acervo é uma dessas propostas.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Cristina. Com a palavra, a Sra. Juliana Franca, relatora do Grupo 4 - Logística de Integração e Desenvolvimento.

A Sra. Juliana Franca - Boa-tarde. O Grupo 4 - Logística de Integração e Desenvolvimento, coordenado pelo Deputado Zé Maia, contou com a presença de 12 participantes. Foram apresentados a proposta de revisão do PPAG 2008-2011, para o exercício de 2010, e o relatório de monitoramento dos projetos estruturadores. Programa de aumento da capacidade de segurança dos corredores de transporte, pelo Sr. Diego Vettori, da Setop; Programa de Recuperação e Manutenção Rodoviária do Estado de Minas Gerais - ProMG Pleno -, pelo Sr. Bruno Alencar, também da Setop; Potencialização da Infraestrutura Logística da Fronteira Agroindustrial, pelo Sr. Eugênio Botinha, do DER.

Os expositores foram consultados sobre a previsão de obras específicas em diversas regiões do Estado, no âmbito de cada programa. Houve apresentação de uma proposta relativa a essa área de resultados, entregue na reunião de grupos do dia 6/10/2009, referente à pavimentação asfáltica de trecho da Rodovia José Dias Filho entre a sede do Município de Dona Eusébia e o Distrito de São Manuel de Guaiçu.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Juliana. Com a palavra, a Sra. Vanessa Barçante Jota, relatora do Grupo 5 - Protagonismo Juvenil e coordenadora administrativa da Amefa.

A Sra. Vanessa Barçante Jota - Boa-tarde. Em nome das 18 EFAs, agradeço a esta Casa a oportunidade de estar aqui discutindo e apresentando nossas propostas na revisão do PPAG. Relatório dos trabalhos do Grupo 5, sob a coordenação do Deputado André Quintão. Projetos estruturadores: 1 - Ensino Médio Profissionalizante, sob coordenação de Joaquim Antônio Gonçalves, Superintendente do Ensino Médio e Profissional da Secretaria de Educação - SEE -; 2 - Promédio - Melhoria da Qualidade e Eficiência do Ensino Médio, sob coordenação de Joaquim Antônio Gonçalves; 3 - Minas Olímpica, sob coordenação de Rogério Aoki Romero - Secretário Adjunto de Esportes e da Juventude; 4 - Poupança Jovem, sob coordenação de Roberta Kfoury Pacheco, Gerente Executiva da Secretaria de Desenvolvimento Social - Sedese -; 5 - Centro da Juventude de Minas Gerais, sob coordenação de Carlos Gradim, Gerente Executivo da Secretaria de Cultura - SEC.

Foram apresentadas 16 propostas, das quais 11 incidiram sobre o Programa 27, Minas Olímpica; duas sobre o Programa 33, Poupança Jovem; outras duas sobre o Programa 18, Ensino Médio Profissionalizante; e uma sobre o Programa 058, Centro da Juventude de Minas Gerais - Plug Minas.

Em relação ao programa Minas Olímpica, as principais propostas foram: construção de centros de atletismo, incentivo ao esporte indígena e à realização de jogos indígenas em Minas Gerais, estímulo à prática do ciclismo e construção ou reforma de pistas de "bicicross". Por sua vez, entre as propostas para o programa Poupança Jovem constam sua expansão para a região Centro-Oeste de Minas e a capacitação de coordenadores e monitores regionais do programa. O mapeamento da demanda de qualificação profissional nas regiões com baixo IDH foi a principal proposta apresentada para o programa Ensino Médio Profissionalizante.

Por fim, a disponibilização de vagas nas regiões Norte e do Jequitinhonha foi a única demanda apresentada para o programa Centro da Juventude de Minas Gerais - Plug Minas.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Vanessa. Com a palavra, o Ten.-Cel. Bombeiro Militar Jaime de Paula, relator dos Grupos 6 e 9 - Defesa Social.

O Ten.-Cel. Jaime de Paula - Boa-tarde. O Grupo Defesa Social foi dividido em duas etapas: Grupo 6 e Grupo 9, pela manhã e à tarde, no dia 5 de novembro.

Relatório dos trabalhos do Grupo 6 - Defesa Social 1ª Etapa. O Grupo 6 - Defesa Social 1ª Etapa, coordenado pelo Deputado João Leite, discutiu os seguintes programas estruturadores: Avaliação e Qualidade da Atuação dos Órgãos de Defesa Social, apresentado por Sílvia Caroline Listgarten; Expansão, Modernização e Humanização do Sistema Prisional, apresentado por Guilherme Augusto de Faria Soares; Gestão Integrada de Ações e Informações de Defesa Social, apresentado por Geórgia Ribeiro. Durante a apresentação dos programas estruturadores pelos respectivos gerentes ou representantes, foram discutidos assuntos relacionados com a redução do déficit de vagas no sistema penitenciário, a integração de informações do sistema de defesa social e a melhora da eficiência e da efetividade das ações de controle da criminalidade e sinistros. Algumas ações são desenvolvidas por meio de parcerias com o Ministério da Justiça e com os Municípios. Em virtude da crise econômica deste ano, que afetou a arrecadação estadual, houve cortes financeiros em alguns projetos. No entanto, o governo buscou formas alternativas de manutenção das metas mais importantes.

Ao final da reunião, que contou com 96 inscritos e 20 participantes, foram recebidas 10 propostas para a revisão do PPAG - 7 delas recebidas pelo grupo e outras 3 entregues em outros grupos de trabalho -, que incidiram sobre o aumento do número de vagas no sistema prisional, o apoio socioassistencial a famílias de detentos e, fundamentalmente, sobre a necessária integração entre as políticas de defesa social e aquelas direcionadas à proteção social da população em situação de risco e vulnerabilidade.

Também buscando a melhora da qualidade do serviço do Bombeiro militar, foram apresentadas propostas relativas à capacitação de Bombeiros militares e à construção de unidades da corporação em regiões do Estado.

Em relação à segunda etapa, na audiência pública de Belo Horizonte, realizada em 5/11/2009, o Grupo 9, que reuniu a área de resultados Defesa Social das 14 às 18 horas, foi coordenado pela Consultora Érika Faria Reis. Houve 154 inscrições, e compareceram 33 pessoas. Participaram também os Deputados André Quintão e Maria Tereza Lara, que fizeram uso da palavra.

A pauta da reunião compôs-se de três pontos: apresentação dos programas estruturadores, debate e apresentação de propostas.

Os programas Atendimento às Medidas Socioeducativas e Prevenção Social da Criminalidade foram apresentados por representantes da Secretaria de Defesa Social. O programa Escola Viva foi apresentado pela representante da Secretaria de Educação. A seguir, houve resposta a pedidos de esclarecimento vindos da plenária.

No debate, surgiram menções a implementações morosas ou inexistentes de algumas ações do programa Atendimento às Medidas Socioeducativas. Houve também críticas às prioridades do governo estadual, que teriam gerado carências na área social. Foi sugerido organizar-se uma comissão para acompanhar ações na área de medidas socioeducativas.

No terceiro ponto foram apresentadas três propostas visando a ampliar as iniciativas de combate à violência contra mulheres, crianças e idosos em Pará de Minas, bem como de recuperação e reeducação dos agressores; garantir a presença da Defensoria Pública em todos as comarcas do Estado, fornecendo-se-lhe condições operacionais para o exercício de suas funções; alterar a meta física para construção de centro socioeducativo na Comarca de Betim, visando a atender menores em conflito com a lei, com adequação da respectiva meta financeira.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Ten.-Cel. Jaime. Com a palavra, a Sra. Silvânia Coelho Barrozo, relatora dos Grupos 7 e 10 - Vida Saudável.

A Sra. Silvânia Coelho Barrozo - Boa-tarde. Relatório dos trabalhos do Grupo 7 - Vida Saudável 1ª Etapa. Na audiência pública realizada no dia 5/11/2009 para colher sugestões para o aprimoramento do PPAG em Belo Horizonte, no Grupo 7, da área de resultados Vida Saudável 1ª Etapa, houve 69 inscritos e compareceram aproximadamente 27 pessoas.

O Projeto Estruturador Saúde em Casa foi apresentado por Fernando Schneider; o Regionalização - Urgência e Emergência foi apresentado por Francisco Tavares; e o Viva Vida foi apresentado por José Maria Borges.

Os participantes do grupo mostraram muito interesse em discutir as ações do Estado referentes à segurança alimentar, à implantação do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - Sisvan - e ao atendimento aos idosos das instituições de longa permanência. Os gestores dos programas foram questionados sobre o monitoramento dos programas Viva Vida e Saúde em Casa; sobre a redução das metas da Ação 4081 - Sistema Estadual de Transporte em Saúde para 2010; sobre a previsão de implantação de apenas uma rede de urgência e emergência na região central; sobre a exclusão da Ação 4204 - Mobilização Social, do programa Viva Vida, e da Ação 2028 - Apoio Técnico e Financeiro às Equipes do Saúde da Família Que Atuam no Espaço Escolar, do programa Saúde em Casa.

O Grupo 7 apresentou, no total, oito propostas e recebeu outras três propostas, apresentadas no decorrer das discussões dos outros grupos de trabalho, relativas à área de resultados Vida Saudável - 1ª Etapa. Entre as propostas de emenda apresentadas, destacaram-se as seguintes: implantação de mais um centro Viva Vida na região central; ampliação do programa de educação permanente para médicos de família a todos os profissionais que compõem as equipes do Programa Saúde da Família - PSF -; retorno da Ação 4468 - Atenção à Saúde das Comunidades Indígenas e Quilombolas, excluída nesta revisão; inclusão de técnicos de nutrição e dietética nas equipes do Saúde da Família; construção da unidade de internação do hospital universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF.

Relatório dos trabalhos do Grupo 10 - área de resultado Vida Saudável - 2ª Etapa. O grupo de trabalho, coordenado pelo funcionário da GPI Luiz Valadares, discutiu os seguintes programas estruturadores: Vida no Vale - Copanor - Programa nº 53, e Saneamento Básico: Mais Saúde para Todos - Programa nº 48.

As exposições desses dois programas e de suas respectivas ações, que objetivam a implantação, a ampliação e a melhora dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como a ampliação do acesso ao saneamento básico nos Municípios pertencentes ao Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e ao Leste, conforme previsto inicialmente para 2010, estimularam em alguns participantes o questionamento das tarifas pagas pelos segmentos pobres e da atenção a comunidades, como as de quilombolas e indígenas. Em resposta, mostrou-se que uma comunidade quilombola e algumas comunidades indígenas foram atendidas de forma indistinta pelo programa Vida no Vale, segundo o critério de seleção de comunidades com um mínimo de 200 usuários. Um dos participantes chamou a atenção sobre o porquê da redução significativa, na Ação 4668, da instalação de módulos sanitários em residências de famílias de baixa renda, que na nova proposta de revisão do PPAG para 2010 passou de uma previsão de 5 mil para 1.306 módulos sanitários instalados somente. Confirmou-se que um dos motivos recai, realmente, em uma restrição orçamentária no período.

Em relação ao Vida no Vale, informou-se sobre alguns resultados atingidos até o momento atual: o Copanor está presente em 154 localidades, com 83 sistemas instalados - 26 mil residências, 94 mil habitantes atendidos e 71 localidades em obras. São 57 sistemas em operação e 26 em pré-operação, gerenciados por quatro núcleos já instalados em Divinópolis, Almenara, Salinas e Teófilo Ottoni.

Entre as três propostas apresentadas no grupo de trabalho, uma delas espelha a preocupação com isenção de tarifas, ao solicitar uma ação nova relativa a tarifa especial de abastecimento de água e coleta de esgotos para instituições de longa permanência para idosos. Estas têm caráter filantrópico e necessitam, portanto, desse tipo de ajuda. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Com a palavra, a Sra. Juliana Franca, relatora dos Grupos 8 e 11 - Investimento e Valor Agregado à Produção.

A Sra. Juliana Franca - Na audiência pública realizada para colher sugestões para o aprimoramento do PPAG em Belo Horizonte, no dia 5/11/2009, o Grupo 8 e o Grupo 11, da área de resultados Investimento e Valor Agregado da Produção, foram coordenados pelo Sr. Juscelino Luiz Ribeiro, da Gerência de Projetos Institucionais da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. O Grupo 8, reunido no período da manhã, contou com a participação de 12 pessoas; e o Grupo 11, no período da tarde, com 9.

No período da manhã, foram apresentados três projetos estruturadores. O projeto Promoção e Atração de Investimentos Estratégicos e Desenvolvimento das Cadeias Produtivas das Empresas Âncoras foi apresentado pela Sra. Adriane Ricieri Brito, gerente do projeto. O projeto Inserção Competitiva das Empresas Mineiras no Mercado Internacional foi apresentado pelo Sr. Accácio Ferreira dos Santos Júnior, Coordenador de Comércio Exterior da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Sede. O projeto Descomplicar - Melhoria do Ambiente de Negócios foi apresentado pelo Sr. João Luiz Soares, gerente adjunto do projeto. Na fase de debates, foi destacada a parceria do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais - CBMMG - com a Secretaria de Planejamento e Gestão - Seplag -, no Projeto Estruturador Descomplicar - Melhoria do Ambiente de Negócios, visando à adoção de ações de revisão das legislações internas relacionadas com o serviço de segurança contra incêndio e pânico e a simplificação do processo de concessão do auto de vistoria para novos empreendimentos abertos no Estado. Além disso, foi ressaltado que o Corpo de Bombeiros está desenvolvendo novo sistema de acompanhamento de projetos para facilitar a vida do empreendedor, que poderá dar entrada no seu processo via internet, sem ter de deslocar-se até unidade do CBMMG. Foi apresentada proposta relativa ao controle da emissão de poluentes por veículos no Estado.

No turno da tarde, foram apresentados três projetos estruturadores. O projeto Cresce Minas: Oferta e Distribuição de Energia Elétrica foi apresentado pelo Sr. Fernando Henrique Schüffner Neto, Diretor de Distribuição e Comercialização da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig. O projeto Oferta de Gás Natural foi apresentado pelo Sr. Antônio Octávio Campos Ferraz, gerente adjunto do projeto e Gerente-Geral da Gasmig. O projeto Parcerias para a Provisão de Serviços de Interesse Público foi apresentado pelo Sr. Luiz Antônio Athayde Vasconcelos, Subsecretário de Assuntos Internacionais da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Sede. Foi discutido, na oportunidade, o desenvolvimento de modelo institucional de parceria público-privada como instrumento para a construção do metrô de Belo Horizonte, tendo em vista que a cidade será sede de jogos na Copa do Mundo de 2014. Nenhuma proposta de emenda foi apresentada.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Juliana. Com a palavra, o Sr. Caio Duílio, relator do Grupo 12.

O Sr. Caio Duílio - Boa tarde a todos. O Grupo 12 - Educação de Qualidade, reuniu-se hoje, na parte da manhã, com previsão de 198 pessoas, porém estiveram presentes 63. O grupo foi coordenado pelo Deputado Vanderlei Jangrossi. Foram discutidos os seguintes projetos estruturadores: 1 - Desempenho e Qualificação de Professores, sob a coordenação de Simone Pádua Tomaz, Consultora da Secretaria de

Educação; 2 - Escola em Tempo Integral, sob a coordenação de Gustavo Nominato Marques, Gerente Executivo vinculado à Secretaria Educação; 3 - Novos Padrões de Gestão e Atendimento da Educação Básica, sob a coordenação de João Antônio Filocre Saraiva, Secretário Adjunto da Secretaria de Educação; 4 - Sistemas de Avaliação da Qualidade do Ensino e das Escolas, sob a coordenação da Profa. Maria Inez Barroso Simões, Diretora de Avaliação Educacional da Secretaria de Educação. Foram apresentadas 40 propostas, assim distribuídas: Programa 14 - Desempenho e Qualificação de Professores, 11 propostas; Programa 30 - Novos Padrões de Gestão e Atendimento da Educação, 10 propostas; Programa 19 - Escola em Tempo Integral, 8 propostas; Programa 232 - Escola Família Agrícola, 5 propostas; Programa 234 - Alimentação Escolar, 3 propostas; Programa 200 - Produção, Sistematização e Disseminação de Dados Estatísticos, 1 proposta; Programa 235 - Melhoria do Ensino Fundamental, 1 proposta; Programa 51 - Sistemas de Avaliação da Qualidade e de Ensino das Escolas, 1 proposta.

De modo geral, as propostas referem-se à capacitação dos profissionais da educação, inclusão de deficientes nas escolas, integração entre escola e comunidade escolar, implantação do piso salarial, aumento da oferta de vagas na educação integral e ampliação da oferta de merenda escolar. Durante a reunião, foi discutido ainda o panorama atual da educação indígena em Minas Gerais, a situação do Programa Escola Família Agrícola e a implantação do piso salarial do magistério em Minas Gerais. Em resumo, é esse o relatório.

O Sr. Presidente - Obrigado, Caio. Com a palavra, a Sra. Santuza Abras, relatora do Grupo 13 - Inovação, Tecnologia e Qualidade.

A Sra. Santuza Abras - Boa tarde a todos e a todas. O Grupo 13 - Inovação, Tecnologia e Qualidade - discutiu quatro programas estruturadores: Arranjos Produtivos em Biotecnologia, Biocombustíveis, Eletroeletrônicos e Softwares; Rede de Formação Profissional Orientada pelo Mercado; Rede de Inovação Tecnológica e Certificada Minas. Um dos principais temas debatidos no Grupo 13 foi a exclusão de ações no âmbito dos projetos Arranjos Produtivos em Biotecnologia, Biocombustíveis, Eletroeletrônicos e Softwares, Rede de Formação Profissional Orientada pelo Mercado e Rede de Inovação Tecnológica, tendo os dois primeiros ficado limitados a uma única ação. Segundo os gestores desses programas, a aglutinação das ações sob os títulos de uma ou poucas ações não reduziu sua amplitude, sendo apenas uma medida administrativa para facilitar a gestão. A discussão sobre o tema levou à constatação de que o modelo adotado implica redução da transparência do planejamento e, por conseguinte, atuação do poder público, dado que limita o acompanhamento pormenorizado das execuções. A eliminação de ações voltadas para a qualificação de mão de obra e para a qualificação para a gestão foi um foco particular desta discussão, uma vez que esses pontos são considerados fundamentais para o cumprimento dos objetivos estratégicos dos projetos. Quanto a esse tema, foram apresentadas duas propostas de reinclusão de ações. A situação da educação superior em Minas Gerais foi também debatida, especialmente no que se refere às dificuldades estruturais das universidades mineiras. Apesar de haver concordância quanto aos avanços que vêm sendo implementados no ensino superior da Uemg, como a titulação do corpo docente e a criação de cursos de mestrado, foi apresentada uma proposta para a alocação de recursos para a construção de pelo menos duas unidades prediais no câmpus unificado da Uemg. Os participantes deste grupo apresentaram um total de cinco propostas à revisão do PPAG 2008-2011, exercício 2010. Obrigada.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Santuza. Com a palavra, o Sr. Júlio Bedê, relator do Grupo 14 - Qualidade Ambiental.

O Sr. Júlio Bedê - O grupo de trabalho da área de resultado Qualidade Ambiental contou com a presença do Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que apresentou um panorama das questões ambientais e das áreas abrangidas pelos quatro programas estruturadores. O grupo discutiu os seguintes programas estruturadores: Programa 010 - Conservação do Cerrado e Recuperação da Mata Atlântica; Programa 011 - Consolidação da Gestão de Recursos Hídricos em Bacias Hidrográficas; Programa 045 - Resíduos Sólidos; e Programa 046 - Revitalização do Rio das Velhas, Meta 2010. Após as apresentações, foi iniciado o debate. Foi formulada pergunta sobre a possibilidade de o Rio das Velhas tornar-se navegável após uma possível baixa no volume de suas águas em decorrência da transposição do Rio São Francisco. A gestora do projeto informou que está aberto edital para contratação de empresa que irá realizar estudos de batimetria do rio e que todas essas questões serão levadas em conta. E, por fim, ressaltou que é possível que a navegação se dê apenas em alguns períodos do ano. Ainda com relação ao Programa Meta 2010, foi questionada a possibilidade de expansão de seu modelo para outras bacias. Foi explicado aos participantes que o Ministério do Meio Ambiente estuda a possibilidade de implantação do modelo Meta 2010 em bacias federais do Estado e que o Estado necessita formalizar parcerias com a sociedade civil para implementar esse tipo de programa. Com relação ao Programa de Consolidação da Gestão de Recursos Hídricos em Bacias Hidrográficas, foi questionado em que estágio se encontra a implementação da cobrança pelo uso da água. A gestora do programa informou que a cobrança se dará, inicialmente, nas Bacias dos Rios das Velhas, Pará, Paraíba do Sul, Pomba e Muriaé, mas ainda não foi efetivada em função da complexidade da medida. Outro ponto abordado pela gestora: está em estudo a possibilidade de se destinar parte do valor arrecadado com a cobrança pelo uso da água para o pagamento de serviços ambientais, em especial para estimular a proteção dos recursos hídricos. No que se refere ao Programa Resíduos Sólidos, foi questionado o baixo valor atribuído a algumas ações, especialmente a de coleta seletiva e reciclagem, diante das reais necessidades dos Municípios. Foi explicado que o Estado conta com poucos recursos, mas como a competência para a execução desses serviços é municipal, as ações com baixos valores refletem, na verdade, apenas o apoio técnico do Estado aos Municípios. Outro questionamento foi acerca do precário tratamento dado aos resíduos de saúde no Estado. O gestor respondeu que há extrema dificuldade em se destinar adequadamente esse tipo de resíduo, uma vez que não há uma correta segregação desse material na fonte geradora. Por fim, no que diz respeito ao Programa Conservação do Cerrado e Recuperação da Mata Atlântica, o gestor foi questionado sobre a exclusão da Ação 4054 - Monitoramento Eletrônico do Transporte de Carvão Vegetal. O gestor do programa esclareceu que, apesar de o monitoramento poder ser implantado já em setembro de 2010, a Semad pretende implementá-lo apenas em 2011. Outro ponto discutido com o gestor desse programa foi a Ação Bolsa Verde. O gestor explicou que o pagamento por serviços ambientais é tema que vem sendo amplamente discutido. Esse pagamento seria uma premiação para aqueles produtores rurais que adotarem boas práticas ambientais e para aqueles que se propuserem a recuperar suas áreas de proteção ambiental. Ao todo, foram apresentadas 5 propostas. Uma delas requer a volta da ação de monitoramento eletrônico relativo ao carvão vegetal. Outra, diz respeito à ação que versa sobre reciclagem de resíduos, que teve sua meta financeira significativamente reduzida em relação ao previsto para 2010, propondo-se o retorno dos valores previstos originariamente em 2009.

O Sr. Presidente - Obrigado, Sr. Júlio. Agradeço a todos os relatores dos grupos que fizeram a síntese das 255 propostas, que, neste momento, serão entregues formalmente à Assembleia Legislativa e também à Seplag, pelo relator do Grupo 2, Cacique Mezaque.

- Procede-se à entrega das propostas.

Palavras do Deputado Adelmo Carneiro Leão

Boa tarde. Quero cumprimentar a todas e todos os participantes da Mesa e dizer, com alegria, que é um prazer participar com vocês dessa mesa plural com propostas de mais alta relevância para o desenvolvimento de Minas Gerais, da nossa sociedade. Quero cumprimentar, de modo muito especial, as participantes e os participantes deste fórum, deste encontro de avaliação, de diagnóstico de novas propostas e manifestar o mais sincero desejo de que ao final do próximo ano a gente não venha aqui para fazer diagnóstico e concluir que principalmente as políticas sociais emancipatórias não tenham sido realizadas com a necessária e devida responsabilidade para fazer este Estado mais justo e mais próspero. O que desejo e entendo de prosperidade de um Estado está profundamente vinculado ao desenvolvimento humano, à prosperidade das pessoas, principalmente sob a lógica de que essa prosperidade e esse desenvolvimento aconteçam de modo compartilhado, do modo que está acontecendo aqui, para diagnóstico de planejamento, em que a sociedade se faz presente para apresentar propostas e para demonstrar sua disposição de compartilhar de ações em favor do desenvolvimento.

Esperamos que Minas Gerais, o governo e os governos sucessivos deste Estado se comprometam com o desenvolvimento, com o bem-estar da sociedade. Quero manifestar também minha inquietude porque há muito tempo tenho acompanhado as ações, os programas de desenvolvimento do Estado, as ações voltadas para o desenvolvimento social e, de modo muito especial, as do setor da saúde. E o que vemos - e percebi aqui também no diagnóstico - na análise que vocês fizeram é que, infelizmente, falta maior comprometimento dos governos com a

atenção às pessoas que precisam de atendimento digno e que carecem de ações em favor de sua saúde preservada, recuperada e promovida. Eu gostaria muito que não existissem aqui em Minas argumentos, de quem quer que seja, de que é preciso, por exemplo, que haja regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, para que ela seja cumprida. O entendimento que tenho é que o esforço realizado neste país por muita gente, durante muito tempo, e que resultou na aprovação dessa Emenda deveria ser respeitosamente acolhido pelos nossos governantes. Sabemos, por exemplo, que os Municípios brasileiros, talvez por estarem mais próximo das pessoas, das demandas pessoais, da pressão da sociedade, do próprio Ministério Público, respondem em 95%, ou seja, quase todos os Municípios brasileiros cumprem com a ordem constitucional vigente no que tange à saúde. Mas, infelizmente, temos ainda um número significativo de governos estaduais, de Estados que deixam de cumprir com essa ordem constitucional, significando para muitos espera em filas para se submeterem a determinado tratamento, que nunca chega, remédio que sempre atrasa, enfim, a saúde que se coloca em risco, e muitas vezes esse risco leva à morte. Queremos mais. O que vocês fizeram aqui nesta semana, neste encontro, com os debates que vocês apresentaram, com as análises e os diagnósticos, demonstra muito claramente que Minas quer mais do que tem recebido. Pode até ser que muitos venham nos dizer que fizemos muito ou que muita coisa importante foi realizada, como as conquistas e os avanços, mas os avanços estão muito aquém das nossas possibilidades e dos nossos desejos. Deputado André Quintão, gostaria de parabenizá-lo, de modo muito especial, como o Deputado Estadual de Minas Gerais que mais tem se dedicado à causa do movimento popular, da participação popular. Tenho a compreensão clara, a certeza de que, como o Deputado André Quintão e muitos de nós entendemos, para irmos longe neste Estado, não podemos caminhar sozinhos, isolados da sociedade. Se quisermos grandes conquistas, precisamos do apoio da sociedade. Por isso parabeno V. Exa., dizendo que queremos mais e que Minas Gerais tem potencialidade para isso, ou seja, temos recursos na área da educação, do turismo, da ciência e da tecnologia. As possibilidades materiais que temos são enormes, mas a potencialidade humana também é muito grande. Se soubermos integrar essas possibilidades com os talentos, as vocações e o desejo do povo, ainda poderemos muito mais. Esse é meu desejo. Muito sucesso para vocês e para todos nós. Se Deus quiser, ao final de 2010, estaremos aqui reunidos para dizer que as políticas sociais, em razão fundamentalmente da pressão e da manifestação do povo de Minas, estarão num patamar mais elevado de realizações. Muito obrigado. Sucesso para nós todos.

Palavras do Sr. João Victor Rezende

Boa tarde a todos. Primeiro, agradeço em nome da Secretaria de Planejamento e Gestão, em especial da Secretária Renata Vilhena e do Subsecretário Thiago Toscano, que não puderam comparecer. Também agradeço aos técnicos da Assembleia, aos consultores e aos Deputados, que, mais uma vez, conseguiram realizar importante evento que contou com participações não só na Capital, nestes três dias, mas também no interior. Lembro-me muito bem de que a primeira audiência de que tive notícia, enquanto estudante, aconteceu em Araçuaí, em 2003, e estamos em 2009, consecutivamente mantendo esse trabalho e tornando-o realidade ou mesmo exemplo em dimensão nacional. Minas tem muito a ensinar aos outros Estados para consolidar esse processo. Gostaria ainda de recordar os momentos em que estivemos em Iturama, Montes Claros, Juiz de Fora, Poços de Caldas e Itaobim, em que a participação também foi muito qualificativa. Agradeço também aos gerentes de projeto, que também se colocaram à disposição para as apresentações, para anotar as críticas, tirar as dúvidas e aceitar as emendas. Um agradecimento mais especial ainda é o que farei à participação honrosa de todos. Aliás, André Reis, percebemos a qualidade das propostas e a participação da sociedade civil organizada nas audiências tanto no interior quanto na Capital. Isso só tem a enriquecer o que chamamos de processo democrático, por meio da proposição de emendas e de debate mais qualificado, com suas dúvidas e críticas. Enfim, nesse processo, como técnico da Secretaria de Planejamento, levo algumas lições aprendidas. A primeira delas é em relação à regionalização, e ainda temos muito o que desenvolver nesse processo de formulação do Plano Plurianual de Ação Governamental no quesito regionalização. Houve muitas críticas em relação a isso, muitos programas estão pouco regionalizados ou com uma regionalização pouco clara, o que acaba denotando uma dificuldade de cumprir o princípio orçamentário da clareza. A segunda lição refere-se a justificativas de exclusão. Lembro-me de que, no primeiro dia de audiência, uma pessoa pediu para falar ao microfone e disse que não conseguia achar a justificativa de exclusão de uma ação. Eu, como técnico, fiquei bem incomodado, porque realmente não havia uma justificativa clara. Nessa dimensão, podemos corrigir muito também. Se isso aconteceu com uma ação, precisamos ficar atentos para que não seja generalizado. É claro que evoluímos bastante, mas algumas justificativas não estão muito claras. Levaremos essa sugestão para não incorrerem em novos erros no ano seguinte. A terceira lição aprendida diz respeito à forma de apresentação: alguns "slides" nas audiências trouxeram uma linguagem muito técnica. Ficou muito difícil para algumas pessoas perceberem exatamente o que estava sendo discutido, ou porque a letra era pequena ou porque as apresentações eram muito técnicas. As pessoas me procuravam às vezes, vendo que eu era da Secretaria de Estado de Planejamento, e me diziam: "Isso está difícil de interpretar". Talvez seja essa uma possibilidade de melhorarmos a forma de apresentação. O quarto ponto refere-se à capacitação. Acatamos um pouco da sugestão já exposta aqui, na primeira audiência: acho que podemos fazer capacitações ao longo do ano, não só na Capital mas também no interior. Recentemente tivemos - não é, Regina? - um dia inteiro para uma capacitação sobre o PPAG e a Lei Orçamentária Anual, sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias e todos esses instrumentos de planejamento. Entretanto, isso ainda é pouco, já que poderíamos ter ações mais continuadas de capacitação, enfim, da sociedade civil organizada e de todos aqueles que tenham interesse. Concluindo, acho que teremos, André, na Secretaria, um final de ano muito trabalhoso para tentarmos colocar essas emendas, discutir com a Assembleia a viabilidade de todas, se possível, e adequar a questão orçamentária à questão do planejamento. Reitero aqui os agradecimentos e deixo o nosso compromisso de tornarmos o momento de planejamento ao Orçamento um processo cada vez mais qualificado, participativo e democrático. É isso. Obrigado.

Palavras do Sr. André Reis

Boa tarde. Há muito tempo participo com uma proximidade maior desse processo. Estou vendo aqui diversos rostos já conhecidos, com os quais, todo ano, deparamos. O Deputado os conhece, de longe, muito mais do que eu, porque trabalha muito mais próximo, mais "tête-à-tête" com os senhores. Estou vendo que nesses encontros já tem tomado pé e uma certa firmeza o compromisso de determinadas representações da sociedade civil. Isso é muito importante para nós. Entender o quadro técnico na estrutura de governo é um pouco mais complicado, porque estamos distantes. Para apresentar, eu e o João Victor estamos na Secretaria de Estado de Planejamento como representantes da Dra. Renata Vilhena. O João trabalha especificamente com os projetos estruturadores do governo, que foram o principal foco da discussão desse processo. Eu, do outro lado, trabalho mais na área fiscal do governo, cuidando do Orçamento e da organização dos instrumentos do Plano Plurianual, na condução e na gestão desses processos com o Poder Executivo. Trabalhamos em uma parceria muito grande; diariamente estamos muito próximos. Achei de muita precisão boa parte das questões que o João listou, como as nossas falhas no processo de condução e de gestão, o que precisamos aperfeiçoar. Vimos correndo atrás de algumas questões há algum tempo, como a regionalização. É incômodo para nós não conseguir regionalizar na forma municipalizada, mas é desafio muito grande para Minas Gerais. Na abertura do processo, disse que são 853 Municípios de apropriação bastante complicada das políticas públicas de forma rateada. Há coisas que não necessariamente acontecem em determinadas áreas, mas só não temos informação a respeito. Temos trabalhado no sentido de melhorar a qualidade da informação para tornar isso mais transparente. Nesse processo, passaremos à discussão junto à Assembleia Legislativa, e todas as propostas serão consolidadas e analisadas. Tentamos trazer para as reuniões de debate alguns especialistas no assunto para discutir a respeito do conteúdo das propostas, principalmente quem acompanha esse projeto da Seplag. Falou-se sobre a abertura de ações, algo que não estava sendo atendido, não estava sendo mostrado, por haver certa concentração de políticas em uma só ação, o que não fica muito transparente. Esta é lição para voltarmos. Não que não fosse intenção. Estava comentando com o Deputado que este é trabalho da Seplag, insistimos muito nisso nos órgãos setoriais e temos trabalhado muito nesse sentido. Há certa disputa nossa com eles a respeito de que isso dificulta um pouco a gestão; há certa pulverização orçamentária dentro do órgão na medida em que se criam diversas ações para dar um pouco mais de transparência. Por outro lado, na gestão e na agilização de alguns processos, isso se torna um pouco mais difícil. Então, do lado deles, defendem esta política e um pouco de centralização para facilitar a implementação da política; do nosso lado, da Seplag e da sociedade, queremos ver o que está sendo realizado, porque a Seplag não consegue. Às vezes, vemos, pelo fato de não estar tão aberta, a não ser que conversemos com o próprio gestor.

Quanto à evolução do processo, embora tenha se consolidado, acho impressionante encontrar com essas mesmas pessoas aqui, e não só com as mesmas pessoas, mas há estabilidade do grupo que participa, o que é muito importante, pois mostra confiabilidade no processo, que é sério. Não há rotatividade muito grande, ou seja, não há só novatos todos os anos. É bom que haja novatos, mas é bom que o grupo que entrou acompanhe todos os anos, o que é importante para o processo.

No dia da reunião de abertura, falaram sobre os impactos da avaliação e dos indicadores. Talvez seja ponto em que avancemos mais na discussão. Hoje, pela manhã, em reunião gerencial na Seplag, conversava com o João. Fazemos trabalho mensal de monitoramento dos nossos resultados internos. Cada Superintendente tem contrato de metas a cumprir, e mensalmente a Secretária nos cobra o que está pactuado em nosso contrato de gestão. A Seplag tem 116 indicadores que mensuram nosso trabalho. Cada Superintendente é responsável por lote de resultados apresentados. Sou responsável por oito indicadores. Monitoramos, e isto acontece um pouco nesse processo. Essa era minha angústia. Sempre expus isso ao Deputado. A audiência de monitoramento contribui para isso, porque, nesse processo da Seplag, monitoramos e ficamos muito preocupados com as questões que estão erradas e fora do prazo. Preocupamo-nos muito internamente com a gestão, com o que falta. Isso é primordial, pois temos de centrar-nos no que não está andando bem. Passamos o ano inteiro vendo o que está dando errado e o que cada um está fazendo. No final do ano, apresentamos o que tem dado certo e o que temos feito. Isso tudo está documentado, mas, como não temos muito tempo para conversar na reunião e, como nesse próprio processo, o tempo é reduzido, ficamos focados na parte meio vazia do copo. Não centramos as atenções na parte meio cheia do copo. De fato, é questão que temos de resolver. Ficamos nesta angústia: nossas realizações não aparecem tanto, então parece que não estamos realizando.

Nesse processo, sob a perspectiva do monitoramento, isso pode contribuir um pouco para o aprendizado, na oportunidade de o gestor mostrar a parte do copo cheia, o que de fato tem sido feito, porque, à medida que ficamos trabalhando muito, conversando e debatendo somente a respeito do que não está sendo feito, dá-se certa impressão de que não está sendo feita muita coisa. Não focamos a parte do lado gestor. Quem parte para as apresentações às vezes vê o anseio de todos os gestores extrapolando o seu tempo. Se ele tem 20 minutos, gasta 40 ou 50. É a oportunidade que ele tem de mostrar à sociedade o que tem feito de trabalho. Onde ele passa oito, dez horas do dia trabalhando, de fato diversas coisas estão acontecendo.

Acho o processo fantástico, consolidado em certa medida, na proposição inicial de promovermos um debate a respeito do Plano anualmente. Já avançamos em 2009, com esse monitoramento em junho e, agora, em novembro. Mas acho que há como trabalharmos, e talvez a capacitação ajude um pouco mais até na própria prestação de informações, em relatórios e monitoramento, poderemos fornecer um pouco mais de informações sobre o que temos feito e melhorar a própria capacidade da sociedade de analisar as informações e acompanhar o que está sendo feito pelo Poder Executivo, além de termos a possibilidade de falar um pouco sobre os impactos dessa política.

Na reunião de abertura, foi apresentada pela Gláucia a questão dos indicadores, porque acabamos discutindo muito, como chamamos no Plano, a parte de meta física, quais são as entregas que o Estado está fazendo. Talvez no momento seguinte possamos discutir um pouco quais são os impactos que essas entregas do Estado estão proporcionando para a sociedade mineira.

Acho que os pontos que o João colocou são fundamentais, porque, na questão da regionalização, da justificativa, da forma de apresentação, tudo isso facilita a quantidade de informações que as pessoas têm a respeito do Plano e da execução das políticas no Estado. Facilita a discussão e também uma avaliação intuitiva dos valores e dos conceitos que têm a respeito das coisas ou da área que acompanham junto à sociedade e uma avaliação delas próprias a respeito da política. Mas é importante termos uma avaliação baseada em indicadores um pouco mais isenta por parte do Estado e por outros organismos que calculam tais indicadores, para verificarmos os impactos que essas políticas estão causando no Estado.

Era isso o que eu tinha a dizer. Passaremos agora por um processo longo de negociação e discussão das propostas e de como as acomodamos dentro do Plano. É um processo que tem sido rico, melhorado todo ano, e tem ficado mais interessante para nós, do Poder Executivo, também vemos propostas cada vez mais qualificadas sendo incorporadas ao Plano. Então, tem sido anualmente mais fácil trabalhar para a própria Assembleia Legislativa, com o apoio da Consultoria, que é fundamental, e do próprio Deputado André Quintão, que vem encabeçando esse processo ao longo dos últimos anos.

Agradeço. Da parte da Seplag, só temos a agradecer, e deixo aberta a possibilidade que o João já apresentou, que acho fundamental, das capacitações e talvez de uma proposta um pouco mais continuada de formação para facilitar a interlocução com o próprio governo, para todo o mundo começar a falar a mesma língua. Agradeço ao Deputado André Quintão e a todos os presentes, aos colegas da Mesa, dos Poderes Executivo e Legislativo. Muito obrigado pela participação. Encerrado esse trabalho de interlocução, até o final do ano haverá um trabalho interno duro para chegarmos à proposta do Orçamento de 2010. Muito obrigado a todos.

Palavras do Sr. Presidente

Mobilizar quase mil lideranças de todo o Estado e, num processo de quase um mês, recolher 255 propostas ao Plano Plurianual, com impacto no Orçamento, foi um trabalho que contou, nessa primeira etapa, com a colaboração de muitas pessoas.

Faço o meu primeiro agradecimento aos movimentos sociais, aos conselhos, aos Conselheiros, aos fóruns, às frentes, às comunidades, às associações e aos interfóruns, que, como disse o André Reis, estão acreditando nesse processo. Não faria sentido algum, se não houvesse participação qualificada, como está havendo nestes sete anos. Mais importantes do que o número, que já valeria por si, de quase mil lideranças, são a qualidade da participação e a preparação. Isso é fundamental. Queria agradecer a confiança e a presença de todos os que estão aqui hoje, aos que participaram nas audiências interiorizadas, aos que estiveram presentes no debate geral, aos que participaram dos trabalhos dos grupos e aos que nos acompanham pela TV Assembleia; além disso, à equipe técnica da Assembleia Legislativa. A dedicação dos servidores desta Casa é impressionante. As viagens que fizemos... Este ano foi possível... Fiz questão de estar presente em todas as audiências. O pessoal estava com muita garra, saía de uma audiência e ia para outra - aliás, quando chegava, havia mais trabalho. E agora vemos um trabalho redobrado de análise. Na verdade, é uma dedicação aliada à competência. Sem distinção de órgãos internos da Assembleia, quero agradecer o trabalho e a dedicação em todos estes anos e a aposta que os servidores fazem nesse processo. Queria estender esses agradecimentos aos servidores e às servidoras de nosso gabinete, como a Ana, que coordena a parte institucional, a Maíra e a Darklane, e a toda a nossa equipe, assim como à dos Deputados que participaram das audiências, das viagens.

André e João Vítor, queria agradecer a parceria com o governo do Estado. A Assembleia tem autonomia para realizar um processo de participação, que estaria muito empobrecido, se não houvesse a colaboração dos gestores, que, aliás, estiveram novamente presentes aqui, em mais um ano. André, queria estender um agradecimento a todos eles. Houve grupo concorrido com 90, 80, 70 pessoas ou a abertura com 200, 250 pessoas; e grupo com 12. Houve audiência no interior com a presença de quase 200 pessoas e também com 30, 40. Em todas elas, os gestores, os titulares, os Secretários estiveram lá não apenas cumprindo uma tarefa burocrática e formal, fazendo um para-casa, mas, como disse o André, também relatando o que estão fazendo e, em momentos de tensão, sendo cobrados. Esse é o objeto da nossa ação de fiscalização. Então, todos eles estiveram presentes.

É engraçado como Minas Gerais tem algumas particularidades. Todos sabemos das diferenças que temos, aliás políticas. O Deputado Adelmo Carneiro Leão fez um belíssimo pronunciamento, mostrando bem a nossa visão hoje sobre o Estado; todavia, há uma confiança institucional, de responsabilidade institucional. O nosso amigo Eduardo Costa, da Rádio Itatiaia, um grande incentivador também da participação popular, até descreveu isso como a condução de um processo nas mãos de um Deputado da Oposição absolutamente tranquila, sem palanque, com o governo também participando. Isso mostra que, quando as instituições interagem, os resultados são positivos.

Agradeço às Deputadas e aos Deputados que se integraram nos nossos trabalhos e aos que foram ao interior, na pessoa do Deputado Adelmo Carneiro Leão, presente nesta reunião. Apesar de o Deputado Zé Maia, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira, não poder comparecer a esta reunião, gostaria de reconhecer a imprescindível parceria dessa Comissão, por isso faço público um agradecimento especial

a todos os Deputados das Comissões de Fiscalização Financeira e de Participação Popular.

Quanto ao processo, muitas questões relevantes foram apresentadas. Não tenho dúvida, pois digo isso como uma pessoa que participou de todas as revisões até aqui. Aliás, comentei com a Regina que esta foi a revisão de melhor qualidade no que se refere à participação, com muitas propostas objetivas e integradoras. Em todas as regiões questões foram levantadas; por exemplo, a preocupação com os jovens usuários de drogas, que estão se evadindo da escola, que estão sendo capturados pelo tráfico e não têm a perspectiva do primeiro emprego. Isso requer - usando um termo técnico como o André - uma política pública integrada, universalizada e variada na qualidade do ensino, na universalização do Poupança Jovem, na ampliação do atendimento ao usuário de drogas por meio dos Caps-AD, de álcool e drogas, e também por meio da universalização dos Centros de Referência da Assistência Social - Cras. Trata-se de um trabalho de mobilização dos Municípios para atendimento ao adolescente infrator em meio aberto, através da prestação de serviços à comunidade, de liberdade assistida. Percebe-se que tudo isso está muito presente, pois os debates foram muito ricos e profundos em várias áreas. Como as propostas já foram relatadas, não tomarei mais o tempo das senhoras e dos senhores.

Deputado Adelmo Carneiro Leão, ficou nítido que existem bons programas e bons projetos estruturadores. Um grande questionamento é sobre a universalização e a extensão desses programas. Na verdade, precisamos universalizar as políticas públicas. O Poupança Jovem incorporou uma ação popular, de emenda popular, de acompanhamento social de família. Trata-se de uma discussão nacional da área que fazemos para integrar a assistência à educação, e virou uma ação permanente. Por exemplo, no pedido de empréstimo do Governador aprovado por nós, vai recurso para essa ação de quase R\$4.000.000,00 para 2010. Portanto, ela está sendo bem construída tecnicamente, mas apenas em oito Municípios, por isso acredito que o nosso desafio seja buscar essa ampliação. Fiz uma conta de cabeça do Poupança Jovem e, na ocasião, o companheiro do conselho de Ipatinga estava presente. O gasto do crescimento vegetativo nas unidades prisionais daria para universalizar o Poupança Jovem para 130 mil concluintes do ensino médio. Realmente, essa linha de universalização das políticas públicas ficou muito presente. As pessoas gostam do Fica Vivo, mas querem esse programa no Jequitinhonha e em outras regiões; gostam também dos Cras, no entanto há 332 Municípios que não os têm. Então, ficou muito clara a necessidade de universalizar e de regionalizar as boas iniciativas. O André também mencionou que há uma presença constante e uma diversificação qualitativa associada às presenças constantes. Houve um debate a que o Caciue Mezaque e o Lutimar, do Conselho dos Povos Indígenas, compareceram. O PPAG serve também para aproximar o usuário cidadão do gestor. Por exemplo, o Caciue questionou o Presidente da Cohab sobre o porquê de não ter saído o programa habitacional que já havia sido discutido. Falaram que foi problema da Prefeitura, falta de projeto, disso ou daquilo, mas o importante é que eles estavam lá discutindo. Os povos indígenas se dispõem a ficar uma semana aqui em Belo Horizonte participando de oficinas e entendendo um pouco mais de PPAG para ver o que o Estado pode aportar.

Sabemos que a questão indígena não diz respeito somente ao Estado. A Funai também está muito devagar em relação a isso. O que a Funai, o governo do Estado e Municípios podem fazer? Isso é exemplo de cidadania. A Sandra, representante das comunidades quilombolas, está presente. Às vezes, os projetos são bem construídos, mas não chegam na ponta, exatamente onde as pessoas mais precisam, por falta dessa proximidade. Muitas vezes, quem mais precisa está num Município mais distante, que não sabe sequer fazer um bom projeto. Assim aquela comunidade peca, pois o recurso está lá, há um projeto construído, mas não há essa proximidade. Então, André, faço um apelo em relação a esse processo de negociação para que possamos, além de estimular essas pessoas que vieram de tão longe, essas comunidades que se organizaram, aproximar essas ações das comunidades que não são atendidas, não atingidas, como o Poupança Jovem, que foi uma cobrança da área da educação. Nos Municípios em que há esse programa, ele atende quem está no ensino médio, mas há alguns que fazem matrícula e não frequentam às aulas. Há cerca de 12, 13% de evadidos. Então tem de chegar às famílias dos potenciais alunos do ensino médio que fazem a matrícula e nem sequer frequentam as aulas. Era essa preocupação que eu queria destacar também. Que bom que podemos sair agora da Assembleia e ir à Feira da Economia Popular Solidária com recursos desse processo de participação. Ontem visitei as barracas, e algumas pessoas me disseram que o que trouxeram já haviam vendido e estavam com encomendas para quando voltar. Isso é renda, é cidadania. Então quando recebemos aqui uma abaixo-assinado para que essa ação retorne, isso é sinônimo de cidadania. Então uma ação como essa tem de retornar ao orçamento do Estado, pois está dando certo. Assim passaremos para uma etapa tão importante quanto a mobilização, a análise das propostas. Primeiramente faremos uma triagem do que é compatível com o Orçamento e o PPAG. Pelo que vi, essa triagem será simples, pois quase a totalidade das propostas, que melhoraram a qualidade, dizem respeito ao PPAG e ao Orçamento. Eventualmente, a que não tiver pertinência será objeto de requerimento de encaminhamento a outro órgão. Mas aquelas que tiverem, serão selecionadas. A Comissão de Participação Popular, a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e a Seplag irão se reunir com o governo para uma rodada de entendimento, juntamente com o assessoramento técnico da Assembleia. Cada uma dessas propostas será objeto de um parecer. Como Presidente da Comissão de Participação Popular, designarei um relator, Deputado, para cada uma. Faremos um verdadeiro mutirão nos próximos dias, votaremos na Comissão de Participação Popular, negociaremos com o governo e com a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. A partir daí, se aprovadas na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, elas serão incorporadas ao Orçamento do Estado de Minas Gerais. Teremos até o dia 27 de novembro para analisar tecnicamente, negociar com o governo e com a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, emitir parecer e votar na Comissão de Participação Popular, com o apoio inestimável e técnico dos assessores e consultores da Assembleia Legislativa. Esse processo é público e será disponibilizado na internet e publicado no diário oficial. Esse processo é de acompanhamento público. Faremos o maior e o melhor esforço possíveis para acolher respeitosamente o maior número de propostas. Quero agradecer a todos que nos ajudaram. Deixo uma sugestão, André, para quando findar o processo, não termos uma avaliação do PPAG somente da Seplag ou da Assembleia. Penso que merecemos uma avaliação conjunta. Já há muitas sugestões de aperfeiçoamento. Pedirei ao Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia, oficinas setoriais. Realizamos oficinas com públicos específicos. Mas, além da oficina geral, muito bem realizada, seria importante que a Assembleia realizasse as oficinas setoriais. Creio que seja uma boa ideia das capacitações serem mais permanentes. Penso, Adelmo, aliás expus isso na abertura, na quarta-feira, que seria importante criarmos uma metodologia nas comissões para que cada comissão permanente da Assembleia desenvolvesse um monitoramento próprio das áreas de resultado, pois o nosso grande problema é executar as emendas populares quando não há compreensão do órgão. Há área que cumpre isso automaticamente. Por exemplo, a Sedese está executando as emendas na área da assistência e da criança. No caso da Escola Família Agrícola, existe ação de reforma que precisa ser explicada ao Secretário, a forma de fazer, com a Emater. Se cada área da Assembleia também o acompanhasse, facilitaria muito. Portanto a Assembleia tem um para casa para fazer, assim como a Seplag e os movimentos regionais. Depois da conclusão do processo, deveríamos fazer essa avaliação, aproveitando os resultados no ano que vem e nos anos subsequentes. Confesso que tenho sentimento de missão cumprida. Lutamos muito para institucionalizar esse processo, que não pode ser personalizado pelo consultor "a", pelo Deputado "a" ou pelo Diretor "b" da Seplag. Conseguimos essa institucionalização a cada ano que passa. Não tenho dúvida alguma em dizer que estamos amadurecidos para ousar mais. Como disse o Adelmo, Minas pode mais. No próximo PPAG, não discutiremos o projeto na Assembleia. Antes faremos reuniões nas diversas regiões do Estado, consultando os conselhos, os segmentos organizados, num trabalho que independe do partido "a" ou "b", do Governador "a" ou "b". Durante a campanha do ano que vem, temos de exigir compromisso de todos os candidatos para que o planejamento do Estado seja previamente discutido. Hoje a Assembleia tem expertise, a Seplag também tem corpo técnico estável, que trabalha com os movimentos sociais e os conselhos. Podemos fazer audiências descentralizadas, mobilizar os conselhos setoriais, os fóruns e as frentes em Minas, para a preparação do novo PPAG, partindo dessa ideia e do que está sendo realizado de bom em nosso Estado e em nosso país. Esta reunião terá transcrição completa, a ser publicada na "Minas Gerais", na edição de 14/11/2009. A reprise da audiência pública será exibida pela TV Assembleia nos dias 21 de novembro, sábado, às 9 horas; 22 de novembro, domingo, às 9 horas; 4 e 6 de dezembro. Parabéns a vocês, que são os maiores responsáveis pelo êxito desse processo.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a presença dos convidados e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de segunda-feira, dia 9, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 84ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 11/11/2009

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Questão de ordem - Discussão e Votação de Pareceres: Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 568/2007, 2.684/2008 e 3.035/2009; aprovação; declarações de voto; questão de ordem; declaração de voto - Questão de ordem - Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Adalclever Lopes - Adelfo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Almir Paraca - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Doutor Rinaldo - Doutor Ronaldo - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Maria Tereza Lara - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- A Deputada Rosângela Reis, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e requerimentos.

Questão de Ordem

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, gostaria de manifestar-me somente para que os companheiros e as companheiras das galerias possam entender o que foi acordado para a votação da noite. Em reunião com V. Exa. e com os membros do Bloco, representados pelo Presidente, pelo Líder e pelo Vice-Líder, acertamos que votaremos três projetos de redação final de Deputados, e os outros continuarão como estão, na linha em que estamos trabalhando, de obstrução, em favor dos nossos companheiros que estão nas galerias pleiteando aquilo que é, no nosso entendimento, direito deles. O pleito deles é justo. Lamentamos que alguns tenham iniciado o período de greve de fome. Acredito que a Justiça não tem como impedi-los de fazê-la. Esperamos que essa greve não se estenda por muito tempo e que haja uma resposta rápida do governo. Eles já manifestaram também, Sr. Presidente, a intenção de passar a noite nos arredores da Casa, nas dependências externas, na parte abrigada da Assembleia. Queremos que lhes seja garantido também o direito de estarem do lado de fora, conforme proposta de greve, ordeiramente, como se têm mantido, mas que estejam abrigados das intempéries. Que não os sujeitemos às intempéries e à chuva e que possam ordeiramente estarem do lado de fora, abrigados nas marquises das dependências desta Casa. A meu ver, em se tratando da Casa do povo, deveríamos até abrigá-los aqui dentro, mas eles querem fazer isso lá fora. Penso que lhes deve ser dado o direito de agir dessa forma.

Discussão e Votação de Pareceres

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 568/2007, 2.684/2008 e 3.035/2009 (À sanção.).

Declarações de Voto

O Deputado Weliton Prado - Serei breve. Votamos favoravelmente a esse projeto que garante a isenção de ICMS na compra de equipamentos para o setor de radiodifusão, mas gostaria de estar votando também a isenção de ICMS para os pequenos produtores rurais - o Deputado Padre João conhece muito bem a dificuldade em que eles se encontram - e o projeto que diminui o ICMS do álcool combustível - o Projeto nº 1 desta legislatura, que até hoje não foi discutido aqui no Plenário. No nosso Estado, essa alíquota é de 25%; em São Paulo é de 12%; e em Goiás, 15%. Gostaria ainda de estar discutindo o IPVA cobrado em Minas, um dos mais caros do Brasil, o ICMS da conta de luz, que é de 42%, também o mais caro do País. Sabemos muito bem a dificuldade em que se encontra o conjunto dos servidores. Tudo bem, é necessário isentar o setor de radiodifusão do ICMS. Com uma grande fúria, o Estado está aumentando a arrecadação a cada dia que passa. A situação de penúria dos Agentes Penitenciários está aí. Solicitamos, mais uma vez, a solidariedade do Governador. Esses profissionais estão dispostos a fazer greve de fome. A questão é muito séria e terá repercussão em âmbito nacional. Se houver vítimas nesse processo, a responsabilidade será do governo estadual. Eles foram demitidos de forma arbitrária, maldosa e injusta e agora estão cobrando justiça, ficarão até acampados na porta da Assembleia Legislativa. Fazemos apelo ao governo, ao Secretário Maurício Campos para que coloque a mão na consciência e resolva esse problema de uma vez. Chega de enrolação! Os Agentes Penitenciários realmente não aguentam mais. Eles se prepararam, qualificaram-se para exercer a função e, do dia para a noite, infelizmente viram seus cargos indo embora de forma totalmente ilegal. Existem as leis que aprovamos, a Constituição do Estado e a Constituição Federal, que precisam ser respeitadas. Infelizmente, não é isso o que está acontecendo no Estado de Minas Gerais. Os Agentes foram demitidos sumariamente. Está havendo muita perseguição; a questão psicológica dos Agentes é muito séria. Eles reivindicavam a volta do vale-alimentação, da carteira funcional, que foi uma promessa do governo, e o curso de tiro, para não fazerem escolta que não seja armada. Enfim, reivindicavam justiça. É um direito que eles têm. A greve foi considerada inconstitucional pelo Poder Judiciário e, imediatamente, eles voltaram ao trabalho, mas foram impedidos de exercer suas funções pela Secretaria. O assunto é realmente muito sério. Pedimos bom senso por parte das lideranças do governo para podermos resolver essa situação o mais rápido possível. Os Agentes irão acampar aqui. Pedimos aos segurancas da Assembleia, que são verdadeiros "gentlemen", que facilitem essa ação. Esta é a Casa do povo, é um espaço democrático. Se for preciso, estarei com eles que estarão aqui de forma totalmente ordeira e pacífica, manifestando os seus direitos e mostrando a toda a sociedade as injustiças ocorridas. Pasmem os senhores: na lista de demissão, havia até quem já morreu, quem estava de férias e pessoas que nem sequer ainda estão trabalhando. Era a maior bagunça. O que fizeram foi radical: penalizaram o conjunto da categoria

de forma totalmente injusta e maldosa. Fica aqui, mais uma vez, nossa denúncia. Pela milésima vez, solicitamos ao Governador Aécio Neves que tome providências. Com certeza, o desgaste político será muito grande, e esse movimento terá repercussão nacional. Queremos resolver o problema, e os Agentes desejam voltar ao trabalho. É isto que reivindicamos: o direito que têm de trabalhar. É posicionamento do Bloco PT-PCdoB e do PMDB a obstrução nesta Casa. Votaremos apenas os projetos dos Deputados. Não votaremos os projetos do governo, incluindo-se o Orçamento do Estado. A obstrução é total e legal. Parabéns, Agentes Penitenciários, pela firmeza, pela combatividade, pela raça, pela garra e pela energia com que defendem seus direitos aqui.

O Deputado Padre João - Votamos a redação final de três importantes projetos. Um era do Deputado Agostinho Patrús, atualmente Secretário. O Deputado Antônio Júlio apresentou emenda ao projeto, para que fosse incluída a agricultura. Dois projetos são voltados à saúde: o do Deputado Alencar da Silveira Jr. e o do Deputado Gilberto Abramo, com a restrição do fumo em lugares fechados, que servirá para melhor qualidade de vida do nosso povo. O outro, do Deputado Fábio Avelar, é em apoio à fitoterapia. Fomos favoráveis a esses projetos e garantimos que farão bem ao povo mineiro. Os Deputados têm a sensibilidade de votar pela qualidade de vida e pela saúde, mas não estamos sentindo nem vendo isso por parte do governo. Essa situação dos Agentes Penitenciários é crítica. A teimosia do Secretário Maurício Campos se agravará, pois isso foi injustiça. Os colegas Deputados da base têm de entender isso. A demissão de um falecido mostra o nível de desorganização. Alguns Agentes quiseram retornar aos postos de trabalho e foram impedidos. Há injustiça. Não é intriga da oposição; trata-se de injustiça. Deputados, esta missão é nossa. Não podemos nos render a esta intransigência do Secretário de Defesa Social, que, na verdade, é a do governo Aécio Neves. Manifestamos nossa solidariedade e nossa solicitação, para que possam, no mínimo, usar a marquise, para terem abrigo contra a chuva, a fim de manterem o manifesto e a vigília nesta Casa durante o dia e a noite. Contem com nosso apoio.

Sr. Presidente, nesta tarde, foi realizada audiência pública sobre a situação dos 300 trabalhadores diretos da ADM, mais outros da rede hoteleira, dos restaurantes, e vigias, totalizando cerca de 500 trabalhadores que estão há quatro meses sem receber. Foram contratados pela Gasmig, empresa ligada à Cemig, que é do governo do Estado. Então, o governo tem responsabilidade, sim, em relação a essa situação dos trabalhadores de Ouro Branco. Vejam bem a irresponsabilidade da Gasmig. Além da ADM, que solda os tubos, os gasodutos, e os enterra, mais duas empresas acompanham o serviço solda por solda, que é muito delicado, sério e exige muita responsabilidade. A Prosul e a CQ, contratadas pela Gasmig, fazem esse acompanhamento, solda por solda. Eles permitiram que a ADM enterrasse 5km de tubulação, porque fizeram a revisão; ainda há mais 2km prontos para enterrar, e a Gasmig não pagou, o que levou a este desdobramento: um tombo dado nos hotéis, nos restaurantes. Os serviços de luz e água foram cortados, e lá estão os trabalhadores em estado de humilhação. São trabalhadores do Pará, da Bahia, do Ceará, de todo canto deste país que lá estão em estado de mendicância. Então apelamos aqui à Gasmig, à Cemig e ao governo do Estado que resolvam de imediato também essa situação dos trabalhadores de Ouro Branco. É uma questão de honra, e asseguramos aqui: não vamos abrir mão, não iremos votar enquanto não for resolvida a situação dos Agentes Penitenciários e também a situação crítica e vergonhosa dos trabalhadores em Ouro Branco. A ADM é responsável, mas solidariamente é também a Gasmig, e, assim, o governo do Estado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Questão de Ordem

O Deputado Gustavo Valadares - Sr. Presidente, serei breve. Aproveito para agradecer ao Deputado Carlin Moura, que me cedeu o espaço e vai, em seguida, tenho certeza, fazer uma bela declaração de voto. Quero apenas pedir à Mesa maior celeridade na tramitação de um requerimento que apresentei na semana retrasada. Trata-se de um pedido de informações à Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado - Sedese - sobre quais critérios foram utilizados para a escolha das cidades abrangidas pelo programa Travessia. Se possível, Sr. Presidente, que o Secretário responda não a este Parlamentar, mas a esta Casa, dizendo quais os critérios utilizados para escolher cidades de uma mesma microrregião. Para sermos ainda mais específicos, quais os critérios utilizados para a escolha de uma cidade em detrimento de outra, sendo as duas limítrofes, detentoras da mesma realidade, dos mesmos problemas, tendo os mesmos índices de desenvolvimento humano. Gostaria imensamente de pedir à Mesa da Assembleia, a V. Exa., 1º Vice-Presidente, maior celeridade na tramitação desse requerimento, para que o Secretário possa responder a esta Casa. Volto a afirmar, ele deve satisfação aos 77 parlamentares desta Casa a respeito dos critérios utilizados para a escolha das cidades do programa Travessia. Somente isso, Sr. Presidente, muito obrigado. Agradeço também ao Deputado Carlin Moura.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Deputado Gustavo Valadares que seu requerimento se encontra de posse da Mesa, aguardando parecer. Com certeza, pedirei agilidade, atendendo à sua solicitação.

O Deputado Gustavo Valadares - V. Exa. retirou as palavras da minha boca, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Declaração de Voto

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, na oportunidade quero também referendar o pedido do Deputado Gustavo Valadares, considerando-se a pertinência do requerimento por ele formulado. O Vale do Rio Doce, especialmente a região do Médio Rio Doce, as regiões de Peçanha, Santa Maria, São João Evangelista e São José do Jacuri, sem dúvida alguma também querem obter esse esclarecimento. Parabenizo o Deputado Gustavo Valadares. Estamos ansiosos pela resposta do Sr. Secretário de Desenvolvimento Social de Minas Gerais. Quero ainda, nesta declaração de voto, dirigida de forma muito especial ao povo de Minas Gerais, esclarecer que o Bloco PT-PCdoB-PMDB, de forma responsável e coerente, esteve aqui hoje à noite e aprovou três projetos em redação final, projetos esses que já eram fruto de discussão e de aprovação em 1º e 2º turnos e agora vão para sanção do Governador do Estado, mostrando que a Bancada PT-PMDB-PCdoB, acima de tudo, tem compromisso com o povo de Minas Gerais. Sr. Presidente, é importante esclarecer nesta oportunidade, mesmo que seja repetitivo, pois tenho recebido "e-mails" de pessoas que acham que os Agentes Penitenciários que estão aqui, nas galerias, estão em greve, ou seja, estão trabalhando e fazem greve. Foi muito interessante o "e-mail", pois tive de explicar que, na verdade, esses Agentes, homens e mulheres - há várias mulheres Agentes com seus filhos aqui -, hoje não estão em greve, porque já não podem estar em greve, pois foram demitidos ou tiveram seus contratos suspensos. Hoje estão em greve de fome, porque alguns chegaram a trabalhar 15 dias durante o mês e nem sequer receberam os dias trabalhados. Esses Agentes estão hoje demitidos, porque fizeram apenas um dia de mobilização. Nesse único dia, o Tribunal de Justiça julgou ilegal a greve, e imediatamente retomaram seus postos. Mas o governo do Estado, por meio da Portaria nº 7.273, de forma coletiva, fez demissão em massa dos trabalhadores Agentes Penitenciários. Aliás, o Vice-Governador do Estado chegou a confessar publicamente que faria os Agentes voltarem, se reconhecessem que não fizeram greve. Ou seja, está reconhecendo que os demitiu, em Minas Gerais, porque fizeram greve, movimento legítimo, em pleno século XXI, em defesa das condições e da melhoria do trabalho. Sr. Presidente, é importante esclarecer também ao povo de Minas Gerais que, durante todo este ano de 2009, o governo do Estado mandou projeto para a Casa e pediu regime de urgência, para que fossem oficializadas as contratações dos Agentes Penitenciários, porque faltam Agentes para tomar conta de preso. Neste momento, temos aproximadamente 600 Agentes demitidos ou com contrato suspenso. No caso, é importante o povo de Minas Gerais saber que os 600 Agentes deveriam estar trabalhando, tomando conta dos presos na Nelson Hungria, em Neves, em Ipaba, em Francisco Sá, em Juatuba, nesse interior de Minas afora; deveriam estar lá, tomando conta de preso. Sr. Presidente, a qualquer momento, aí sim, a sociedade de Minas Gerais corre risco; se não há Agentes tomando conta, esses presos podem até promover rebelião. Pedimos encarecidamente ao Governador do Estado e ao Vice-Governador Antônio Augusto Anastasia que suspenda imediatamente os efeitos da Portaria nº 7.273; se houver algum trabalhador que, durante o período de mobilização, tenha exorbitado de sua conduta, que o governo do Estado o aponte especificamente, individualmente, dizendo qual foi a atitude, e que se abra inquérito administrativo individualizado e personalizado. Nesse sentido, fazemos apelo ao Governador de Minas; resta-nos solidariedade aos Agentes, homens e mulheres, que estão em greve de fome e dormirão aqui, no **Assembleia Legislativa**. Pedimos ao povo de Minas Gerais que o faça também e entre na página do governo do Estado - www.governo.mg.gov.br - e proteste, deixe seu pedido para que os Agentes Penitenciários retornem ao seu emprego, para vigiarem os presos. É isso o que Minas Gerais espera; é do que precisa. Estão de parabéns os Agentes Penitenciários aqui presentes nesta noite.

Questão de Ordem

O Deputado Weliton Prado - Agradeço ao nobre Deputado Doutor Viana. Quero ler uma carta que nos foi passada pelo Henrique, Vice-Presidente do Sindasp, cujo teor é o seguinte. (- Lê:)

"Srs. Deputados, nossa classe está sangrando. Lutamos pelo que é certo, respeitamos a lei em nossos manifestos, respeitamos também a lei de Deus. Porém, nossa classe foi punida. Agentes choram as mágoas de um final de ano amargando o desemprego, sem dinheiro para aluguel ou pão francês. Agentes fazem greve de fome, e outros assistem confusos e desesperados. Ouvi três Agentes dizendo que tentarão suicídio por causa da pressão que estão sofrendo. Agradeço ao Bloco da Oposição a sensibilização em relação ao sofrimento desses pais e mães de família Agentes Penitenciários. Agradecemos o carinho e cuidado paternos que esses Deputados estão tendo com o nosso povo. Pedimos aos Deputados da base aliada que busquem junto à Oposição uma solução. Nossa classe sabe da importância de todos os Deputados da Casa, e pedimos a Deus que ilumine os Deputados do governo para que tentem resolver essa situação. Agradecemos também à Aspra da PM por ter-nos dado o dinheiro para o soro. Agradecemos também aos Deputados por terem doado dinheiro para o lanche. Deus abençoe esta Casa. Henrique Corleone. Vice-Presidente do Sindasp."

Parabenizo os Agentes mais uma vez e clamo ao governo, pois, independentemente de Oposição ou Situação, a questão é muito séria. São mães e pais de família, há crianças em casa, o salário já é muito pequeno. Custa a eles suprir as necessidades, pagar o aluguel, a energia é cara, a água também; custa-lhes garantir a alimentação. O dinheiro dos Agentes foi descontado de forma muito injusta. Se houver uma questão pontual, que se verifique e se abra um processo, pois o Agente tem direito a defesa. Mas fazer isso com praticamente toda a classe não é justo. Portanto, peço mais uma vez ao governo que se sensibilize e resolva esse problema o mais rápido possível. Agora mesmo, estavam me dizendo que os presos têm direito de fazer uma ligação, mas falta Agente para fazer essas ligações. Os presos têm outras necessidades e, para supri-las, precisam dos Agentes. Portanto, está havendo uma revolta por parte dos detentos, e o final do ano é o período em que grande parte das rebeliões acontecem. Pode ser uma tragédia anunciada, e o governo será responsabilizado. Já estamos avisando; está registrado nas notas taquigráficas que a revolta dos presos é muito grande; a revolta dos familiares dos presos que não estão podendo ter contato é muito grande. A questão é muito séria, é um estopim que pode explodir a qualquer momento. Os Agentes estão se manifestando de forma ordeira e pacífica, chegando a fazer greve de fome. A questão é gravíssima, e pedimos ao governo que se sensibilize para resolvermos essa situação na próxima semana, o mais rápido possível, pois eles querem trabalhar. Encerro parabenizando todos os Deputados que contribuíram - tanto os da Situação quanto os da Oposição -, o Presidente Doutor Viana, todos os Agentes e a imprensa, que descobriu a greve de fome feita por alguns Agentes. Vocês devem levantar a cabeça, não desanimar e ter fé em Deus, pois temos certeza de que esse problema será resolvido o mais rápido possível. Senão, será um péssimo exemplo para todas as categorias, pois todos ficarão com medo, ninguém mais poderá manifestar-se nem abrir a boca. Será pior do que nos tempos do regime militar. Outras categorias já manifestaram que irão paralisar e entrar em greve. Os servidores do Judiciário já sinalizaram greve a partir da semana que vem; os servidores da Polícia Civil já fizeram uma paralisação de 48 horas e sinalizaram com greve também; os servidores da educação estão revoltadíssimos, e os policiais também, pois, como vocês, não têm direito ao auxílio periculosidade. Enfim, a situação é muito difícil. O governo tem muito dinheiro em caixa, R\$41.000.000.000,00, R\$3.000.000.000,00 para construir o centro administrativo, mas não tem sensibilidade com o ser humano, com as pessoas. Preocupa-se apenas com o concreto, com a obra, aquilo que dá voto. Como sabemos, devemos investir no ser humano, e não podemos ter frieza para governar. É preciso governar para todos. Deve haver obras, mas é preciso investir no ser humano e nas questões sociais também. Agradeço e parabenizo todos vocês. Obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência também agradece a sensibilidade e a participação do Bloco PT-PMDB-PCdoB nos entendimentos para votarmos hoje esses três projetos em redação final.

A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência encerra, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, a discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.960/2009 e, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.368/2009, uma vez que permaneceram em ordem do dia por seis reuniões. A Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentada ao Projeto de Lei nº 2.960/2009 uma emenda do Deputado Padre João, que recebeu o nº 3, e, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha a emenda com o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, para parecer.

- O teor da emenda apresentada é o seguinte:

EMENDA Nº 3 AO PROJETO DE LEI Nº 2.960/2009

Acrescente-se ao art. 1º o seguinte parágrafo:

"Art. 1º - (...)

§ ... - A Associação dos Empregados da Fundação João Pinheiro - AEFJP - deverá apresentar as notas fiscais comprobatórias dos gastos com a edificação de sua sede à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag -, a fim de instruir a elaboração do laudo pericial a que se refere este artigo."

Sala das Reuniões, 11 de novembro de 2009.

Padre João

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de amanhã, dia 12, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada, e para a especial também de amanhã, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 10/6/2009

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Hely Taquínio, 2º-Secretário e Sargento Rodrigues, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa emite parecer favorável à concessão do Adicional de Desempenho - ADE, nos termos da Lei nº 17.590, de 20 de junho de 2008, regulamentada pelas Deliberações da Mesa nº 2.421, de 30 de junho de 2008, e 2.432, de 8 de novembro de 2008, à vista do parecer expresso pelo Conselho de Diretores, datado de 28 de maio de 2009, que aprovou o parecer emitido pela Gerência-Geral de Administração de Pessoal em 27 de maio de 2009, e homologou a listagem por ela elaborada contendo o nome dos servidores aptos à obtenção do ADE, no ano de 2009. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos

processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Artebrilho Multiserviços Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços gerais de vigia nas dependências da Assembleia – parecer favorável à revisão de valores, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Infraestrutura, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a ABC Táxi Aéreo S.A., tendo como objeto a admissão e monitoramento do motor da aeronave Xingu pelo programa MORE – parecer favorável à prorrogação, com extensão de horas, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a ABC Táxi Aéreo S.A., tendo como objeto a manutenção preventiva e corretiva da aeronave Xingu – parecer favorável à prorrogação, com redefinição de serviços a serem executados, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Holdline Tecnologia e Sistemas Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de instalação e manutenção de software de espera telefônica personalizada – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Coordenação de Relações Públicas e Cerimonial, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina o seguinte ato: aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 4/5/09, o servidor José Loredo Rocha, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 8 de junho e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 8 de junho de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues.

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 8/6/2009

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Hely Taquínio, 2º-Secretário e Sargento Rodrigues, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma a seguinte decisão: "A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o art. 79, X, c/c o art. 53, do Regimento Interno e: Considerando os termos da comunicação do TSE (Mensagem nº 39/2009/SEPROCI/CPRO/SJD), que encaminha decisão que tornou sem efeito medida liminar garantidora da manutenção do mandato da Deputada Maria Lúcia Soares de Mendonça; Considerando que, com a nova decisão do TSE, voltou a prevalecer, com todos os seus efeitos, o acórdão exarado pelo TRE-MG nas Representações 4.804 e 4.809/2006, que cassou o diploma e o mandato da Deputada Maria Lúcia Soares de Mendonça; Considerando que a Deputada, notificada, apresentou defesa que não trouxe aos autos elementos que pudessem afastar a prevalência da decisão da Justiça Eleitoral, cuja impugnação foi efetuada mediante recurso não possuidor de efeito suspensivo (art. 257 do Código Eleitoral); Considerando que parecer oferecido pelo Deputado José Henrique, 2º-Vice-Presidente, à Mesa da Assembleia abordou todos os aspectos relevantes no caso em pauta e concluiu pela perda do mandato da Deputada Maria Lúcia Soares de Mendonça, em cumprimento às regras constitucionais e regimentais, decide: Art. 1º - Fica declarada a perda do mandato da Deputada Maria Lúcia Soares de Mendonça, nos termos do § 2º do art. 53 do Regimento Interno. Art. 2º - Esta decisão entra em vigor na data de sua publicação. Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 8 de junho de 2009". Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Maxsys Brasil Comércio e Serviços Ltda., tendo como objeto a locação de duas copiadoras impressoras a laser/led, inclusa a prestação de manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de insumos e peças de reposição – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Artebrilho Multiserviços Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços contínuos de condutores de veículos automotores – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Escola Estadual Padre José Venâncio, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis – parecer favorável, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 15 de junho e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 15 de junho de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues.

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 15/6/2009

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Hely Taquínio, 2º-Secretário e Sargento Rodrigues, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, através da Deliberação nº 2.446/2009, disciplina a aplicação de verba indenizatória em razão de atividade inerente ao exercício do mandato parlamentar. Isso posto, por meio da Deliberação da Mesa nº 2.447/2009, é acrescentado o art. 42-A à Deliberação da Mesa nº 2.432, de 8 de setembro de 2008, que dispõe sobre o Sistema de Carreira dos Servidores da Secretaria da Assembleia Legislativa. A seguir, a Mesa decide regulamentar a apresentação e análise da documentação comprobatória de despesas reembolsáveis por meio de verba indenizatória, considerando o disposto na Deliberação da Mesa nº 2.446/2009. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Contato Produções e Radiodifusão Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção corretiva, preventiva e assistência técnica em sistemas de captação e retransmissão de sinais de áudio e vídeo da TV Assembleia, instalados no interior do Estado de Minas Gerais, com fornecimento de peças e componentes – parecer favorável à retificação do preço global, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Rádio e TV, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; requerimento de natureza administrativa do Deputado Durval Ângelo – parecer favorável, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 22 e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 22 de junho de 2009.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 22/6/2009

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Hely Taquínio, 2º-Secretário e Sargento Rodrigues, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, através da Deliberação nº 2.448/2009, altera o Anexo I da Deliberação da Mesa nº 2.360, de 5 de outubro de 2005 e, por meio da Deliberação nº 2.449/2009, altera a Deliberação da Mesa nº 2.396, de 28 de maio de 2007, que contém o Regimento Interno da Comissão Permanente de Licitação e dispõe sobre a realização de licitações, incluindo a modalidade pregão e o Sistema de Registro de Preços, no âmbito da Assembleia Legislativa. Em prosseguimento, a Mesa edita as seguintes Deliberações: Deliberação da Mesa nº 2.540/2009 – acrescenta alínea ao inciso III do "caput" do art. 4º da Deliberação da Mesa nº 2.358, de 24 de maio de 2005, que dispõe sobre os procedimentos para a celebração e gestão de contratos no âmbito da Assembleia Legislativa; Deliberação da Mesa nº 2.541/2009 – altera dispositivos das Deliberações da Mesa nº 2.346, de 13 de agosto de 2004, e nº 2.399, de 9 de julho de 2007, que dispõem sobre os procedimentos necessários à celebração de transação judicial e adesão acordo extrajudicial para quitação dos débitos oriundos da conversão dos vencimentos, proventos e complementação de pensão em Unidade Real de Valor - URV. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Associação dos Moradores do Bairro São Vicente, do município de Santa Bárbara, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Pampulha Abastecimento de Aeronave Ltda., tendo como objeto o fornecimento de combustível para aviação – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 020/2009, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Stand Up Consultoria e Assessoria em Comunicação Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de assessoria e consultoria especializada em comunicação aos Deputados, assessores parlamentares, servidores da contratante e participantes de cursos de formação oferecidos pela Escola do Legislativo – parecer favorável à contratação, com inexigibilidade de licitação, com base no art. 25, II, da Lei Federal nº 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 29 e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 29 de junho de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues.

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 29/6/2009

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Hely Taquínio, 2º-Secretário e Sargento Rodrigues, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa referente ao mês de maio de 2009, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Fundhab, referente ao mês de maio de 2009, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova as prestações de contas dos Deputados referentes à aplicação, até 29/5/2009, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.331, de 30 de abril de 2003; 4ª) estabelece metodologia para cálculo de acessórios decorrentes da vantagem prevista no art. 4º da Lei nº 16.833/2007. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Qaly Nutri Refeições Coletivas Ltda. – ME, tendo como objeto o fornecimento de lanches – parecer favorável à contratação, oriunda do Processo Licitatório nº 19/2009, Pregão Eletrônico nº 19/2009, autorizando a despesa, considerando manifestações da Escola do Legislativo, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Mecnográfica & Laser Ltda., tendo como objeto a locação de uma máquina envelopadora, incluída a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, assistência técnica e fornecimento de cola – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao convênio celebrado entre esta Assembleia Legislativa, a Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais e a Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - Prodemge, tendo como objeto o estabelecimento de condições para o intercâmbio de técnicas e a cessão de dados entre as partes convenientes para a manutenção de uma base de dados de Legislação Mineira – parecer favorável à prorrogação, considerando manifestações da Gerência de Documentação e Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, tendo como objeto a prestação de serviços e de venda de produtos postais – parecer favorável à inclusão do Sistema de Postagem Eletrônica Corporativo – SPEC, sem custo ao valor já estimado no contrato original, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Município de Nova Era, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Associação Comunitária do Povoado de Capoeira Grande, do Município de Onça do Pitangui, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Microtécnica Cema Ltda., tendo como objeto a locação de um leitor/copiador de microfílm – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Pessoal, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Petrobras Distribuidora S.A., tendo como objeto o fornecimento de combustível para veículos utilizados pela contratante – parecer favorável à formalização da redução do preço do óleo diesel, em conformidade com o disposto no 6º termo aditivo da Ata de Registro de Preços nº 08/2008, considerando manifestações da Gerência de Reprografia e Transportes, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Artebrilho Multiserviços Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços gerais de vigia nas dependências da Casa – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Coordenação de Orientação e Segurança, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a HG Descontaminação Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de coleta, transporte, descarte e descontaminação de lâmpadas de descarga queimadas – parecer favorável à contratação, resultante do Processo Licitatório nº 15/2009, Coleta de Preços nº 15/2009, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; ao Deputado Doutor Viana, requerimento de natureza administrativa do Deputado Dinis Pinheiro – parecer favorável, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002,

combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: exonerando Renato Dantés Macedo do cargo em comissão de recrutamento limitado de Assessor, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; nomeando Maurício Machado de Castro para o cargo em comissão de recrutamento limitado de Assessor, do Quadro de Pessoal desta Secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 6 de julho e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 6 de julho de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues.

Ata da 19ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 2/9/2009

Às 10h4min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sávio Souza Cruz, Célio Moreira, Tiago Ulisses e Ronaldo Magalhães, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Célio Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a realização de audiência pública para discutir a situação dos moradores da Vila Paciência, localizada no Município de Itabira, devido à proximidade desse bairro com a Mina do Chacrinha, explorada pela empresa Vale. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir as Sras. Maria das Graças Carvalho Lima, Secretária de Ação Social do Município de Itabira, representando o Prefeito Municipal, Sr. João Izael Querino Coelho; Vereadora Martha Mousinho Gomes Barbosa, representando o Vereador Neidson Dias Freitas, Presidente da Câmara Municipal de Itabira; Brígida Linhares Lage Almeida, assessora do Presidente da Associação de Bairro da Vila Paciência; e os Srs. Gilberto Antônio Magalhães, Secretário Municipal de Meio Ambiente e Presidente do Codema; Rubens Vargas Filho, Coordenador de Relações Institucionais, representando o Sr. Marcelo Guimarães Fenelon, Diretor do Departamento de Ferrosos Sudeste da Vale; Marcial Antônio Peixoto de Mello, advogado dos moradores da Vila Paciência; José Eduardo dos Passos Guerra, Presidente da Associação de Bairro da Vila Paciência; Ângelo José dos Ramos e José Romão de Andrade, Diretores da Interassociação de Amigos de Bairros de Itabira, representando a Sra. Mônica Reis, Presidente da referida Associação, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Ronaldo Magalhães, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra ao Deputado Célio Moreira, que tece suas considerações, e aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.439/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento da Deputada Ana Maria Resende em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Rio Pardo de Minas para debater a exploração de minério de ferro no Norte do Estado, em especial no referido Município, bem como incentivos fiscais, logística, investimentos e outros. Em seguida, é recebido pela Presidência requerimento do Deputado Bráulio Braz em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária para discutir sobre a tributação incidente na produção de água mineral no Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e demais participantes pelas importantes informações prestadas à Comissão, agradece o comparecimento dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2009.

Sávio Souza Cruz, Presidente - Ronaldo Magalhães - Irani Barbosa.

Ata da 25ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE REDAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 28/10/2009

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ronaldo Magalhães, Dimas Fabiano, Ademir Lucas e Lafayette de Andrada (substituindo o Deputado Bráulio Braz, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ronaldo Magalhães, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Lafayette de Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.556/2008, 2.962 e 3.841/2009 (Deputado Ademir Lucas); e 3.149, 3.300 e 3.515/2009 (Deputado Lafayette de Andrada). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.841/2009, 2.556/2008 e 2.962/2009 (relator: Deputado Ademir Lucas); e 3.149, 3.300 e 3.515/2009 (relator: Deputado Lafayette de Andrada). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2009.

Bráulio Braz, Presidente - Ademir Lucas - Dimas Fabiano - Ronaldo Magalhães.

Ata da 4ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE CULTURA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 29/10/2009

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Gláucia Brandão declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a importância das Academias de Letras na promoção cultural do Estado e interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Murilo Badaró, Presidente da Academia Mineira de Letras; Cel. João Bosco de Castro, Presidente da Academia de Letras João Guimarães Rosa da Polícia Militar de Minas Gerais; Marco Aurélio Baggio, Presidente da Arcádia de Minas Gerais; da Sra. Sílvia de Lourdes Araújo Motta, Presidente do Clube Brasileiro da Língua Portuguesa; dos Srs. Mauro José de Moraes, Presidente da Academia Nevense de Letras, Ciências e Artes - Anelca -; Raimundo Alves de Jesus, Presidente da Academia Cordisburguesa de Letras Guimarães Rosa; e Douglas Carvalho Henrique, Presidente da Academia de Ciências e Letras do Município de Conselheiro Lafaiete, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidente, como autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2009.

Gláucia Brandão, Presidente.

Ata da 27ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis (substituindo o Deputado Chico Uejo, por indicação da Liderança do BPS) e os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Padre João, Sebastião Costa e Ademir Lucas (substituindo o Deputado Ronaldo Magalhães, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Fábio Avelar. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sebastião Costa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.852, 3.859, 3.862, 3.867, 3.875, 3.888 e 3.890/2009 (Deputado Gilberto Abramo); 3.843, 3.853, 3.856, 3.865, 3.866, 3.881, 3.886 e 3.896/2009 (Deputado Delvito Alves); 3.842, 3.845, 3.858, 3.873, 3.874, 3.893 e 3.897/2009 (Deputado Ronaldo Magalhães); 3.848, 3.851, 3.857, 3.864, 3.871, 3.880, 3.889 e 3.899/2009 (Deputado Sebastião Costa); 3.847, 3.849, 3.850, 3.869, 3.872, 3.879, 3.885 e 3.894/2009 (Deputado Chico Uejo); 3.844, 3.846, 3.860, 3.868, 3.870, 3.887 e 3.892/2009 (Deputado Padre João); 3.854, 3.855, 3.861 e 3.882/2009 (Deputado Dalmo Ribeiro Silva). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O relator, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicita, nos termos do § 3º do art. 136 do Regimento Interno, a distribuição de avulsos do parecer sobre a Mensagem nº 420/2009, em que conclui pelo desmembramento da proposição em dois projetos de lei que apresenta; e do parecer sobre o Projeto de Lei nº 3.653/2009, em que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposição com as Emendas nºs 1 a 3; e o relator, Deputado Sebastião Costa, solicita a distribuição de avulsos dos pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 3.864 e 3.857/2009, este na forma do Substitutivo nº 1. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 3.405/2009 com a Emenda nº 1 (relatora: Deputada Rosângela Reis, em virtude de redistribuição); 3.708/2009 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Padre João); 3.803 e 3.899/2009, este na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Sebastião Costa); 3.813/2009 (relator: Deputado Ademir Lucas, em virtude de redistribuição); 3.865/2009 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em virtude de redistribuição). São convertidos em diligência à Secretaria de Estado de Educação o Projeto de Lei nº 3.087/2009 (relator: Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição); à Secretaria de Estado de Saúde o Projeto de Lei nº 3.551/2009 (relator: Deputado Ademir Lucas, em virtude de redistribuição); à Cetec o Projeto de Lei nº 3.630/2009 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, ao Prefeito Municipal de Coração de Jesus e ao autor o Projeto de Lei nº 3.866/2009 (relatora: Deputada Rosângela Reis, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados os pareceres pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 1.982/2008 na forma do Substitutivo nº 1, 2.471 e 2.477/2008, ambos com a Emenda nº 1; 3.722, 3.822, 3.828 e 3.848/2009 (relator: Deputado Sebastião Costa); 2.437/2008 com a Emenda nº 1 (relatora: Deputada Rosângela Reis, em virtude de redistribuição); 2.470 e 2.476/2008 e 2.981/2009, todos com a Emenda nº 1, 3.758 e 3.843/2009 (relator: Deputado Delvito Alves); 2.472/2008 com a Emenda nº 1, 3.354, 3.838, 3.842, 3.849 e 3.859/2009 (relator: Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição); 3.806, 3.818, 3.829, 3.836/2009, este com a Emenda nº 1, e 3.861/2009 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 3.820, 3.824 e 3.827/2009, este com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Ademir Lucas, em virtude de redistribuição); 3.832, 3.844 e 3.846/2009, este com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Padre João); 3.835 e 3.847/2009, este com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em virtude de redistribuição). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos em que se solicita sejam baixados em diligência ao autor os Projetos de Lei nºs 3.831, 3.834, 3.853 e 3.860/2009. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de novembro de 2009.

Sebastião Costa, Presidente - Ademir Lucas - Gustavo Valadares - Padre João - Ronaldo Magalhães.

Ata da 20ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 3/11/2009

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adalclever Lopes, Délio Malheiros e Leonardo Moreira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Leonardo Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação na forma do vencido no 1º turno do Projeto de Lei nº 3.368/2009 (relator: Deputado Délio Malheiros) no 2º turno. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados: Délio Malheiros (2) em que solicita seja realizada audiência pública para debater denúncia veiculada na imprensa segundo a qual grandes lojas de departamento estariam comercializando planos de saúde; e reunião conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para debater a Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente - Conama -, que torna obrigatória a inspeção veicular para controle de emissão de gases poluentes; Weliton Prado em que solicita seja realizada visita técnica à Diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel -, em Brasília, para cobrar providências e a publicação de procedimentos para devolução aos consumidores dos valores pagos indevidamente nos últimos sete anos na conta de luz. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2009.

Adalclever Lopes, Presidente - Delvito Alves - Ronaldo Magalhães.

Ata da 29ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 4/11/2009

Às 9h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Fahim Sawan e Antônio Genaro, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fahim Sawan, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, denúncias de mortes ocorridas no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto, localizado nesta Capital, e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Antônio Paulino, detento da Penitenciária Francisco Floriano de Paula, solicitando ajuda desta Comissão para o seu processo criminal; Delson de Miranda Tolentino, Assessor de Relações Institucionais da Usiminas, justificando a ausência do Sr. Marco Antônio Castello Branco, Presidente da Usiminas, convidado para participar da reunião destinada a audiência pública realizada em 28/10/2009; Edgar Martins Pacheco, Diretor Fundador do Informativo Regional Bairros de Cataguases-MG, encaminhando exemplar do jornal referente ao mês de outubro de 2009, para conhecimento desta Comissão; e ofícios dos Srs. Cel. PM Cezar Romero Machado Santos, Corregedor da Polícia Militar, e Luiz Carlos Ferreira, Subcorregedor da Polícia Civil de Minas Gerais, publicados no "Diário do Legislativo" de 30/10/2009. A Presidência procede à leitura dos ofícios da Sra. Natália Nascimento Rodrigues, Diretora-Geral do Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto, em que presta informações sobre as detentas Flávia Helena Rocha de Figueiredo e Luciene de Souza Fernandes. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Marlene Alves de Almeida Silva, Ouvidora do Sistema Penitenciário, e os Srs. Guilherme Augusto de

Farias Soares, Superintendente de Atendimento ao Preso, representando o Sr. Genilson Ribeiro Zeferino, Subsecretário de Administração Prisional; Fábio Carlos de Oliveira, Subcorregedor da Secretaria de Estado de Defesa Social, representando a Sra. Luciana Nobre de Moura, Corregedora da referida Pasta; José Maria Marques, Presidente do Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária do Estado de Minas Gerais - Sindasp-MG -; Flávio Henrique Inácio Miranda, Vice-Presidente do Sindasp-MG; e Denilson Martins, membro da Executiva da Coordenação Intersindical, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência tece as considerações iniciais, registra a presença do Deputado Vanderlei Miranda e passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.839, 4.855, 4.857 e 4.858/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (7) em que solicita seja realizada visita ao Detran - MG, visando a obter esclarecimentos sobre a falsa denúncia de roubo ou furto do veículo de propriedade de Paulo César Ferreira e sobre como os impedimentos oriundos de denúncias anônimas relativas a roubos ou furtos de veículos são lançados no Sistema Integrado de Defesa Social - Sids -; seja encaminhada à Corregedoria da Polícia Militar, à Corregedoria-Geral da Polícia Civil e ao Ministério Público do Estado cópia das notas taquigráficas da reunião realizada em 29/10/2009, para tomada de providências com vistas à apuração das denúncias apresentadas por Paulo César Ferreira, referentes à perseguição policial e abuso de autoridade; seja encaminhado ao Comandante-Geral da Polícia Militar pedido de informações sobre as fichas funcionais dos policiais Washington Luiz Roque da Silva, Wemerson Barros Geremias, Cláudio Lopes Miguel e Berlinque Antônio Monteiro Cantelmo, do 33º BPM, e ao Chefe da Polícia Civil, pedido de informações sobre a ficha funcional de Cláudio Roberto Silva Reis, Agente de Polícia da 3ª Delegacia Regional de Betim; seja realizada reunião de audiência pública, com convidados que menciona, com vistas a debater o "Diagnóstico de Impactos de Grandes Projetos em Direitos Humanos", que teve como coordenador o Frei Rodrigo de Castro Amedeê Péret; seja realizada reunião de audiência pública, com convidados que menciona, para debater a situação dos quilombolas; seja solicitada ao Presidente desta Casa a distribuição do Projeto de Lei Complementar nº 45/2008, para a apreciação desta Comissão; seja encaminhada ao Chefe da Polícia Civil do Estado e ao Corregedor-Geral da Polícia Civil do Estado manifestação de aplauso pelo ato de exoneração de Cláudia Edna Calhau Andrade de seu cargo de Coordenadora do Núcleo de Gestão Prisional da Polícia Civil, em função de denúncias de envolvimento em irregularidades; Durval Ângelo e Carlin Moura em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública, com convidados que mencionam, para discutir a atuação da Polícia Militar e de segurança particulares na campanha salarial dos trabalhadores de Betim e Contagem; Vanderlei Miranda (4), em que solicita seja encaminhada à Secretaria de Defesa Social, ao Poder Judiciário, à Promotoria de Justiça da Comarca responsável pelo Município de São Joaquim de Bicas e ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ -, para tomada de providências, cópia do relatório sobre a visita realizada ao Presídio Regional de São Joaquim de Bicas; seja encaminhada a Genilson Ribeiro Zeferino, Subsecretário de Administração Prisional da Secretaria de Estado de Defesa Social - Seds, manifestação de aplauso pela transferência do detento Ivan Ronaldo Nápolis Silva do Presídio de São Joaquim de Bicas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2009.

Durval Ângelo, Presidente - Ruy Muniz - Antônio Carlos Arantes - Gláucia Brandão.

Ata da 28ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE SAÚDE na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 4/11/2009

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Pimenta, Doutor Rinaldo e Fahim Sawan, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Rinaldo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício da Assessoria de Relações Públicas e Cerimonial do Ministério da Saúde, comunicando que o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, irá homenagear o Deputado Carlos Mosconi, no dia 18/11/2009, com a Medalha de Mérito Oswaldo Cruz, na categoria Ouro, pelos relevantes serviços prestados à saúde pública brasileira. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.782/2009, em turno único (Deputado Fahim Sawan), e 2.366/2008, em 2º turno (Deputado Doutor Rinaldo). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.935/2008. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.817, 4.818, 4.828 a 4.832, 4.879, 4.895 e 4.899/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Carlos Pimenta, Doutor Rinaldo, Fahim Sawan e Ruy Muniz em que solicitam seja formulada manifestação de aplauso ao Deputado Carlos Mosconi pela homenagem recebida do Ministério da Saúde, que lhe concederá a Medalha de Mérito Oswaldo Cruz, na categoria Ouro, pelos relevantes serviços prestados à saúde pública brasileira. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2009.

Carlos Mosconi, Presidente - Carlos Pimenta - Doutor Rinaldo - Ruy Muniz.

Ata da 22ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 4/11/2009

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Rosângela Reis, Cecília Ferramenta e Maria Tereza Lara (substituindo o Deputado Ivair Nogueira, por indicação da Liderança do Bloco PMDB - PT - PCdoB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Cecília Ferramenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofício do Sr. Djalma Bastos de Moraes, Diretor-Presidente da Cemig (30/10/2009). A Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.378, 3.386, 3.644, 3.773, 3.798, 3.807, 3.812, 3.817, 3.819, 3.821 e 3.823/2009, em turno único (Deputada Cecília Ferramenta); 3.653/2009, no 1º turno, 3.820, 3.822, 3.824, 3.827, 3.832, 3.835, 3.836, 3.842, 3.843, 3.844, 3.847, 3.859 e 3.861/2009, em turno único (Deputado Ivair Nogueira). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 3.602/2009 com Emenda nº 1, 3.643, 3.744, 3.760, 3.762, 3.763, 3.769, 3.771 e 3.792/2009, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.833, 4.836, 4.837, 4.840, 4.841, 4.842, 4.843, 4.845, 4.846, 4.849, 4.850, 4.853, 4.854, 4.856, 4.896/2009. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.213, 3.359, 3.550, 3.566, 3.625, 3.631, 3.632, 3.633, 3.649, 3.650, 3.652, 3.655, 3.659, 3.671, 3.674, 3.675/2009. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2009.

Rosângela Reis, Presidente - Lafayette de Andrada - Padre João.

Ata da 11ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 4/11/2009

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Tenente Lúcio, Antônio Carlos Arantes, Antônio Genaro (substituindo este ao Deputado Fábio Avelar, por indicação da Liderança do BPS) e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o Deputado Eros Biondini, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Tenente Lúcio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Genaro, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.874, 4.877 e 4.878/2009. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2009.

Tenente Lúcio, Presidente - João Leite - Carlos Gomes.

Ata da 11ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 9/11/2009

Às 10h15min, comparecem no Salão Paroquial Máximo Ferreo, no Município de Santana do Paraíso, as Deputadas Cecília Ferramenta e Rosângela Reis (substituindo o Deputado Wander Borges, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Cecília Ferramenta, declara aberta a reunião e, nos termos regimentais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a política habitacional do Estado para o Município de Santana do Paraíso, em especial os impactos do leilão de moradias populares promovido pela empresa Minas Participações S.A - MGI - nos Bairros Águas Claras e Residencial Paraíso. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Joaquim Correia de Melo, Prefeito Municipal de Santana do Paraíso; Raimundo José de Almeida, Vice-Prefeito de Santana do Paraíso; Vereador Etevaldo José Dias, Presidente da Câmara Municipal de Santana do Paraíso; Ricardo Lopes Alvarenga, Gerente de Comercialização de Bens da Minas Participações S.A. - MGI -, representando o Diretor-Presidente, Ênio Pereira Botelho; Ranger Belizário Duarte, Consultor Jurídico da Prefeitura de Santana do Paraíso, representando a Procuradora-Geral dessa Prefeitura, Edna Luísa Fonseca Costa; Varley Cândido de Assis, Presidente da Associação de Moradores do Bairro Águas Claras; Albeni Martins Lisboa, Presidente da Associação de Moradores do Bairro Residencial Paraíso; José Carlos Mateus, Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Bairros Cava Grande e Baixa Verde; e Élio Arêdes Stóffel, Técnico de Habitação da Caixa Econômica Federal, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidente, na condição de autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença da Deputada Rosângela Reis, dos convidados e dos demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2009.

Cecília Ferramenta, Presidente - Doutor Ronaldo - Paulo Guedes - Wander Borges.

Ata da 28ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 10/11/2009

Às 9h31min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Padre João, Sebastião Costa e Ademir Lucas (substituindo o Deputado Ronaldo Magalhães, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Sargento Rodrigues e Carlos Gomes. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sebastião Costa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.959/2009 (Deputado Ademir Lucas); 3.902, 3.917, 3.922 e 3.927/2009 (Deputado Gilberto Abramo); 3.904, 3.907, 3.912, 3.918, 3.931, 3.932 e 3.933/2009 (Deputado Delvito Alves); 3.905, 3.909, 3.910, 3.919, 3.921, 3.924 e 3.937/2009 (Deputado Ronaldo Magalhães); 3.908, 3.911, 3.914, 3.925, 3.929 e 3.930/2009 (Deputado Chico Uejo); 3.901, 3.915, 3.923, 3.935 e 3.936/2009 (Deputado Padre João); 3.903, 3.913 e 3.926/2009 (Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 3.906, 3.916, 3.920, 3.928, 3.934, 3.960/2009 e Projeto de Lei Complementar nº 56/2009 (Deputado Sebastião Costa). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.885/2009, e, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.253/2009, este na forma do Substitutivo nº 1, (relator: Deputado Ademir Lucas, em virtude de redistribuição); 3.544, 3.875 e 3.880/2009, este com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Sebastião Costa, o segundo em virtude de redistribuição); e 3850/2009, este na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Padre João, em virtude de redistribuição). Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Sebastião Costa, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 56/2009 com as Emendas nºs 1 a 3, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Padre João. É convertido em diligência ao Departamento de Estradas e Rodagem - DER-MG - o Projeto de Lei nº 3.681/2009 (relator: Deputado Padre João). Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Padre João, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.761/2009, na forma do Substitutivo nº 1, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Sebastião Costa. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Ademir Lucas, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.959/2009, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Padre João. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 2.103/2008, 3.604 e 3.868/2009 (relator: Deputado Padre João, o primeiro em virtude de redistribuição); 3.379, 3.879, 3.894 e 3.629/2009 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva, os três primeiros em virtude de redistribuição); 3.867 e 3.896/2009, este com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Ademir Lucas, em virtude de redistribuição); 3.869, 3.893 e 3.897/2009, este na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição). É distribuído em avulso o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.960/2009 (relator: Deputado Sebastião Costa). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos em que se solicita sejam baixados em diligência ao autor os Projetos de Lei nºs 3.816, 3.833, 3.852 e 3.873/2009 e ao Departamento de Estradas e Rodagem - DER-MG - os Projetos de Lei nºs 3.934 e 3.862/2009. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, amanhã, dia 11/11/2009, às 10 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Ademir Lucas - Almir Paraca - Ruy Muniz.

Ata da 6ª Reunião Conjunta DAS COMISSÕES DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E DE MEMBROS DAS COMISSÕES PERMANENTES - § 1º DO ART. 204 DO REGIMENTO INTERNO - na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 10/11/2009

Às 9h35min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Jayro Lessa, Adelmo Carneiro Leão, Inácio Franco e Juarez Távora, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita ao membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Em seguida, comunica que estão abertos, até o dia 18/11/2009, os prazos para recebimento de emendas aos Projetos de Lei nºs 3.898 e 3.900/2009 e que foram prorrogados até o dia 27/11/2009 os prazos para o recebimento de emendas aos Projetos de Lei nºs 3.808 e 3.809/2009. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação é aprovado o parecer pela aprovação, no turno único, do Projeto de Lei nº 3.863/2009 (relator: Deputado Zé Maia). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião conjunta do dia 11/11/2009, às 9h45min, para apreciação do Parecer para o Turno Único do Projeto de Lei nº 3.742/2009, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2009.

Zé Maia, Presidente - Adelmo Carneiro Leão - Fábio Avelar - Juarez Távora - Lafayette de Andrada.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 9 horas do dia 14/11/2009, destinada à realização da Conferência Estadual de Comunicação.

Palácio da Inconfidência, 13 de novembro de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 9 horas do dia 15/11/2009, destinada à realização da Conferência Estadual de Comunicação.

Palácio da Inconfidência, 13 de novembro de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 16/11/2009, destinada a homenagear a construtora Mascarenhas Barbosa Roscoe - MBR - pelos seus 75 anos de fundação.

Palácio da Inconfidência, 13 de novembro de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Arantes, Carlos Gomes, Chico Uejo e Domingos Sávio, membros da supracitada Comissão, para a reunião destinada à realização de debate público, no dia 16/11/2009, às 13 horas, no Plenário desta Casa, com a finalidade de discutir a contribuição do Estado para a reforma do Código Florestal Brasileiro.

Sala das Comissões, 13 de novembro de 2009.

Vanderlei Jangrossi, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.354/2009

Relatório

De autoria do Deputado Doutor Viana, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Comercial e Industrial de Curvelo - Acic -, com sede no Município de Curvelo.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.354/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comercial e Industrial de Curvelo - Acic -, com sede no Município de Curvelo, que tem como finalidade defender os direitos e interesses dos seus associados.

Na consecução de suas metas, defende perante os poderes públicos e entidades privadas as reivindicações da classe que representa; proporciona-lhe assessoria técnica em assuntos de natureza econômica e jurídica; realiza palestras, seminários e cursos, além de propugnar pelo desenvolvimento econômico e social regional e pelo fortalecimento da livre empresa.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.354/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2009.

Tenente Lúcio, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.386/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação dos Artesãos de Camanducaia - Artecama -, com sede no Município de Camanducaia.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.386/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Artesãos de Camanducaia - Artecama -, com sede no Município de Camanducaia, que tem como finalidade contribuir para o fomento e a racionalização das explorações artesanais e das manufaturas caseiras e melhorar as condições de vida dos seus associados.

Na consecução de seus propósitos, promove atividades nas áreas econômicas, culturais e sociais, presta assistência à criança, ao adolescente, à gestante e ao idoso e combate a fome e a pobreza. Além disso, orienta sobre a preservação do meio ambiente, firma convênios com associações congêneres, autarquias federais, estaduais e municipais para subsidiar suas iniciativas e estimula a maior integração entre a classe dos artesãos.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.386/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2009.

Cecília Ferramenta, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.644/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Lafayette de Andrada, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Núcleo Comunitário Divino Espírito Santo do Bairro Boa Vista - NCBBV -, com sede no Município de Barbacena.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.644/2009 pretende declarar de utilidade pública o Núcleo Comunitário Divino Espírito Santo do Bairro Boa Vista - NCBBV -, com sede no Município de Barbacena, que tem como finalidade a melhoria da qualidade de vida da população local.

Para alcançar suas metas, implementa ações nas áreas da saúde, da educação, da cultura, do esporte e do lazer, combate a fome e a pobreza, ampara crianças e adolescentes carentes, facilita a inserção dos seus associados no mercado de trabalho e promove a habilitação de portadores de deficiência. Além disso, orienta sobre a preservação do meio ambiente, protege a família, a gestante, a criança, o adolescente e o idoso e incentiva a solidariedade e a integração entre seus associados e a comunidade, o que nos leva a considerar a entidade merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.644/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2009.

Cecília Ferramenta, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.801/2009

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública a Associação da Imprensa do Sul de Minas Gerais, com sede no Município de Caxambu.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.801/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação da Imprensa do Sul de Minas Gerais, com sede no Município de Caxambu, que possui como finalidade congregar órgãos e pessoas que atuam na área, defendendo seus interesses e direitos.

Na consecução de seus propósitos, promove encontros, seminários, congressos e conferências; desperta em seus associados os ideais e princípios fundamentais da fraternidade, concorrendo para a manutenção e a preservação da paz entre os homens, a família e a comunidade; oferece atividades nas áreas da educação, da cultura, do esporte e do lazer; mantém intercâmbio com entidades nacionais e internacionais para subsidiar suas iniciativas.

Esclareça-se que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem por finalidade dar nova redação ao art. 1º do projeto, para adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º do seu estatuto.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.801/2009, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2009.

Gustavo Valadares, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.822/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Serrinha, com sede no Município de Ouro Fino.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.822/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Serrinha, com sede no Município de Ouro Fino, que tem como finalidade promover obras e ações objetivando a melhoria da qualidade de vida da população local.

Dessa forma, desenvolve atividades culturais, sociais e econômicas; fortalece a união, a defesa e o direito das mulheres, buscando sua integração no mercado de trabalho; orienta sobre a preservação do meio ambiente e firma convênios com órgãos públicos e entidades privadas visando subsidiar suas iniciativas.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.822/2009 em turno único.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2009.

Ivair Nogueira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.836/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Juarez Távora, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Sociedade Beneficente Nosso Lar de Carvalhos, com sede nesse Município.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.836/2009 pretende declarar de utilidade pública a Sociedade Beneficente Nosso Lar de Carvalhos, com sede nesse Município, entidade sem fins econômicos, que tem por finalidade o atendimento humanitário, priorizando a assistência aos idosos carentes.

Envelhecer em um país com tantos problemas sociais, econômicos e estruturais constitui um grande desafio para as pessoas, para a sociedade e para o governo, tendo em vista a necessidade de se oferecerem condições qualificadas para o prolongamento da vida. Nesse contexto, quaisquer tentativas de resgatar a dignidade e o respeito aos idosos devem ser valorizadas.

Cabe ressaltar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão Constituição e Justiça, tem como finalidade adequar o nome da instituição ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.836/2009, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2009.

Ivair Nogueira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.849/2009

Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo

Relatório

De autoria do Deputado Sargento Rodrigues, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Vendedores Ambulantes de Padre Paraíso, com sede no Município de Padre Paraíso.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.849/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Vendedores Ambulantes de Padre Paraíso, com sede no Município de Padre Paraíso, que possui como finalidade primordial promover o desenvolvimento técnico e econômico de seus associados e colaboradores.

Conforme consta em seu estatuto, a entidade presta serviços que possam contribuir para o fomento e a racionalização da produção e da comercialização de seus produtos; empreende a defesa, perante o poder público e onde quer que se faça necessário, dos direitos e das reivindicações de seus associados; além de propugnar pelo desenvolvimento regional e pelo fortalecimento do setor.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.849/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2009.

Tenente Lúcio, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.859/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Domingos Sávio, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Loja Maçônica Caminho das Oliveiras nº 3.694, com sede no Município de Alpinópolis.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.859/2009 pretende declarar de utilidade pública a Loja Maçônica Caminho das Oliveiras nº 3.694, com sede no Município de Alpinópolis, que tem como finalidade a prática de atividades filantrópicas, particularmente voltadas para a assistência social aos despossuídos.

Procura, no incentivo à paz e à harmonia, a consolidação da ética, da cidadania e dos direitos humanos. Acreditando que reside na instrução os pilares da democracia e da evolução sadia da humanidade, apoia as iniciativas vinculadas ao implemento da educação e da cultura.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.859/2009 em turno único.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2009.

Ivair Nogueira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.896/2009

Comissão de Segurança Pública

Relatório

De autoria do Deputado Mauri Torres, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Viçosa, com sede no Município de Viçosa.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.896/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Viçosa - Apac - Viçosa -, com sede no Município de Viçosa, entidade sem fins lucrativos, que tem por escopo atuar como parceira da Justiça na promoção dos direitos humanos, defesa da cidadania e outros valores universais.

O trabalho desenvolvimento pela entidade, voltado para os condenados e detentos, objetiva a assistência social, a promoção humana, a educação e a cultura, buscando possibilitar sua recuperação e inserção na sociedade, bem como a diminuição dos índices de criminalidade na região.

Ressalte-se que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como finalidade acrescentar, no art. 1º, o Município sede da entidade.

Por sua atividade de significativa importância, acreditamos ser a Apac-Viçosa merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.896/2009, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 13 de novembro de 2009.

Tenente Lúcio, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.960/2009

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

Por intermédio da Mensagem nº 420/2009, o Governador do Estado enviou a esta Casa a proposição que dá denominação aos prédios públicos e ao auditório da Cidade Administrativa Presidente Tancredo de Almeida Neves, localizada no Município de Belo Horizonte, e altera a Lei nº 13.408, de 21/12/99.

A proposição foi publicada no "Diário do Legislativo" de 16/10/2009 e encaminhada a esta Comissão de Constituição e Justiça para desmembramento em proposições específicas, nos termos do § 5º do art. 173 do Regimento Interno.

Em decorrência do desmembramento, o projeto de lei em epígrafe, que dá denominação aos prédios públicos e ao auditório da Cidade Administrativa Presidente Tancredo de Almeida Neves, localizada no Município de Belo Horizonte, foi publicado no diário oficial em 7/11/2009 e distribuído às Comissão de Constituição e Justiça e de Administração Pública.

Vem agora a este órgão colegiado a fim de ser examinado preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, nos termos dos arts. 188 e 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.960/2009 tem por finalidade dar denominação aos prédios públicos e ao auditório da Cidade Administrativa Presidente Tancredo de Almeida Neves, localizada no Município de Belo Horizonte.

Nos termos da proposição, os prédios destinados à sede do Poder Executivo e ao auditório na Cidade Administrativa recebem a denominação de Palácio Tiradentes e Auditório Presidente Juscelino Kubitschek. Já o Prédio I e Prédio II, localizados na porção nordeste da Cidade Administrativa, recebem a denominação de Minas e Gerais, respectivamente.

No que se refere à competência normativa, as matérias que só podem ser reguladas pela União, de interesse nacional, estão enumeradas no art. 22 da Constituição da República. As que cabem ao Município, por sua vez, estão previstas no art. 30, que lhe assegura a prerrogativa de editar normas sobre assuntos de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual, para atender às suas peculiaridades. Para o Estado membro, a regra básica está consagrada no § 1º do art. 25, que lhe faculta tratar das matérias que não se enquadram no campo privativo da União ou do Município.

À luz dos dispositivos mencionados, a denominação de próprios públicos não constitui assunto de competência privativa da União ou do Município, podendo ser objeto de disciplinamento jurídico por parte do Estado membro.

No plano infraconstitucional, a Lei Estadual nº 13.408, de 1999, estabelece as condições para se dar nome aos próprios do Estado. Segundo suas normas, é competência do Legislativo dispor sobre a matéria e a escolha deve recair em nome de pessoa falecida que se tenha destacado por notórias qualidades e relevantes serviços prestados à coletividade. Nada impede, todavia, que a denominação recaia em outros nomes que guardem pertinência e estejam relacionados a fatos, eventos ou valores históricos e culturais do Estado, como ocorre com a denominação que a proposição pretende dar ao prédios localizados na porção nordeste da Cidade Administrativa - Minas e Gerais.

Ademais, a Carta mineira, no art. 66, não inseriu o assunto no domínio da iniciativa reservada à Mesa da Assembleia ou aos titulares do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas ou do Ministério Público, sendo adequada a apresentação do projeto pelo Chefe do Poder Executivo, a quem cabe a organização da administração pública.

Conclusão

Em vista do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 3.960/2009.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Sebastião Costa, relator - Ademir Lucas - Almir Paraca - Fábio Avelar.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar Nº 53/2009

(Nova redação, nos termos do § 1º do art. 138 do Regimento Interno)

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Governador do Estado e encaminhado a esta Casa por meio da Mensagem nº 376/2009, o projeto de lei complementar em epígrafe altera a Lei nº 5.301, de 16/10/69, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, e a Lei Complementar nº 95, de 17/1/2007, que altera essa lei.

A Comissão de Constituição e Justiça opinou pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria com as Emendas nºs 1 a 12, que apresentou. Em seguida, foi o projeto encaminhado à Comissão de Administração Pública, que, em sua análise do mérito, opinou pela aprovação da matéria com as Emendas nºs 1 a 12, apresentadas pela Comissão de Constituição e Justiça, e com as Emendas nºs 13 a 25, que apresentou. Adicionalmente, a Comissão de Administração Pública apresentou as Subemendas nºs 1 e 2 à Emenda nº 2, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Durante as discussões foram apresentadas propostas de emendas ao Substitutivo nº 1 que, aprovadas pela Comissão, ensejaram nova redação do parecer, nos termos do § 1º do art. 138 do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise trata principalmente sobre o Adicional de Desempenho - ADE - para o militar da ativa, vantagem pecuniária cuja concessão é baseada na produtividade, na conduta disciplinar e no aprimoramento profissional. Para tanto, à proposição acrescenta, por meio do seu art. 1º, os arts. 59-A, 59-B, 59-C, 59-D e 59-E ao Estatuto dos Militares, Lei nº 5.301, de 1969.

O Governador, em sua justificação, destaca que o ADE e a Avaliação de Desempenho Individual - ADI - têm como finalidade alcançar a efetividade na atuação do profissional de defesa social, o fortalecimento da disciplina e a valorização do ensino nas instituições. Além disso, ressalta que o ADE deve ser aplicado aos integrantes das instituições militares estaduais levando-se em consideração suas condições especiais, pois essas instituições são estruturadas com base na hierarquia e na disciplina.

O ADE no âmbito do Poder Executivo foi instituído pela Lei nº 14.693, de 2003, mas a regulamentação da concessão aos integrantes das instituições militares do Estado ocorreu apenas em 8/9/2008, por meio do Decreto nº 44.889, de 2008. Dessa forma, desde o final de 2008, o ADE já é aplicável aos militares. Ressaltamos que o projeto em tela, atendendo exigência do art. 39 da Constituição Estadual, busca atualizar o Estatuto dos Militares, inserindo nele o ADE e a ADI, com algumas inovações.

A proposta tem embasamento na Constituição do Estado, especialmente no art. 31, que prevê o pagamento do ADE como forma de valorizar o servidor público e de estimular a sua produtividade e a sua eficiência no desempenho de suas funções.

Em sua análise, a Comissão de Constituição e Justiça informa que o projeto não encontra óbice a sua tramitação, pois o art. 66 da Constituição do Estado atribui ao Governador do Estado a iniciativa privativa para propor leis versando sobre a fixação da remuneração dos cargos e funções públicas da administração direta, autárquica e fundacional, observados os parâmetros da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Adicionalmente, destacou em seu parecer que a proposição em exame também deve adequar-se à Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF -, Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, pois a implementação das medidas nela consignadas acarretará aumento de despesa com pessoal. Buscando aprimorar a proposição à técnica legislativa e promover adequações no Estatuto dos Militares, a referida Comissão apresentou as Emendas nºs 1 a 12.

A Comissão de Administração Pública, em sua análise de mérito, ressaltou a importância da proposição e destacou que "ganham o poder público, no cumprimento do seu dever constitucional, e a coletividade, com a garantia da segurança pública". Essa Comissão, buscando aprimorar o Estatuto dos Militares, apresentou as Emendas nºs 13 a 25 e as Subemendas nºs 1 e 2 à Emenda nº 2, da Comissão de Constituição e Justiça.

Passamos agora a nossa análise do projeto em tela.

Destacamos que a LRF estabelece limites para os gastos com despesa com pessoal nos arts. 19 e 20. No caso do Poder Executivo Estadual, esse limite é de 49% da Receita Corrente Líquida - RCL. Já o art. 16 da LRF exige que qualquer ato que acarrete aumento de despesa seja acompanhado da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deve entrar em vigor e nos dois exercícios subsequentes.

O projeto original encaminhado pelo Governador, conforme já mencionado, busca atualizar o Estatuto dos Militares, inserindo nele o ADE e a ADI, instrumentos já criados por meio do Decreto nº 44.889, de 2008. O Ofício nº 755/2009, encaminhado a esta Casa pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, apresenta relatório contendo dados sobre o impacto orçamentário-financeiro do pagamento do ADE aos militares. Conforme esse documento, a concessão do pagamento do ADE aos militares da Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG - de 2007 a 2010 será de R\$45,216 milhões e aos militares do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais - CBMMG - será de R\$4,979 milhões.

De acordo com dados extraídos do Armazém Siafi em 29/10/2009, a execução orçamentária regulamentada pelo § 2º do art. 18 da LRF até o mês de setembro indica que a despesa com pessoal do Poder Executivo encontra-se dentro do limite prudencial de 46,55% da RCL definido no parágrafo único do art. 22 da LRF. Destacamos que a RCL de R\$38,9 bilhões, estimada para o corrente ano na Lei Orçamentária Anual - LOA -, não vem se realizando devido à crise financeira internacional. Segundo dados divulgados pela Secretaria de Estado de Fazenda, a RCL dos 12 últimos meses foi de R\$28,65 bilhões. Porém, como o ADE já foi implementado e já é pago pelo Poder Executivo, a proposta original não cria novas despesas, apenas atualiza o Estatuto dos Militares. Por esse motivo, as limitações impostas pela LRF não se aplicam. Dessa forma, o projeto em tela atende às exigências legais impostas pelo ordenamento jurídico.

Em relação às emendas apresentadas, é necessária uma análise mais detalhada sobre elas.

As Emendas nºs 1 a 5, 8, 13, 14, 17, 19 a 23 e 25 e a Subemenda nº 1 à Emenda nº 2 buscam aprimorar a proposição quanto à técnica legislativa e atender à emenda do Governador encaminhada por meio da Mensagem nº 397/2009. Dessa forma, entendemos que devem ser acolhidas. Ressaltamos que as Emendas nºs 8, 21, 22 e 25 carecem de ajustes para melhor atender a técnica legislativa, o que foi feito no Substitutivo nº 1.

A Emenda nº 6 trata do crime de deserção. A matéria já está normalizada pela Lei Complementar nº 95, de 2007, razão pela qual deixamos de acolhê-la.

Parte da Emenda nº 7 pretende revogar os incisos III e IX do art. 203 da Lei nº 5.301, de 1969, para possibilitar que o militar concorra à promoção mesmo se estiver "sub judice" ou submetido a processo administrativo. Entretanto, o § 2º desse artigo já permite que o militar concorra à promoção nestes casos, razão pela qual deixamos de acatá-la integralmente, mantendo apenas a revogação do inciso VIII do art. 203 do Estatuto dos Militares.

As Emendas nºs 9, 11 e 12 e a Subemenda nº 2 à Emenda nº 2 alteram a jornada horária semanal de trabalho, as normas de promoção na carreira e criam abono a ser pago aos militares inativos. As medidas propostas aumentam os gastos com despesa de pessoal, gerando impacto financeiro ao Orçamento do Estado. Conforme jurisprudência pacificada do Supremo Tribunal Federal - STF - (vide Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI - 2.791/PR, ADI 4.062MC/SC, ADI 2.113/MG), é inconstitucional emenda parlamentar a projeto de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo que resulta em aumento de despesa, afrontando o art. 63, I, combinado com o art. 61, §1º, II, "f", da Constituição Federal. Por esse motivo, essas emendas devem ser rejeitadas.

Deixamos de acatar a Emenda nº 10 por seu conteúdo já estar abrangido pela Emenda nº 25.

Acolhemos a Emenda nº 15, que regulamenta a jornada de trabalho dos militares, dando garantia de contagem de dia de serviço quando

intimados em processo administrativo ou judicial.

A Emenda nº 16 pretende autorizar médico particular a presenciar procedimento médico pericial da Junta Central de Saúde. Destacamos que não há óbice legal a esse procedimento, razão pela qual se torna desnecessário o seu acolhimento.

Acatamos a Emenda nº 18 por considerarmos que propõe um avanço importante do direito das mulheres, todavia excluímos dela as militares do quadro de oficiais de saúde por já gozarem de uma contagem de tempo diferenciada.

A Emenda nº 24 busca estabelecer mecanismo de compensação para o militar definitivamente incapacitado para o exercício da função em face de acidente em serviço ou de moléstia profissional, promovendo-o à graduação imediata. Deixamos de acatá-la por entendermos que o militar, nessas condições, faz jus a um Auxílio-Invalidez.

Finalmente, acatamos a Emenda nº 18, apresentada pelo Deputado Sargento Rodrigues e não acolhida pela Comissão de Administração Pública, que garante o parecer prévio da AGE aos recursos encaminhados ao Governador.

Em vista dessas considerações, entendemos que o projeto original com as Emendas nºs 1 a 5, 8, 13 a 15, 17 a 23 e 25 e a Subemenda nº 1 à Emenda nº 2 deve prosperar nesta Casa. Dessa forma, buscando atender à técnica legislativa, dando forma adequada à matéria, apresentamos o Substitutivo nº 1. Já as Emendas nºs 9, 11, 12 e a Subemenda nº 2 à Emenda nº 2, que geram impactos financeiros ao Orçamento, devem ser rejeitadas por vício de iniciativa, e as Emendas nºs 6, 7, 10, 16 e 24 devem ser rejeitadas por atentarem contra a técnica legislativa e o interesse público.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 53/2009 na forma do Substitutivo nº 1, que apresentamos, e pela rejeição das Emendas nºs 6, 7, 9, 10, 11 e 12, da Comissão de Constituição e Justiça, e das Emendas nºs 16 e 24 e da Subemenda nº 2 à Emenda nº 2, da Comissão de Administração Pública.

Com a aprovação do Substitutivo nº 1, ficam prejudicadas as Emendas nºs 1 a 5 e 8, da Comissão de Constituição e Justiça, as Emendas nºs 13 a 15, 17 a 23 e 25 e a Subemenda nº 1 à Emenda nº 2, da Comissão de Administração Pública.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Altera a Lei nº 5.301, de 16 de outubro de 1969, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, e a Lei Complementar nº 95, de 17 de janeiro de 2007.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - A Lei nº 5.301, de 16 de outubro de 1969, fica acrescida dos seguintes arts. 59-A, 59-B, 59-C e 59-D:

"Art. 59-A - O Adicional de Desempenho - ADE - constitui vantagem remuneratória, concedida mensalmente ao militar que tenha ingressado nas instituições militares estaduais após a publicação da Emenda à Constituição nº 57, de 15 de julho de 2003, ou que tenha feito a opção prevista no art. 115 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Estado, e que cumprir os requisitos estabelecidos no art. 59-B.

§ 1º - O valor do ADE será determinado a cada ano, levando-se em conta o número de Avaliações de Desempenho Individual - ADIs - satisfatórias obtidas pelo militar, nos termos desta lei.

§ 2º - O militar da ativa, ao manifestar a opção de que trata o "caput", fará jus ao ADE a partir do exercício subsequente, observados os requisitos previstos nesta lei.

§ 3º - A partir da data da opção pelo ADE, não serão concedidas novas vantagens por tempo de serviço ao militar, asseguradas aquelas já concedidas.

§ 4º - O militar poderá utilizar o período anterior à sua opção pelo ADE, que será considerado de desempenho satisfatório, salvo o período já computado para obtenção de adicional por tempo de serviço na forma de quinquênio.

§ 5º - O somatório de percentuais de ADE e de adicionais por tempo de serviço na forma de quinquênio ou trintenário não poderá exceder a 90% (noventa por cento) da remuneração básica do militar.

Art. 59-B - São requisitos para a obtenção do ADE:

I - a estabilidade do militar, nos termos do art. 7º; e

II - o número de resultados satisfatórios obtidos pelo militar na ADI.

§ 1º - Para fins do disposto no inciso II do "caput", considera-se satisfatório o resultado igual ou superior a 70% (setenta por cento).

§ 2º - O período anual considerado para aferição da ADI terá início no dia e mês do ingresso do militar nas instituições militares estaduais ou de sua opção pelo ADE.

§ 3º - Na ADI serão considerados como fatores de avaliação:

I - a Avaliação Anual de Desempenho e Produtividade - AADP;

II - o conceito disciplinar; e

III - o treinamento profissional básico.

§ 4º - A regulamentação da ADI, no que se refere aos incisos I e III do § 3º, poderá ser delegada ao Comandante-Geral da instituição militar estadual.

Art. 59-C - Os valores máximos do ADE correspondem a um percentual da remuneração básica do militar, estabelecido conforme o número de desempenhos satisfatórios por ele obtidos na ADI, assim definidos:

I - para três desempenhos satisfatórios: 6% (seis por cento);

II - para cinco desempenhos satisfatórios: 10% (dez por cento);

III - para dez desempenhos satisfatórios: 20% (vinte por cento);

IV - para quinze desempenhos satisfatórios: 30% (trinta por cento);

V - para vinte desempenhos satisfatórios: 40% (quarenta por cento);

VI - para vinte e cinco desempenhos satisfatórios: 50% (cinquenta por cento);

VII - para trinta desempenhos satisfatórios: 60% (sessenta por cento).

§ 1º - O valor do ADE a ser pago ao militar será calculado por meio da multiplicação do percentual de sua remuneração básica definido nos incisos I a VII do "caput" pela centésima parte do resultado obtido na ADI no ano de cálculo do ADE.

§ 2º - O servidor que fizer jus à percepção do ADE continuará percebendo o adicional no percentual adquirido, até atingir o número de resultados satisfatórios de ADI necessários para alcançar o nível subsequente definido nos incisos do "caput" deste artigo.

§ 3º - O valor do ADE percebido pelo militar não será cumulativo, devendo substituir o valor do ADE apurado anteriormente.

§ 4º - O militar que não for avaliado por estar totalmente afastado por mais de cento e vinte dias de suas atividades devido a problemas de saúde terá o resultado de sua ADI fixado em 70% (setenta por cento), enquanto perdurar esta situação.

§ 5º - Se o afastamento previsto no § 4º for decorrente de acidente de serviço ou moléstia profissional, o militar permanecerá com o resultado da sua última ADI, se este for superior a 70% (setenta por cento).

§ 6º - Ao militar afastado parcialmente do serviço, dispensado por problemas de saúde, serão asseguradas, pelo Comandante-Geral da instituição militar estadual, condições especiais para a realização da ADI, observadas suas limitações.

§ 7º - O militar, afastado do exercício de suas funções por mais de cento e vinte dias, contínuos ou não, durante o período anual considerado para a ADI, não será avaliado quando o afastamento for devido a:

I - licença para tratar de interesse particular, sem vencimento;

II - ausência, extravio ou deserção;

III - privação ou suspensão de exercício de cargo ou função, nos casos previstos em lei;

IV - cumprimento de sentença penal ou de prisão judicial, sem exercício das funções;

V - exercício de cargo público civil temporário.

Art. 59-D - O militar ao ser transferido para a inatividade, terá incorporado aos seus proventos o ADE correspondente a um percentual da sua remuneração básica, estabelecido conforme o número de desempenhos satisfatórios por ele obtidos nas ADIs, respeitados os seguintes percentuais máximos:

I - para trinta resultados satisfatórios: até 70% (setenta por cento);

II - para vinte e nove resultados satisfatórios: até 66% (sessenta e seis por cento);

III - para vinte e oito resultados satisfatórios: até 62% (sessenta e dois por cento);

IV - para vinte e sete resultados satisfatórios: até 58% (cinquenta e oito por cento);

V - para vinte e seis resultados satisfatórios: até 54% (cinquenta e quatro por cento).

§ 1º - O valor do ADE a ser incorporado aos proventos do militar na sua transferência para a inatividade, será calculado por meio da multiplicação do percentual definido nos incisos I a V do "caput" pela centésima parte do resultado da média aritmética simples das ADIs satisfatórias obtidas durante sua carreira.

§ 2º - Para fins de incorporação aos proventos dos militares que não alcancem o número de resultados satisfatórios definidos nos incisos I a V do "caput", o valor do ADE será calculado pela média aritmética das últimas sessenta parcelas do ADE percebidas anteriormente à sua transferência para a inatividade ou à instituição da pensão."

Art. 2º - O § 1º do art. 145, o § 8º do art. 184, o § 6º do art. 213 e o art. 220 da Lei nº 5.301, de 1969, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 145 - (...)

§ 1º - O militar estável e interditado judicialmente por mais de dois anos será reformado com proventos proporcionais, salvo na situação prevista no inciso III do art. 96, comprovada mediante laudo da Junta Militar de Saúde.

(...)

Art. 184 -

(...)

§ 8º - Para definição da quantidade de militares existentes nas turmas, serão computados os Oficiais que preencherem o requisito previsto no inciso III do art. 186.

(...)

Art. 213 - (...)

§ 6º - Para a definição da quantidade de militares existentes nas turmas, serão computadas as praças que preencherem o requisito previsto no art. 210.

(...)

Art. 220 - A praça da ativa, ao completar trinta anos de serviço, desde que conte, pelo menos, vinte anos de efetivo exercício na IME, será promovida à graduação imediata ou, sendo Subtenente, ao posto de Segundo Tenente, se tiver um ano de exercício na graduação, quando de sua transferência para reserva, observados os incisos I e IV do art. 186; e não se enquadrar nas situações previstas no art. 203 desta lei."

Art. 3º - O art. 15 da Lei Complementar nº 95, de 17 de janeiro de 2007, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 15 - (...)

Parágrafo único - Na promoção à graduação de 1º-Sargento, o prazo previsto no inciso II do art. 210, da Lei nº 5.301, de 1969, com a redação dada por esta lei, poderá ser reduzido a dois anos."

Art. 4º - Fica acrescentada ao inciso I do art. 59 da Lei nº 5.301, de 1969, a seguinte alínea "e":

"Art. 59 - (...)

e) Adicional de Desempenho - ADE -;".

Art. 5º - O inciso VI do art. 186 da Lei nº 5.301, de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 186 - (...)

VI - resultado igual ou superior a 60%(sessenta por cento) na Avaliação Anual de Desempenho e Produtividade - AADP."

Art. 6º - O inciso IX do art. 203 da Lei nº 5.301, de 1969, fica acrescido da seguinte alínea "f" e o § 4º do art. 203 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 203 - (...)

IX - (...)

f) estiver preso à disposição da justiça.

§ 4º - As restrições previstas no inciso IX não se aplicam a militar quando decorrentes de ação militar legítima, verificada em inquérito ou auto de prisão em flagrante."

Art. 7º - O art. 26 da Lei nº 5.301, de 1969, passa a vigorar acrescido dos seguintes inciso IX e parágrafo único:

"Art. 26 - (...)

IX - extensão da licença-maternidade concedida à militar e à bombeiro militar.

Parágrafo único - O direito a que se refere o inciso IX do "caput" fica condicionado à concessão de igual benefício à servidora pública civil do Poder Executivo."

Art. 8º - O "caput" do art. 204 da Lei nº 5.301, de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 204 - O oficial da ativa, ao completar trinta anos de serviço, desde que conte, pelo menos, vinte anos de efetivo serviço na IME, será promovido ao posto imediato, se tiver um ano de efetivo serviço no posto, quando de sua transferência para reserva, observados os incisos I e IV do art. 186, e não se enquadrar nas situações previstas no art. 203 desta lei."

Art. 9º - A Lei nº 5.301, de 1969, fica acrescida do seguinte art. 240-C:

"Art. 240-C - Considera-se consumada a deserção prevista no art. 240-A no nono dia de ausência do militar, sem licença, da unidade em que serve ou do lugar em que deve permanecer."

Art. 10 - O "caput" do art. 214 da Lei nº 5.301, de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 214 - A promoção por tempo de serviço é devida ao Soldado de 1ª Classe que tenha, no mínimo, dez anos de efetivo serviço e ao Cabo que tenha, no mínimo, dez anos de efetivo serviço na mesma graduação, observado o previsto nos incisos I, II e IV do "caput" do art. 186, nos arts. 187, 194, 198 e nos incisos I, II, III, IV, V, VI, VII e IX do "caput" e nos parágrafos do art. 203."

Art. 11 - O § 4º do art. 223 da Lei nº 5.301, de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 223 - (...)

§ 4º - Das decisões do Comandante-Geral caberá recurso ao Governador do Estado, cuja decisão poderá ser precedida de parecer da Advocacia-Geral do Estado."

Art. 12 - O art. 136 da Lei nº 5.301, de 1969, passa a vigorar acrescido do seguinte § 13:

"Art. 136 - (...)

§ 13 - A policial militar e a bombeiro militar poderão requerer sua transferência para a reserva remunerada aos vinte e cinco anos de efetivo serviço, excluídas as integrantes do quadro de oficiais de saúde, aplicando-se o disposto no artigo 204 e 220."

Art. 13 - A Lei nº 5.301, de 1969, fica acrescida do seguinte art. 221-A:

"Art. 221-A - Os conceitos emitidos pela Comissão de Promoções dos Oficiais - CPO - e pela Comissão de Promoções das Praças - CPP - serão fundamentados."

Art. 14 - A Lei nº 5.301, de 1969, fica acrescida do seguinte art. 240-D:

"Art. 240-D - Fica o Poder Executivo autorizado a reduzir para vinte horas semanais a jornada de trabalho do militar legalmente responsável por pessoa com deficiência."

Art. 15 - O art. 44 da Lei Delegada nº 37, de 1989, fica acrescido dos seguintes §§ 1º e 2º:

"Art. 44 - (...)

§ 1º - Ao militar que for reformado em função de invalidez permanente, considerado incapaz para o exercício de quaisquer serviços de natureza policial-militar ou bombeiro- militar, em consequência de acidente no desempenho de suas funções ou de ato por ele praticado no cumprimento do dever profissional, é assegurado o pagamento mensal de auxílio-invalidez, de valor igual ao seu posto ou graduação, incorporado ao seu provento para todos os fins.

§ 2º - Fica garantido o auxílio previsto no parágrafo anterior aos militares que se encontram nas condições previstas nele, na data da promulgação desta lei."

Art. 16 - O inciso I do art. 59 da Lei nº 5.301, de 1969, fica acrescido da seguinte alínea "f":

"Art. 59 - (...)

f) Auxílio-Invalidez;"

Art. 17 - O § 3º do art. 1º da Lei Complementar nº 76, de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 3º - O militar colocado à disposição de entidade associativa, nos termos desta lei, ficará agregado ao seu quadro de origem, e, enquanto permanecer nessa situação, computar-se-á o tempo de serviço para fins de transferência para a reserva."

Art. 18 - A Lei nº 5.301, de 16 de outubro de 1969, fica acrescida do seguinte art. 240-E:

"Art. 240-E - Considera-se em serviço o militar do Estado que, intimado, for prestar, no período de folga ou descanso, esclarecimentos em procedimento ou processo administrativo ou judicial acerca de fato em que se tenha envolvido em razão do exercício de sua função."

Art. 19 - O inciso V do art. 26 da Lei nº 5.301, de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26 - (...)

V - dispensa de serviço, férias de vinte e cinco dias úteis, licença e recompensa, nas condições previstas neste Estatuto."

Art. 20 - O art. 191 da Lei nº 5.301, de 1969, fica acrescido do seguinte § 1º, transformando-se o seu parágrafo único em § 2º:

"Art. 191 - (...)

§ 1º - Ao militar dispensado em caráter temporário, em decorrência de acidente de serviço ou moléstia profissional, cuja falta de capacidade laborativa não seja definitiva, será assegurada a convocação para o treinamento ou curso subsequente, de mesma natureza, tão logo cesse sua dispensa, sendo-lhe garantida a retroação, para fins de promoção dentro do respectivo quadro."

Art. 21 - A Lei nº 5.301, de 1969, fica acrescida da seguinte art. 94-A:

"Art. 94-A - Os proventos dos militares da reserva remunerada e dos reformados, do mesmo posto ou graduação, corresponderão aos mesmos vencimentos dos militares da ativa, respeitadas as vantagens provenientes de adicional de desempenho ou tempo de serviço, nos termos da Constituição Estadual."

Art. 22 - Fica revogado o inciso VIII do art. 203 da Lei nº 5.301, de 1969.

Art. 23 - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2009.

Zé Maia, Presidente - Lafayette de Andrada, relator - Adelmo Carneiro Leão - Inácio Franco - Juarez Távora.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 3.761/2009

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Sargento Rodrigues, o Projeto de Lei nº 3.761/2009 torna obrigatória a notificação aos órgãos de segurança pública do ingresso, na rede de atendimento à saúde, de vítimas de acidentes com armas.

Publicada no "Diário do Legislativo" em 18/9/2009, a proposição foi distribuída a esta Comissão para receber parecer quanto a sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do disposto no art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto em exame estabelece que as unidades básicas de saúde, os postos de pronto atendimento, as equipes do Programa de Saúde da Família, as unidades pré-hospitalares, as clínicas particulares, os ambulatórios e os hospitais públicos, privados e conveniados do Sistema Único de Saúde – SUS – ficam obrigados a preencher e encaminhar aos órgãos de segurança pública do Estado relatório de atendimento à vítima de acidente com arma, o qual deverá ser entregue no prazo máximo de uma hora, a contar do horário de atendimento registrado no prontuário médico.

Para os efeitos da lei que se pretende criar, serão considerados armas instrumentos perfuro cortantes, armas de fogo e instrumentos contundentes.

A proposição determina que, nos casos de acidentes graves, fatais ou envolvendo menores e idosos, a comunicação deverá ser imediata.

Nos termos do projeto, serão considerados acidentes graves aqueles que resultem em politraumatismo, amputação, esmagamento, traumatismo crânioencefálico, fratura da coluna, lesão da medula espinhal e trauma com lesão visceral.

Ainda segundo a proposição, o formulário a ser utilizado para a comunicação do acidente e as formas de seu envio serão regulamentados pela Secretaria de Estado de Defesa Social.

Segundo a justificativa que acompanha o projeto, este tem por objetivo criar um método de circulação de informação para subsidiar as ações de investigação, prevenção e repressão de crimes.

Sob o prisma jurídico-constitucional, é preciso dizer que o Estado está habilitado a legislar sobre a matéria com base no disposto no art. 25, segundo o qual os Estados regem-se e organizam-se pela Constituições e leis que adotarem, observados os princípios da Constituição da República. Segundo o § 1º de tal artigo, aos Estados é dado legislar sobre tudo quanto não lhes seja vedado pela Lei Maior.

Para além da competência legislativa para disciplinar a matéria, respaldada no princípio autonômico que se densifica nos mencionados dispositivos constitucionais, é preciso dizer que inexistente regra instituidora de reserva de iniciativa que possa obstar a iniciativa parlamentar para deflagrar o processo legislativo.

Todavia, entendemos que a proposição está a merecer alguns reparos. O primeiro, incidente sobre o art. 1º, refere-se à elaboração de "relatório de atendimento à vítima de acidentes com arma". Na verdade, se o objetivo da nova lei é fornecer subsídios que auxiliem no mapeamento de áreas de violência, contribuindo para as ações de prevenção e repressão de crimes, a proposição não pode ficar adstrita aos "acidentes" com armas, visto que tal vocábulo sugere a ideia de algo fortuito, imprevisto, casual. De fato, se substituirmos o termo "acidentes" por "violência", a proposição amplia seu âmbito de incidência normativa, alcançando tanto as situações em que a violência resulta de ações deliberadas e premeditadas quanto aquelas em que a violência é acidental.

Impõe-se ainda alterar o art. 2º, que busca especificar o que, para o efeito da nova lei, seria considerado arma, arrolando as armas de fogo, os instrumentos perfurocortantes e os instrumentos contundentes. Parece-nos mais adequado fazer constar da lista todos os tipos de agentes mecânicos externos, como instrumentos cortantes, perfurantes, contundentes, perfuro cortantes, corto contundentes e perfuro contundentes.

Outra alteração necessária incide sobre o "caput" do art. 3º, vazado nos seguintes termos: "Nos casos de acidentes graves, fatais ou envolvendo menores e idosos, a comunicação deve ser imediata". Aqui, em razão das considerações já aduzidas, impõe-se substituir a expressão "acidentes graves" pela expressão "ocorrências graves", que apresenta maior amplitude semântica.

Já o parágrafo único do art. 3º peca por buscar exaurir as possibilidades fáticas dessas ocorrências graves. Na verdade, o dispositivo alude a acidentes graves, em correspondência com o "caput", mas também há de ser modificado, nos termos já aduzidos. Para além da impropriedade da expressão "acidentes graves", existe o inconveniente de se tentar fechar as hipóteses que caracterizariam tal situação: politraumatismo, amputação, esmagamento, traumatismo crânioencefálico, fratura da coluna, lesão da medula espinhal e trauma com lesão visceral. Evidentemente, há outras espécies de ocorrências graves envolvendo armas que não necessariamente se enquadram no rol especificado no dispositivo. Basta citar o exemplo de perfuração do olho da vítima, violência de indiscutível gravidade, mas que não se subsume no citado dispositivo, visto que este se refere a um rol exaustivo, e não exemplificativo, como haveria de ser e conforme propomos ao final deste parecer.

Por fim, entendemos necessária a supressão do art. 4º, segundo o qual "o formulário a ser utilizado para a comunicação do acidente e as formas de envio serão regulamentadas pela Secretaria de Defesa Social". Na verdade, não cabe ao Legislativo estabelecer qual órgão do Executivo se encarregará de regulamentar as disposições da nova lei. Em rigor, não se faz necessário introduzir na lei disposição alusiva à regulamentação da matéria pelo Poder Executivo, visto que isso já constitui atribuição que se insere no domínio institucional desse Poder.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 3.761/2009 com o Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Torna obrigatória a notificação aos órgãos de segurança pública do ingresso na rede de atendimento à saúde de vítimas de violência com armas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Ficam as unidades básicas de saúde, os postos de pronto atendimento, as equipes do Programa de Saúde da Família, as unidades pré-hospitalares, as clínicas particulares, os ambulatórios e os hospitais públicos, privados e conveniados do Sistema Único de Saúde – SUS – obrigados a preencher e encaminhar aos órgãos estaduais de segurança pública relatório de atendimento à vítima de violência com arma, a ser entregue no prazo máximo de uma hora a contar do horário de atendimento registrado no prontuário médico.

Art. 2º – Para efeito desta lei serão consideradas armas:

I – armas de fogo;

II – instrumentos cortantes;

III – instrumentos perfurantes;

IV – instrumentos contundentes;

V – instrumentos perfuro cortantes;

VI – instrumentos corto contundentes;

VII – instrumentos perfuro contundentes.

Art. 3º – Nos casos de ocorrências graves, fatais ou envolvendo menores e idosos, a comunicação deverá ser imediata.

Parágrafo único – Serão consideradas ocorrências graves aquelas que resultem em politraumatismo, amputação, esmagamento, traumatismo crânioencefálico, fratura da coluna, lesão da medula espinhal e trauma com lesão visceral, entre outras de gravidade semelhante.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Padre João, relator - Ademir Lucas - Almir Paraca - Ruy Muniz.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 3.864/2009

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Governador do Estado e encaminhado a esta Casa Legislativa por meio da Mensagem nº 413/2009, o projeto de lei em epígrafe altera a Lei nº 18.017, de 8/1/2009, que institui a Gratificação Complementar de Produtividade - GCP - na carreira da Advocacia Pública do Estado.

A Comissão de Constituição e Justiça opinou pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria. Em seguida, foi o projeto encaminhado à Comissão de Administração Pública, que, em sua análise do mérito, opinou pela aprovação da matéria.

Vem agora a proposição a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, VII, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise altera a Lei nº 18.017, de 2009, que instituiu a Gratificação Complementar de Produtividade - GCP - para a Advocacia-Geral do Estado - AGE -, pretendendo limitar o valor do desconto mensal a R\$300,00, de modo a garantir certa uniformidade no recebimento dos honorários pelos Procuradores do Estado.

Segundo o autor, a finalidade da proposição é manter "um nível mínimo para esses honorários, evitando-se aviltamento que se opõe à valorização profissional pretendida". Destaca-se, ainda, que o projeto tem anuência das Secretarias de Estado de Fazenda e de Planejamento e Gestão.

Em sua análise, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu que a proposta não encontra óbices formais à sua tramitação. Segundo essa Comissão, a regra de iniciativa está sendo respeitada, mas, apesar de a Constituição Federal, em seu art. 135, determinar que os integrantes das carreiras da AGE serão remunerados por via de subsídio em parcela única, sendo proibido qualquer acréscimo de caráter remuneratório, há o entendimento exarado de que a norma que se pretende modificar não institui propriamente uma gratificação, mas apenas um piso para o recebimento dos honorários de sucumbência por parte dos Procuradores do Estado. Assim, apesar de haver controvérsia jurídica a respeito da natureza dos honorários advocatícios de sucumbência, entendemos que "parte da doutrina e da jurisprudência os considera como parcelas de caráter indenizatório, que não integram, pois, a parcela remuneratória dos advogados empregados, não ferindo, dessa forma, a norma constitucional que estabelece o subsídio em parcela única".

A Comissão de Administração Pública corroborou o parecer da Comissão de Constituição e Justiça e destacou que a matéria é meritória, sendo razoável e justa por impor equilíbrio salarial para os servidores das carreiras jurídicas do Estado.

Do ponto de vista financeiro e orçamentário, escopo desta Comissão, o projeto em tela, em uma análise inicial, teria o potencial de acarretar, ainda que em longo prazo, aumento nos gastos com pagamento da GCP, por limitar o desconto mensal dos valores excedentes do rateio dos honorários dos Procuradores. Porém, conforme Ofício da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, o projeto "não trará impacto orçamentário-financeiro, porquanto tal impacto foi estimado quando do PL nº 2.939/2008, que deu origem" à Lei nº 18.017, de 2009, que instituiu a GCP. Assim, a proposição em análise não cria despesas para os cofres públicos. Dessa forma, não contraria a legislação referente à matéria financeira e orçamentária, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar Federal nº 101, de 4/5/2000.

Em vista dessas considerações, entendemos que o projeto em análise atende às exigências legais e, portanto, não encontra óbice a sua aprovação.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.864/2009, em 1º turno.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2009.

Zé Maia, Presidente e relator - Adelmo Carneiro Leão - Inácio Franco - Juarez Távora - Lafayette de Andrada.

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com o radialista Luiz Alberto Coelho Teixeira por seus 40 anos de carreira (Requerimento nº 4.555/2009, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com a empresa Paulo Navarro Comunicações - PNC - pelos 20 anos de sua fundação (Requerimento nº 4.589/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de aplauso ao jornal "Voz do Sertão" pelo primeiro ano de sua fundação (Requerimento nº 4.627/2009, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com o jornal "Tribuna da Cidade Nova" pelos dois anos de sua fundação (Requerimento nº 4.628/2009, do Deputado Walter Tosta);

de congratulações com o Detran-MG pela implantação do sistema de provas eletrônicas no Estado (Requerimento nº 4.640/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o Sr. José Eduardo Gonçalves por sua posse no cargo de Presidente da Rede Minas de Televisão (Requerimento nº 4.744/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o Sr. Valério Fabris por sua posse no cargo de Presidente da Rádio Inconfidência (Requerimento nº 4.745/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o jornal "Ambiente Hoje", da Associação Mineira de Defesa do Ambiente - Amda -, pelos 21 anos de sua fundação (Requerimento nº 4.787/2009, do Deputado Rômulo Veneroso);

de aplauso ao Sr. João Vitor Xavier Faustino, Vereador à Câmara Municipal de Belo Horizonte, pelo recebimento do título de Cidadão Honorário de Contagem (Requerimento nº 4.804/2009, do Deputado Ademir Lucas);

de congratulações com a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - Ejef - pelos 32 anos de sua fundação (Requerimento nº 4.809/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o Sr. Fernando Miranda Gonçalves, Diretor dos Correios no Estado, pelo recebimento do título de Cidadão Honorário de Belo Horizonte (Requerimento nº 4.810/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a Cooperativa Agropecuária de Oliveira Ltda. por seu 50º aniversário de fundação (Requerimento nº 4.811/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o Sr. Paulo Roberto Bernardes, ex-Presidente da Organização e Sindicato das Cooperativas de Minas Gerais, por ter sido agraciado com a Medalha do Mérito Cooperativista Paulo de Souza Lima (Requerimento nº 4.812/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o Sr. Edvaldo Soares dos Santos, da Fundação Percival Farquhar, pelo recebimento do título Mérito Empresarial 2009, conferido pela Associação Comercial de Governador Valadares - ACGV (Requerimento nº 4.813/2009, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com a Mineradora Vale pelos investimentos no Estado, em especial pelo convênio celebrado com o governo de Minas para a implantação e expansão de minas e usinas de beneficiamento de minério (Requerimento nº 4.825/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a Associação Mineira de Municípios pelos 57 anos de sua fundação (Requerimento nº 4.826/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o "Jornal da Cidade - Belo Horizonte" pelo lançamento do livro "Jornal da Cidade - 50 Anos de Boas Notícias", em comemoração ao seu cinquentenário (Requerimento nº 4.827/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o Conselho Regional de Medicina pelo Dia do Médico (Requerimento nº 4.828/2009, do Deputado Ruy Muniz);

de congratulações com o Sindicato dos Médicos do Estado de Minas Gerais pelo Dia do Médico (Requerimento nº 4.829/2009, do Deputado Ruy Muniz);

de congratulações com o Conselho Federal de Medicina pelo Dia do Médico (Requerimento nº 4.830/2009, do Deputado Ruy Muniz);

de congratulações com a Associação Médica de Minas Gerais pelo Dia do Médico (Requerimento nº 4.831/2009, do Deputado Ruy Muniz);

de congratulações com o Conselho Regional de Medicina - Delegacia Regional em Montes Claros pelo Dia do Médico (Requerimento nº 4.832/2009, do Deputado Ruy Muniz);

de aplauso ao Buffet Alvina Bitencourt pelo recebimento do prêmio Mérito Empresarial 2009 (Requerimento nº 4.874/2009, do Deputado Ademir Lucas);

de aplauso ao Esporte Clube Recanto Azul pelos 49 anos de sua fundação (Requerimento nº 4.875/2009, do Deputado Ademir Lucas);

de pesar pelo falecimento do Sr. Ilídio Xavier Mota, ex-Prefeito Municipal de Lagoa dos Patos (Requerimento nº 4.876/2009, do Deputado Arlen Santiago);

de congratulações com a Bebidas Jota Efe Indústria e Comércio Ltda. pelos 60 anos de sua fundação (Requerimento nº 4.877/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de aplauso ao Sr. Carlos Alberto Fernandes Ramos, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Patologia, pela atuação em defesa do exercício da medicina no Brasil (Requerimento nº 4.879/2009, do Deputado Doutor Ronaldo);

de aplauso à CPRM Serviço Geológico do Brasil pelos 40 anos de sua fundação (Requerimento nº 4.880/2009, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso ao "Jornal Sete Dias" pelos 18 anos de sua fundação (Requerimento nº 4.881/2009, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade de Virgem da Lapa pelos 61 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 4.882/2009, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade de Buenópolis pelos 71 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 4.883/2009, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade de Carlos Chagas pelos 71 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 4.884/2009, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade de Lassance pelos 56 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 4.885/2009, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade de Várzea da Palma pelos 56 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 4.886/2009, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade de Sete Lagoas pelos 142 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 4.887/2009, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a empresa Expresso Nepomuceno pelos 50 anos de sua fundação (Requerimento nº 4.888/2009, do Deputado Zezé Perrella);

de congratulações com o Conselho Regional de Odontologia pelo transcurso do Dia do Dentista (Requerimento nº 4.939/2009, da Comissão de Saúde);

de congratulações com a Associação Brasileira de Odontologia - Seção Minas Gerais - pelo transcurso do Dia do Dentista (Requerimento nº 4.940/2009, da Comissão de Saúde);

de congratulações com o Conselho Federal de Odontologia pelo transcurso do Dia do Dentista (Requerimento nº 4.941/2009, da Comissão de Saúde);

de congratulações com o Sr. Pedro Ronaldo de Carvalho Filho, residente I da Fundação Hilton Rocha, por ter obtido a primeira colocação no Prêmio Jovem Talento do Hospital São Geraldo da UFMG (Requerimento nº 4.942/2009, da Comissão de Saúde);

de congratulações com os Diretores e os alunos da Escola Municipal Maria da Cruz Resende, de Ribeirão das Neves, e com Escola do Bairro Florença e seus alunos de Educação de Jovens e Adultos - Eja -, pela apresentação do Projeto Fragmento de Neves, na Casa de Cultura de Ribeirão das Neves (Requerimento nº 4.943/2009, da Comissão de Cultura);

de congratulações com o Sr. Luiz Carlos Bergamin, Prefeito Municipal de Extrema, e com a Sra. Maria Aparecida Cardoso, Secretária Municipal de Educação, pela implantação, no Bairro da Roseira, da Escola Municipal Oswaldo de Oliveira, maior escola rural do Estado, bem como pela qualidade do ensino e dos equipamentos utilizados na referida escola (Requerimento nº 4.944/2009, da Comissão de Educação);

de aplauso ao Deputado Carlos Mosconi pela homenagem que receberá do Ministério da Saúde, que lhe concederá a Medalha de Mérito Oswaldo Cruz, na categoria Ouro, pelos relevantes serviços prestados à saúde pública brasileira (Requerimento nº 4.955/2009, da Comissão de Saúde).

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 9/11/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete da Deputada Rosângela Reis

exonerando, a partir de 16/11/09, Geisson Ribeiro dos Santos do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas.

Gabinete do Deputado Wander Borges

exonerando, a partir de 16/11/09, Marlon Gonçalves Tavares do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

nomeando Sérgio Mendes Pires para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/05, observado o disposto nas Leis nºs 8.443, de 6/10/83, e 15.014, de 15/1/04, nas Leis Complementares nºs 64, de 25/3/02, e 100, de 5/11/07, e na Deliberação da Mesa nº 2.420, de 3/6/08, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 3/11/09, a servidora Carmem Braga Motta, CPF nº 316.824.566-68, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2009

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 1º/12/2009, às 14h15min, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço global por lote, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de materiais elétricos e de iluminação.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário de 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Nesse caso, o licitante deverá portar mídia própria.

Belo Horizonte, 13 de novembro de 2009.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.